



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA
MESTRADO EM ESTUDOS DA MÍDIA**

ISABELLY DA SILVA FARIAS QUEIROZ

**PRINCÍPIOS FREIREANOS DE COMUNICAÇÃO NO JORNALISMO CONTRA-
HEGEMÔNICO: ANÁLISE DOS PERFIS @ALMAPRETAJORNALISMO,
@MIDIAINDIGENAOFICIAL E @NOSMULHERESDAPERIFERIA NO
INSTAGRAM**

**NATAL - RN
2025**

**PRINCÍPIOS FREIREANOS DE COMUNICAÇÃO NO JORNALISMO
CONTRA-HEGEMÔNICO: ANÁLISE DOS PERFIS
@ALMAPRETAJORNALISMO, @MIDIAINDIGENAOFICIAL E
@NOSMULHERESDAPERIFERIA NO INSTAGRAM**

ISABELLY DA SILVA FARIAS QUEIROZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) do Centro de Ciências, Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Estudos da Mídia.

Linha de Pesquisa: Estudos da Mídia e Práticas Sociais

Orientador: Prof. Dr. Juciano de Souza Lacerda

NATAL – RN
2025

ISABELLY DA SILVA FARIAS QUEIROZ

**PRINCÍPIOS FREIREANOS DE COMUNICAÇÃO NO JORNALISMO
CONTRA-HEGEMÔNICO: ANÁLISE DOS PERFIS
@ALMAPRETAJORNALISMO, @MIDIAINDIGENAOFICIAL E
@NOSMULHERESDAPERIFERIA NO INSTAGRAM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) do Centro de Ciências, Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Estudos da Mídia.

Linha de Pesquisa: Estudos da Mídia e Práticas Sociais

Orientador: Prof. Dr. Juciano de Souza Lacerda

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Juciano de Sousa Lacerda Orientador – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre Examinador interno – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof. Dra. Alice Oliveira de Andrade Examinadora externa – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

NATAL – RN
2025

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro
de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Queiroz, Isabelly da Silva Farias.

Princípios freireanos de comunicação no jornalismo contra-hegemônico : análise dos perfis @almapretajornalismo, @midiaindigenaoficial e @nosmulheresdaperiferia no Instagram / Isabelly da Silva Farias Queiroz. - Natal, 2025.

269 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Juciano Lacerda.

1. Jornalismo contra-hegemônico. 2. Comunicação freireana. 3. Instagram - rede social. 4. Perfis sociais. I. Lacerda, Juciano. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 070:316.77

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter plantado um sonho tão lindo em meu coração e por ter me concedido forças para vivê-lo durante minha primeira gravidez. Mesmo ingressando nos últimos meses da gestação, apresentei seminários com a barriga já imensa de nove meses, caminhando com os pés inchados pelos corredores do Decom. Ao mesmo tempo em que Ele me fazia mãe, guiava-me em meu caminho como mestre. Agradeço ao meu filho, Theo Queiroz Antunes, por ser a razão pela qual jamais cogitei desistir dessa jornada acadêmica, por mais desafiador que fosse conciliar o melhor de mim para ser uma boa mãe e uma boa mestra.

Expresso minha profunda gratidão ao meu companheiro e pai do meu filho, Paulo Lucas Antunes, por ser meu principal alicerce, tornando possível, dia após dia, minha dedicação a esta pesquisa, minha presença nas aulas e no estágio docente. Juntos, dividimos nossos esforços na busca por um futuro melhor para nossa família. Agradeço imensamente à minha sogra, Kelly Kathlyn Antunes, por integrar minha rede de apoio e oferecer conforto ao meu coração em momentos de aflição. Sou eternamente grata à minha mãe, Lúcia Helena Bernardo, por todo zelo e cuidado dedicados a mim, por seu amor sacrificial que sempre fez da Educação uma prioridade em minha vida. Agradeço ao meu pai, Antônio Queiroz Júnior, por me mostrar que somente a educação é capaz de transformar minha realidade e a de tantos outros. Agradeço às minhas avós, Selma Queiroz e Terezinha da Silva, pela sabedoria ancestral que me conduziu até aqui.

Registro minha gratidão ao Professor Adriano Medeiros, que me apresentou Paulo Freire e seu pensamento na comunicação, incentivando a continuidade da minha pesquisa na área do jornalismo na pós-graduação. Agradeço à Professora Socorro Veloso, que sempre me inspirou como jornalista e docente, fazendo-me acreditar em um jornalismo comprometido com a justiça social e contra-hegemônico. Sou profundamente grata ao Professor e orientador deste trabalho, Juciano Lacerda, por ter me acolhido com tanta generosidade ao longo deste percurso, mesmo diante das adversidades da gestação e da recém-maternidade, além de ter me orientado com eminência no desenvolvimento de toda a pesquisa. Agradeço a toda a família do Departamento de Comunicação e da Pós-graduação em Estudos da Mídia por me formar com excelência profissional. E, como mãe, agradeço à minha mãe acadêmica, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por toda nossa história e por fazer parte da minha maior transformação.

RESUMO

Este estudo realiza uma análise crítica de três perfis jornalísticos contra-hegemônicos no Instagram — @almapretajornalismo, @midiaindigenaoficial e @nosmulheresdaperiferia — que promovem a valorização da identidade cultural brasileira e a democratização da informação. A pesquisa fundamenta-se na teoria de Paulo Freire, especialmente nas obras Educação como Prática da Liberdade (1967), Pedagogia do Oprimido (1970), Pedagogia da Esperança (1992), Pedagogia da Autonomia (1996), Extensão ou Comunicação? (2013) e Educar com a Mídia (2022), abordando conceitos como diálogo, consciência crítica, participação e ética na comunicação. A metodologia é qualitativa, baseada na hermenêutica de Schleiermacher (2003) e Ricœur (2011), aliada à Teoria Fundamentada construtivista de Charmaz (2009), permitindo identificar princípios freireanos nos discursos dos perfis. São analisadas estratégias de engajamento que subvertem lógicas midiáticas tradicionais e fomentam epistemologias inclusivas. Ao transcender o modelo informativo convencional, o estudo propõe um jornalismo plural, ético e comprometido com a transformação social.

Palavras-chave: Jornalismo contra-hegemônico; Comunicação Freireana; Instagram; Perfis.

ABSTRACT

This study offers a critical analysis of three counter-hegemonic journalistic profiles on Instagram — @almapretajornalismo, @midiaindigenaoficial, and @nosmulheresdaperiferia — which promote the appreciation of Brazilian cultural identity and the democratization of information. The research draws upon Paulo Freire's theoretical framework, particularly the works *Educação como Prática da Liberdade* (1967), *Pedagogia do Oprimido* (1970), *Pedagogia da Esperança* (1992), *Pedagogia da Autonomia* (1996), *Extensão ou Comunicação?* (2013) and *Educar com a Mídia* (2022) engaging with concepts such as dialogue, critical consciousness, participation, and ethics in communication. Methodologically, it adopts a qualitative approach based in Schleiermacher's hermeneutics (2003) and Ricœur (2011), in combination with Charmaz's (2009) Constructivist Grounded Theory, enabling the identification of Freirean principles within the profiles' discourses. The analysis examines engagement strategies that subvert traditional media logics and advance inclusive epistemologies. By transcending the conventional informational model, the study advocates for a pluralistic, ethical form of journalism committed to social transformation.

Keywords: Counter-hegemonic journalism; Freirean communication; Instagram; Profiles.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Questionário de base qualitativa fundamentado na abordagem construtivista de Charmaz (2009, p.61-64).	73
Quadro 2 - Processo de codificação qualitativa: Etapas inicial e focalizada.	74
Quadro 3 - Princípios Educomunicacionais freireanos observados na dinâmica comunicacional dos perfis analisados.	76
Quadro 4 - Critérios de escolha do corpus: Interseções entre engajamento digital e comunicação freireana.	80
Quadro 5 - Ranking de engajamento dos conteúdos selecionados do perfil @Almapretajornalismo.	84
Quadro 6 - Ranking de engajamento dos conteúdos selecionados do perfil @Midiaindigenaoficial.	99
Quadro 7 - Ranking de engajamento dos conteúdos selecionados do perfil @Nosmulheresdaperiferia.	117
Quadro 8 - Princípios freireanos e frequência de aparição no perfil @Almapretajornalismo.	136
Quadro 9 - Observação e resultados de engajamento – Instagram @almapretajornalismo.....	138
Quadro 10 - Princípios freireanos e frequência de aparição no perfil @Midiaindigenaoficial.	139
Quadro 11 - Observação e resultados de engajamento – Instagram @Midiaindigenaoficial.	142
Quadro 12 - Princípios freireanos e frequência de aparição no perfil @Nosmulheresdaperiferia.	143
Quadro 13 - Observação e resultados de engajamento – Instagram @Nosmulheresdaperiferia.	145
Quadro 14 - Frequência de princípios freireanos nos três perfis investigados.....	146
Quadro 15 - Comparativo de engajamento – Perfis @almapretajornalismo, @midiaindigenaoficia e @nosmulheresdaperiferia no Instagram.....	149

LISTA DE SIGLAS

ANMIGA: Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade

CNN: Cable News Network (rede de notícias norte-americana)

DPU: Defensoria Pública da União

EUA: Estados Unidos da América

EYFS: Early Years Foundation Stage (Etapa da Educação Infantil no Reino Unido)

Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz

GEMAA: Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS: Organização Mundial da Saúde

ONGs: Organizações Não Governamentais

PL: Proposta de Lei

PL-MG: Partido Liberal – Minas Gerais

PNC: Política Nacional de Cuidados

PSOL-SP: Partido Socialismo e Liberdade – São Paulo

STF: Supremo Tribunal Federal

SOME: Sistema de Ensino Manter

SOMEI: Sistema de Ensino Médio Indígena

SUS: Sistema Único de Saúde

TCF: Teoria Construtivista Fundamental

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	10
1.1 JUSTIFICATIVA	11
1.2 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	20
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	28
2. COMUNICAÇÃO FREIREANA E CONTRA HEGEMONIA: CONSTRUINDO NARRATIVAS CRÍTICAS.....	29
2.1. CONTEXTO HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA COMUNICAÇÃO FREIREANA NO JORNALISMO	29
2.2 DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO NA COMUNICAÇÃO	39
2.3 EDUCAÇÃO E CONSCIÊNCIA NO JORNALISMO	45
2.4 NEUTRALIDADE E COMPROMISSO ÉTICO NO JORNALISMO	56
2.5 NARRATIVAS INCLUSIVAS: CONSTRUINDO VOZES PLURAIS	62
3. PERCURSO METODOLÓGICO	72
3.1 ETAPAS E MÉTODOS	72
3.2 CRITÉRIOS UTILIZADOS E A ESCOLHA DO CORPUS	79
4. OBSERVAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	82
4.1 PERFIL ALMA PRETA JORNALISMO	83
4.2 PERFIL MÍDIA INDÍGENA OFICIAL	98
4.3 PERFIL NÓS, MULHERES DA PERIFERIA.....	116
5. RESULTADOS	136
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
APÊNDICE	162

1.INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta uma análise crítica de perfis jornalísticos contra-hegemônicos no Instagram — nomeadamente @almapretajornalismo, @midiaindigenaoficial e @nosmulheresdaperiferia — que se dedicam à contextualização reflexiva da realidade brasileira. A investigação fundamenta-se na perspectiva teórica de Paulo Freire, cujas contribuições para as teorias da comunicação são revisitadas com o propósito de compreender a maneira pela qual esses espaços digitais promovem a democratização da informação e valorizam a identidade cultural nacional. A pesquisa emerge a partir do questionamento acerca das formas pelas quais a hegemonia se manifesta no âmbito jornalístico, sobretudo por meio do controle sobre a produção e circulação das informações. Tal dinâmica é observada em práticas como a centralização midiática, a manipulação de papéis sociais e o direcionamento das narrativas veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Nesse cenário, os perfis analisados são interpretados como instrumentos de resistência capazes de subverter lógicas dominantes e fomentar epistemologias inclusivas.

Nesse sentido, o estudo oferece uma base teórica que contextualiza historicamente e traça evolução da comunicação freireana no âmbito do jornalismo, abordando temas como diálogo, participação na comunicação e educação, consciência crítica, neutralidade e compromisso ético na construção de narrativas inclusivas através de uma revisão bibliográfica aprofundada. Essa revisão concentra-se nos princípios pedagógicos e comunicacionais delineados por Paulo Freire em obras como *Extensão ou Comunicação?* (2013), *Pedagogia do Oprimido* (1970), *Pedagogia da Autonomia* (1996), *Pedagogia da Esperança* (1992), *Educação como Prática da Liberdade* (1967) e *Educar com a Mídia: Novos Diálogos sobre Educação* (2022). A metodologia adotada é qualitativa, baseada na interpretação hermenêutica segundo Friedrich Schleiermacher (2003) e Paul Ricœur (2011), possibilitando uma leitura aprofundada dos discursos e sentidos presentes nos perfis estudados. Para tanto, utiliza-se a Teoria Fundamentada na vertente construtivista proposta por Kathy Charmaz (2009), com o objetivo de identificar os princípios freireanos mais frequentes e oferecer uma análise crítica acerca de sua relevância no contexto investigado.

Por fim, foram analisadas as estratégias de engajamento empregadas pelos perfis em questão, com intuito de compreender sua articulação com o jornalismo digital contra-

hegemônico no Brasil. Com vistas a transcender o modelo tradicional baseado no lide informativa, esta pesquisa busca contribuir para a construção de epistemologias que possibilitem aos sujeitos marginalizados participarem ativamente da elaboração de suas próprias narrativas. Dessa forma, propõe-se uma reflexão acerca do tipo ideal de jornalismo que desejamos construir — ético, plural, dialógico e comprometido com a transformação social.

1.1 JUSTIFICATIVA

Paulo Freire é reconhecido como um dos principais arquitetos das novas abordagens comunicacionais que surgiram nas décadas de 1970 e 1980, as quais desafiavam as perspectivas estrutural-funcionais centradas nos "meios de comunicação". Essas abordagens passaram a valorizar os indivíduos, os sujeitos e os processos que promovem interações entre eles, assim como os direitos desses sujeitos de determinar seus próprios rumos na esfera comunicativa. Tal interação ocorre por meio da palavra, sendo imprescindível manter a conexão inseparável entre pensamento, linguagem, contexto e realidade. Para Freire (2013, p.6), não há pensamento que não esteja referido à realidade, direta ou indiretamente marcada por ela; por isso, a linguagem que o expressa também carrega essas marcas. Diante disso, o estudo do método freireano para uma perspectiva contra-hegemônica no Jornalismo pode ser instrumental na luta contra os meios de comunicação de massa, que utilizam técnicas destinadas à condução e manipulação do público. A proposta da comunicação freireana fundamenta-se no compromisso com um processo educativo-libertador — na práxis em que ação e reflexão se fortalecem mutuamente e continuamente. Nesse contexto, a prática está intrinsecamente ligada à teoria na qual ela se apoia, assumindo uma postura proativa por parte daquele que busca o conhecimento, diferentemente de quem o recebe passivamente (Freire, 2013, p.71).

Para tanto, é necessário aprofundar-se na conceituação de comunicação proposta por Freire, a fim de compreender o funcionamento de uma pedagogia dialógica e participativa, orientada pela responsabilidade social e política. Tal abordagem caracteriza-se pela análise profunda dos problemas, substituindo explicações místicas por princípios causais; pela disposição constante para testar hipóteses e revisar conclusões; pelo esforço em minimizar preconceitos durante a interpretação dos fenômenos e evitar

distorções na compreensão deles. Além disso, rejeita a transferência de responsabilidades, opõe-se às posturas quietistas, busca fundamentar-se em argumentos sólidos e valoriza o diálogo ao invés da polêmica. Mostra abertura ao novo – não simplesmente por ser novidade –, nem recusa o antigo por si só; antes, reconhece ambos como válidos. Ainda, tende à arguição contínua. Essa postura crítica transitiva remete à essência democrática genuína, sendo uma característica distintiva dos regimes democráticos autênticos. Estes se configuram como formas de vida altamente permeáveis, questionadoras, inquietas e dialógicas (Freire, 1967, p.60).

Diante disso, para compreender a postura contrária à hegemonia no âmbito jornalístico, torna-se imprescindível analisar como a atuação do capital global deslocou o centro do poder, transferindo-o do cenário político para o domínio da economia mundial, controlada por corporações multinacionais ou transnacionais. Tal transformação converte o jornalismo e os meios de comunicação em instrumentos vigorosos ao serviço do capital, deixando de atuar em prol da opinião pública no sentido clássico da democracia. Em uma conjuntura onde as notícias se transformaram em mercadorias, passando por processos ideológicos de filtragem e seleção antes de serem apresentadas ao público, evidencia-se uma distorção e corrupção dessa percepção devido à propaganda que veicula mensagens consumistas (Oliveira, 2017 p.11). Reconhecendo esse contexto, torna-se imprescindível compreender que o jornalismo encontra-se colonizado pelo discurso midiático sob a ótica de uma tecnologia de sociabilidades — um modo de compreensão e ação centrado nas sensações e no entretenimento imediato (Oliveira, 2017, p. 93). Cumpre destacar que os mecanismos de opressão manifestos na cultura do silêncio presente na sociedade brasileira resultam de uma herança colonial, configurando uma continuidade de tradições marcadas pelo patrimonialismo, colonialismo e escravismo (Oliveira, 2017, p. 182). Nesse cenário, o principal entrave ao jornalismo praticado atualmente pelas mídias hegemônicas reside no distanciamento dos princípios originais e na incorporação da espetacularização dos simulacros. Consequentemente, os critérios de veracidade e objetividade metodológica — entendidos não como uma pretensa neutralidade, mas como o respaldo em fatos e dados verificáveis empiricamente — são substituídos por critérios baseados na verossimilhança e na espetacularização (Oliveira, 2017, p. 188).

Assim sendo, para compreender essa configuração opressora — na qual o conceito de jornalismo democrático foi corrompido pela ação do capital com o objetivo de monopolizar a formação da opinião pública — esta pesquisa propõe investigar perfis

jornalísticos que representam a perspectiva dos marginalizados. Como questionava Freire, quem melhor que os oprimidos está preparado para aprender as duras realidades de uma sociedade opressora? Quem sente mais intensamente os efeitos dessa opressão? Quem, além deles, possui maior potencial para compreender a urgência da libertação?

Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando está se revista da falsa generosidade referida (Freire, 1987, p.17).

Reconhecendo essa perspectiva, Genro Filho (2012) destaca que a principal virtude de Mattelart reside claramente em seus escritos, a saber, um firme compromisso político com os explorados e oprimidos. Tal compromisso manifesta-se por meio de uma preocupação contínua com as interconexões entre uma visão crítica da comunicação e da cultura como instrumentos de dominação, bem como com as práticas políticas de resistência e busca por alternativas populares e democráticas (Genro Filho, 2012, p. 118). "Se a tomada de consciência abre o caminho à expressão das insatisfações sociais, se deve a que estas são componentes reais de uma situação de opressão. (Freire, 1987, p.12).

Assim, o presente texto propõe uma compreensão do jornalismo que transcende o modelo tradicional baseado apenas no lide informativo — abordando quem, o quê, quando, onde e como — para focar na identificação de produções que sistematizam experiências mediante questionamentos do tipo "por que ocorreu isto?" e "por que outras possibilidades não se realizaram". Em consonância com uma lógica semelhante à freireana, Genro Filho (2012) afirma que: Em síntese, a comunicação constitui um elemento central da práxis. Nesse contexto, o ser humano é simultaneamente aquele que domina e compreende o mundo ao seu redor; assim fazendo, transforma a si mesmo e expande seu universo. A comunicação encontra-se no cerne da atividade prática coletiva e da produção social do conhecimento dela derivada — ao mesmo tempo em que emerge dessa atividade e a pressupõe. Dessa maneira, ela ocupa posição central na construção histórica da sociedade e na autoprodução humana (Genro Filho, 2012, p. 226). Dessa forma, o conceito de "humanismo prático" refere-se à compreensão e à aceitação das diferenças sociais. Ele é ajustado à singularidade do indivíduo no espaço, relacionando-se às emoções, aos sentimentos, ao senso de pertencimento e à proximidade interpessoal. Assim, entende-se o humanismo neste contexto como uma abordagem vinculada à

cidadania, possibilitando a apropriação dos bens sociais necessários às necessidades das comunidades, fomentando vínculos afetivos e, por vezes, transcendendo os aparelhos estatais e interesses político-econômicos (Paiva, 2008, p.13). Os desafios éticos oriundos da hermenêutica comunicacional e as implicações subjetivas que ela articula ao desenvolver uma perspectiva contra-hegemônica encontram fundamentação na transformação do ser humano: na conscientização de sua própria historicidade, limitações e na relação próxima com o outro enquanto projeto de reparo das fissuras da alteridade em busca de um horizonte comum de tolerância, coexistência e diálogo (Paiva, 2008, p.41).

Assim, ao examinar o jornalismo como uma ferramenta de resistência ao sistema hegemônico, fundamentando-se nas conexões entre a teoria da hegemonia de Gramsci e o jornalismo enquanto meio de produção de conhecimento, torna-se viável refletir sobre possíveis interpretações de uma práxis contra-hegemônica dentro do jornalismo e estabelecer delimitações dessa área. Tal abordagem envolve a identificação de experiências e atores que atuam de maneira contra-hegemônica no jornalismo, assim como a análise da práxis por eles adotada, promovendo reflexões críticas voltadas a esse recorte com o propósito de ilustrar alternativas na organização da prática jornalística pautadas nos valores freireanos. Além disso, busca-se determinar fronteiras para um campo contra-hegemônico, destacando experiências e agentes que atuam nesta direção no contexto do jornalismo digital. Nesse cenário, a análise dos perfis jornalísticos no Instagram justifica-se pela importância dessa rede social no ambiente brasileiro. Conforme dados da Comscore (2021), o Instagram está entre as plataformas digitais mais acessadas no país, configurando-se como um espaço crucial para a circulação de informações e debates públicos. Assim sendo, sua relevância estende-se ao âmbito teórico e metodológico, tornando indispensável sua consideração na atualização do pensamento freireano e na reflexão acerca das transformações digitais que influenciam o jornalismo contemporâneo.

Reconhecemos que o jornalista pode não ter controle total sobre a forma como a informação será recebida e interpretada pelo público; contudo, a atenção à qualidade e à credibilidade do conteúdo jornalístico tornou-se ainda mais crucial na era digital, na qual cidadãos comuns atuam tanto como produtores de conteúdo — protagonistas de suas próprias narrativas — quanto como vítimas das estratégias de manipulação provenientes da abundância de desinformação. Assim, ao analisar os perfis jornalísticos enquanto espaços que contribuem para fortalecer a democratização da informação e afirmar a

identidade cultural da sociedade brasileira, propõe-se ampliar o acesso às notícias para além dos meios tradicionais de comunicação de massa. Tal abordagem possibilita novas interpretações da realidade, baseadas na representatividade, na voz e no protagonismo social muitas vezes silenciados ou negligenciados pelos grandes veículos midiáticos. Nesse contexto, torna-se relevante investigar os perfis jornalísticos nas redes sociais, onde ocorre uma intersecção entre comunicação e cidadania — espaço também dedicado aos movimentos sociais contemporâneos mais relevantes. Além disso, essa análise justifica-se pela proximidade com a proposta de comunicação dialógica defendida por Paulo Freire.

Entretanto, é importante salientar que o foco da presente análise não está na tecnologia da internet em si, mas nas conexões sociais por ela promovidas, nas interações que fomentam apropriações simbólicas, transformações de comportamentos, alterações de visões de mundo e discursos hegemônicos. Dessa forma, busca-se compreender como essa mídia atua no estabelecimento da comunicação e cidadania a partir do bios midiático proporcionado pelo Instagram. Tal dinâmica possui potencial para despertar uma consciência política entre os participantes, podendo levá-los a se tornarem cidadãos politicamente ativos ou, ao menos, politicamente abertos à participação democrática. A experiência vivida por esses indivíduos oprimidos e excluídos pelo sistema na atualização de suas políticas sociais e econômicas os transformava em sujeitos sociais dispostos a reescrever a história sob uma perspectiva libertadora, igualitária e inclusiva (Figueiredo; Silva, 2021 p.173).

Tendo isso em vista, esta análise tem como objetivo identificar as potencialidades do círculo cultural promovido pelos perfis utilizados na pesquisa. Compreende-se que os espaços de fala apresentados pelos meios de comunicação relevantes não servem apenas à expressão de diferentes pontos de vista, mas também induzem à formação de visões de mundo, facilitando ou dificultando a reflexão crítica e estimulando a construção dos gostos. Nesse sentido, a seleção dos perfis considerados fundamenta-se na teoria freireana acerca dos oprimidos e na pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (GEMAA), publicada no artigo Raça, Gênero e Imprensa (2023). Este estudo analisou os perfis presentes nos principais veículos impressos do país — Folha de São Paulo (Folha), O Estado de São Paulo (Estadão) e O Globo — observando a distribuição de gênero nesses veículos. Os resultados indicaram um perfil semelhante entre eles: as mulheres representam aproximadamente um terço das pessoas analisadas. Destaca-se que entre quase 1.200

indivíduos estudados, apenas uma mulher trans foi identificada. Quanto à distribuição racial segundo categorias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou-se similaridade na composição racial desses colaboradores: brancos predominam em todos os veículos analisados — correspondendo a 84% do total da amostra.

O segundo grupo mais representado no jornalismo brasileiro são os pardos (6,1%), seguidos pelos pretos (3,4%). Nos três jornais também destaca-se que os indígenas representam apenas 0,1%, ficando atrás até mesmo das pessoas classificadas como amarelas pelo IBGE (1,8%). Conclui-se que há uma super-representação dos brancos — cuja proporção nos veículos é mais do que o dobro da sua participação populacional real — enquanto negros representam cerca de 0,65% para pretos e aproximadamente 0,13% para pardos; valores estes próximos a um oitavo da sua presença na população brasileira. Além disso, o perfil racial e de gênero dos autores revela uma tendência comum: maioritariamente homens brancos assinam as produções editoriais ou opiniões políticas nesses veículos; seguidos por mulheres brancas. Em proporções menores aparecem homens negros e mulheres negras; indígenas praticamente não figuram nessas autorias — apenas uma foi identificada — evidenciando demarcações raciais marcantes no jornalismo brasileiro frente à composição demográfica nacional. Ressalta-se também que autores(as) pretos(as) simplesmente não integram a elite jornalística frequente dessas mídias: atuam majoritariamente como colaboradores eventuais. Assim sendo, o estudo aponta desigualdades significativas tanto em termos de gênero quanto racial nas redações dos principais jornais brasileiros; tais disparidades tornam-se ainda mais evidentes ao analisar os textos mais privilegiados dessas publicações—como artigos opinativos e editoriais ao longo do tempo. Os estudos conduzidos pelo GEMAA vêm revelando como as desigualdades raciais frequentemente se combinam às desigualdades de gênero em diversas atividades institucionais da sociedade brasileira—com destaque especial para o campo do jornalismo.

O jornalismo, contudo, é um espaço especial, pois tem papel fundamental na reprodução simbólica da nossa sociedade e na informação política dos cidadãos, tão fundamental para o funcionamento do regime democrático. A aguda sub-representação de pretos e pardos nos quadros desses grandes jornais é evidência clara de um problema gravíssimo de ordem cultural, social e política que não dá sinais de ter sido mitigado pelas poucas iniciativas recentes de promoção da diversidade nas redações (Portela et al., 2023, p.21).

Com isso, diante da problemática imposta e na busca por investigar potencialidades promovidas nos círculos de cultura, os perfis escolhidos para análise no Instagram foram o @almapretajornalismo, @midiaindigenaoficial e @nosmulheresdaperiferia.

O perfil @almapretajornalismo constitui a presença digital oficial da Alma Preta, uma organização jornalística que atua na cobertura das questões étnico-raciais no Brasil. Fundada em 2015 por um coletivo de estudantes e comunicadores negros, a agência produz uma variedade de conteúdos, incluindo reportagens, documentários, podcasts, vídeos e colunas, abordando assuntos relacionados aos direitos humanos, cultura, política, meio ambiente e segurança da população negra. Com mais de 700 mil seguidores e mais de 15 mil publicações, o perfil se caracteriza por seu compromisso com um jornalismo antirracista que se posiciona como uma iniciativa contra-hegemônica; sua expressão manifesta-se por meio de práticas jornalísticas alternativas e independentes voltadas à amplificação de vozes marginalizadas e à diversificação das pautas jornalísticas. Essa postura visa oferecer narrativas que refletem com fidelidade as realidades locais, especialmente de comunidades periféricas e negras, promovendo assim um jornalismo que defende os direitos humanos e busca impacto social transformador. A presença no Instagram deriva do portal Ama Preta Jornalismo, criado com o propósito de reivindicar direitos e questionar as estruturas estatais em diferentes aspectos da vida cotidiana, fomentando o debate acerca de uma sociedade menos violenta e desigual.

O veículo de comunicação dedica-se a produzir matérias com foco na temática racial e territorialmente consciente para informar tanto a comunidade negra quanto a não negra. Sua missão fundamenta-se em fornecer informações sob uma perspectiva racial negra e periférica, atendendo às expectativas desse público através de veículos multimídia. A Alma Preta assume uma postura política ao valorizar o conhecimento cultural negro e atuar como agente na exigência de direitos essenciais enquanto questiona as instituições do Estado em múltiplas dimensões sociais. Participa ativamente do diálogo acerca de um jornalismo mais inclusivo e pluralista ao abordar temas ligados aos direitos civis, cidadania e políticas públicas mediante produção pautada por perspectivas antirracistas no cenário nacional. Seus esforços visam estabelecer relações horizontais entre emissor e receptor comunicacional, promovendo o empoderamento social progressivo por meio dos recursos tecnológicos disponíveis para disseminação de notícias fidedignas. Por fim, essa iniciativa jornalística promove novas formas de sociabilidade ao apostar em narrativas mais inclusivas — propondo uma imprensa alternativa capaz de

exercer papel crítico na construção institucional ao fomentar pautas diversas e plurais com potencial transformador social.

O perfil @midiaindigenaoficial constitui-se como a página oficial do Mídia Indígena, um coletivo de comunicação indígena brasileiro dedicado há uma década à promoção e preservação das culturas indígenas. A plataforma dissemina uma vasta gama de conteúdos, incluindo relatos, tradições, batalhas e conquistas dos povos originários. Essa abordagem possibilita que os próprios indígenas contem suas histórias e compartilhem suas perspectivas, ao invés de serem representados por terceiros. Com mais de 200 mil seguidores e acima de 11 mil publicações, o perfil foi fundado por Erisvan Bone, do povo Guajajara, cujo propósito é proporcionar aos indígenas a oportunidade de falar diretamente sobre suas culturas e realidades. Assim, desempenha papel crucial na luta pela ampliação da visibilidade e pelos direitos desses povos, utilizando as redes sociais como ferramentas poderosas para educação e mobilização social. Tal dinâmica justifica-se pela lógica freireana que rejeita modelos lineares de comunicação; nesse contexto, as contribuições dos povos indígenas e tradicionais oferecem aportes significativos ao entendimento dessa questão, reforçando a ideia de que a capacidade de agência deve ser reconhecida não apenas enquanto direito humano, mas também enquanto extensão da relação com a natureza e seres transcendentais presentes em diversas cosmologias. O objetivo consiste em desmistificar a denominada “questão indígena” sob a ótica do jornalismo convencional—que frequentemente focaliza eventos traumáticos vividos atualmente pelos povos originários—transformando-a numa parte integrante da contemporaneidade brasileira.

Assim sendo, refletir acerca da emancipação das comunidades indígenas representa uma perspectiva promissora para o futuro; compreende-se que identidade e pertencimento étnico são processos dinâmicos de constituição individual e social, não conceitos fixos ou imutáveis. Essa visão transcende a redução às estereotipadas imagens de “verdadeiro indígena”, como aquele que vive nu na floresta com pena na cabeça, portador de arco e flecha ou vivendo em ocas (Gonzaga, 2023, p.17-18). Além disso, Gonzaga (2023) argumenta que a perspectiva decolonial latino-americana apresenta pontos convergentes com a obra pedagógica de Paulo Freire – *Pedagogia do Oprimido* (1968) –, especialmente no que tange ao caráter educativo no campo das ciências sociais. Nesse sentido, o mecanismo narrado por Freire acerca da invasão cultural assemelha-se à colonização do ser abordada na literatura decolonial: como manifestação da conquista colonial ela conduz à inautenticidade do sujeito invadido. Dessa forma, ao analisar o perfil

busca-se compreender uma nova interpretação acerca dos povos indígenas não mais vistos como seres passivos ou meramente subjugados pelo colonialismo, mas reconhecendo sua participação ativa na história enquanto protagonistas históricos ativos até os dias atuais.

O perfil @nosmulheresdaperiferia representa a página oficial do projeto Nós, mulheres da periferia. Trata-se de uma iniciativa jornalística conduzida por mulheres negras e periféricas residentes em São Paulo e regiões adjacentes. O propósito central do projeto consiste na elaboração e disseminação de narrativas, opiniões e memórias de mulheres que vivem nas áreas periféricas, com o intuito de promover uma sociedade mais pluralista, antirracista e livre de patriarcado. A conta publica conteúdos relacionados a temas como cultura, educação, saúde, violência e direitos humanos, entre outros. Com mais de 100 mil seguidores e mais de 3 mil publicações, o perfil destaca-se como um exemplo de resistência, consciência social e protagonismo feminino na mídia. Destina-se a divulgar as opiniões e histórias de mulheres negras e periféricas. A página no Instagram é uma extensão do site Nós, mulheres da periferia, que tem como compromisso oferecer diferentes perspectivas sobre os acontecimentos no Brasil e no mundo, contribuindo para a construção de uma sociedade diversa, antirracista e não patriarcal. Fundado em 2014, esse veículo busca democratizar o debate público e aproximá-lo da realidade brasileira — predominantemente composta por mulheres negras. Sua linha editorial é transparente com seus leitores(as), pautada por valores como ética, confiabilidade e independência. Os conteúdos são elaborados considerando aspectos atemporais, contextuais e aprofundados na vivência das fontes consultadas. Partindo da análise individualizada acerca de temas relevantes tanto em âmbito nacional quanto internacional, o projeto incorpora uma perspectiva feminista aliada à epistemologia decolonial.

Essa combinação enfatiza as possibilidades de resistência das mulheres racializadas dentro do sistema social vigente; portanto, reivindica uma escrita própria para essas vozes — modos autônomos de se expressar — evitando que sejam reduzidas a objetos de estudo ou curiosidade. Como afirmam Lago, Gonçalves e Kazan (2019), “se os olhos do centro e do poder não querem conhecê-las, as mulheres da periferia utilizam seu cotidiano para revelar sua pluralidade identitária”. Assim sendo, o Nós, mulheres da periferia propõe discutir distintas experiências a partir da ótica das próprias vidas dessas mulheres periféricas. Utilizando linguagem acessível à população-alvo e abordando questões relacionadas às intersecções entre gênero, raça, classe social e território, tanto na plataforma digital quanto no site oficial. São produzidos artigos fundamentados em

depoimentos reais dessas moradoras ou que retratam eventos locais sob um olhar contextualizado. O projeto promove espaços voltados à escuta ativa e à visibilidade dessas histórias pessoais permitindo que outras mulheres compartilhem suas experiências. Em suma: as próprias mulheres da periferia dirigem sua narrativa às seus pares localizados nesses espaços sociais específicos construindo assim um imaginário coletivo sobre identidade feminina nesse contexto marcado pelas particularidades das desigualdades enfrentadas por essas habitantes. Esse posicionamento autoriza-as a desenvolver discursos legítimos distintos daquele imposto pela mídia hegemônica; uma mídia que muitas vezes tenta moldar percepções sobre sociabilidades diversas ao estabelecer diferenças entre elas — destacando especialmente o jornalismo periférico baseado em vínculos comunitários resistentes às opressões sociais comuns nas periferias urbanas.

Assim, as iniciativas promovidas pelos perfis @almapretajornalismo, @midiaindigenaoficial e @nosmulheresdaperiferia representam uma abordagem alternativa, comprometida e contextualizada, cujo objetivo é amplificar as vozes e perspectivas marginalizadas, desafiando a visão predominante da mídia hegemônica. Esses espaços de significação possibilitam aos indivíduos atuar em posições discursivas variadas, legitimadas ou silenciadas, assumindo configurações contra-hegemônica ou de resistência no discurso social para representar a diversidade social existente. Essas narrativas têm sido desconstruídas por meio de projetos jornalísticos alternativos que adotam uma perspectiva emancipatória alinhada ao método proposto por Paulo Freire. Essa abordagem fundamenta-se na criação de epistemologias que permitem aos sujeitos anteriormente marginalizados (oprimidos) participar ativamente da construção de suas realidades, contribuindo assim para refletirmos sobre o tipo de jornalismo que almejamos.

1.2 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

A presente pesquisa parte da inquietação sobre como a hegemonia se manifesta no campo jornalístico por meio do controle da produção e disseminação de informações. Essa dinâmica pode ser observada, de maneira prática, em mecanismos como a centralização midiática, a manipulação de papéis sociais e o controle das narrativas que circulam nos meios de comunicação. Com o objetivo de compreender os fundamentos teóricos que sustentam essas manifestações, realizou-se uma revisão bibliográfica que possibilitou o aprofundamento analítico da problemática proposta. Parte-se, assim, da premissa de que o jornalismo, longe de ser apenas um mediador neutro da realidade, opera

como instrumento de reprodução ideológica, contribuindo para a naturalização de determinadas visões de mundo em favor da classe dominante. A hegemonia, nesse contexto, é entendida como o resultado de um processo relacional entre forças sociais e interesses de classe que, em condições materiais específicas, articulam alianças capazes de marginalizar discursos alternativos e impor uma direção cultural e política à sociedade.

Nesse contexto, o referencial teórico de Antonio Gramsci (2010) fornece instrumentos essenciais para uma análise crítica do papel desempenhado pelos meios de comunicação convencionais na preservação da hegemonia. A partir da distinção entre sociedade civil e sociedade política, Gramsci aponta a atuação dos aparelhos privados de hegemonia — como a mídia — na realização de um consenso ético-moral que favorece os interesses da classe dominante. No âmbito da sociedade civil, o jornalismo emerge como um dos principais mecanismos de naturalização das relações de poder, ao gerar e divulgar uma visão de mundo que tende a invisibilizar ou distorcer experiências. Essas mídias, ao operarem sob uma lógica hegemônica, escolhem quais vozes serão valorizadas e quais serão excluídas do diálogo público. Dessa maneira, contextos sociais relacionados a populações negras, indígenas, periféricas e às mulheres frequentemente são retratados por meio de estereótipos ou relegados à condição de “outros” sociais. Por conseguinte, embora o jornalismo possa atuar como ferramenta de pluralidade e democratização do conhecimento, revela-se muitas vezes enquanto espaço simbólico permeado por disputas ideológicas que reforçam desigualdades estruturais devido à sua narrativa seletiva. Com base na filosofia da práxis e na noção de “jornalismo integral”, conclui-se que a produção jornalística não é neutra nem isenta de intenções; ela constitui um processo de construção de sentidos e saberes que dialoga diretamente com a ideologia do período histórico vigente. Assim sendo, é fundamental problematizar os mecanismos editoriais, discursivos e institucionais que sustentam esse modelo excludente, abrindo perspectivas para o desenvolvimento de práticas comunicacionais capazes de representar com legitimidade a complexidade e diversidade social presentes no Brasil.

Neste mesmo espectro de observações, apresenta-se um critério mais abrangente: as transformações nos modos de pensar, nas crenças e nas opiniões não acontecem por meio de “explosões” rápidos, simultâneos ou generalizados, mas geralmente por meio de “combinações sucessivas”, pautadas em diversas e variadas “fórmulas de autoridade” incontroláveis. Essa ilusão de “explosão” advém da ausência de espírito crítico (Gramsci, 2010, p.207). Dessa forma, instaura-se uma arena de disputa ideológica capaz de influenciar a sociedade ao consolidar uma visão específica do mundo

e estimular determinada lógica de pensamento e ação (Peixoto, 2019, p.10). Dentro dessa perspectiva — conforme a compreensão gramsciana — a hegemonia é o resultado da vontade coletiva exercida por um bloco social dominante orientado por uma perspectiva ideológica. Logo, compreender o jornalismo sob a ótica do conceito de hegemonia demanda analisar sua prática como reflexo das relações de poder e das direções ideológicas que prevalecem na sociedade. Isto é, o jornalismo que não se limita apenas a satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) do seu público-alvo, mas também atua na constituição e desenvolvimento dessas mesmas necessidades, criando assim seu próprio público e ampliando progressivamente sua esfera de influência. Ao examinar as diferentes formas existentes tanto do jornalismo quanto das atividades publicístico-editoriais em geral, percebe-se que cada uma delas pressupõe forças adicionais que precisam ser integradas ou coordenadas "mecanicamente" (Gramsci, 2010, p.202). Nesse sentido, torna-se possível constatar que o capitalismo constrói cadeias hegemônicas convencionais tanto na esfera central quanto na periférica, operando um nível de dominação e consenso impregnado por uma ideologia centrada no lucro, no individualismo e no consumo. Pois à medida que o jornalismo busca uma neutralidade discursiva, acaba reproduzindo uma ideologia dominante que sustenta um falso consenso entre classes sociais e promove um entendimento distorcido da realidade (Peixoto, 2019, p.38). Assim sendo, a hegemonia dispensa recursos para persuadir a sociedade acerca de um consenso; pode-se conceber a existência de um modelo jornalístico voltado exatamente para tal finalidade — fundamentado em um conjunto teórico-prático cuja função seja produzir e perpetuar uma visão hegemônica do mundo. “Essa técnica jornalística não é neutra: carrega valores dominantes e reproduz o senso comum quando utilizada para atingir a imparcialidade. A hegemonia, na atualidade, funciona por meio da lógica de mercado (Peixoto, 2019, p.73).

Conforme Oliveira (2017), a dinâmica do capital global deslocou o centro de poder, transferindo-o do âmbito político para o domínio da economia globalizada, controlada por corporações multinacionais ou transnacionais, o que resultou na transformação do jornalismo e dos meios de comunicação em instrumentos ao serviço do capital, e não mais em veículos voltados à opinião pública no conceito tradicional de democracia. As notícias passaram a ser mercadorias submetidas a processos ideológicos de filtragem e seleção antes de serem apresentadas ao público, contribuindo para uma percepção distorcida e corrompida pela propaganda consumista veiculada na mensagem consumista (Oliveira, 2017, p.11). Nesse contexto, entende-se por controle social um

conjunto de ações normativas, institucionais ou não, que restringem as possibilidades de atuação individual e promovem uma coesão grupal por meio da expectativa de comportamentos regulados. Por meio do controle social, as sociedades definem padrões de identidade e reconhecimento aos quais os indivíduos se conformam na construção do seu sentido de pertencimento, feitos para alcançar tal objetivo social, fazendo-se necessária a implementação de mecanismos capazes tanto de disseminar quanto de dissuadir condutas (Oliveira, 2017, p.21). Assim, esses processos de propagação predominam nas narrativas culturais e transgeracionais nas sociedades capitalistas modernas, em que os meios de comunicação frequentemente funcionam como canais eficazes para a disseminação da ideologia hegemônica. Compreendendo essa perspectiva, é fundamental reconhecer que o poder global contemporâneo é sustentado por um tripé de monopólios: o monopólio do dinheiro, o monopólio das armas e o monopólio da voz, sendo neste último que se evidencia a função central do sistema de comunicação de massa. Dessa maneira, observa-se que o controle midiático constitui uma dimensão essencial do poder universal exercido pela indústria da comunicação e da cultura.

Assim, torna-se relevante refletir criticamente acerca da transformação do significado original do jornalismo para a concepção atual de mídia. No passado, o jornalismo representava uma atividade direcionada ao esclarecimento no sentido iluminista, promovendo a expansão da esfera pública para além dos círculos restritos dos cafés e clubes das elites. Essa visão originária entendia o jornalismo como um "quarto poder" — uma entidade destinada a representar os cidadãos na fiscalização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário — conceito este que foi paulatinamente transformado em uma fase de mercantilização (Oliveira, 2017, p. 87), consolidando-se enquanto atividade comercial com uma profissionalização específica para os jornalistas e com os padrões de um jornalismo considerado "neutro, imparcial e objetivo". Nesse contexto, o poder exercido pela imprensa passou por uma mudança significativa à medida que as empresas jornalísticas evoluíram para se tornarem entidades midiáticas; assim, as diferenças culturais advindas da globalização do capital foram acobertadas na esfera mercantil-midiática—resultando na "destruição da esfera da opinião pública", segundo a concepção clássica proposta por Habermas e citada por Oliveira (2017). Essa teoria previa um espaço onde cidadãos livres pudessem expressar suas opiniões fundamentadas na razão esclarecedora; inicialmente, a imprensa simbolizava e ampliava esse território. Contudo, a transição do jornalismo *lato sensu* para o campo midiático também implicou na mudança dos valores presentes na ideia original de jornalismo e na esfera pública

(Oliveira, 2017, p. 90). Assim sendo, a territorialidade simbólica que molda significativamente as formas dos embates políticos permite ao monopólio da voz operar silenciosamente para afirmar a supremacia do poder global do capital; esse arranjo estrutural reduz consideravelmente o espaço dedicado ao debate ideológico.

Além disso, ao se inserir na lógica do capital, o setor público configura-se de forma a oferecer suporte e atender às demandas do capital globalizado. Dessa maneira, assegurar uma política econômica alinhada aos interesses do grande capital não é percebido pelo discurso midiático como uma mera opção política, mas sim como uma ação eficiente e adequada. Nesse cenário, não há espaço para um jornalismo que promova o debate político de maneira semelhante ao jornalismo publicista de outrora. O jornalismo passa a ser absorvido pelo discurso midiático sob uma perspectiva de tecnologia de sociabilidades — compreendendo e agindo dentro dela baseada em sensações e no entretenimento imediato. Assim sendo, observa-se que esse jornalismo ocorre sob um modo controlado pela ação direta do capital (Oliveira, 2017, p. 93). Consequentemente, torna-se relevante discutir os métodos empregados na construção dessas imagens transmitidas aos cidadãos pelas grandes corporações midiáticas e pela crescente presença da indústria da mídia. Conforme Lippmann, citado por Oliveira (2017), esses processos incluem abordagens do mundo exterior que moldam uma representação do mundo em nossas mentes; estereótipos; a elaboração dos interesses que motivam atitudes, bem como do interesse comum, transferindo o particular para o universal; a ideia de democracia imaginada; além dos jornais atuando como instrumentos no agendamento informacional e na organização da inteligência coletiva. “Trata-se, portanto, de uma proposta de organização e de ação, uma estratégia destinada a construir um sistema de gerenciamento eficiente com a aparente participação coletiva (Oliveira, 2017, p. 97). Onde os grandes conglomerados midiáticos consideram-se os porta-vozes da vontade popular e, por isso, transformam qualquer tentativa de limitar o seu poder como um ataque à sociedade em geral.

Considerando esse contexto, faz-se imperativo destacar algumas particularidades do jornalismo brasileiro a fim de realizar uma justa adequação da problemática abordada. Tal pesquisa focaliza o comportamento hegemônico no Brasil; contudo, foi necessária uma contextualização preliminar para que pudéssemos compreender a crítica em um escopo mais amplo. Assim sendo, é fundamental entender inicialmente que a história de concentração de riquezas no país, cultivada por grupos dominantes herdeiros do passado colonial, constitui os indicadores que moldam o perfil

do mercado midiático nacional. Essas forças predominantes atuam na manutenção do cenário de concentração dos meios privados sem qualquer intervenção regulatória, esvaziando o debate acerca de políticas públicas destinadas a estabelecer redes informacionais robustas de natureza pública. Dessa forma, ao assegurar a permanência de um sistema de ideias predominantes, a prática hegemônica no jornalismo reflete uma visão profissional e teórica consolidada na referência hegemônica de produção e reprodução do conhecimento (Peixoto, 2019, p.8). É relevante observar ainda que o debate público no Brasil tem excluído grande parte da população e permanece sob o controle da mídia dominante. As normas relativas às concessões de radiodifusão seguiram uma lógica voltada à concentração das informações nas mãos de oligarquias regionais detentoras de propriedade cruzada dos meios comunicacionais, dificultando a pluralidade no debate público. Na prática, essa “censura velada” caracteriza-se pelo “efeito silenciador” decorrente do discurso hegemônico, que finge promover a liberdade de expressão enquanto perpetua mecanismos opressores. Tal dinâmica dialoga diretamente com a análise freireana sobre o impedimento da fala e a submissão dos marginalizados através da “cultura do silêncio”, configurando-se como uma forma sutil de censura. Essa manifestação encontra-se na omissão jornalística acerca de determinados temas específicos — afastando-os da formação do conhecimento e do debate social (Lima, 2012 apud Peixoto, 2019, p.74). Ademais, ela simplifica as complexidades reais ao apresentá-las sob versões polarizadas e estanques desconsiderando as dinâmicas de poder existentes entre as vozes presentes nos determinados discursos jornalísticos.

Ao se analisar o percurso histórico da República brasileira, que abrange 135 anos de existência, verifica-se que houve apenas períodos breves de normalidade democrática institucional; além disso, a relação entre o jornalismo brasileiro e os processos de formação e consolidação de uma democracia liberal permanece obscura, sobretudo por conta das recorrentes inconstâncias e instabilidades que marcaram este percurso. Um marco emblemático é o dia 1º de abril de 1964, data na qual a normalidade democrática foi interrompida por um golpe de Estado impulsionado por elites temerosas do crescimento dos movimentos sociais e alinhadas com interesses do imperialismo norte-americano. Essa ação contou com apoio quase unânime dos principais meios de comunicação, que aderiram ao discurso do "perigo comunista". Essa postura esteve alinhada a elites historicamente conservadoras, defensoras da manutenção de estruturas fundiárias arcaicas, relações laborais exploratórias e submissão aos interesses externos. Nesse contexto, o jornalismo hegemônico brasileiro frequentemente adotou uma postura

contrária a processos radicais de democratização do país, mesmo quando tais processos ocorriam dentro dos marcos institucionais do capitalismo e do liberalismo clássico (Oliveira, 2017, p.101). Dessa forma, o papel desempenhado pelos veículos jornalísticos na transição democrática foi marcado por uma atuação mais "controlada". Particularmente na televisão — predominante como veículo quase monopolista apoiado pelo regime militar — observou-se uma ocupação significativa da pauta pública, funcionando como uma instituição capaz tanto de legitimar quanto de deslegitimar lideranças políticas. Tal meio atingia praticamente todos os lares brasileiros (Oliveira, 2017, p.104). Do ponto de vista histórico, nota-se que há menos programas em que apresentadores representam ainda que de modo demagógico as vozes populares ou clamores pela ação estatal ou por políticas públicas voltadas aos grupos marginalizados. Em contrapartida, aumentam os quadros em programas voltados ao entretenimento ou ao chamado "jornalismo sério", centrados em exibir os "oprimidos" ou suas supostas superações — muitas vezes atribuídas ao esforço individual ou às ações filantrópicas da mídia e das empresas privadas. "Ao contrário do que se costuma imaginar, se não ouvimos a fala política dos habitantes das favelas - e mesmo dos moradores de rua -, não é porque eles estejam anestesiados, passivos ou não tenham nada a dizer: é porque sua voz é calada, abafada, distorcida" (Paiva; Santos, 2008, p.65). Além disso, discursos sobre violência — independentemente da ocorrência concreta — vêm sendo utilizados há mais de um século como instrumentos políticos: seja como moeda de troca na disputa pelo poder (prometendo segurança em troca dele), seja através da espetacularização jornalística para atrair audiências. É importante destacar que esse comportamento midiático geral e essa postura específica da imprensa — especialmente na exotização daqueles considerados estranhos à "nós" — derivam de um processo cultural mais amplo e enraizado: a tradição eurocêntrica na construção narrativas (Paiva; Santos, 2008, p.83). Assim sendo, as críticas aqui mencionadas refletem a essência do conceito de "*Simulacrum*":

Palavra latina que vem de *similis*, que significa o semelhante. De *similis* vêm as palavras *simul*, fazer junto, mas também competir, rivalizar, e *simili-tudo*, semelhante, analogia, comparação. De *similis* vem o verbo *simulare*, que significa representar exatamente, copiar, tomar a aparência de; este último significado leva o verbo a significar também fingir, simular. Ou seja, *simulacrum* tanto pode significar uma representação ou cópia exata como um fingimento, uma simulação" (Oliveira, 2017, p.62).

Compreendendo-se esse contexto, é fundamental analisar as experiências estéticas que promovem a catarse e o distanciamento, centradas exclusivamente na imitação ou repetição, restringindo ou negando as possibilidades de inovação criativa. Tais manifestações são frequentemente associadas às representações veiculadas pelos meios de comunicação tradicionais no Brasil. Nesse cenário, o simulacro emerge como uma reserva estratégica capaz de potencializar a ação autárquica do indivíduo em um espaço coletivo caracterizado pela conexão e pela emergência das sensibilidades (Oliveira, 2017, p.62). Dessa forma, a mídia consolida os valores hegemônicos atribuindo-lhe aspectos relacionados à racionalidade e à seriedade, constituindo seu capital de legitimidade perante os públicos dos segmentos médios que alcança (Oliveira, 2017, p.104). A espetacularização da realidade transforma silenciosamente os critérios de noticiabilidade. Por essa razão, atualmente torna-se difícil articular conceitos como o papel fiscalizador dos poderes e a defesa do interesse público junto com outros valores éticos fundamentais para a democracia na atividade jornalística brasileira (Oliveira, 2017, p.113). O jornalismo deixa seu propósito original de esclarecimento, ampliação do debate público e vigilância dos poderes instituídos para se tornar um coadjuvante na indústria do entretenimento e do espetáculo. Ademais, o avanço das tecnologias de comunicação e informação trouxe uma cultura de publicização universalizada, na qual a indústria midiática passou a representar o principal capital político. Essa conjuntura é favorecida pelo fortalecimento da cultura imagética e do simulacro, onde a verossimilhança substitui a busca pela verdade. Para esses efeitos, importa mais quem fala e como fala do que propriamente o conteúdo transmitido (Oliveira, 2017, p.170). Por fim, diante do problema apresentado, torna-se possível assumir uma postura crítica enquanto profissionais ao analisar a pragmática jornalística fundamentada na abordagem de Chaparro (1994, p. 13), que se apoia em questionamentos voltados à compreensão da comunicação freireana e às possibilidades de sua incorporação no jornalismo contra-hegemônico contemporâneo. Essa análise leva em consideração a relação intrínseca entre Ética, Técnica e Estética, tríade que constitui um conjunto harmonioso e inseparável das ações jornalísticas. A partir de três questões principais: de que modo os propósitos que motivam e as intenções que controlam as mensagens jornalísticas se manifestam, se ocultam ou são simulados na imprensa diária brasileira; quais interesses estão associados a esses propósitos e quais princípios éticos orientam as intenções que estruturam a ação jornalística; qual o impacto da revelação ou não dessas intenções sobre a disposição do leitor, especialmente em relação à decisão de consumir ou rejeitar a mensagem.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação inicia-se com uma introdução que expõe a justificativa centrada na comunicação freireana como ferramenta de resistência diante da manipulação midiática, destacando o papel do Instagram na promoção de práticas jornalísticas contra-hegemônicas. Subsequentemente, a questão central da pesquisa é contextualizada na crítica à hegemonia midiática, à mercantilização do jornalismo e à invisibilidade de grupos sociais marginalizados.

O Capítulo 1 configura a estrutura do estudo. No Capítulo 2, desenvolve-se o referencial teórico, abordando a comunicação freireana, o diálogo enquanto prática emancipatória, a relação entre educação e consciência no âmbito jornalístico, o compromisso ético e a construção de narrativas inclusivas. Discute-se ainda o papel do jornalismo como espaço de resistência e formação cidadã.

O Capítulo 3 descreve o percurso metodológico adotado, fundamentado na abordagem qualitativa e na Teoria Fundamentada Construtivista de Charmaz. São detalhadas as etapas de coleta e análise dos dados, bem como os critérios utilizados para seleção do corpus — composto por trinta publicações de três perfis jornalísticos no Instagram — além dos procedimentos de codificação e categorização.

No Capítulo 4, os dados coletados são observados e interpretados, evidenciando como os perfis @AlmaPretaJornalismo, @MidiaIndigenaOficial e @NosMulheresDaPeriferia incorporam princípios freireanos em suas práticas comunicacionais. O Capítulo 5 apresenta os resultados ao relacionar engajamento digital e participação ativa com a promoção de uma comunicação transformadora.

Por fim, nas considerações finais discute-se os desafios enfrentados pelo jornalismo contra-hegemônico no ambiente digital, sua contribuição para a democratização da informação e o fortalecimento de sujeitos historicamente silenciados, reafirmando o potencial emancipador da comunicação freireana nas redes sociais.

2. COMUNICAÇÃO FREIREANA E CONTRA HEGEMONIA: CONSTRUINDO NARRATIVAS CRÍTICAS

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA COMUNICAÇÃO FREIREANA NO JORNALISMO

Paulo Freire, destacado intelecto brasileiro nascido na cidade de Recife, Pernambuco, cujas concepções pedagógicas disseminaram-se globalmente. Existem centros de pesquisa que levam seu nome em diversos países, incluindo Finlândia, África do Sul, Áustria, Alemanha, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá. Sua trajetória acadêmica é marcada por 48 títulos de doutor honoris causa e múltiplas distinções concedidas por universidades e instituições tanto brasileiras quanto estrangeiras. Sua obra seminal, *Pedagogia do Oprimido*, alcançou o terceiro lugar em citações no campo das Ciências Humanas na escala mundial, conforme levantamento realizado por Elliott Green no Google Scholar em 2016. É importante salientar que a proposta de educação voltada à liberdade – fundamentada na pedagogia do oprimido – transcendeu os limites da Educação Formal; sua influência foi absorvida por diversos atores sociais e amplamente aplicada em contextos de educação não formal e informal em nível popular. Embora seu trabalho como educador não tenha tratado explicitamente da área da Comunicação, ao considerar a comunicação como elemento estruturante do diálogo e das relações entre educador e educando, Freire deixou contribuições relevantes para o campo do conhecimento nesta área. Por essa razão, é considerado o patrono da Educação no Brasil — honraria que algumas figuras vinculadas ao extremismo político conservador tentaram questionar ou relegar nos tempos recentes; contudo, sem sucesso.

Diante das controvérsias atuais no cenário nacional – especialmente acerca do negacionismo das ideias humanistas – verifica-se um ressurgimento do interesse na obra freiriana tanto no âmbito nacional quanto internacional: reconhecimento este que evidencia sua contribuição valiosa à área educativa. Vale lembrar que durante o contexto histórico ao qual pertenceu — marcadamente a partir de 1964 com o golpe militar –, Paulo Freire foi considerado subversivo devido às propostas relacionadas ao processo de alfabetização; consequência disso foi sua prisão em Recife por 75 dias e o exílio por quase dezesseis anos. Como consequência dessas circunstâncias, passou a residir em diferentes países: passagens notáveis incluem cinco anos no Chile — período produtivo resultando em obras essenciais como *Educação como prática de liberdade* e *Pedagogia do Oprimido* — além de uma estadia nos Estados Unidos durante dez meses enquanto ministrava

cursos na Universidade Harvard; neste período escreveu Ação Cultural para a Liberdade. Seus escritos reafirmam sua adesão prática e teórica às populações pobres e excluídas na luta pelo letramento em tempo oportuno. Em suas obras também se encontram conceitos-chave que ele criou e popularizou, tais como “educação bancária” e “conscientização”. Contudo, destacamos que foi na obra Extensão ou Comunicação (publicada no Brasil em 1971) que Freire consolidou sua posição no âmbito da educação para a cidadania ao estabelecer uma profunda ligação entre comunicação e educação. Nela critica a abordagem tradicional de extensão universitária — vista por ele como uma imposição verticalizada do saber pelo professor aos alunos passivos — propondo uma educação baseada na comunicação dialógica onde exista troca recíproca de conhecimentos entre ambos. Essa filosofia resultou nos chamados “Círculos de Cultura”, espaços onde participantes discutem temas pertinentes às suas vidas e comunidades promovendo um diálogo crítico-formativo.

Esses círculos representam a origem da pedagogia freireana ao contrapor-se à “educação bancária”, definida como aquele processo pedagógico que reduz o educando a mero receptáculo passivo para conteúdos elaborados pelos mestres detentores do saber — configurando mais um mecanismo de domesticação social do que uma verdadeira ação educativa libertadora. As primeiras experiências com os círculos ocorreram no Centro de Cultura Dona Olegarinha (bairro Casa Forte), em Recife; assim como na pequena Angicos (Rio Grande do Norte), onde Freire liderou um audacioso projeto de alfabetização acompanhado por estudantes universitários — ação marcante cujo impacto ultrapassou as fronteiras locais deixando marca relevante na trajetória educacional brasileira.

Chamava-se círculo porque todos os seus participantes se posicionavam no espaço formando a figura geométrica do círculo, e nessa disposição todos se olhavam e se viam. E cultura porque havia uma interação das relações do homem com a realidade, recriando-a e buscando-se a dinamização de seu espaço no mundo” (Figueiredo; Silva, 2021, p.167).

Essas experiências visavam promover atualização político-social através da participação consciente dos sujeitos oprimidos ou marginalizados pelo sistema hegemônico vigente nesta década decisiva dos anos 60: período marcado por intensos conflitos hegemônicos e contra-hegemônicos globalmente—com destaque para a América Latina enquanto palco múltiplo dessas lutas contra opressões variadas mediante insurreições armadas (movimentos populares), manifestações artísticas expressivas, organização trabalhista rural/urbana ou ações educativas populares. Assim sendo, a partir dessa perspectiva, as contribuições freireanas impactaram significativamente os setores

da educação popular e das comunicações alternativas: Paulo Freire afirmava que a “cultura do silêncio” desempenha papel ideológico fundamental ao naturalizar narrativas hegemônicas capazes de consolidar as estruturas sociais impostas pela matriz colonial Eurocêntrica. Dessa forma, se legitima desigualdades sociais através da hierarquização cultural fabricada pelo sistema capitalista. Assistimos hoje à continuidade desse quadro ideológico na qual, “educação bancária” e “cultura do silêncio” não representam meros preconceitos ou inferiorização momentâneas dos sujeitos estudantes, mas revelam mecanismos ideológicos sustentadores do capitalismo dependente latino-americano. No enfrentamento desses obstáculos que reproduzem privilégios/desigualdades, emergem fenômenos culturais frequentemente invisibilizados ou transformados em exotismos disfuncionais. Por isso, a pedagogia freiriana propõe uma ação cultural comprometida politicamente não como simples condutora dessa cultura, mas sobretudo capaz de potencializar os sujeitos históricos como agentes atuantes nas mudanças sociais emancipatórias.

Partindo dessa premissa, Freire fundamenta sua análise na compreensão histórica de que o Brasil emergiu e se desenvolveu sob condições adversas às experiências democráticas. Desde a nossa colonização marcadamente predatória, baseada na exploração econômica do vasto domínio territorial, em que o “poder do senhor” se estendia “das terras às gentes também”, além do trabalho escravo inicialmente indígena e posteriormente africano, inibiram-se as condições necessárias ao cultivo de uma mentalidade permeável e flexível, característica do ambiente cultural democrático do povo brasileiro (Freire, 1967, p.67). Ele sustenta que essa configuração contribuiu para a evolução de uma colonização marcada pela concentração fundiária em mãos de indivíduos singulares, os quais usurparam territórios e controlaram tanto as terras quanto os trabalhos ali realizados pelos povos que as ocupavam — inicialmente indígenas e, após isso, africanos escravizados. A partir dessa dinâmica surgiu uma cultura própria—um ambiente propício ao desenvolvimento daquele gosto misto por mandonismo e dependência, sustentado pelo “protecionismo”, fenômeno que se perpetua entre nós durante períodos de transição social (Freire, 1967, p.69). Essa estrutura social rejeitava o diálogo genuíno ou a comunicação autêntica; ao invés disso, promovia a circulação de “comunicados” impostos por coação ou por “doação”, resultando numa sociedade predominantemente silenciosa. Essa lógica foi alimentada pelos fiscais da Coroa na época colonial brasileira e pelos representantes do Poder Central durante o período imperial. Tais circunstâncias conferiram à população um senso de autoridade externa opressora —

moldando uma consciência acomodada à opressão ao invés de fomentar uma consciência livre e criativa, essencial para regimes verdadeiramente democráticos (Freire, 1967, p.71). Sendo imprescindível compreender que essa política colonizatória com seus moldes excessivamente paternalistas inviabilizou experiências democráticas concretas.

Ademais, rotular a população brasileira como “passiva” diante das injustiças sociais representa uma redução simplista da responsabilidade pela trajetória histórica nacional às próprias forças populares. Para romper com tal visão reducionista — que encontra justificativa na busca por entender as razões pelas quais chegamos até o presente momento — é fundamental adotar um olhar crítico e atento à nossa história. Isto envolve analisar períodos diversos: colonização, ditaduras militares e processos democráticos contemporâneos. O legado dessas eras inclui uma herança duradoura de desigualdades sociais profundas; no início, os detentores do capital, primariamente proprietários rurais e mais tarde os donos dos meios de produção, no qual, detinham o poder decisório sobre suas populações laborais, sendo estes grupos marginalizados relegados à condição sub-humana sem qualquer possibilidade real de escolha ou participação (Pereira; Fossá, 2021, p.31). Ainda, após o fim da escravidão e com a chegada maciça de imigrantes diversos esse quadro não mudou significativamente: continuou-se submetendo essa população heterogênea aos interesses de uma elite dominante — cuja manutenção se dava através doutrinação reforçada pelo poder econômico e político centralizador. Este controle determinava quem possuía o conhecimento necessário para exercer decisões informadas — geralmente pessoas instruídas nas cortes europeias — versus aqueles considerados ignorantes ou analfabetos; estes últimos eram utilizados apenas como força de trabalho para garantir sua sobrevivência material.

Na perspectiva freireana, esses indivíduos também necessitam de determinadas instituições que lhes possibilitem participar ativamente na constituição de sua sociedade. Contudo, eles requerem algo além disso: uma disposição mental específica, ou seja, experiências, atitudes, preconceitos e crenças compartilhados por todos ou pela maioria significativa (Freire, 1967, p.8). Nesse contexto, a questão central que emerge refere-se à compreensão crítica da totalidade em que estão inseridos; aqueles indivíduos tendem a captar fragmentos dessa realidade sem reconhecer a interação que constitui a própria totalidade. Essa incapacidade decorre do fato de que compreender essa totalidade exige uma abordagem oposta: seria imprescindível possuir inicialmente uma visão integral do contexto para posteriormente separá-lo em seus elementos ou parcialidades. A partir desse processo de cisão, retornariam com maior clareza à compreensão global analisada

(Freire, 2013, p.55). Dessa forma, Paulo Freire destaca a importância de analisar o conteúdo dos editoriais da imprensa acerca de um mesmo acontecimento. Afinal, por qual razão os jornais adotam diferentes abordagens diante do mesmo fato? É fundamental desenvolver no povo um espírito crítico para que possam ler jornais ou assistir às notícias nas emissoras de rádio não como meros receptores passivos - objetos das “comunicados” prescritos - mas como sujeitos conscientes cujo entendimento deve buscar libertar-se dessas imposições (Freire, 2013 p.68). Sob uma ótica comunicacional freireana, é essencial que os indivíduos se reconheçam como sujeitos do seu próprio pensamento; devem discutir suas próprias percepções do mundo — explícitas ou implícitas — manifestadas através de sugestões próprias e das contribuições dos seus colegas (Freire, 2013, p.69).

Compete-nos, assim, proceder à análise do período ditatorial e da significativa herança deixada pela influência da propaganda ideológica, que se disseminou por diversos espaços sociais. Na programação e na cobertura midiática, a força de caráter ideológico buscou incessantemente suprimir qualquer confronto com ideias contrárias, silenciando uma população percebida como uma massa passível de ser moldada conforme os interesses do regime. Nesse cenário, a estreita relação com a cultura de massa estadunidense, promovida através da transmissão de programas televisivos e produções cinematográficas, resultou na desconexão de segmentos da sociedade em relação às questões locais. Enquanto o entretenimento ocupava grande parte da grade das emissoras comerciais, os telejornais privilegiavam temas internacionais. Portanto, é imprescindível compreender que as hierarquias sociais e os obstáculos à realização da justiça social são produto de um percurso histórico moldado socialmente ao longo do tempo. Dessa forma, torna-se necessário promover uma reflexão crítica acerca dos critérios utilizados nos processos seletivos jornalísticos — tais como pautas, fontes consultadas, destaques e opiniões tidas como legítimas — visto que estes refletem construções sociais específicas. Em outras palavras, as conexões entre o conteúdo noticioso e a realidade são resultado de construções sócio-históricas. O silenciamento de determinadas vozes e a invisibilidade de certas pautas caracterizam um jornalismo baseado na cultura do silêncio. A presença constante de vozes legitimadas pela estrutura colonial do poder evidencia um jornalismo semelhante à educação bancária. Essas características juntas representam um jornalismo hegemônico que limita o exercício pleno da cidadania, não apenas em suas dimensões mais radicais relacionadas ao contrato social.

Assim, as razões de caráter histórico-sociológico, cultural e estrutural explicam a rejeição ao diálogo, formando uma experiência existencial inserida dentro do escopo do antidiálogo. O latifúndio, em sua natureza estruturante vertical e rígida, configura-se como um fenômeno antidialógico por excelência. Por constituir uma estrutura fechada que dificulta a mobilidade social ascendente, o latifúndio promove uma hierarquia nas camadas sociais na qual os estratos inferiores são considerados, de modo geral, como inerentemente inferiores. Para que tais estratos sejam vistos desta forma, é necessário que haja outros que os considerem assim, além de se perceberem superiores a eles próprios. Nesse sentido, uma estrutura latifundiária de origem colonial oferece ao proprietário das terras, através do prestígio e da força exercidos, a extensão de sua posse também sobre os indivíduos humanos (Freire, 1996, p.38). Considerando esse cenário, os opressores — na medida em que submetem as maiorias às suas vontades — oprimem-nas com o objetivo de dividir para dominar e assegurar a continuidade do seu poder. Assim sendo, esses não podem permitir o surgimento de uma unificação das massas populares, visto que tal movimento representaria uma ameaça significativa à sua hegemonia. Dessa forma, qualquer ação capaz de despertar nas classes oprimidas a consciência da necessidade de união é prontamente interrompida pelos opressores por meio de métodos diversos, incluindo ações fisicamente violentas (Freire, 2013, p.79-80). Nesse contexto, Paulo Freire sustenta que tais estratégias são imprescindíveis para manter o status quo e preservar o poder dos dominadores; portanto, é fundamental que os oprimidos não percebam claramente esse jogo de dominação ou desenvolvam uma consciência crítica acerca dele. A manipulação torna-se assim uma ferramenta indispensável às elites dominantes para garantir a manutenção do controle por meio de um tipo inautêntico de organização das massas populares emergentes (Freire, 2013, p.84).

Sob essa perspectiva, Freire sugere uma relação solidária entre o presente e o passado, na qual o presente se direciona ao futuro dentro de um processo contínuo da história. Nesse entendimento, o domínio cultural e histórico — que corresponde à assim chamada estrutura vertical do ser humano — é caracterizado pela intersubjetividade e pela comunicação entre os indivíduos. “Se essa intercomunicação, contudo, existisse apenas dentro de uma mesma unidade ‘epocal’, não haveria continuidade histórica” (Freire, 1996, p. 50). A continuidade da história ocorre precisamente porque essa intersubjetividade e essa comunicação ultrapassam os limites de uma única etapa epocal e alcançam a etapa seguinte. Essa conexão comunicativa intertemporal constitui aquilo que Freire denomina de “estrutura horizontal”. Assim sendo, os sujeitos participam do

processo de transformação social ao mesmo tempo em que desenvolvem sua própria consciência e promovem a conscientização dos demais. Trata-se, portanto, de processos de engajamento na mobilização coletiva, na organização para a luta por direitos e na reivindicação por justiça. Nesta linha de pensamento freireana acerca da comunicação, a mudança na linguagem integra-se no processo mais amplo de transformação do mundo. Nessa concepção, a relação entre linguagem-pensamento-mundo é dialética, processual e contraditória; ou seja, para superar qualquer discurso autoritário—e estabelecer um discurso democrático, antidiscriminatório—é imprescindível envolver-se também em práticas democráticas efetivas. Não se pode limitar a adotar um discurso democrático sem praticar ações correspondentes; do contrário, configura-se uma postura colonial disfarçada (Freire, 1992, p. 36). Assim sendo, o sonho de promover a humanização é um processo contínuo e dinâmico que implica romper as restrições concretas — econômicas, políticas, sociais ou ideológicas — que contribuem para nossa desumanização. O sonho manifesta-se como uma exigência constante na trajetória histórica que somos responsáveis por construir e reconstruir continuamente. É importante reconhecer também que perceber apenas nossas limitações ou potencialidades não é suficiente; é necessário acoplar essa percepção com uma luta política concreta pela transformação do mundo (Freire, 1992, p. 51-52). Dessa forma, Freire defende que a libertação dos indivíduos só adquire pleno significado quando se realiza através da transformação efetiva da sociedade:

Na percepção dialética, o futuro com que sonhamos não é inexorável. Temos de fazê-la, de produzi-la, ou não virá da forma como mais ou menos queríamos. É bem verdade que temos de fazê-lo não arbitrariamente, mas com os materiais, com o concreto de que dispomos e mais com o projeto, com o sonho por que lutamos (Freire, 1992, p.52).

Portanto, não há como negar que nosso passado escravocrata exerce uma influência duradoura sobre a sociedade contemporânea. Esse legado atravessa todas as classes sociais, tanto as dominantes quanto as subjugadas, revelando interpretações do mundo e práticas que permanecem explicitamente vinculadas a incidentes históricos presentes em cada momento (Freire, 1992, p. 55). Desde a formação de uma compreensão crítica acerca das minorias culturais, é imprescindível reconhecer que essa compreensão transcende questões estritamente raciais ou sexuais; ela também exige uma análise do corte de classe embutido nessas identidades. Em outras palavras, o sexo isoladamente não consegue explicar toda a dinâmica social; da mesma forma, raça e classe isoladamente também não são suficientes para compreender os fenômenos. A discriminação racial não

pode ser reduzida unicamente a um problema de classe como o sexismo, por outro lado. Contudo, sem considerar o aspecto de classe, é inviável entender plenamente os processos de discriminação racial ou sexual, assim como as próprias dinâmicas enfrentadas pelas minorias. Além das características físicas (cor da pele) e das diferenças sexuais, existe ainda o aspecto ideológico — a “cor” da ideologia (Freire, 1992, p. 79). Assim sendo, torna-se evidente a necessidade de buscar unidade na diversidade. O esforço para conciliar diferenças e promover uma convivência harmoniosa já constitui um passo inicial na construção de uma sociedade multicultural. É fundamental reforçar que a multiculturalidade — entendida como convivência no mesmo espaço entre diferentes culturas — não é um fenômeno natural nem espontâneo; trata-se de uma criação histórica que exige decisão consciente, vontade política e mobilização coletiva dos grupos culturais com objetivos comuns. Isso implica na implementação de práticas educativas coerentes com essas metas e na constituição de uma ética fundamentada no respeito às diferenças (Freire, 1992, p. 80). Para alcançar o sucesso nessa luta por igualdade e reconhecimento cultural, ambos os aspectos da consciência ética e política dos indivíduos envolvidos assumem papel central. Nenhum colonizado — seja enquanto indivíduo ou nação — alcança sua libertação ou reafirmação de sua identidade cultural sem assumir sua linguagem e seu discurso para que possam ser efetivamente reconhecidos (Freire, 1992, p. 91).

Dessa forma, faz-se fundamental reconhecer e considerar as diferenças e desigualdades como elementos essenciais nos atos comunicativos, bem como admitir que a comunicação constitui o primeiro estágio na construção de uma convivência que valorize a diversidade. Essa premissa desafia a visão de deliberação como uma dimensão imprescindível e linear da democracia. Freire costumava afirmar que seu método não deveria ser simplesmente copiado, mas sim revisado e transformado. Sua abordagem sempre visou que os indivíduos partam de sua realidade contextual, de suas necessidades e conhecimentos para desenvolver processos educativos voltados à transformação social. Tais características são imprescindíveis na elaboração do conteúdo jornalístico contemporâneo. O educador sustentava que a predominância do comércio dificultava uma atuação mais séria por parte dos jornalistas brasileiros, especialmente no campo do telejornalismo. Tal dificuldade era ainda maior em uma época em que o jornalismo se entrelaçava cada vez mais com uma indústria de entretenimento emergente, gerando novas categorias de informação socializada, como o infoentretenimento e a iconização das informações massificadas decorrentes do avanço dos meios audiovisuais. A

integração dessas duas áreas promovida pelos discursos da mídia hegemônica resulta na apropriação do direito à cidadania. Consequentemente, os grandes conglomerados midiáticos se veem como representantes da vontade popular, interpretando tentativas de limitar seu poder como ameaças ao conjunto da sociedade. Assim, o papel emancipador do jornalismo, inicialmente centrado na disseminação de ideias, desloca-se para o ato de desvendar os segredos do poder; nesse contexto, a busca por escândalos transforma o jornalismo em um ator político que negocia os valores do capital político das lideranças por meio da divulgação desses escândalos, contribuindo para uma desideologização do embate político. Esse fenômeno remete ao conceito de Adorno acerca da "sociedade administrada", na qual os consensos firmados eram tão arraigados e totalizantes que praticamente suprimiam qualquer possibilidade de questionamento, discussão ou elaboração de alternativas (Oliveira, 2017, p.117).

Atualmente, pode-se considerar que a análise proposta por Freire encontra-se contextualizada e limitada a um ambiente específico no qual ele atuou, sugerindo que tais condições sofreram transformações ou já foram superadas. Contudo, ao considerarmos sua ênfase na observação contínua e na postura crítica diante do entorno, é possível ampliar tal interpretação do silêncio rural para outros cenários de atores sociais atualmente ativos, refletindo uma pluralidade de vozes. Nesse sentido, o jornalismo constitui um exemplo relevante. Ao realizar uma observação crítica dos nossos contextos atuais, podemos identificar a presença de indivíduos sobre os quais persistem relações de domínio e subordinação que se ampliam e aprofundam. Essa realidade não está restrita ao Brasil, mas também se manifesta na América Latina, evidenciando setores marcados por marginalização e segregação. Considerando essa complexidade presente no mundo digital contemporâneo, no qual as formas e funções da comunicação estão em constante transformação, percebe-se que a promoção de valores éticos pode colaborar para construir caminhos mais justos nesse universo, abordando questões relacionadas aos direitos humanos, à justiça, à democracia e à diversidade social. Estes representam dois dos principais desafios enfrentados por todos os agentes envolvidos na utilização eficiente das formas tradicionais, digitais e alternativas de comunicação em diferentes esferas da sociedade moderna. No entanto, essa integração apresenta novas dimensões demandadas pelo entendimento do ecossistema comunicacional — aspecto fundamental para refletir sobre o papel do jornalismo e a prática do ensino universitário destinado aos futuros profissionais da área. Como já discutido anteriormente, toda ação educativa deve ser precedida de uma reflexão aprofundada acerca da realidade vivenciada pelas pessoas e

grupos sociais com os quais se pretende envolver-se. Assim sendo, torna-se imprescindível atentar para as dinâmicas da comunicação na internet, onde os atuais processos de globalização da informação continuam a se expandir e fragmentar-se exponencialmente. Embora pareçam surgir novos espaços de interação digital, o verdadeiro desafio reside no controle exercido pelos sistemas desses ambientes sobre os fluxos informacionais e as possibilidades de interação. Os algoritmos podem criar um mundo virtual artificial ou recriado online — repleto de discursos mentirosos ou violentos — muitas vezes sem que o usuário esteja plenamente consciente dessa reconstrução da realidade representada. Ademais, observa-se a circulação de notícias carregadas de preconceitos e estereótipos numa mídia frequentemente marcada pela ausência de ética; essas informações tendem a simplificar excessivamente tanto as situações quanto as identidades das pessoas envolvidas.

Dessa forma, a globalização fomenta conexões globais, contudo, a crescente mercantilização da internet — considerada por alguns uma ação insidiosa — pode exercer influência sobre as identidades dos indivíduos com fins publicitários ou políticos. Em cenários informacionais e comunicacionais fragmentados, caracteriza-se a comunicação um-para-um, na qual algoritmos têm potencial de gerar conteúdos direcionados a cada usuário; assim, é imprescindível repensar os contextos nos quais os usuários se relacionam com as realidades midiáticas. Tal dinâmica pode afetar, tanto no âmbito informacional quanto político, a formação da opinião pública em uma sociedade democrática (Urbina, 2023, p.98). Nesse quadro, torna-se fundamental dedicar tempo e reflexão às formas discursivas e representativas que moldam narrativas e comunicações presentes nesses ambientes. A presença de multimídia na web reforça ainda mais a necessidade de investigar fenômenos como infodemia, disseminação de inverdades e informações enganosas no espaço digital. Consequentemente, uma aplicação adequada das ideias freirianas no jornalismo deve ir além de uma mera ferramenta teórica para compreensão descritiva do fenômeno; para Freire, "compreender a realidade" constitui apenas uma etapa dentro de um ciclo contínuo de transformação permanente do ser humano (Meditich, 2023, p.87). Além disso, é crucial reconhecer que as teorias da comunicação "participativa", "horizontal" e "alternativa" possuem forte ligação com os princípios freirianos. Tais conceitos — incluindo horizontalidade, simetria nos diálogos, direitos coletivos e ações colaborativas — devem ser resgatados atualmente para revitalizar uma perspectiva humanista que seja ainda mais abrangente do que aquela observada por Freire em sua época. No presente momento, há diversos aspectos

compartilhados pela humanidade que originaram conceitos como “globalização”, “noosfera” (concebida por Teilhard de Chardin), “aldeia global” (McLuhan) entre outros similares (Ruiz, 2023, p.30). Contudo — nesses contextos — o anseio freiriano de unir o “eu” e o “eles” em um “nós”, aproximando-se assim de uma ética e cultura universalistas fundamentadas na comunicação e solidariedade permanece relevante; essas dimensões estão indissociavelmente ligadas ao aprofundamento democrático e ao pleno respeito aos direitos humanos. Nesse processo, há renovação da consciência popular porque os indivíduos permanecem vivos no sentir e no refletir; eles possuem capacidade crítica para contestar ideologias impostas por instâncias dominantes e reinterpretar seu passado sob perspectivas não hegemônicas (Paiva; Santos, 2008, p.67). Por fim, os princípios freirianos refletem o momento atual ao dialogar com questões essenciais enfrentadas na contemporaneidade — como o desenvolvimento humano justo, a compreensão das injustiças sociais e a capacidade de atuar para superá-las.

2.2 DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO NA COMUNICAÇÃO

Para fundamentar uma prática jornalística alinhada aos princípios da comunicação desenvolvidos por Freire, é imprescindível incorporar a perspectiva do “outro”, promovendo assim um diálogo originado do encontro entre diferentes pontos de vista, a participação democrática e o empoderamento como meios de possibilitar tanto a expressão individual quanto coletiva. Nesse contexto, deve-se dar atenção a um dos pilares estruturantes do pensamento pedagógico de Paulo Freire, que, além de atuar como um articulador, tem no valor do conceito de diálogo sua principal referência. Freire discute o tema do diálogo em grande parte de sua obra intelectual, com ênfase específica em três títulos: “A educação como prática de liberdade”, “Pedagogia do oprimido” e “Extensão ou comunicação?”. A partir dessas fontes, o educador esclarece a relevância e as particularidades do diálogo, destacando especialmente seu contraponto, denominado antidiálogo. Este conceito visa promover um intercâmbio inclusivo, pluralista e democrático — termo que ele denomina “dialogicidade”. O antidiálogo refere-se às condições resultantes das desigualdades existentes entre os indivíduos em uma sociedade, criando distâncias que se estabelecem como se fossem fenômenos naturais quando são impostas socialmente. Assim sendo, Freire enfatiza “o que se pretende, com o diálogo (...) é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a

realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la” (Freire, 2013, p.41).

Ao aprofundar-se nos estudos de Paulo Freire, percebe-se que o diálogo capaz de promover reflexão transcende a mera discussão de conteúdos, pois todo espaço de interação surge da vivência do ato investigativo. Para que realmente se ingresse na experiência dialógica, é imprescindível iniciar com uma questão, a qual é precedida por um silêncio carregado de significado, marcado pelo interesse e pela observação atenta. Dessa forma, “quando o indivíduo consegue ‘objetivar a realidade’ e identificar nessas interações o seu papel de ‘criador ou recriador’ da cultura, criam-se as condições propícias para a ação comunicativa” (Urbina, 2023, p. 101). Tal ação comunicativa constitui o elemento que possibilita ou direciona um encontro dialógico. Freire reconfigura a função da comunicação como uma vivência situada no contexto e voltada à compreensão do outro. Assim sendo, os agentes comunicadores devem levar em consideração o ambiente no qual atuam. Nos dias atuais, embora a tecnologia facilite conexões participativas, o maior desafio reside em promover encontros verdadeiramente significativos por meio do diálogo com os outros. A perspectiva freiriana aproxima-nos das experiências de pessoas que enfrentam desigualdades; indivíduos que ao buscar compreender a realidade podem alcançar direitos e liberdades fundamentais dentro de um sistema democrático. Essa capacidade de compreender a realidade deve constituir uma prática essencial dos comunicadores. Portanto, o diálogo, antes de promover homogeneidade, serve sobretudo para compreender a diversidade e os direitos das pessoas em suas diferenças; trata-se de um diálogo plural que respeita os lugares de fala e não busca silenciar a maioria — ao contrário — procura valorizar vozes silenciadas ou reprimidas em diversos contextos sociais, incluindo movimentos sociais. “Assim sendo, esses movimentos reivindicam o fim do mutismo e da cultura do silêncio; portanto, só é possível estabelecer o diálogo mediante o reconhecimento e respeito às diferenças” (Bassi; Junior; Peruzzo, 2022, p. 43). Em outras palavras, para Freire o diálogo não se restringe à extensão das palavras; ele representa uma intercomunicação. Compreender isso é fundamental para reconhecer que o diálogo está intrinsecamente ligado à humildade e à habilidade de ouvir atentamente.

O diálogo, por sua vez, constitui uma escolha ética que abarca tanto a aspiração de ser compreendido (ao se comunicar de forma acessível) quanto o risco de não ser entendido (ao adotar uma linguagem prolixa). Assim sendo, torna-se imprescindível promover a humildade nas interações grupais e aprimorar a capacidade de escuta como

estratégia para valorizar o conhecimento do outro; tais atitudes são essenciais para fomentar a troca de saberes e a construção coletiva do conhecimento. Portanto, trata-se de uma ética, uma pedagogia e uma cultura genuína do “nós”, que fundamentam-se na fraternidade e no trabalho compartilhado, eliminando assim a visão do outro como adversário ou estrangeiro (Ruiz, 2023, p.29). Para o educador, o diálogo representa sua própria essência; e, sendo humano, a existência não pode ser silenciosa ou destituída de voz. Dessa maneira, a autenticidade do diálogo encontra-se profundamente relacionada ao reconhecimento de si mesmo através do outro. Em consonância com esses princípios, Paulo Freire colocou a comunicação como elemento central de sua práxis pedagógica, sustentando que ela favorece o desenvolvimento integral do ser humano e que sua ausência pode explicar fenômenos como violência, ódio, opressão, maldade, exclusão, abuso e injustiça. Esse “nós” permanece assim enraizado no núcleo ético proposto por Freire à humanidade — um fundamento capaz de gerar uma nova cultura universal que respeite as diferenças entre os povos e defenda seus direitos à autodeterminação por meio de uma convivência justa e pacífica. Nesse sentido, experiências desse tipo de encontro são marcadas por um caráter relacional-democrático: edificante e transformador; permeando transversalmente a proposta educativa e remetendo à essência da ação comunicativa entre as pessoas — o processo de comunicação humana (Alvis, 2023, p.69). Assim sendo, na perspectiva freireana do diálogo, cada indivíduo é igualmente responsável por si mesmo e pelos demais. Dessa forma, a “essência humana” é sempre um “nós”, indicando que toda comunicação entre semelhantes está intrinsecamente ligada à condição humana e constitui base para todas as formas de sociabilidade e transformação social. Ademais, Paulo Freire tinha pleno conhecimento dos limites da democracia formal. Ainda que utilizasse conceitos populistas da democracia participativa em suas abordagens pedagógicas críticas à cidadania plena.

Paulo Freire propôs uma pedagogia dialógica e estimulante, que vai além dos métodos convencionais de ensino baseados exclusivamente na transmissão de conhecimentos; ademais, ele recomendou uma abordagem comunicativa que se opõe ao paradigma predominante do modelo desenvolvimentista. Nesse conceito, o sujeito pensante não é capaz de refletir isoladamente: a sua cognição depende da participação conjunta de outros sujeitos durante o ato de pensar acerca do objeto em questão. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso”, e não o contrário. Esta coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação (Freire, 2013, p.57). Dessa maneira, na interação comunicativa não há espaço para

participantes passivos; pelo contrário, os interlocutores compartilham intenções relacionadas ao tema discutido — o objeto do diálogo — articulando e transmitindo suas próprias reflexões sobre a questão. Os sujeitos envolvidos no diálogo manifestam-se por intermédio de um sistema comum de signos linguísticos dentro de uma relação dialógica. Cabe salientar que a fundamentação epistemológica proposta por Freire não privilegia a equalização ou supressão do poder; ao contrário, ela reconhece sua existência enquanto busca valorizar os indivíduos frequentemente marginalizados e ampliar sua influência. Por isso, torna-se indispensável compreender os “círculos de cultura” na práxis dialógica. Nesse contexto, todos se reconhecem no círculo em uma postura de comunicação e interação realizadas sob condições iguais, independentemente das diferenças inerentes aos sujeitos — suas existências individuais, desejos, medos, inquietações, sonhos e esperanças.

A dialogicidade, por conseguinte, não deve ser interpretada como uma competição argumentativa na qual um indivíduo busca persuadir o outro com suas próprias certezas e convicções. Ao contrário, ela configura-se como uma contribuição ao progresso coletivo, ou seja, à construção do conhecimento. Essa abordagem problematiza situações com a finalidade de desmascarar, analisar e estabelecer diálogo com os demais, visando ultrapassar interpretações ingênuas e promover transformações na realidade. Dessa forma, nas relações sociais que favorecem a mudança social, destaca-se a centralidade do diálogo em articulação com as culturas locais, mediante a troca de saberes e o fortalecimento do acesso a práticas comunicativas de qualidade nos ambientes de interação. Tal processo promove a autonomia dos sujeitos sociais, contrapondo-se ao discurso colonizador. Cabe salientar que esse diálogo não acontece isento de conflitos; ao contrário, as divergências entre indivíduos acerca de temas ou visões de mundo integram a experiência humana e o desenvolvimento societal. O objetivo não é eliminar as diferenças, mas construir pontes comuns partindo desses diferentes pontos de partida. A capacidade de comunicação proposta por Freire reside na interconexão; trata-se de uma experiência que vai além de um movimento dialético contínuo — ida e vinda —, configurando-se como uma verdadeira descoberta do outro e de seu conteúdo, possibilitando assim um diálogo genuíno. Em contraste com a concepção “bancária” da comunicação, na qual o “saber” é simplesmente transmitido pelos supostos sábios àqueles considerados ignorantes — uma doação fundamentada numa das manifestações instrumentais da ideologia opressora: a absolutização da ignorância — essa postura constitui uma alienação da ignorância ao atribuí-la exclusivamente ao outro (Freire, 1970,

p.33). Nesse sentido, o importante é adaptação confortável ao espaço atualmente normalizado no qual se busca manter-se fixo; tal postura implica negar a temporalidade e rejeitar sua própria identidade. Somente pelo diálogo há possibilidade efetiva de comunicação; sem ela, não há educação genuína para Freire. Este entendimento não consiste em transmitir “A” para “B”, ou impor “A” sobre “B”, mas sim em um aprender mútuo compatível com o mundo — mediado por ele (Freire, 1970,p.48). O mundo impõe impressões e desafios aos indivíduos — suscita diferentes visões ou pontos de vista —, todas impregnadas por desejos, dúvidas, esperanças ou desalentos que escondem temas profundos e significativos.

Assim sendo, a crítica central concentra-se na utilização do termo "extensão" quando este implica de forma significativa processos como transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural e manipulação. Todas essas ações tendem a transformar o ser humano quase numa "coisa", negando sua condição de agente de transformação do mundo; pois, ao se referir ao conceito de extensão, subentende-se a ação de conduzir, transferir, entregar ou depositar algo em alguém. Nesse contexto, há uma clara conotação mecanicista. Contudo, cabe questionar: o que exatamente está sendo levado ou transmitido — no último caso, depositado em alguém — geralmente os oprimidos? Dessa forma, o sujeito que realiza a ação de estender é um ator ativo diante de espectadores aos quais direciona seu conteúdo; ele deposita algo neles (Freire, 2013 p.17). Considera-se imprescindível superar uma visão ingênua do conhecimento humano que percebe a aquisição do saber como mera transferência e depósito para um público passivo e dócil dos conteúdos impostos por outro. Para Freire, combater essa compreensão requer uma abordagem dialógica autêntica. Somente através do diálogo pode-se alcançar uma relação genuína. A finalidade desse diálogo — seja no âmbito do conhecimento científico e técnico ou do saber experiencial — é problematizar o próprio conhecimento em relação à realidade concreta onde ele nasce e sobre a qual atua; assim, pretende-se melhor compreendê-la, explicá-la e transformá-la (Freire, 2013 p.41). Afinal, se o objeto de pensamento fosse apenas um comunicado puro, não representaria um significado mediador entre sujeitos. Caso o sujeito "A" não detecte no objeto o termo correspondente ao seu entendimento — considerando que este serve como mediação entre ele e outro sujeito "B" — então na comunicação também não há como transformar o “B” em incidência receptora do conteúdo sobre o qual pensa. Do contrário — e ocorre quando assim acontece — não haveria comunicação real; haveria simplesmente um sujeito atuando ao transformar o outro em mero recipiente passivo de suas mensagens (Freire,

2013 p.57-58). Assim sendo, a perspectiva comunicacional defendida por Paulo Freire baseia-se na reciprocidade entre os sujeitos; elemento fundamental que não pode ser negligenciado. Nesse sentido, deve-se compreender o pensamento freireano em sua dupla dimensão: cognitiva e comunicativa. Portanto, a comunicação não admite sujeitos passivos: indivíduos que ao se colocarem intencionalmente frente a um objeto reflexivo compartilham conjuntamente os significados construídos nesse processo. Essa modalidade de comunicação caracteriza-se pelo caráter dialógico inerente ao processo; pois comunicar-se requer necessariamente dialogar. Trata-se de uma comunicação crítica e comprometida com a troca dialógica real dos sentidos participados por todos os envolvidos.

Nesta comunicação, que se faz por meio de palavras, não pode ser rompida a relação pensamento-linguagem-contexto ou realidade. Não há pensamento que não esteja referido à realidade, direta ou indiretamente marcado por ela, do que resulta que a linguagem que o exprime não pode estar isenta destas marcas (Freire,2013, p.61).

Assim, as interações do indivíduo com a realidade resultam de sua presença e envolvimento nela, através de atos de criação, recriação e tomada de decisão, pelos quais ele dinamiza seu mundo. Nesse processo, ele assume o controle sobre a realidade, humanizando-a e acrescentando-lhe elementos que são produtos de sua própria ação. Além disso, ele contemporiza os espaços geográficos, contribuindo para a cultura (Freire, 1967, p. 43). É também por meio da criação, recriação e decisão que o ser humano deve participar das épocas históricas e compreender sua própria historicidade. Freire entendia que as tarefas específicas de seu tempo não eram captadas pelo homem comum automaticamente; elas eram apresentadas por uma “elite” que as interpretava e transmitia em forma de orientações ou prescrições a serem seguidas. Essa abordagem transitiva crítica caracteriza-se por uma educação dialógica e ativa, voltada à responsabilidade social e política, marcada por uma interpretação profunda dos problemas enfrentados. “Precisávamos de uma Pedagogia de Comunicação, com que vencêssemos o desamor acrítico do antidiálogo. Há mais. Quem dialoga, dialoga com alguém sobre alguma coisa. Esta alguma coisa deveria ser o novo conteúdo programático da educação que defendíamos” (Freire,1967 p.108). Nesse sentido, a comunicação não se limita ao uso de palavras carregadas de sentido existencial — portanto carregadas de conteúdo emocional — bem como às expressões típicas do povo ou vocábulos relacionados às experiências dos grupos aos quais o profissional pertence. A comunicação autêntica é dialógica: reconhece interlocutores e manifesta-se na disposição para o aprendizado mútuo. O

simples ato comunicativo consiste na emissão de sentenças fechadas sem abertura ao outro; tal prática é prejudicial quando não é inócua (Freire; Guimarães, 2022, p. 14). Portanto, conforme definido por Freire, a comunicação constitui uma relação social que exige uma “reciprocidade dialética” com caráter político: essa verdadeira comunicação é um processo cultural genuíno — tanto em escala internacional quanto macrossocial — que depende de uma transformação radical na sociedade aliada à libertação dos oprimidos. Assim sendo, comunicação e cultura devem ser abordadas e estudadas na sua relação dialética com o contexto social onde se inserem; isto é: na realidade concreta em que vive o indivíduo (Lima, 2011, p. 120). Dessa maneira, o conceito freireano de comunicação como relação social carrega consigo o significado derivado da etimologia da palavra comunicação — comunidade, comunhão e comunidade compartilhada (comunis).

2.3 EDUCAÇÃO E CONSCIÊNCIA NO JORNALISMO

A compreensão da Educomunicação, aliada aos princípios delineados por Paulo Freire, configura-se como uma abordagem voltada à emancipação social e à valorização da diversidade no âmbito do jornalismo. Desde a concepção inicial do conceito até sua organização de maneira sistematizada, a Educomunicação tem sido percebida como um conjunto de ações que envolvem o planejamento e a avaliação de processos, programas e produtos destinados à criação e ao fortalecimento de ecossistemas comunicacionais em ambientes educativos, sejam eles presenciais ou virtuais. A dimensão estratégica das ações comunicacionais no nosso tempo foi antecipadamente reconhecida por Paulo Freire na década de 1960; ao trabalhar com as questões de alfabetização, formação profissional e cidadania, ele defendia que promover educação implica promover comunicação. Dessa forma, o entendimento do Núcleo de Comunicação e Educação da USP acerca do conceito aponta para um campo emergente na interface entre os domínios tradicionais da educação e da comunicação. Atualmente, apresenta-se como uma via promissora para a renovação das práticas sociais que visam ampliar as condições de expressão de todos os segmentos humanos (Soares, 2011, p.15). Cabe destacar sua responsabilidade na construção de um mundo mais comunicativo, contribuindo para que os meios de informação sirvam à edificação de uma sociedade mais humana, pacífica e solidária. Nesse contexto, encontra-se o cerne desse processo formativo enquanto instrumento inerentemente transformador.

Diante dessa perspectiva, para estabelecer um diálogo efetivo entre os dois campos, parte-se do entendimento de dois axiomas fundamentais: o primeiro postula que a educação somente ocorre enquanto ação comunicativa, uma vez que a comunicação se manifesta como fenômeno inerente às diversas formas de formação do ser humano. Nesse sentido, o tipo de comunicação adotado passa a conferir identidade ao processo educativo, qualificando-o; por exemplo, a expressão "educação bancária", cunhada por Paulo Freire, indica uma abordagem vertical na disseminação do conteúdo. Em contrapartida, a chamada "educação dialógica" representa um esforço direcionado à construção coletiva e solidária do conhecimento. O segundo axioma assinala que toda comunicação—enquanto produção simbólica e troca ou transmissão de sentidos—constitui-se como uma ação educativa em si mesma. Assim sendo, diferentes modelos comunicacionais gerariam efeitos educativos distintos. Como consequência, defende-se uma tese sustentando que uma comunicação essencialmente dialógica e participativa potencializa as possibilidades de aprendizagem, conscientização e mobilização social. À esse pré-requisito, bem como ao contexto multidisciplinar em que se insere, atribuímos o conceito de educomunicação. Ainda que ambos sejam considerados fenômenos distintos, sua interdependência é imprescindível frente às próprias demandas da convivência em sociedade (Soares, 2011,p.17).Portanto, no cenário contemporâneo — marcado pelo apelo por informações imediatas — refletir sobre os sistemas linguísticos (que se articulam através de múltiplos códigos) e sobre os processos comunicativos derivados das diferentes formas de linguagem constitui-se mais do que uma necessidade; é uma garantia de participação ativa na vida social e na cidadania idealizada. Como mencionado por um órgão responsável pelas políticas públicas educacionais, os processos comunicativos possibilitados pela linguagem representam condições indispensáveis para essa participação (Soares, 2011, p.16). Dessa forma, as relações comunicacionais entre indivíduos e grupos humanos transformam-se no ambiente natural da educomunicação. Sua missão consiste em aprimorar essas relações mediante o grau de interação que possam gerar. Conceitos como democracia, dialogicidade, expressão comunicativa e gestão compartilhada dos recursos informacionais integram seu vocabulário fundamental — presentes onde práticas comunicativas influenciam significativamente a vida social.

A expressão educomunicação possui uma trajetória histórica prévia. Sua consolidação foi apoiada por diversos gestores culturais, sob os auspícios da UNESCO, a partir da década de 1980, para designar uma prática genericamente reconhecida na Europa como *Media Education* (educação para a recepção crítica dos meios de

comunicação) (Soares, 2011, p.33). Na América Latina, esse movimento foi mais expressivo dentro do contexto do movimento denominado "educação popular", "comunicação alternativa" ou "comunicação popular e alternativa", adotando uma perspectiva dialética. Nesse cenário, as ações e cursos promovidos por entidades envolvidas com essa temática buscavam discutir não apenas o efeito das mensagens midiáticas sobre as audiências, mas sobretudo a relação que esses receptores estabeleceriam com os meios de comunicação ou, em outras palavras, a forma como as audiências reagiam e se articulavam ao receber e atribuir novos significados aos conteúdos midiáticos. Durante a década de 1990, núcleos de extensão universitária bem como ONGs dedicadas à utilização da mídia na formação de crianças e jovens no Brasil difundiram metodologias voltadas à prática educacional midiática (Soares, 2011, p.34). Assim sendo, algumas dessas organizações passaram a compreender que o exercício de "produzir comunicação" de modo democrático e participativo por parte dessas crianças e jovens constituiu um diferencial frente às experiências internacionais focadas exclusivamente na leitura crítica da mídia. Nesse sentido, destaca-se que um aspecto central do pensamento freiriano contemporâneo acerca da educação está relacionado a dois verbos que adquiriram significativa relevância no campo crítico latino-americano: descolonizar e incluir. Ambos representam diretrizes impulsionadas à transformação social contínua. É importante salientar que Freire não tinha como objetivo tornar-se um ícone venerado na história pedagógica; sua preocupação primordial era fomentar processos profundos de conscientização. Ele desejava que os indivíduos reconhecessem sua posição no mundo assim como as possibilidades de agir para transformá-lo em prol do conceito que denominou "esperança". Freire afirmava que "esperar" configurava uma postura passiva enquanto "ter esperança" correspondia a uma ação efetiva capaz de promover mudanças no sujeito. Isso demonstra um reconhecimento profundo sobre a capacidade ontopolítica do ser humano.

A ênfase recai sobre a necessidade de não apenas conscientizar acerca das realidades sociais durante nossas ações, mas também de proceder a uma análise crítica dessas mesmas realidades. Essa abordagem requer um movimento que transcenda a mera percepção da realidade, buscando uma compreensão aprofundada com o objetivo de desenvolver práticas educativas críticas e libertadoras na formação de comunicadores. Nesse contexto, é crucial compreender a definição de comunicação proposta por Paulo Freire, cuja perspectiva apresenta um paradigma inovador para os processos educacionais em diversas esferas e campos de atuação social e político. Esses elementos estão presentes

de maneira constante em toda a obra do educador, que se destacou como símbolo da luta por uma educação emancipadora e por práticas pedagógicas críticas ou progressistas. Assim sendo, a relação entre educação e comunicação deve orientar-se na direção de uma educação cidadã emancipatória, cuja busca por esse compromisso influencia no deslocamento da narrativa dominante que associa cidadania unicamente ao consumo. É importante compreender que o campo da educação voltada à comunicação é fundamentado nas reflexões acerca da dinâmica entre os polos vivos do processo comunicacional — ou seja, entre os produtores, o processo produtivo e os receptores das mensagens — assim como dentro do âmbito pedagógico, pelos programas destinados à formação de receptores autônomos e críticos frente aos meios (Citelli; Costa, 2011, p. 26). Dessa forma, torna-se imprescindível destacar que o campo comunicação/educação deve ocupar um espaço prioritário nas teorizações e pesquisas nesse domínio, pois proporciona uma análise aprofundada do papel dos meios na construção cultural. Nesse sentido, é fundamental esclarecer qual modalidade de programação midiática desejamos para fomentar mudanças sociais voltadas à construção de uma cidadania efetiva. Além disso, é necessário enfrentar a complexidade do desenvolvimento desse campo enquanto espaço teórico capaz de fundamentar práticas voltadas à formação de sujeitos conscientes. Para tanto, torna-se imperativo reconhecer os meios de comunicação como espaços legítimos do saber que atuam concomitantemente com as escolas e outras agências socializadoras (Citelli; Costa, 2011, p. 33). Essa constitui uma barreira relevante que precisa ser superada nesse processo de integração.

A interpretação do mundo em que vivemos, mundo em cuja construção os meios de comunicação desempenham importante papel, é um dos desafios do campo. São os meios de comunicação que selecionam o que devemos conhecer, os temas a serem pautados para discussão e, mais que isso, o ponto de vista a partir do qual vamos ver as cenas escolhidas e compreender esses temas” (Citelli; Costa, 2011, p.33).

Dessa maneira, a constituição do campo revela a comunicação e a educação como espaços onde os sentidos se constituem, desviam, emergem e se aprofundam: uma sociedade marcada por seus comportamentos culturais, levando-se em consideração, sobretudo, a pluralidade de sujeitos — ou seja, a diversidade de identidades que habita cada indivíduo. Nesse contexto, é imprescindível compreender que a diversidade na qual as perspectivas multi, inter e transdisciplinar estão plenamente inseridas deve ser reconhecida como fundamental para o entendimento do campo. Economia, Política, Estética, História, Linguagens e outros saberes compõem esse espaço; cada um deles

dialoga com os demais, formando uma complexa rede de inter-relações que constitui o foco das investigações nesse campo (Citelli; Costa, 2011, p.35). Assim sendo, faz-se necessário exercer um olhar crítico acerca da realidade na qual estamos imersos e que colaboramos para produzir, modificar e reproduzir — uma realidade sempre mediada e mediatizada. Retomando as palavras de Paulo Freire, podemos dizer que o "estar no mundo e com o mundo" atualmente implica obrigatoriamente considerar no conceito de mundo a mediação proporcionada pelos meios de comunicação as possibilidades de leitura do mundo oferecidas por esses meios. O desafio do campo da comunicação/educação reside em desenvolver competências para interpretar esse mundo que nos é apresentado metonimicamente como totalidade— conseguindo reconfigurá-lo partindo de sua materialidade ao invés de nossos desejos pessoais, por mais nobres que sejam (Citelli; Costa, 2011, p.36). Desse modo, é imprescindível passar do mundo editado à construção do próprio mundo. Compreender esse processo representa mais um desafio inerente ao campo da comunicação/educação. Atualmente, o mundo chega até nós através do universo dos relatos – estes próprios carregados da subjetividade daqueles que os produzem. São eles que fundamentam nossa reflexão inicial: o mundo é editado — ou seja — redesenhado ao longo de centenas ou milhares de mediações até se materializar em veículos como rádio, televisão, jornal ou na cibercultura; também nas falas dos vizinhos ou nas conversas entre estudantes. Essas instituições e indivíduos selecionam aquilo que ouvimos, vemos ou lemos; configurando assim a montagem do universo conhecido por nós. Nesse processo seletivo encontramos oportunidades de reconhecer nossa cultura e identidade; sem isso não haveria reprodução significativa da comunicação (Citelli; Costa, 2011, p.38). Portanto é fundamental distinguir claramente entre informação fragmentada e conhecimento enquanto totalidade capaz de permitir ao sujeito manifestar aquilo que inicialmente apenas sugeria suas percepções na sociedade:

Prevê ter claro que o novo de um domínio nada mais é que o resultado da inter-relação de todos os domínios, possível naquela formação social; que os diversos fenômenos da vida são concatenados em referência à sociedade como um todo. Por exemplo: dizer que morrem “x” marginalizados por semana na periferia de São Paulo, pouco vale. Isso só adquirirá sentido se relacionado aos demais domínios da sociedade, como a questão da distribuição de renda, a facilidade do comércio de armas, embora ilegal, o tráfico de drogas etc., e como tudo isso está atuando na cultura na qual o sujeito é formado. Logo, para que o dado tenha sentido, necessita-se de várias das ciências sociais e humanas interagindo como suporte de nossa reflexão (Citelli; Costa, 2011, p.39).

A compreensão desse aspecto é de extrema relevância para reconhecer que informações fragmentadas não são suficientes para uma análise crítica dos dados apresentados; trata-se de uma simplificação inadequada, embora não ingênua, do processo comunicacional, o qual, como expressa a expressão popular, envolve comunicação, diálogo, interconexão e interatividade. Dessa forma, o conhecimento se caracteriza pela sua totalidade, possibilitada pela transdisciplinaridade. Essa abordagem é viável por meio do aprofundamento no diálogo entre as ciências humanas e sociais, estabelecendo conexões internas entre elas e com a sociedade. É importante destacar que a construção das identidades — as múltiplas identidades de cada indivíduo — está cada vez mais vinculada às mídias, levando o sujeito à consciência da formação cultural na qual estamos inseridos, da importância da comunicação na tessitura dessa cultura e, sobretudo, ao desenvolvimento de uma reflexão sobre as mediações que moldam nossas ações. Para alcançar êxito nesse propósito, torna-se essencial estimular o sujeito a compreender como ocorrem (nos diversos contextos) as práticas midiáticas que nos permeiam e que contribuem significativamente para a constituição de nossa identidade. Em outras palavras: é fundamental entender que comunicação e cultura são elementos inseparáveis — dois aspectos de uma mesma realidade (Citelli; Costa, 2011, p. 40). Com essa compreensão, o estudo da cultura passa a incluir as mediações originadas das práticas culturais; os traços da tradição e da modernidade que orientam a práxis social também fazem parte dessa compreensão na esfera da comunicação/educação. Nesse contexto, demonstrar tal consciência revela que a ação do campo comunicação/educação pode atuar como um caminho para organizar os excluídos, marginalizados ou invisíveis; essa inserção propicia uma comunicação efetiva voltada à cidadania. Nesse território emerge uma nova perspectiva de narrar eventos históricos e revigorar o passado com vistas à construção de uma história inclusiva — dando voz e espaço para todos expressarem seu grito ou sua canção (Citelli; Costa, 2011, p. 41). Assim sendo, o encontro entre sujeitos na busca por construir sentidos representa um momento único de ativação dos princípios de reciprocidade e retroalimentação. É nesse cenário que os atos comunicativos ganham maior impacto, mesmo quando mediados por tecnologias ou dispositivos capazes de potencializar as enunciações.

A abordagem educomunicativa assume papel central na promoção da dignidade humana, especialmente no que concerne aos grupos sociais mais vulneráveis, frequentemente marginalizados pelas estruturas dominantes dos poderes públicos e pelas normas do poder econômico. Ao analisar o legado literário e as diversas discussões

relacionadas às pedagogias do oprimido, da autonomia e da esperança, revela-se que a perspectiva crítica e humanista constitui a base fundamental para um entendimento genuíno de uma educação libertadora. Nesse contexto, a crítica de Freire às práticas de comunicação "bancárias" — caracterizadas pela transferência unidirecional de informações por meios de comunicação hegemônicos como no jornalismo — evidencia-se como uma questão central. Tal abordagem não estimula a curiosidade, tampouco promove reflexão, problematização e conscientização dos envolvidos. Parafraseando Sérgio Guimarães (2022), trata-se de um trabalho realizado ao encontro de conteúdos pré-estabelecidos e embalados em latas vazias. Para avançar rumo a um jornalismo que respeite os princípios freireanos, é imprescindível oferecer às pessoas oportunidades de expressar suas opiniões e estimular seu desenvolvimento da consciência crítica; isto é, capacitar indivíduos para avaliarem as mensagens recebidas com maior objetividade; promover sua participação nas decisões em busca do atendimento aos seus interesses legítimos; entre outras ações. Questionamentos como: Com quem estamos nos comunicando? Quais são suas expectativas e necessidades? Como essa comunidade se define? Qual é sua história? Que valores devem ser fortalecidos? representam alguns dos caminhos possíveis para incentivar o diálogo e a dialeticidade na educação. Somente através de uma comunicação dialógica — que valorize a troca de experiências e percepções — será possível desenvolver práticas educativas críticas e libertadoras. Nesse sentido, Freire destaca-se como um pedagogo cuja reflexão impacta significativamente os temas comunitários e as formas alternativas de comunicação. Assim sendo, a produção comunicativa, intimamente ligada às características dos sujeitos envolvidos — ao invés de focar apenas nos conteúdos ou meios —, representa um desafio primordial para os profissionais da comunicação no século XXI. Estes, por sua vez, alimentariam permanentemente os educadores com informações necessárias à construção do diálogo educativo, à negociação de significados e à apropriação criativa dos processos comunicativos através dos quais se manifestariam os aprendizados dos participantes nos diversos contextos pedagógicos (Citelli; Costa, 2011, p.172). Dessa forma, esses profissionais assumiriam a responsabilidade pelo planejamento das estratégias voltadas à produção de materiais comunicativos, incluindo bases de dados, formatos audiovisuais e redes interativas centradas nas potencialidades comunicativas dos próprios usuários/educandos.

Dessa forma, na epistemologia da comunicação, influenciada pelas concepções de Freire, torna-se fundamental reconhecer e considerar as diferenças e desigualdades

como componentes centrais dos atos comunicativos. O educador parte do entendimento de que há uma relação de dominação entre diferentes indivíduos e grupos, assim como na visão de mundo internalizada pelos oprimidos. Em vez de ignorar essa realidade ou atribuí-la a falhas do sistema institucional, argumenta-se que um processo autêntico de comunicação deve integrar-se à superação dessa condição, uma vez que a comunicação envolve uma reciprocidade que não pode ser rompida. As variações nas histórias de vida não apenas refletem diversidade de posições e perspectivas, mas também implicam recursos variados disponíveis aos indivíduos. Assim sendo, é imprescindível compreender que o Jornalismo não se limita a reproduzir o conhecimento por ele próprio produzido; ele reproduz também conhecimentos originados por outras instituições sociais. Como salientado por Meditsch (2003), "Evidentemente, como todo conhecimento, o senso comum não é tão democrático quanto sugere o termo. O conhecimento é repartido socialmente, devido ao simples fato de o indivíduo não conhecer tudo o que é conhecido por seus semelhantes, e vice-versa" (p. 24). Portanto, para o analista é um processo complexo estrutura sobre sistemas especializados extremamente intrincados. Nesse contexto, a distribuição social do conhecimento ocorre não apenas em termos quantitativos (alguns sabem mais do que outros), mas também qualitativos (conhecem coisas distintas), sendo cada campo de conhecimento acessível a públicos específicos. Dessa maneira, os conceitos referentes aos auditórios e às disciplinas lógicas delineiam diferenças entre os modos de aquisição do conhecimento na Ciências e no Jornalismo. Partindo de premissas oriundas do senso comum, a elaboração jornalística pressupõe o entendimento prévio do público acerca do tema tratado ou aquilo que se supõe que ele já saiba. Se um avião caiu, é evidente sua existência e sua classificação como objeto suscetível a quedas – portanto, a novidade presente numa notícia é limitada. Conforme Van Dijk propõe, essa novidade constitui apenas a ponta de um iceberg composto por pressuposições e pelo acúmulo de informações previamente adquiridas (Meditsch, 2003). Tal constatação evidencia que o conhecimento produzido pelo Jornalismo desempenha uma dupla função na formação do senso comum: enquanto revela novidades pontuais, essas representam somente uma fração desse processo maior. Compreender uma notícia requer processar extensas quantidades de informações estruturadas — repetitivas e coerentes — as quais fundamentam pequenas ampliações ou transformações em nossos modelos interpretativos do mundo. Assim sendo, o Jornalismo atua tanto no ato de conhecer quanto no ato de reconhecer. Por conseguinte, o conteúdo programático do círculo cultural deve ser organizado com base na investigação temática e nas

circunstâncias concretas e existenciais da comunidade local; esses elementos são refletidos criticamente pelos participantes como parte integrante desse processo formativo. Trata-se da sistematização dos temas emergentes das interações realizadas no círculo com vistas a promover um movimento contínuo de reflexão-ação-reflexão.

A concepção de formação integral na educação, defendida por Freire, que contempla o ser humano em sua totalidade e não se restringe apenas à esfera racional, constitui também uma característica distintiva das experiências vivenciadas nos círculos de cultura. Esses espaços constituem um ambiente-tempo propício para o desenvolvimento da sensibilidade, do cuidado e do respeito mútuo. São ambientes onde é possível perceber e sentir o outro, além de permitir-se ser sentido e percebido. Neles, estabelecem-se cenários de convivência democrática que envolvem diferentes formas de pensamento, experiências, linguagens e modos de vida, criando condições concretas para a manifestação da democracia nas suas diversas expressões, promovendo o respeito às diferenças e estimulando a participação ativa em dinâmicas que colocam o sujeito no centro do debate sobre problemas comuns. A pedagogia do oprimido busca problematizar a realidade vivida pelo educando, desafiando-o a encontrar soluções que considerem suas próprias experiências e contextos enfrentados; dessa forma, as respostas não devem estar distantes de sua compreensão ou parecer irrelevantes, evitando a sensação de impotência diante da situação imposta. Assim como no jornalismo voltado ao público-alvo, é fundamental mostrar as conexões entre as situações apresentadas, ampliando o entendimento desde o local até os níveis regional e nacional para evitar que sejam encaradas como fatos isolados. Essa imersão no contexto favorece o despertar da consciência crítica desalienante. “Através dela, que provoca novas compreensões de novos desafios, que vão surgindo no processo da resposta, se vão reconhecendo, mais e mais, como compromisso. Assim é que se dá, o reconhecimento que engaja” (Fossá; Pereira, 2021, p.35). Para que uma pessoa compreenda a origem de uma palavra e sua relação com a realidade à qual está vinculada, é imprescindível que possua autoconsciência e entenda seu lugar no mundo. Igualmente importante é reconhecer a presença de outros indivíduos compartilhando esse espaço comum — cada um com suas realidades particulares — muitas vezes em competição por espaço e poder. Para tanto, faz-se necessário utilizar códigos acessíveis que permitam uma análise pluralista iniciada por casos específicos para posteriormente alcançar uma visão mais abrangente. Ademais, deve-se aproveitar os recursos da produção midiática como ferramenta pedagógica para fomentar comparações entre diferentes perspectivas acerca de um mesmo fato por meio

da leitura de editoriais, artigos acadêmicos e outros textos afins. A busca por múltiplos pontos de vista é fundamental para desenvolver um pensamento crítico capaz de evitar interpretações unilaterais impostas pelos meios de comunicação tradicionais; ela promove uma abordagem reflexiva livre para questionar e contrapor informações recebidas (Fossá; Pereira, 2021, p.37). Garantir autonomia ao indivíduo implica fornecer instrumentos capazes de capacitá-lo a analisar criticamente seu contexto social; isso inclui compreender as múltiplas interpretações possíveis acerca do mesmo fato — possibilitando-lhe escolher independentemente aquela representação que melhor expresse seus pensamentos. A pedagogia da autonomia recomenda que o sujeito desenvolva habilidades para promover mudanças ao confrontar o fatalismo naturalizado em sua percepção da realidade — inerente à ideologia dominante veiculada pela mídia e pelos diversos espaços institucionais de poder) incluindo declarações oficiais governamentais.

Diante dessa conjuntura, no âmbito do jornalismo fundamentado nos princípios freireanos de comunicação, revela-se indispensável o combate à ocultação da verdade dos fatos, a qual, sob certa perspectiva, manifesta-se mais intensamente nos discursos do que na busca por dados concretos e analíticos. A pedagogia da autonomia propõe que estejamos permanentemente em dúvida, alimentando nossa curiosidade por meio de comparação e constatação, promovendo um aprendizado contínuo com o objetivo de superar esses processos condicionantes. Para combater a massificação, é imprescindível realizar uma reflexão, desta vez sobre a própria condição de “massificado”. Assim, a consciência transitivo-ingênua possui potencial para evoluir rumo à transitivo-crítica — uma característica distintiva de uma mentalidade mais autenticamente democrática — ou pode se distorcer nesta forma rebaixada e ostensivamente desumanizada, típica da massificação (Freire, 1967, p.62). A comunicação derivada dessa abordagem educacional caracteriza-se por ser dialogada e participativa, oferecendo ao indivíduo a oportunidade de atuar como emissor e receptor de informações. Mas como estabelecer essa conexão entre veículos comunicativos e audiência? Qual o espaço que o sujeito deve ocupar para que a comunicação seja também libertadora? Segundo Freire, trata-se de uma comunicação fundamentada na base popular: a comunidade constitui sua principal fonte de informação e é incentivada a participar ativamente exercendo sua cidadania. Nesse processo colaborativo de construção das notícias, todos têm liberdade para contribuir com sugestões, relatos, informações ou depoimentos. Os tópicos locais estão interligados às questões nacionais e internacionais, promovendo o sentimento de pertencimento à comunidade inserida na realidade. Compreender seu lugar nesta dinâmica reforça que o

direito à comunicação é inseparável da cidadania. Esse conceito se refere ao “ecossistema comunicativo”, termo utilizado para designar as redes relacionais das pessoas nos espaços onde essas ações são implementadas — ações estas qualificadas como inclusivas (nenhum membro deve sentir-se excluído), democráticas (garantindo igualdade radical entre os envolvidos), midiáticas (valorizando as mediações oferecidas pelos recursos informacionais) e criativas (sintonizadas com todas as manifestações culturais locais) (Soares, 2011, p.370). Dessa forma, a educomunicação — enquanto rede de relações inclusivas, democráticas, midiáticas e criativas — não surge espontaneamente em determinado ambiente; sua implementação requer intenção deliberada. O maior obstáculo reside na resistência às mudanças nas dinâmicas relacionais dentro dos ambientes educativos tradicionais — resistência essa reforçada pelo modelo hegemônico vigente na comunicação atual, que ainda prioriza uma relação verticalista entre emissor e receptor (Soares, 2011, p.370). Portanto, uma pedagogia baseada em projetos voltados à dialogicidade educ comunicativa deve prever formação teórica e prática capazes de capacitar as novas gerações não apenas a interpretar criticamente o mundo midiático, mas também a promover suas próprias formas de expressão inspiradas na tradição latino-americana — construindo espaços cidadãos por meio do uso comunitário e participativo dos recursos comunicacionais. Tal proposta implica um compromisso com o diálogo permanente e contínuo.

Por último, ao traçarmos um paralelo entre as atividades jornalísticas e o papel do professor enquanto educador, observa-se uma preocupação compartilhada por ambos os atores: a investigação, a pesquisa e a busca pelo conhecimento. Uma vez que exploram, definem e aprofundam-se no entendimento de determinado conteúdo, eles se dedicam a disponibilizá-lo ao público ou aos alunos de maneira a estimular sua curiosidade, levando em consideração suas vivências prévias (Guimarães; Freire, 2022, p. 148). Assim, a partir do conhecimento compartilhado por esses profissionais — seja o jornalista ou o docente — o receptor deve ser capaz de recriá-lo. A atividade do receptor não deve limitar-se à mera absorção passiva das informações; ela necessita evoluir para uma ação criativa e reinterpretativa. O órgão de comunicação social que reduz sua prática a simplesmente transmitir dados corre o risco de restringir-se à função de mero transmissor de informações, sem promover estímulo à criatividade na reconstrução do saber. “Para mim, essa distinção que poderia ser feita por alguns, entre o informar e o educar não existe como algo separado. Não acredito que uma pessoa possa dizer que está apenas informando, sem que isso constitua, de uma forma ou de outra, parte de um processo

pedagógico” (Guimarães; Freire, 2022, p. 155). Em outras palavras, para que o indivíduo possa assimilar efetivamente um conteúdo transmitido por um jornalista, é imprescindível que ele atravesse por um processo educativo – seja através da leitura, da escuta ou da visualização. Além disso, tanto o jornalista quanto o educador enfrentam desafios semelhantes: pesquisar e explorar seus temas para posteriormente compartilhar com seu público as principais descobertas. Enquanto o educador tradicional conta principalmente com a presença física dos estudantes em determinado espaço e tempo previamente estabelecidos, o jornalista frequentemente atua em ambientes diversos e tempos distintos do público-alvo. Ainda assim, ambos precisam garantir a compreensão das mensagens por parte daqueles para quem se destinam (Guimarães; Freire, 2022), chegando à conclusão de que ambos desempenham funções educativas. As ideias desenvolvidas por Freire acerca do ensinar e aprender podem ser extremamente pertinentes tanto na teoria quanto na prática da atividade jornalística. O essencial é aplicá-las criticamente, de forma contínua e reflexiva acerca da realidade concreta e dos conceitos utilizados. Um profissional profundamente comprometido com a transformação social através do jornalismo pode exercer seu papel como agente formador dos leitores, ouvintes ou telespectadores (Guimarães; Freire, 2022, p.165). Contudo, sem um processo ativo que envolva sujeitos dispostos ao aprendizado, pois pensar criticamente é inerente à condição humana, nenhum desses profissionais conseguirá desempenhar sua função adequadamente. Tal habilidade faz parte da natureza humana; não pertence exclusivamente a determinada raça ou classe social (Guimarães; Freire, 2022, p.232). Trata-se de uma qualidade imprescindível existencialmente — condição indispensável para a manutenção de uma sociedade democrática.

2.4 NEUTRALIDADE E COMPROMISSO ÉTICO NO JORNALISMO

Na perspectiva da abordagem comunicacional de Paulo Freire, o conceito de neutralidade revela-se incompatível com os princípios educacionais defendidos pelo autor. Este questiona abertamente a noção de imparcialidade difundida por diversos veículos midiáticos, salientando que o profissional da comunicação não apenas pode, mas deve assumir uma postura engajada e comprometida. Assim, a questão primordial não reside na suposta neutralidade da prática jornalística, mas na compreensão dos interesses e grupos sociais aos quais os meios de comunicação servem. Nesse contexto, é imprescindível reconhecer que todo conteúdo jornalístico está inserido num ambiente social, cultural e político que influencia sua recepção e interpretação. O produto midiático

não é criado em um vácuo; seu significado resulta das condições históricas e sociais presentes no momento de sua produção. A maneira como a realidade é narrada pelos meios de comunicação sofre influência direta de diversas mediações — desde as visões de mundo dos profissionais envolvidos até as estratégias institucionais, rotinas organizacionais e limitações técnicas e econômicas das organizações jornalísticas. Ademais, os conflitos de interesses e as dinâmicas de poder existentes no campo comunicacional exercem papel crucial na conformação do discurso midiático e na circulação pública das informações.

Dessa maneira, um dos principais obstáculos enfrentados pelo jornalismo enquanto modalidade de produção de conhecimento é a ausência de transparência acerca desses fatores condicionantes. As informações são veiculadas ao público sob a impressão de refletirem a realidade, e embora seja possível perceber que tais informações representam meramente interpretações dessa realidade, costuma-se raramente acessar os critérios que orientaram as decisões da equipe jornalística na sua elaboração, menos ainda aquilo que foi omitido ou silenciado por esses critérios — sejam eles profissionais ou não. Nesse contexto, a recente expansão de instituições como o provedor de leitores, conhecido como ombudsman, e dos observatórios da imprensa configura um avanço indiscutível. Essas organizações não apenas promovem debates diretos sobre a produção midiática, mas também colaboram para iluminar os procedimentos habituais utilizados na elaboração da notícia jornalística. A compreensão do pensamento de Paulo Freire evidencia que o jornalismo, por exemplo, não constitui apenas uma ferramenta técnica; antes, possui uma dimensão política. Assim, Freire entendia que a relação dele com a mídia era essencialmente política: “A posição que o Paulo tinha em relação à mídia era eminentemente política. Ele encarava a questão política primeiro, fazia uma análise ideológica, a quem serve tal meio, a quem interessa” (Freire;Guimarães,2022,p.146).Portanto, cabe ao profissional assumir um compromisso com a sociedade pautado pela transparência na apresentação das informações — não se limitando à preocupação consigo mesmo ou aos interesses dos grupos aos quais pertence—pois essa atuação não é realmente neutra; ela acaba incorrendo em uma neutralidade impossível (Freire; Guimarães, 2022, p.151). Para compreender adequadamente o problema da neutralidade deve-se realizar uma análise ideológica não só do discurso veiculado, mas também das ações daqueles que alegam agir com neutralidade plena.

Na essência, a chamada neutralidade representa simplesmente uma manifestação ideológica disfarçada de compromisso invisível; ou seja: um órgão de comunicação que evita declarar explicitamente seu alinhamento tende a adotar ideologias apoiadas na suposição ilusória de imparcialidade. Admitir certas informações já constitui um ato educativo; portanto, o entendimento de “eu simplesmente informo” ou “eu faço além disso: educo” é equivocado (Freire; Guimarães, 2022, p.152). Para Freire, há um aspecto ético fundamental no respeito pelos interlocutores — analogamente ao papel do jornalista perante seu público: “não tenho por que me omitir, por que ocultar a minha opção política, assumindo uma neutralidade que não existe. Está, a omissão do professor em nome do respeito ao aluno, talvez seja a melhor maneira de desrespeitá-lo” (Freire, 1967, p.37). Pelo contrário; ele deveria testemunhar o direito do educador e do comunicador de promover escolhas conscientes e estimular seus interlocutores a fazerem o mesmo — rompendo limites impostos e exercitando decisões informadas — pois tal respeito está relacionado às experiências sociais, culturais e aos saberes acumulados pelos sujeitos envolvidos na prática educativa ou social. O jornalismo crítico deve contextualizar as informações considerando essas experiências sociais específicas, como as marginalizações das comunidades faveladas, do povo negro, das mulheres e nos povos indígenas entre outros e suas construções sociais através da participação comunitária. No ponto central do método freiriano está exatamente na perspectiva de promover uma leitura crítica baseada na compreensão dessas experiências concretas:

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? (Freire, 1967, p.17).

Tanto o jornalista quanto o professor, ao selecionar em meio à complexidade dos fatos, informações e opiniões a quantidade necessariamente limitada de elementos que irão compor suas mensagens, praticam um exercício que não apenas reflete fragmentos da denominada realidade objetiva, mas também produz e incorpora aspectos e produtos de sua própria percepção, a qual podemos denominar como realidade subjetiva. Embora as intenções possam ser direcionadas à objetividade, tais mensagens inevitavelmente

carregam vestígios das tendências pessoais do próprio profissional em relação aos objetos analisados; tal fato, contudo, não constitui uma falha. A manipulação se configura quando o professor ou o jornalista deliberadamente deixam de revelar ou distorcem determinados aspectos da realidade sob análise com a intenção de influenciar opiniões ou comportamentos em uma direção específica, motivados por interesses reais, porém ocultos (Freire; Guimarães, 2022, p. 166). Essa situação representa uma realidade histórica consolidada na indústria midiática instalada dentro de um paradigma republicano marcado por exclusões e racismo, ao conformar-se com uma ordem onde os valores liberais são paulatinamente colonizados por valores provenientes do setor mercantil privado, tendo repercussões ainda mais profundas na discussão sobre o racismo sob uma perspectiva de superação política. As hierarquias raciais historicamente construídas acabam naturalizadas em paradigmas mercadológicos que se apresentam sob a aparência de técnicas neutras (Oliveira, 2017, p.15). Dessa forma, no contínuo processo de transformação social da realidade, a ideia de transparência na produção informativa surge como uma novidade na forma do singular como fenômeno isolado e excludente. O singular é a fonte originária do novo porque diferencia a mesmice; é aquilo que escapa à mera reprodução e à simples identidade com o universal já estabelecido. Assim sendo, a abordagem jornalística tende a captar a realidade pelo movimento dinâmico dessa produção do novo; entretanto, essa mesma abordagem busca neutralizar tal potencialidade ao submetê-la às imposições ideológicas burguesas que patrocinam formas cada vez mais sofisticadas de controle e manipulação no processo informativo (Genro Filho, 2012, p.222). Para romper esse paradigma histórico sustentado por uma falsa neutralidade é possível recorrer a fatores existentes na própria dinâmica social: por exemplo, à diversidade ou pluralidade — mesmo que mínima — para confrontar diferentes abordagens exibidas pelos meios de comunicação e fomentar uma consciência política e teórica que reconheça que a informação jornalística não é nem completamente objetiva nem imparcial ou neutra (Genro Filho, 2012, p.225). Nesse contexto, evidencia-se que a visão freireana acerca da comunicação enquanto relação social revela que o processo interacional promove um diálogo entre indivíduos com distintos pressupostos: esse aspecto é fundamental para sustentar a democracia e fortalecer os ideais cidadania. Para Freire, a educação nasce dessa perspectiva comunicativa emancipada — um processo que só ocorre mediante contextualização integral e compreensão do todo social. Em sua abordagem freireana contemporânea: coexistimos no mundo e em harmonia com ele. Contudo que mundo é este? É aquele próprio ao alcance da nossa percepção e inserido

no nosso conhecimento; afinal de contas não conseguimos presenciar todos os eventos em todos os locais necessitamos então que “alguém” nos relate sobre eles. Dessa maneira, o jornalista assume o papel de facilitador de processos, colocando-se ao serviço da comunidade. Sob a perspectiva de Freire, as áreas dos estudos culturais, da interculturalidade e das humanidades podem ser propostas como componentes formativos capazes de valorizar os estudos de comunicação e jornalismo na sociedade contemporânea. Nesse contexto, os ambientes midiáticos e digitais têm se restringido aos fluxos informacionais, à viralização e à reprodução de conteúdos audiovisuais nos quais são recriadas realidades e projetados contextos fragmentados que refletem, como mosaicos, aspectos da vida social e da própria essência societal. Esses ambientes podem oferecer espaços de conexão; entretanto, muitas vezes esses espaços não são suficientes para promover encontros autênticos, escuta atenta, debates públicos significativos ou respeito à diversidade ou ao dissenso (Urbina, 2023, p.102). Assim sendo, emerge uma necessidade que nos direciona a perceber a realidade social mesmo a partir das experiências de nossos pares ou daqueles que habitam diferentes territórios e contextos reais onde lutamos por identidade, história ou cultura: devemos pensar nos povos andinos e amazônicos que, juntamente com a defesa de seus territórios, buscam fazer justiça aos seus saberes ancestrais e culturais. Devemos também refletir sobre os cidadãos que perderam a confiança na mediação dos meios de comunicação social e da política, distanciando-se dos espaços de debate público e do diálogo acerca do interesse coletivo (Urbina, 2023, p.102). Essa tarefa convida os comunicadores a adotarem uma postura observadora consciente: atuar com empatia e humildade em relação aos contextos observados e ouvindo atentamente. Assim sendo, é imperativo analisar a realidade comunicacional para compreendê-la adequadamente e agir em consonância; esse processo pode se fundamentar em duas dimensões: uma é o aspecto cognitivo ligado à análise das práticas comunicacionais; outra refere-se ao processo relacional que envolve a observação ética do comunicador. Dessa forma, para exercer plenamente sua vocação profissional, é necessário reinventar a jornada laboral enfrentando questões como: (a) a busca pelo poder, identificando quem se beneficia ou prejudica; (b) superando falsas neutralidades; (c) rompendo com uma comunicação elitista voltada apenas às elites; (d) desenvolvendo novas estruturas discursivas capazes de problematizar a realidade e apresentá-la não como algo dado fixamente; além disso, (e) superando modelos unidirecionais tradicionais para promover uma comunicação eficaz entre emissoras e públicos diversos, especialmente os setores populares (Meditich, 2023, p.94). Nesse

cenário contemporâneo saturado por informações nas plataformas digitais existe um volume ilimitado de textos produzidos. Contudo, frequentemente esses conteúdos apresentam dificuldades na leitura e na compreensão contextualizada o que reduz sua capacidade interativa ao invés de promover diálogos significativos com seus públicos. A contextualização textual torna-se essencial para estabelecer uma comunicação genuína: ela nasce do desejo de conexão efetiva. O ponto mais relevante será justamente essa convergência entre o texto produzido e a realidade do leitor — um encontro transformador onde participantes de diferentes origens culturais reconhecem-se mutuamente livres das barreiras do medo, vergonha ou rejeição para expressar suas opiniões livremente.

Dessa forma, a comunicação assume um papel fundamental, uma vez que é por meio dela que os participantes e os contextos emergem, possibilitando o aumento das interações comunicativas. Tais interações facilitam a criação de agendas coletivas e a proposição de temas de interesse comum. O ato de comunicar deve estar em consonância com ambientes propícios ao diálogo, ao reconhecimento das particularidades e aos conflitos, culminando na formação de acordos mínimos, consensos e normas compartilhadas. Conforme os paradigmas éticos apresentados por Chaparro (1994), pode-se aprofundar a reflexão acerca do compromisso ético no jornalismo sob uma perspectiva freireana, reafirmando a inseparabilidade entre ética, técnica e intencionalidade na prática comunicativa. O jornalismo, enquanto processo social regido por ações conscientes e controláveis, exige que suas atividades desde o uso técnico até a elaboração de uma expressão estética sejam orientadas por intenções fundamentadas em valores éticos que conferem significado social à atividade. A responsabilidade moral do jornalista emerge dessa consciência, pois suas ações impactam diretamente na construção de sentidos e, por conseguinte, na transformação da realidade. Nesse contexto, a intenção funciona como elemento articulador que direciona as decisões técnicas e estéticas no exercício jornalístico, promovendo uma estética significativa que não se limita à formalidade; ela está intrinsecamente ligada à ética do relato veraz. Em outras palavras, reportar com fidelidade aquilo que foi visto, ouvido ou sentido pelo profissional enquanto mediador da experiência social constitui um princípio norteador para uma prática responsável. Assim sendo, o compromisso ético do jornalista transcende o momento da produção da mensagem e se projeta além da leitura da notícia, influenciando comportamentos e práticas sociais dos receptores — indivíduos que reinterpretem o conteúdo conforme suas próprias realidades e interesses. Esses efeitos comunicativos alimentam o processo social e podem gerar mudanças nos paradigmas éticos e morais atuais da sociedade

contemporânea, evidenciando o papel transformador do jornalismo além do mero ato informativo. Ao garantir acesso à informação com transparência e rigor, o jornalismo consolida-se como uma prática ética essencial à democracia e à formação crítica dos sujeitos sociais (Chaparro, 1994, p.116). Nesse sentido, o modelo pragmático proposto descritivo da ação jornalística não configura uma estrutura racionalista fechada às complexidades pluralistas dos processos sociais e culturais nos quais se insere o jornalismo; trata-se de processos construídos pelo confronto dialógico e pela cooperação. Com a sociedade institucionalizada, jornalistas atuam dentro de um cenário regulado por obrigações legais e costumes tradicionais; esses fatores estabelecem os parâmetros éticos e morais — os questionamentos sobre os motivos (porquês) e causas (quês) que orientam a ação jornalística — fundamentados pela consciência profissional: a capacidade moral de decidir pelo que é certo ou errado mediante compreensão dos valores em jogo ali presentes considerações esse sustentadas pelo conhecimento necessário para tal julgamento acompanhado também pela liberdade de atuação prosseguida pelo profissional. A atualidade (seleção de acontecimentos e demandas) junto com a recepção ativa (expectativas e perspectivas) favorece um ambiente onde ocorre circulação contínua dos interesses através da negociação (Chaparro, 1994, p.117). Portanto, se esses compromissos forem assumidos como propósitos institucionais do jornalista—deveres profissionais assumidos conscientemente ele contribuirá para oferecer ao público uma prática ética diária; assim contribuindo simultaneamente para transformar a sociedade própria bem como parte integrante dessa transformação contínua do próprio profissional arquétipo humano formado por sua ética cotidiana.

2.5 NARRATIVAS INCLUSIVAS: CONSTRUINDO VOZES PLURAIS

Conforme as discussões realizadas até o presente momento, sob a ótica freireana, a educação relacionada às mídias e multimídias não deve limitar-se à mera transmissão de conhecimentos e habilidades técnicas. Ao contrário, ela deve se constituir como um processo enriquecedor, capaz de promover mudanças culturais e formação de cidadãos críticos. Assim sendo, a construção de uma cultura de paz em regiões cuja história e cultura foram marcadas por episódios de violência é viável mediante uma comunicação ou intercomunicação genuína, fundamentada no diálogo crítico. A comunicação acerca de um fato social exige que os participantes compartilhem interesses comuns e sejam capazes de expressá-los utilizando signos linguísticos ou línguas acessíveis a todos os

envolvidos, proporcionando compreensão do objeto comunicativo dentro de uma perspectiva coletiva. Dessa forma, é imprescindível que a relação entre pensamento, linguagem, contexto e realidade seja preservada; essa abordagem evidencia a importância de uma sociedade democrática na qual diferentes indivíduos ocupem espaços políticos — considerados arenas de disputa — com o objetivo de trazer as vozes das suas comunidades, manifestar seus anseios e necessidades, além de se perceberem como agentes atuantes nesse espaço destinado à transformação social.

Na perspectiva do jornalismo integral, os jornalistas assumem uma função de intelectuais orgânicos, pois constituem as camadas de intelectuais atuantes no contexto histórico das transformações nas relações sociais de produção. Baseiam-se na racionalidade e no conhecimento, na análise das situações à luz da história e das relações sociais de produção, promovendo a unidade entre teoria e prática, bem como entre condições materiais e a força da vontade coletiva, fundamentos essenciais para uma práxis jornalística integral (Peixoto, 2019, p.48). Dessa maneira, o jornalismo se configura como uma prática originada na luta de classes, especialmente a partir do advento do capitalismo. A burguesia revolucionária organizada para disputar o poder, desde 1789 (Revolução Francesa), utilizava os meios de comunicação impressa para denunciar o poder monárquico, produzindo um jornalismo contra-hegemônico. Assim sendo, refletir sobre as especificidades do jornalismo sob uma perspectiva contra-hegemônica exige reconhecê-lo como um espaço de confronto de visões de mundo e disputas por hegemonia (Peixoto, 2019, p.83). Entretanto, o objetivo desta pesquisa é demonstrar possibilidades de abordagens jornalísticas que desafiem as narrativas dominantes ao evidenciar questões sociais, culturais e políticas frequentemente negligenciadas pelos meios tradicionais de comunicação; tudo isso a partir de um jornalismo cuja perspectiva seja capaz de promover efetivamente uma transformação social. Com esse propósito, ao construir narrativas inclusivas, concebe-se o jornalismo como instrumento de ação contra-hegemônica onde diferentes visões do mundo que se opõem ao consenso hegemônico possam ser apresentadas à sociedade. Conforme discutido na abordagem teórica anterior, os valores predominantes nas escolas norte-americanas e europeias foram assimilados pelo Brasil — herança colonial e escravocrata desempenharam papel decisivo na formação de um modelo hegemônico na práxis jornalística nacional. A possibilidade de desenvolver e exercer o jornalismo fundamentado nos princípios freireanos da comunicação reflete uma ação resistente às ideias hegemônicas, fomentada por organizações da sociedade civil como os movimentos sociais. No Brasil, experiências jornalísticas que buscam

diferenciar-se do padrão estabelecido integram o que convencionalmente é denominado “imprensa alternativa”, também referida como jornalismo ou veículos independentes, livres ou populares — entre outras denominações. O surgimento dessas iniciativas ocorre ao longo da história; entretanto, com a chegada da internet surgiram novas oportunidades para produzir e difundir conteúdo.

Desta forma, a abordagem do jornalismo sob uma perspectiva contra-hegemônica revela-se fundamental, pois o constitui como um instrumento capaz de desvendar as ideologias e promover a construção de novas formas de organização social fundamentadas em valores inovadores. Seu objetivo é estabelecer um diálogo contínuo e crítico, ampliando assim a compreensão acerca da realidade concreta. No cotidiano, o senso comum se consolida à medida que as experiências diárias tornam-se objetivas, preenchendo um espaço vital para o exercício jornalístico; este ambiente é também palco das lutas políticas. Nesse sentido, o conceito de jornalismo integral busca compreender a totalidade do processo histórico, reconhecendo sua intrínseca não neutralidade e incorporando uma perspectiva de mundo que visa desvelar a ideologia dominante. Tal abordagem fomenta a formação da consciência coletiva e promove a edificação de um novo bloco histórico, no qual a compreensão do desenvolvimento temporal é essencial (Peixoto, 2019, p.39). Diferenciando-se da indústria jornalística convencional, a imprensa contra-hegemônica destaca-se não apenas pelo protagonismo popular na produção de conteúdo, mas também por adotar processos distintos na seleção e elaboração das notícias. Ela resiste ao modelo tradicional pautado pela objetividade clássica e abraça sua própria perspectiva ideológica. Assim sendo, a prática jornalística alternativa compromete-se em ressignificar o debate público por meio da promoção da equidade, da defesa de uma democracia radical e da valorização da coletividade. Tal postura não visa à mera sustentação institucional do sistema democrático, mas sim à criação de espaços midiáticos que expressem os grupos sociais marginalizados; rompe com agendas oficiais e finca suas raízes numa lógica cidadã que prioriza o engajamento social em detrimento do mercantilismo midiático. Essa prática desafia o monopólio dos meios tradicionais de comunicação ao reconhecer o jornalismo enquanto produto do mercado, ao mesmo tempo em que se configura como uma esfera sensível às demandas sociais (Peixoto, 2019, p.85). Sua origem encontra-se no movimento comunitário e popular, voltado para a expressão livre, produção de conteúdos alternativos e atuação consciente na difusão do conhecimento – democratizando acesso às informações e aos meios de comunicação com vistas à transformação social. Ao longo da história, as ações contra-hegemônicas

moldaram práticas jornalísticas contestatórias à ideologia dominante; esse cenário intensifica-se frente à crise do modelo tradicional de jornalismo e ao enfraquecimento do consenso acerca de sua credibilidade. A conscientização sobre os processos históricos aliada à análise aprofundada da realidade concreta, buscando compreender integralmente as relações sociais subjacentes aos fatos constitui traço distintivo do jornalismo integral. A relação entre senso crítico e contexto histórico emerge desse procedimento orgânico que articula informação com contextualização: assim eleva o senso comum ao nível do pensamento racional coerente (Peixoto, 2019, p.115). Dessa maneira, a práxis contra-hegemônica gera conhecimento através de uma visão crítica das classes subalternas ao revelar as ideologias dominantes; ela opera numa lógica onde objetividade e subjetividade se integram sem distinções rígidas e onde o particular é conectado ao universal relacionando acontecimentos às análises situacionais dentro de uma perspectiva histórica maior. Na ação política defendida por Gramsci e nesse quadro o jornalismo deve buscar uma totalidade abrangente: essa postura não minimiza sua relação com o cotidiano ou com as informações produzidas; pelo contrário, integra essa experiência diária na trama mais ampla da história como estratégia para superar o senso comum e elevar a consciência das classes marginalizadas (Peixoto, 2019, p.125).

Diante disso, é imperativo compreender que o leitor comum não possui, tampouco pode adquirir, um hábito de natureza "científica", o qual só se desenvolve mediante trabalho especializado. Assim sendo, é necessário auxiliá-lo a assimilar, ao menos, o conceito de "sentido" desse hábito por meio de uma atividade crítica adequada ao momento. Não basta fornecer conceitos já delineados e fixados em sua expressão "definitiva"; a concretização desses conceitos, que reside no processo que originou aquela afirmação, escapa à compreensão do leitor comum. Por essa razão, deve-se apresentar toda a cadeia de raciocínios e conexões intermediárias de maneira detalhada, evitando apenas indicações vagas. Na essência, toda corrente cultural constrói sua própria linguagem; participa do desenvolvimento geral da língua nacional ao introduzir termos novos, enriquecer expressões existentes com novos conteúdos, criar metáforas e recorrer a nomes históricos para facilitar a compreensão e análise de situações atuais. Nesse contexto, o tratamento do conteúdo deve ser prático, atendendo às necessidades reais dos leitores e adaptado à sua capacidade de compreensão (Gramsci, 2010, p.202). A tarefa mais delicada — e muitas vezes mal interpretada — do crítico das ideias e do historiador consiste em identificar a verdadeira identidade por trás das aparências de diferenciação e contradição; descobrir a diversidade essencial sob uma aparência de unidade. O trabalho

educativo-formativo realizado por um centro homogêneo de cultura e voltado à elaboração de uma consciência crítica fundamentada numa base histórica realista não pode limitar-se à simples proposição teórica de princípios metodológicos "claros". O esforço necessário deve ser complexo, articulado e gradualmente estruturado: combinar dedução com indução; utilizar lógica formal aliada à dialética; fazer distinções precisas enquanto busca relações integradoras; demonstrar positivamente certas verdades enquanto destrói conceitos ultrapassados. Tudo isso deve ocorrer de forma concreta — pautada na realidade e na experiência efetiva (Gramsci, 2010, p.206). É importante salientar que a construção da identidade comunicativa é um processo dinâmico; ela está em constante evolução, sujeita a transformações e variações crescentes repletas de conflitos e contradições. No entanto, ao aprimorar continuamente seu referencial teórico-conceitual e ampliar seus níveis de consciência, suas ações podem gerar mais do que meras "notícias": podem produzir narrativas capazes de humanizar as relações sociais e fomentar o intercâmbio ideológico. Essas narrativas promovem relatos que evocam empatia humana, estimulando o debate pluralista e favorecendo a interação entre indivíduos com diferentes perspectivas culturais ou ideológicas. Tal postura fomenta a reflexão entre os membros da audiência, amplia suas visões de mundo e eleva os níveis de entendimento recíproco, cumplicidade social e solidariedade interpessoal.

Portanto, evidencia-se a relevância de estudar a comunicação inserida na teoria social, especialmente na medida em que se analisa os processos de efeito e transmissão de mensagens, cuja análise deve focalizar especialmente a vocação, missão ou papel daqueles responsáveis por definir os objetivos comunicativos. É fundamental destacar que a atuação do comunicador, no âmbito da comunicação pública, consiste em elaborar discursos e mensagens destinados ao encontro e ao reconhecimento mútuo; longe de ações que representem sub-representação ou uso de violência discursiva contra públicos e audiências (Urbina, 2023, p.99). Dessa forma, a abordagem comunicativa proposta por Freire configura-se como uma prática contínua, dinâmica e repleta de atividades diversas. Nesse contexto, a capacidade de compreender o silêncio e refletir sobre ele constitui uma habilidade imprescindível no cenário latino-americano — um indivíduo que consegue pensar usando sua própria capacidade de agir e interagir socialmente. Por exemplo: ao se expressar em sua língua materna ou narrar sua trajetória pessoal a partir de realidades marcadas pela desigualdade, esse sujeito pode discutir seus direitos e reivindicar suas liberdades. Assim sendo, torna-se evidente a necessidade de promover uma unidade na diversidade. Nesse sentido, busca incessante pela unidade na pluralidade representa já

uma etapa inicial na construção do multiculturalismo. Cabe reafirmar que o fenômeno da multiculturalidade caracterizado pela convivência múltipla no mesmo espaço cultural não é algo natural nem espontâneo; trata-se de uma criação histórica que requer decisões políticas conscientes e mobilização organizada dos diversos grupos culturais para alcançar objetivos comuns. Tal processo exige uma prática educativa coerente com esses propósitos e uma nova ética baseada no respeito às diferenças. A luta por unidade na diversidade — evidentemente uma luta política — demanda a mobilização das forças culturais envolvidas; nesse cenário, o fator classe social não pode ser negligenciada no sentido de ampliar, aprofundar e superar uma democracia meramente liberal (Freire, 1992, p.80-8). Para alcançar êxito nessa luta, é essencial que os atores possuam uma consciência ética sólida aliada à consciência política; pois acreditam convictamente na legitimidade da sua causa histórica. No entanto, Paulo Freire alerta: “Nenhum colonizado, como indivíduo ou como nação, sela sua libertação, conquista ou reconquista sua identidade cultural sem assumir sua linguagem, seu discurso e por eles ser assumido” (Freire, 1992, p.91). Dessa maneira, o jornalista que empreende uma atuação democrática não pode abdicar de seu compromisso de fortalecer no público a capacidade crítica, a curiosidade e a insubmissão. Uma de suas missões essenciais consiste em aplicar uma rigorosa metodologia na abordagem dos objetos do conhecimento. Tal rigor não se associa ao discurso meramente “bancário”, ou seja, aquele que apenas transfere a descrição superficial do objeto ou do conteúdo. Pelo contrário, essa postura metodológica visa criar condições para que o aprendizado crítico seja possível, indo além do simples “tratamento” superficial dos temas ou conteúdos (Freire, 1996, p.14). Dessa forma, assumir essa perspectiva implica aceitar riscos, acolher o novo e rejeitar quaisquer formas de discriminação, pois as atitudes preconceituosas relacionadas à raça, classe ou gênero afrontam a essência da dignidade humana e representam uma negação radical da democracia. Refletimos sobre quão afastados estamos dela quando convivemos com a impunidade daqueles que ceifam vidas nas ruas, dos camponeses assassinados por lutarem por seus direitos, dos negros discriminados ou das mulheres inferiorizadas. Por esse motivo, propomos examinar a atividade profissional sob um viés que incorpore os princípios democráticos e contextualize nossa posição no mundo (Freire, 1996, pp. 18-19). Assim sendo, o respeito à autonomia e à dignidade de cada indivíduo deve ser considerado um dever ético imprescindível não uma concessão ocasional nossa uns aos outros. Nesse sentido também se fundamenta a verdadeira dialogicidade: uma relação em que sujeitos dialógicos aprendem e crescem na convivência com as diferenças

especialmente através do respeito por elas — sendo essa condição coerente com seres inacabados que se assumem como tal e se tornam radicalmente éticos.

O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de briga (Freire, 1996, p.31).

Ao fazer tal análise, Freire ressaltou experiências por ele vivenciadas, como quando um jovem operário, durante um debate sobre a vida na favela, declarou que o tempo em que se tinha vergonha de ser favelado havia passado. “Hoje”, afirmou, “me orgulho de todos nós, companheiros e companheiras, do que temos conquistado por meio de nossa luta e da nossa organização”. Assim sendo, para o educador, não é o indivíduo residente na favela que deve sentir vergonha de sua condição, mas aqueles que vivem confortavelmente e sem esforço algum nada fazem para promover mudanças na realidade que origina a existência da favela. Em essência, o discurso daquele jovem operário representava uma leitura renovada de sua experiência social enquanto morador de favela; enquanto no passado ele se culpava pela sua situação, agora passava a perceber que sua condição não era irrevogável. Mais importante ainda, começou a compreender que a condição de favela não é definitiva (Freire, 1996, p. 42). Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Freire abordou outro exemplo: a resposta recebida de uma mulher sofrida em São Francisco, Califórnia. Ela residia numa instituição católica destinada à assistência aos pobres. Quando foi indagada se era norte-americana, respondeu: “Não. Sou pobre”, como se estivesse pedindo desculpas à identidade norte-americana pelo seu insucesso na vida. O educador recordou-se dos olhos azuis da mulher marejados de lágrimas ao expressar seu sofrimento e assumir a culpa por seu “fracasso” no mundo. “Pessoas assim fazem parte das legiões de ofendidos que não percebem a razão de ser de sua dor na perversidade do sistema social, econômico, político em que vivem, mas na sua incompetência. Enquanto sentirem assim, pensarem assim e agirem assim, reforçam o poder do sistema” (Freire, 1996, p. 43). Diante dessa perspectiva freireana de comunicação busca-se estimular a curiosidade; convoca-se a imaginação, a intuição e as emoções; potencializa-se a capacidade de conjecturar e comparar com o objetivo de delinear o perfil do objeto ou descobrir sua razão última. Reconhecendo que nos tornamos seres capazes de observar, avaliar e intervir — escolhas essenciais para nossa postura

ética — abre-se também uma possibilidade: transgredir os limites éticos sabendo tratar essa transgressão como uma oportunidade e não como direito absoluto. Essa possibilidade deve ser combatida e não ignorada (Freire, 1996, p. 52). Contudo, no cenário brasileiro esse campo aberto às transformações adquire contornos ainda mais amplos devido à concentração ideológica presente nos veículos tradicionais de comunicação. Nesse contexto, o domínio do capital simbólico exercido pelos meios massivos cria e fortalece um centro difuso e variado de dissonância intelectual, funcionando como uma via para disseminar outras formas de visão do mundo diverso daquela imposta pelos poderes dominantes

A pedagogia dialógica de Paulo Freire propõe que o jornalismo digital seja compreendido como um espaço-tempo comunicativo capaz de promover a democratização da informação e reforçar a identidade cultural brasileira. Mesmo diante do domínio da hegemonia capitalista, a internet demonstra potencialidades transformadoras ao ser utilizada como ferramenta de resistência e expressão popular. Dessa forma, para entender o jornalismo enquanto prática contra-hegemônica, faz-se necessário reconhecer os atores sociais envolvidos nesta luta: movimentos da sociedade civil, veículos alternativos e jornalistas ativistas. Ainda que o cenário comunicacional brasileiro seja fortemente concentrado, a internet emerge como mecanismo de descentralização editorial, permitindo um fluxo informacional menos verticalizado (Peixoto, 2019, p. 86). Embora inserida nos “circuitos infoeletrônicos” que articulem as dinâmicas entre o global e o local, a internet não se pauta por uma lógica linear espacial-temporal. Suas características – descentralização, simultaneidade, interação subjetiva e disseminação multimídia contínua – proporcionam oportunidades para a atuação jornalística alinhada aos princípios freireanos: escuta ativa, diálogo horizontal e consciência crítica. No contexto do jornalismo contemporâneo, a influência da internet transcende sua dimensão técnica ao potencializar a articulação de discursos contra-hegemônicos, criando espaço para novas práticas como blogs, redes sociais e plataformas alternativas. O cidadão passa a deixar de ser mero receptor passivo de informações para participar ativamente na construção do conhecimento, conforme destaca Peixoto (2019, p. 98). Tal transformação desmonta o modelo tradicional herdado dos meios de comunicação de massa ao instaurar uma lógica participativa inédita na história da comunicação. Contudo, a denominada “crise habitual” do jornalismo vai além do aspecto econômico e insere-se num processo mais amplo de colapso da democracia representativa marcado pela lógica da pós-verdade. Esse cenário é caracterizado pelo deslocamento da

racionalidade crítica em favor de crenças que superam o conhecimento humano — seja científico, filosófico ou popular. Apesar disso, a comunicação baseada na perspectiva freireana revela-se uma alternativa poderosa. O jornalismo digital contra-hegemônico pode atuar como espaço formativo para os sujeitos sociais ao promover não apenas informações, mas também consciência crítica, diálogo e construção coletiva do saber. Trata-se de uma prática comunicativa inserida no tempo e no território que valoriza os conhecimentos locais e desafia estruturas opressoras por meio da palavra e da escuta ativa.

Dessa maneira, é fundamental compreender que o jornalismo digital no Brasil abriu espaço para a participação de múltiplas vozes no discurso jornalístico através da internet. Diversos veículos independentes dos grandes conglomerados midiáticos emergiram, promovendo uma diversificação significativa do panorama jornalístico em face da histórica concentração dos meios de comunicação no país (Peixoto, 2019, p. 100). Assim, o jornalismo, enquanto prática social, resulta da ação do indivíduo em contextos materiais específicos e sob relações de poder, estruturadas por uma orientação teórico-prática. Essa prática se institucionaliza por meio de grupos que controlam os meios de produção e circulação das informações jornalísticas. Em uma sociedade capitalista, essa capacidade de produzir e distribuir conteúdos tende a concentrar-se nas mãos de poucos, entrando em conflito com os princípios democráticos fundamentais do jornalismo clássico. A comunicação popular caracteriza-se por seu objetivo de transformar a realidade social do próprio grupo que a produz. São veículos voltados a expandir ideias e opiniões comunitárias, produzidos coletivamente. Assim sendo, a necessidade de expressar opiniões frente a uma realidade permeada pelas mídias fomentou formas pelas quais as vozes frequentemente marginalizadas pelos meios tradicionais passaram a se manifestar. Esses atores criam canais próprios de comunicação, intensificando sua presença na internet e nas redes sociais (Peixoto, 2019, pp. 101-102). Semelhante aos movimentos sociais que se identificam através de pautas comuns, discursos e ações reivindicatórias destinadas a promover mudanças sociais, os meios alternativos conseguem disseminar conteúdo contra-hegemônico mesmo apresentando um público menor do que os veículos massivos tradicionais. Ao posicionar-se contrária à mídia hegemônica, esses espaços representam uma ação contrainformativa e contestatória. Sob uma perspectiva estratégica, há quem defenda que ampliar o alcance do público não deve ser prioridade absoluta; ao contrário, aproximar-se e persuadir outros formadores de opinião podem ser estratégias mais eficazes. Entretanto, obstáculos permanecem para o

jornalismo contra-hegemônico: entre eles está o risco de isolamento discursivo — pois essas vozes precisam irradiar suas mensagens além dos grupos militantes para alcançar outras camadas da população e promover novas formas de articulação contra-hegemônica através da educação crítica. Tal educação deve capacitar o indivíduo a discutir destemidamente suas questões existentes na problemática social—inseri-lo nela—e alertá-lo quanto aos perigos contemporâneos para que possa agir com força e coragem diante deles em vez de ser levado passivamente à perdição do próprio “eu”, submetido às imposições externas (Freire, 1967, p. 91). Essa autonomia na construção narrativa é essencial para fomentar vozes plurais e diversificadas dentro do espaço público.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 ETAPAS E MÉTODOS

Este estudo iniciou-se mediante uma revisão bibliográfica aprofundada, focalizada nos princípios de educação e comunicação, delineados por Paulo Freire. A seleção das obras do autor — *Extensão ou Comunicação?* (2013), *Pedagogia do Oprimido* (1970), *Pedagogia da Autonomia* (1996), *Pedagogia da Esperança* (1992), *Educação como Prática da Liberdade* (1967) e *Educar com a Mídia: Novos Diálogos sobre Educação* (2022) — constituiu-se como fundamento teórico para a elaboração de uma análise crítica, situada no campo comunicacional e jornalístico sob uma perspectiva contra-hegemônica. A pesquisa prosseguiu com o aporte de teorias jornalísticas, notadamente as abordagens de Adelmo Genro Filho (2012) e Manuel Carlos Chaparro (1994), integradas às reflexões acerca de hegemonia e Contra-hegemonia desenvolvidas por Antônio Gramsci (2010), Dennis de Oliveira (2017), Clarissa Peixoto (2019), Raquel de Paiva e Cristiano Santos (2008). A perspectiva da Educomunicação, apoiada nos estudos de Ismar Soares (2011), Adílson Citelli e Maria Cristina Costa (2011), também foi incorporada como referencial para ampliar a compreensão crítica das dinâmicas comunicacionais observadas. Para sustentação dos objetivos metodológicos, utilizou-se uma abordagem qualitativa fundamentada na interpretação hermenêutica, segundo Friedrich Schleiermacher (2003) e Paul Ricœur (2011), visando à leitura aprofundada dos discursos e sentidos presentes nos perfis investigados. Quanto à coleta e análise dos dados empíricos, adotou-se a Teoria Fundamentada na vertente construtivista proposta por Kathy Charmaz (2009), cuja aplicação será detalhada adiante.

A primeira fase consistiu na aplicação do método de análise textual fundamentado na abordagem da Teoria Construtivista Fundamental (TCF), a qual foi empregada com base no conteúdo disponibilizado no próprio perfil do Instagram analisado, bem como nas matérias completas recomendadas para leitura no site jornalístico vinculado ao perfil. Exemplos dessa aplicação incluem os perfis @Almapretajornalismo e @Nosmulheresdaperiferia. Quanto ao perfil @Midiaindigenaoficial, que não dispõe de um site dedicado à publicação de suas matérias, observou-se uma maior difusão de conteúdos audiovisuais por meio da ferramenta “Reels” da mesma rede social, permitindo aos usuários o compartilhamento de vídeos curtos e dinâmicos. Esses discursos foram submetidos à mesma metodologia de análise aplicada aos textos escritos, conforme será demonstrado posteriormente. Segundo Charmaz (2009), os textos existentes correspondem a documentos diversos cuja elaboração não envolveu a

participação direta do pesquisador. Para abordar as questões de pesquisa, os pesquisadores consideram esses textos como fontes de dados, mesmo tendo sido produzidos com propósitos distintos ou objetivos diversos. Assim, esses textos representam discursos específicos e oferecem relatos que registram, exploram, explicam, justificam ou prenunciam ações – independentemente de serem extraídos ou já existentes (Charmaz, 2009, p. 58). Dessa forma, enquanto discurso, o texto segue determinadas convenções e pressupõe determinados significados.

Quando os pesquisadores utilizam textos existentes, os seus leitores podem acreditar que esses textos refletem a realidade. Um relatório anual corporativo, dados sobre a distribuição da população sem-teto em sua cidade natal, dados de censo dos Estados Unidos relativos à raça - todos esses elementos podem parecer ser relatórios de "fatos". No entanto, eles refletem definições compartilhadas acerca de cada tópico e o poder para reforçar essas definições (Charmaz, 2009, p.61).

Dessa forma, conforme estabelecido na metodologia da TFC, os textos foram submetidos à análise por meio de um método investigativo baseado na aplicação de um questionário. Tal abordagem visou elucidar questões de caráter contextual, social, cultural, político e econômico que pudessem estar encobertas, promovendo uma interpretação mais aprofundada dos significados subjacentes às publicações, conforme ilustrado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Questionário de base qualitativa fundamentado na abordagem construtivista de Charmaz (2009, p.61-64).

Questões aplicadas para análise de conteúdo
1. Quais são os parâmetros da informação? 2. Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem? 3. O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena? 4. O que a informação omite? 5. Quem tem acesso aos fatos, aos registros ou às fontes de informação? 6. Quem é o público-alvo da informação? 7. Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação de forma específica? 8. A informação exerce influência sobre as ações? Como? 9. Como o texto foi produzido? Por quem? 10. Qual é o objetivo ostensivo do texto? O texto poderia servir a outros objetivos não determinados ou admitidos? Quais? 11. Como o texto representa o que o(s) seu(s) autor(es) admitiu(ram) existir? Quais significados estão embutidos dentro dele? Como esses significados refletem determinado contexto social, histórico e, possivelmente, organizacional? 12. Qual é a estrutura do texto? 13. Como a sua estrutura determina o que é dito? Quais categorias você consegue perceber em sua estrutura? O que você consegue observar a partir dessas categorias? As categorias modificam-se nos textos sequentes ao longo do tempo? De que maneira? 14. Quais significados contextuais o texto sugere?

15. Como o seu conteúdo constrói imagens da realidade?
16. Quais realidades o texto alega representar? Como ele as representa?
17. Quais informações e significados não intencionais (no caso destes existirem) você poderia perceber no texto?
18. De que modo a linguagem é utilizada?
19. Quais regras determinam a construção do texto? Como você consegue distingui-las na narrativa? De que modo essas regras refletem os pressupostos tácitos e os significados explícitos? De que modo elas poderiam ser relacionadas a outros dados no mesmo tópico?
20. Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem no texto?

Fonte - A construção da teoria fundamentada (2009), p.61 e 64.

Dessa maneira, as teorias fundamentadas no estudo do material textual passaram a abarcar tanto a forma quanto o conteúdo, assim como os públicos e autores envolvidos, bem como os processos de produção e apresentação do texto. Como ocorre em qualquer método de coleta de dados, considerou-se o modo pelo qual os participantes evocaram ideias, costumes e narrativas, abrangendo tanto aspectos gerais da cultura quanto elementos específicos da cultura local à qual pertencem. Contudo, "enquanto pesquisadores, adaptamos a linguagem e os significados conforme registramos os dados, os dados nunca são totalmente puros. O registro de dados isolados permite interpretações destes," (Charmaz, 2009, p. 65), uma vez que os inserimos em uma estrutura conceitual através do uso da nossa linguagem e interpretação do mundo. Assim sendo, a análise aprofundada sob essa perspectiva conduziu à estruturação da codificação e categorização capazes de situar a análise dentro de um contexto social específico. Isso permitiu realizações de comparações mais precisas durante o processo de codificação dos dados, realizado em duas etapas: a codificação inicial e a codificação focalizada. Codificar refere-se ao ato de categorizar trechos dos dados com uma denominação breve que resume e representa cada segmento para facilitar uma interpretação analítica subsequente (Charmaz, 2009, p. 69). Dessa forma, utilizando as respostas obtidas por meio do questionário direcionado à abordagem construtivista de Charmaz (2009, p. 61-64), foram elaboradas categorias analíticas fundamentadas no seguinte quadro:

Quadro 2 - Processo de codificação qualitativa: Etapas inicial e focalizada.

Tipo	Foco	Etapas
Codificação inicial	Identificar a ação nas palavras dos participantes, incluindo intenções e experiências.	• Analisar os dados linha por linha. • Criar códigos de processo usando verbos que respondem “o que está acontecendo aqui?”. • Desenvolver códigos in vivo usando as próprias palavras dos participantes, conforme declarado.

Codificação focalizada	Identificar os códigos iniciais mais frequentes e mais importantes e usá-los para agrupar dados para uma análise mais profunda.	• Criar códigos focalizados com base nos códigos mais significativos ou frequentes. • Marcar todo o conjunto de dados com códigos focalizados e, em seguida, usá-los para agrupar os dados de acordo. • Analisar os dados em cada grupo de código focalizado usando várias técnicas, incluindo codificação teórica. • Refinar os códigos focalizados em categorias provisórias. • Desenvolver as propriedades de cada categoria, até que a saturação seja atingida (ou seja, até que cada propriedade de cada categoria seja totalmente descrita; pode ser necessária uma amostragem teórica para isso).
------------------------	---	--

Fonte - Rev Esc Enferm USP · 2021;55:e03776

A codificação é o elo fundamental entre a coleta dos dados e o desenvolvimento de uma teoria emergente para explicar esses dados. Pela codificação, foi definido o que ocorre nos dados para analisar o significado. Os códigos manifestam-se em conjunto, como elementos da teoria nascente que explica esses dados e orienta a nova coleta de dados. Pela realização cautelosa da codificação, você começa a tecer dois dos principais fios do tecido da teoria fundamentada: os enunciados teóricos passíveis de generalização que transcendem épocas e lugares específicos e as análises contextuais das ações e dos eventos (Charmaz, 2009, p.72). Na qual a codificação na teoria fundamentada compreende pelo menos duas fases principais: 1) uma fase inicial que envolve a denominação de cada palavra, linha ou segmento de dado, seguida por 2) uma fase focalizada e seletiva que utiliza os códigos iniciais mais significativos ou frequentes para classificar, sintetizar, integrar e organizar grandes quantidades de dados. Assim, os primeiros dados foram utilizados na busca de ideias analíticas para prosseguir com a nova coleta e análise de dados. Passando para a codificação focalizada, na qual foi utilizada para detectar e desenvolver as categorias que mais se destacam em grandes quantidades de dados (Charmaz, 2009, p.72). Além disso, Charmaz (2009) enfatiza, segundo Glaser (1978) que a codificação com a utilização de gerúndios o auxilia a detectar processos e a fixar-se aos dados. Na qual, conseguimos transmitir uma forte sensação de ação e sequência e, quando possível, tomar as palavras e as ações dos seus respondentes como ponto de partida, preservando a fluidez da experiência e fornecendo ao pesquisador novas maneiras de observá-lo (Charmaz, 2009, p.76). E a “codificação palavra por palavra”, força o pesquisador a acompanhar as imagens e os significados. Na qual, pode-se observar a estrutura e o fluxo das palavras, e a forma como ambos afetam a sua compreensão destes

e os seus conteúdos específicos (Charmaz,2009, p.77), já os “códigos in vivo” ajudaram a conservar os significados dos participantes, relativos às suas opiniões e atitudes na própria codificação. Assim, a atenção foi voltada à linguagem servindo como marcadores do discurso e dos significados dos participantes (Charmaz,2009, p.84). Desta forma, tais códigos foram aplicados a princípios educacionais freireanos captados em meio aos estudos de revisão bibliográfica do autor como apresentado no quadro a seguir:

Quadro 3 - Princípios Educomunicacionais freireanos observados na dinâmica comunicacional dos perfis analisados.

Princípio	Explicação	Livro(os)
Ação cultural	Transformação social através da prática educativa que vincula teoria e ação.	Pedagogia do oprimido(1970)
Ação-reflexão	Processo contínuo de reflexão e ação para transformar a realidade.	Pedagogia do oprimido(1970)
Círculo de cultura	Espaços de diálogo em que aprendizes e educadores compartilham saberes e experiências.	Pedagogia do oprimido (1970) Extensão ou comunicação?(2013) Educação como prática de liberdade(1967)
Comunicação dialógica	Interação baseada no diálogo aberto, onde todos participam ativamente.	Educação como prática de liberdade(1967)
Consciência crítica	Capacidade de analisar e compreender criticamente a realidade social.	Pedagogia do oprimido(1970) Extensão ou comunicação?(2013) Educação como prática de liberdade(1967)
Cooparticipação do sujeito no ato de pensar	Envolvimento ativo dos aprendizes no processo de reflexão e compreensão.	Extensão ou comunicação?(2013)
Cultura do silêncio	Situação em que os oprimidos são impedidos de expressar suas vozes e experiências.	Educação como prática de liberdade(1967)
Dialogicidade	Fundamental para o processo educativo, implica a troca de ideias e saberes.	Extensão ou comunicação?(2013) Pedagogia do oprimido(1970)

Educação bancária	Modelo tradicional onde o conhecimento é "depositado" nos alunos sem interação crítica.	Extensão ou comunicação?(2013) Pedagogia do oprimido (1970)
Educação emancipadora	Visa a libertação dos indivíduos por meio da educação crítica e conscientizadora.	Extensão ou comunicação?(2013) Educação como prática de liberdade(1967)
Sujeitos oprimidos	Indivíduos que são marginalizados e subjugados na sociedade.	Pedagogia do oprimido(1970)

Fonte – Autoria própria (2025).

A codificação constitui o elemento central que conecta a coleta de dados ao desenvolvimento de uma teoria emergente capaz de explicar tais informações. Por meio do processo de codificação, define-se o que ocorre nos dados para analisar seus significados. Os códigos manifestam-se em conjunto, formando componentes da teoria inicial que elucidam os dados e orientam novas etapas de coleta de informações. Ao realizar a codificação com rigor, inicia-se a construção de dois aspectos essenciais no tecido da teoria fundamentada: os enunciados teóricos passíveis de generalização, capazes de transcender contextos temporais e espaciais específicos, e as análises situacionais das ações e eventos (Charmaz, 2009, p. 72). Nesse procedimento, a codificação na teoria fundamentada compreende pelo menos duas fases principais: inicialmente, uma etapa introdutória que consiste na nomeação individual de cada palavra, linha ou segmento dos dados; posteriormente, uma fase focalizada e seletiva que emprega os códigos mais relevantes ou frequentes para classificar, sintetizar, integrar e estruturar extensas quantidades de informação. Assim sendo, os dados preliminares são utilizados para identificar ideias analíticas que guiarão a continuidade da coleta e análise subsequentes. Na etapa de codificação focalizada, procede-se à identificação e ao desenvolvimento das categorias mais evidentes nos amplos conjuntos de dados (Charmaz, 2009, p. 72). Ademais, Charmaz (2009), citando Glaser (1978), destaca que o uso do gerúndio na codificação auxilia na detecção dos processos em andamento e na manutenção do vínculo com os dados; essa abordagem transmite uma forte sensação de ação e sequência temporal. Quando possível, recomenda-se partir das palavras e ações dos participantes como ponto inicial para preservar a fluidez da experiência analisada e oferecer novas perspectivas ao pesquisador (Charmaz, 2009, p. 76). A técnica de

“codificação palavra por palavra” exige do investigador um acompanhamento atento às imagens conceituais presentes nas palavras; ela permite compreender tanto a estrutura quanto o fluxo linguístico das expressões utilizadas pelos participantes e como estes influenciam sua compreensão dos conteúdos específicos (Charmaz, 2009, p. 77). Os “códigos in vivo”, por sua vez, conservam os significados originários atribuídos pelos sujeitos às suas opiniões e atitudes durante o processo codificatório. Dessa forma, observa-se que a linguagem é utilizada como marcador dos discursos e dos sentidos assumidos pelos participantes (Charmaz, 2009, p. 84). Finalmente, esses códigos foram aplicados aos princípios educacionais freireanos identificados por meio da revisão bibliográfica do autor mencionada no quadro subsequente.

Finalmente, na elaboração de uma interpretação dos dados obtidos, estabelecendo conexões com os princípios educacionais de Paulo Freire discutidos para análise, foi adotado o método hermenêutico de Schleiermacher (2003). Esse método visa examinar as condições gerais em que a compreensão ocorreu e identificar as razões subjacentes ao processo interpretativo. Essa perspectiva investigativa fundamenta-se em um conceito amplo de compreensão, no qual as ciências compreensivas visam apreender as significações intencionais das atividades históricas concretas do ser humano. Nessa abordagem, destaca-se a inseparabilidade entre sujeito e objeto, uma vez que a compreensão hermenêutica ocorre por meio da inserção daquele que interpreta no horizonte proporcionado pela história e pela linguagem — elementos esses que também precisam ser compreendidos. Ademais, há uma circularidade entre o todo e as partes ou uma dependência mútua constitutiva entre elas, fato esse que impede obter entendimento através de simples indução (Schleiermacher, 2003, p. 8). É imprescindível considerar até que ponto o objeto interpretado oferece estímulo ao pensamento ou não para um público específico. A arte de descobrir os pensamentos de um autor reside, necessário dizer, na sua exposição e na maneira particular como ele constitui sua ideia. As atitudes literárias materiais geralmente são conhecidas mediante seleção e organização; assim sendo, cada encadeamento efetivo de frases possui um conceito central que o domina — uma palavra representativa desse conceito — embora tal sentido possa variar substancialmente dependendo do gênero da obra. Tal palavra, assim como palavras específicas dentro das frases particulares, só pode ter seu significado completamente definido se for lida em conexão com outras palavras semelhantes; ou seja, qualquer articulação textual — grande ou pequena — apenas é compreendida corretamente na relação com o todo ao qual pertence (Schleiermacher, 2003, p. 49). Nesse

sentido, a hermenêutica conforme Ricoeur (2011) reforça que aquilo que buscamos compreender não é simplesmente o evento em si — considerado transitório — mas sua significação duradoura. Assim sendo, ao aplicar os princípios freireanos da educomunicação à interpretação dos dados coletados, a obra passa por um processo de codificação próprio à sua composição específica; essa codificação permite transformar o discurso em forma de relato literário, poema ou ensaio (Ricoeur, 2011, p. 58). Dessa forma, a principal preocupação da hermenêutica deixa de ser descobrir intenções ocultas por detrás do texto para manifestar um mundo diante dele; trata-se de atingir uma compreensão autêntica de si mesmo, na qual a relação do texto com o mundo ocupa lugar central em relação à subjetividade do autor (Ricoeur, 2011, p.150). Consequentemente, podemos afirmar que a hermenêutica constitui-se como teoria das operações envolvidas na compreensão e interpretação textual; compreender um texto não equivale exatamente à descoberta de um sentido fixo nele contido - ao contrário: trata-se de revelar a possibilidade de sentidos indicados pelo próprio texto.

3.2 CRITÉRIOS UTILIZADOS E A ESCOLHA DO CORPUS

A definição do corpus nesta pesquisa decorreu de um procedimento investigativo fundamentado em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, cujo principal propósito foi identificar práticas jornalísticas alinhadas à concepção freireana de comunicação dialógica, participativa e emancipatória. Para tanto, foram conduzidas observações preliminares e levantamentos em contextos midiáticos que apresentassem elementos de resistência à lógica hegemônica da comunicação, especialmente aqueles que se empenhavam na construção de sentidos por meio das vozes historicamente marginalizadas. O ambiente digital do Instagram foi selecionado como espaço central para a análise, devido à sua capacidade de promover o surgimento de narrativas jornalísticas contrárias às perspectivas dominantes, comprometidas com a valorização da diversidade cultural, a crítica social e o reconhecimento dos saberes populares. Como meio de comunicação interativo, essa plataforma viabiliza práticas comunicativas capazes de desestabilizar os modelos tradicionais de produção e circulação da informação, aproximando-se dos princípios educomunicacionais defendidos por Paulo Freire.

Nesse contexto, foram selecionados três perfis jornalísticos: @Almapretajornalismo, @Midiaindigenaoficial e @Nosmulheresdaperiferia. A escolha fundamenta-se na atuação desses coletivos na promoção de conteúdos voltados à

valorização da identidade negra, indígena e periférica, bem como no enfrentamento das estruturas excludentes da mídia convencional. Tais perfis configuram-se como espaços de resistência simbólica e política, nos quais se articulam práticas comunicacionais que visam à formação crítica dos sujeitos e à construção de uma esfera pública plural. A seleção do corpus, portanto, está intrinsecamente relacionada ao propósito da pesquisa de mapear as manifestações dos princípios freireanos no campo do jornalismo digital brasileiro, evidenciando sua capacidade de fomentar a democratização da informação, a promoção da cidadania comunicativa e o fortalecimento das identidades culturais. Ao assumir uma perspectiva dialógica e crítica, a investigação busca compreender como tais práticas contribuem para a transformação social e a ampliação do direito à comunicação.

A fim de operacionalizar a análise dos conteúdos publicados pelos perfis selecionados no Instagram, estabeleceu-se um recorte temporal correspondente aos meses de janeiro e fevereiro de 2025. Tal delimitação foi definida com base em critérios metodológicos e pragmáticos que viabilizassem a aplicação dos métodos anteriormente descritos, permitindo uma aproximação qualitativa das práticas comunicacionais observadas. Dentro desse intervalo, foram selecionadas dez postagens de cada perfil — @Almapretajornalismo, @Midiaindigenaoficial e @Nosmulheresdaperiferia — totalizando trinta conteúdos analisados. A escolha das postagens pautou-se em dois conjuntos de critérios complementares: o primeiro relacionado ao nível de engajamento, identificado por meio de indicadores como número de curtidas, comentários e compartilhamentos; o segundo, fundamentado nos conceitos centrais da obra de Paulo Freire, com especial atenção para postagens que evidenciassem elementos de diálogo, conscientização, práxis, humanização e contextualização. Esses critérios metodológicos visaram assegurar que os conteúdos analisados representassem não apenas o alcance comunicacional das publicações, mas sobretudo sua densidade pedagógica e potencial transformador, conforme ilustra o quadro apresentado a seguir:

Quadro 4 - Critérios de escolha do corpus: Interseções entre engajamento digital e comunicação freireana.

Critério de engajamento	Critério de conceitos freireanos
1. Posts com maior número de curtidas	1. Diálogo: Posts que promovem a troca de ideias e o debate.
2. Posts com maior número de comentários	2. Conscientização: Posts que incentivam a reflexão crítica sobre questões sociais.

3. Posts com maior número de compartilhamentos	3. Práxis: Posts que encorajam a ação transformadora e a participação ativa. 4. Humanização: Posts que valorizam a dignidade e os direitos humanos. 5. Contextualização: Posts que situam as notícias dentro de um contexto histórico e social
--	--

Dessa forma, a avaliação dos conteúdos foi realizada a partir da observação da presença de práticas que estimulassem a ação transformadora e a participação ativa dos sujeitos (práxis); da promoção de diálogos plurais e da articulação entre diferentes perspectivas sociais (dialética); da capacidade de sensibilização crítica frente às questões sociais e políticas contemporâneas (conscientização); do reconhecimento e valorização da dignidade humana e dos direitos fundamentais (humanização); e da inserção dos temas abordados em contextos históricos e socioculturais pertinentes (contextualização) e como estratégia de refinamento da amostra, foram selecionadas dezenas de publicações por perfil analisado. No entanto, para garantir a representatividade das postagens com maior circulação e relevância comunicacional, foi aplicada uma métrica quantitativa de engajamento. A partir do cálculo da média de interações de cada publicação — considerando curtidas, comentários e compartilhamentos — foi estabelecido um ranking interno que permitiu a seleção das dez postagens mais engajadas de cada perfil. A fórmula utilizada para obtenção da média de engajamento seguiu a seguinte estrutura:

Número de curtidas + número de comentários + número de compartilhamentos = Média de engajamento.

Essa estratégia metodológica integrada — que articula os recursos da análise qualitativa com a aferição quantitativa do impacto — possibilitou não apenas a identificação de conteúdos alinhados à perspectiva freireana de uma comunicação emancipadora, mas também a validação da expressividade social das postagens no ambiente digital. Para aprofundar a compreensão sobre o engajamento gerado por cada perfil analisado, foi empregada a ferramenta gratuita *AppSorteos*: Calculadora de Engajamento, que fornece dados objetivos acerca do interesse e do nível de comprometimento do público no Instagram, contribuindo para o debate crítico em torno dos resultados obtidos.

4. OBSERVAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Dando continuidade à metodologia adotada nesta investigação, inicia-se a fase de apresentação e análise dos dados coletados na avaliação dos perfis selecionados no ambiente digital do Instagram. As investigações foram conduzidas de acordo com as etapas, procedimentos e critérios previamente estabelecidos para a composição do corpus, com foco na identificação de práticas comunicacionais que expressam narrativas contra-hegemônicas e potencialidades pedagógicas alinhadas aos princípios de Paulo Freire. A apresentação dos resultados será realizada em uma sequência lógica, ordenada pelo grau crescente de engajamento das publicações analisadas. Os perfis considerados nesta análise incluem: (A) @Almapretajornalismo; (B) @Midiaindígenaoficial; e (C) @Nosmulheresdaperiferia.

Para cada perfil, inicialmente, será fornecida uma breve contextualização que abranja sua trajetória, identidade editorial e área de atuação. Em seguida, apresentará um quadro classificatório das publicações, elaborado com base em critérios quantitativos de engajamento — tais como posicionamento no ranking, título da postagem e dados numéricos relativos ao alcance no Instagram. Posteriormente, cada publicação passará por duas etapas observacionais: uma utilizando o questionário apresentado no “Quadro 1”, com as respectivas respostas; outra destacando o “foco” conforme o “Quadro 2”, além da identificação dos princípios freireanos destacados no “Quadro 3” e do código QR que possibilita acesso ao conteúdo analisado. Finalmente, as interpretações serão realizadas sob uma perspectiva crítica, relacionando-as às concepções teóricas freireanas que fundamentam este estudo. Assim, busca-se compreender não apenas a expressão digital dos conteúdos avaliados, mas também suas implicações na promoção de uma comunicação popular, dialógica e transformadora.

Visando promover uma leitura mais fluida e evitar uma possível sobrecarga de informações, este capítulo aborda apenas as três primeiras classificações de cada perfil — selecionadas pelos critérios de engajamento e princípios freireanos. A análise completa das demais classificações, juntamente com suas interpretações hermenêuticas fundamentadas na Teoria Fundamentada Construtivista de Charmaz (2009), encontra-se disponível no Apêndice. Recomenda-se enfaticamente a leitura complementar desse material para possibilitar uma compreensão mais ampla e aprofundada das práticas discursivas e dos princípios freireanos identificados nos conteúdos examinados.

4.1 PERFIL ALMA PRETA JORNALISMO

O perfil @almapretajornalismo deriva de uma agência de jornalismo especializada na cobertura temática racial no Brasil e internacionalmente. Seu conteúdo abrange questões sociais, políticas, econômicas, culturais e históricas, oferecendo uma abordagem crítica e investigativa acerca da realidade da população negra. A identidade do perfil destaca-se por sua produção jornalística aprofundada, incluindo publicações tais como: reportagens com foco social sobre temas como quilombos, cultura africana e resistência negra; análises de pautas políticas e econômicas que avaliam impactos estruturais na vida da população preta; assuntos relacionados ao esporte e entretenimento que promovem a visibilidade de atletas e artistas negros; postagens explicativas com legendas contextualizadas que resumem os temas abordados, estimulando o acesso ao site para leitura integral; temas ligados à população negra em áreas como educação, direitos humanos e mobilizações sociais; conteúdos audiovisuais, incluindo vídeos, podcasts e entrevistas que aprofundam debates; cobertura de manifestações e atos de resistência empregados para evidenciar a importância da luta por direitos civis, além da divulgação de parcerias e mobilizações voltadas à valorização da cultura afro-brasileira. Adicionalmente, o perfil encaminha seus seguidores ao seu site oficial, onde as editorias estão divididas em categorias específicas: Olimpíadas — focando em destaques sobre atletas negros e suas trajetórias; Cotidiano — abordando questões sociais relevantes à comunidade negra; Política — analisando decisões governamentais e seus efeitos sobre os cidadãos pretos; Cultura — promovendo a valorização das artes, músicas e tradições afro-brasileiras; Quilombo e África — realizando resgates históricos e promovendo conexões com a ancestralidade; Investigações — apresentando reportagens aprofundadas acerca do racismo estrutural e desigualdade racial.

Além disso, conta com uma aba dedicada a um canal no YouTube e a um podcast, ampliando sua presença no jornalismo digital e fortalecendo a interação com seu público. Dessa forma, o @almapretajornalismo desempenha papel fundamental na construção de uma consciência crítica acerca da situação da população negra brasileira. Promove educação política, resistência cultural e reconhecimento das contribuições negras. Sua abordagem dialoga com conceitos freireanos de comunicação ao estimular a participação ativa dos seguidores na luta por direitos fundamentais e por justiça social. Ao articular informações com ações de denúncia e mobilização social, o perfil se firma como um espaço dedicado ao fortalecimento da identidade negra frente às desigualdades

herdadas historicamente. Abaixo, apresenta-se o quadro classificatório dos conteúdos utilizados para fundamentar as interpretações derivadas dos dados coletados neste estudo.

Quadro 5 - Ranking de engajamento dos conteúdos selecionados do perfil @Almapretajornalismo.

Ranking	Título da Postagem	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	Média de engajamento
1º	‘Não recuarei’, diz Erika Hilton após ser ameaçada por desmentir fake news sobre o Pix	24.100	382	365	8.283
2º	Trump concede perdão total a policiais condenados por morte de jovem negro durante perseguição	12.400	1.328	3.640	5.789
3º	Mulher acusada de racismo em petshop é demitida de hospital em Salvador	14.100	1.080	74	5.084
4º	Juíza aumenta indenização contra médico condenado por chamar porteiro de “macaco” em Belém	13.700	864	347	4.970
5º	Revolta dos malês: 190 anos do maior levante urbano contra a escravidão do Brasil	12.400	85	2.091	4.858
6º	Estado deve retirar dos espaços públicos homenagens a figuras racistas, diz DPU	14.200	252	404	4.858
7º	Erika Hilton propõe política nacional de saúde mental para	12.500	223	1.191	4.280

	peessoas trans e travestis				
8º	Atrizes de peça em homenagem a Martinho da Vila denunciam racismo no Rio	10.600	382	438	3.806
9º	Perseguição à população negra na ditadura foi destaque na Comissão da Verdade “Rubens Paiva” em São Paulo	10.100	40	666	3.602
10º	Independência do Haiti completa 221 anos: revolta contra escravidão e colonialismo ousou ‘construir outro futuro	9.130	44	738	3.304

1º - ‘Não recuarei’, diz Erika Hilton após ser ameaçada por desmentir fake news sobre o Pix

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 1º colocação:

Questão analítica	Resposta aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	Precisa, relevante, incompleta (sem contextualização detalhada), consistente, atual, sem fontes diretas, clara, objetiva, acessível, com limites informacionais.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Falas discutidas nas redes sociais sobre a deputada Erika Hilton (PSOL-SP).
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Representa ameaças em torno de denúncias e esclarecimentos sobre fake news
O que a informação omite?	Não há omissão identificada.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	Usuários das redes sociais como X, Instagram e seguidores da deputada e do Alma Preta Jornalismo.
Quem é o público-alvo da informação?	Pessoas trans, políticos, sociedade engajada na esquerda política.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	A deputada, o público trans, e a oposição à desinformação.

A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim, ao reafirmar denúncias de fake news e ameaças.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Por Verônica Serpa, graduanda em jornalismo e produtora de conteúdo do Alma Preta, com base em redes sociais e notas do PSOL.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Denunciar ameaças à deputada, enfatizando a transexualidade e o preconceito. Pode também servir como alerta político e mobilização social.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Contextualiza a luta contra o preconceito, expõe fatos e cita fontes, refletindo um cenário social e político de transfobia e violência.
Qual é a estrutura do texto?	Introdução com contextualização, desenvolvimento com exposição de fatos, conclusão com fala da deputada.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	Categorias: denúncia, ameaça, identidade trans, desinformação. Observa-se continuidade temática em textos similares, com variações conforme o contexto político.
Quais significados contextuais o texto sugere?	Morte de mulheres negras na política, transfobia institucional, desinformação por agentes da extrema direita.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Aponta para realidades de violência política, preconceito e manipulação informacional.
Quais realidades o texto alega representar? Como?	A realidade da desinformação e da violência contra pessoas trans, representada por meio de relatos e notas informativas.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	Não foram identificados significados não intencionais.
De que modo a linguagem é utilizada?	Linguagem clara, direta e acessível.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Estrutura jornalística: introdução, desenvolvimento, conclusão. Regras implícitas refletem pressupostos sociais e políticos.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	Final do segundo parágrafo (desinformação da extrema direita) e nos parágrafos seguintes (ameaças recebidas).

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
--	---	---

Ameaças, intimidação, recuarei.	Ação-reflexão, consciência crítica, sujeitos oprimidos.	
---------------------------------	---	--

Interpretação dos dados:



A deputada Erika Hilton (PSOL-SP) reafirmou seu compromisso na luta contra a disseminação de informações falsas ao desmentir notícias enganosas relacionadas ao Pix, o que desencadeou reações hostis e ameaças por parte de opositores políticos. Este episódio exemplifica uma dinâmica de violência política, na qual mulheres negras e pessoas trans, ao assumirem cargos em instituições públicas, enfrentam ataques coordenados com o objetivo de silenciá-las. A publicação efetuada no Instagram e a

reportagem do portal Alma Preta, elaborada pela estudante de jornalismo Verônica Serpa, apresentam informações claras, acessíveis e verificáveis; entretanto, suas limitações informacionais são evidentes, uma vez que dependem principalmente de relatos veiculados em redes sociais e não disponibilizam fontes diretas. O caso apoia-se em notas oficiais do PSOL e na repercussão das ameaças virtuais sofridas pela parlamentar, refletindo um padrão sistemático de intimidação política dirigido especialmente às figuras progressistas, sobretudo às mulheres negras e às pessoas trans. Assim sendo, a denúncia assume múltiplos significados: para Erika Hilton, representa um ataque direto à sua atuação política e identidade; para a extrema direita, constitui uma tentativa de perpetuar estruturas de desinformação e ataques coordenados contra adversários políticos; já para

as mulheres negras e pessoas trans na política, o episódio reforça um histórico de violência e silenciamento dessas figuras públicas, remanescente de episódios como o assassinato de Marielle Franco.

O texto apresenta uma estrutura que combina elementos informativos e argumentativos. Inicia-se com a apresentação do caso e sua relação com ataques políticos sistemáticos; prossegue detalhando as ameaças dirigidas à deputada e sua resposta pública; concluindo com uma citação da própria Erika Hilton reafirmando sua resistência. A linguagem empregada é clara e objetiva, facilitando a compreensão do público quanto à vinculação entre desinformação, transfobia e violência política. Além disso, a reportagem evidencia como agentes da extrema direita promovem estratégias de desinformação — destacando o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) como um dos principais disseminadores dessa prática voltada aos grupos vulneráveis. Ao citar exemplos anteriores, o texto contextualiza a violência dirigida às mulheres negras e às pessoas trans na esfera política, revelando um padrão recorrente de perseguição sistemática. Nesse sentido, termos como ameaças, intimidação, recuo político e desinformação reiteram o caráter estratégico desses ataques políticos bem como a urgência no enfrentamento à violência. Dessa forma, o episódio permite estabelecer paralelos com outras ocorrências similares envolvendo agressões políticas contra mulheres negras e pessoas trans — ilustrando padrões destinados a deslegitimar suas atuações públicas. Ao longo dos anos, casos emblemáticos como o assassinato de Marielle Franco demonstram os efeitos trágicos que a violência política pode gerar — reiterando assim a necessidade do fortalecimento dos mecanismos protetivos às figuras públicas pertencentes aos setores historicamente marginalizados. Nesse contexto exposto pelo Alma Preta e pelas redes sociais da deputada Erika Hilton reside uma contribuição significativa ao debate sobre segurança política e combate à desinformação: promove reflexão acerca dos riscos enfrentados por parlamentares negros e trans frente às ações coordenadas de difamação. Essa análise se mostra útil para ativistas, comunicadores sociais e acadêmicos interessados em aprofundar os estudos sobre transfobia institucionalizada ou violências políticas no ambiente digital.

Por fim, as ameaças dirigidas à deputada Erika Hilton em decorrência do combate às *fake news* relacionadas ao Pix evidenciam a importância imprescindível do enfrentamento à violência política — especialmente contra mulheres negras e indivíduos transgêneros. O episódio revela como setores da extrema direita mobilizam discursos falsos com fins intimidatórios direcionados às lideranças progressistas — fortalecendo

estruturas coercitivas que visam silenciar tais vozes por meio de ações coordenadas. O jornalismo crítico desempenha papel fundamental neste cenário ao expor estratégias persecutórias adotadas politicamente — garantindo que episódios desse tipo não sejam naturalizados ou minimizados — além de assegurar respaldo adequado às vítimas para que permaneçam atuantes na vida pública. Nesse contexto, destaca-se também o perfil @almapretajornalismo como exemplo representativo do jornalismo contracultural que incorpora princípios educomunicacionais freireanos: conceitos esses presentes nas dimensões estruturais desta prática pedagógica-educativa capaz de promover conscientização social através da articulação entre comunicação crítica, educação popular. Desta forma foram identificados os princípios freireanos de:

Ação-reflexão: A denúncia das ameaças enfrentadas por Erika Hilton vai além do simples relato dos fatos, estimulando uma análise crítica e promovendo o engajamento coletivo. Por meio da produção de conteúdo, ao posicionar-se frente à desinformação e ao discurso de ódio, realiza a práxis freireana, integrando ação e reflexão como instrumentos para a conscientização social.

Consciência crítica: O material divulgado incentiva leitores e espectadores a compreenderem as estruturas políticas que sustentam práticas de exclusão e violência. Ao abordar casos de transfobia e intimidação política, especialmente ao relacioná-los com a memória de Marielle Franco, realiza-se uma convocação direta à leitura crítica do cenário sociopolítico brasileiro.

Sujeitos oprimidos: A narrativa construída destaca sujeitos historicamente marginalizados — mulheres negras, pessoas trans, militantes — elevando-os ao protagonismo discursivo. O jornalismo praticado pelo Alma Preta colabora para o fortalecimento desses sujeitos, ampliando sua visibilidade e legitimando suas vozes como fontes primárias de verdade.

2º - Trump concede perdão total a policiais condenados por morte de jovem negro durante perseguição

Observando os dados: Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 2ª colocação:

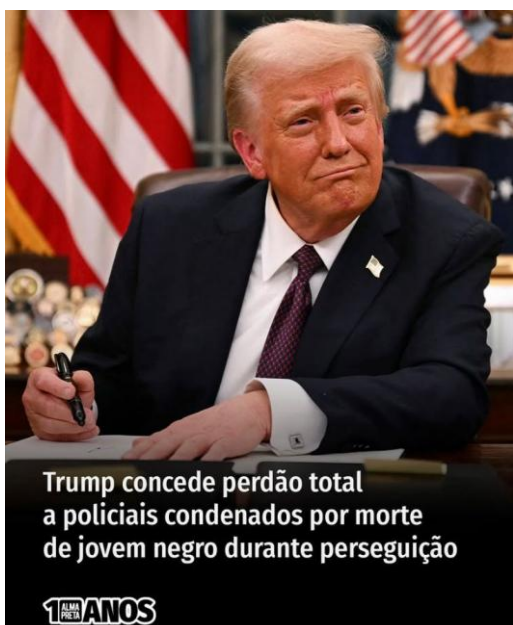
Questão analítica	Resposta aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	Precisa, relevante, clara, completa, atual, objetiva, consistente, verificável, acessível.

Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Perseguição policial não autorizada que resultou no assassinato de um jovem negro; perdão concedido por Trump aos policiais envolvidos.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Alerta/denúncia sobre como o poder presidencial atua diante de injustiças raciais.
O que a informação omite?	Não omite, mas não esclarece o motivo da perseguição.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	Baseada em investigação jornalística do <i>New York Times</i> .
Quem é o público-alvo da informação?	Comunidade preta.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	A sociedade como um todo, ao ser alertada sobre abusos de poder e injustiças raciais.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim, ao provocar reflexão sobre ações incoerentes de líderes políticos.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Produzido para o site Alma Preta, por Giovanna Ramos, jornalista e estudante atuante na produção de conteúdo digital.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Denunciar abusos de poder com base em lógica racista e racismo sistêmico. Pode também fomentar mobilização social e crítica institucional.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Aponta racismo sistêmico praticado por agentes públicos, contextualizando o assassinato como parte de uma estrutura de opressão.
Qual é a estrutura do texto?	Introdução com protestos de 2020, desenvolvimento com perfis dos policiais e decisão de Trump, conclusão com citação direta do presidente.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	Categorias: racismo institucional, impunidade, abuso de poder. Observa-se continuidade temática em textos sobre violência racial.
Quais significados contextuais o texto sugere?	Racismo sistêmico em instituições públicas e minimização de injustiças contra a comunidade negra.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Expõe a impunidade e a normalização da violência racial por autoridades.
Quais realidades o texto alega representar? Como?	Realidade da violência policial e da impunidade nos EUA, com paralelos à realidade brasileira.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	A naturalização da violência contra pessoas pretas em contextos periféricos.
De que modo a linguagem é utilizada?	Linguagem clara e de fácil entendimento.

Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Ênfase nos crimes e na omissão presidencial, com estrutura jornalística tradicional.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	Segundo parágrafo (perfil dos policiais condenados) e desenvolvimento da fala de Trump.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
Restaurar, corrigindo, protegendo	Consciência crítica, cultura do silêncio, sujeito oprimido.	 POST COMPARTILHADO EM 23 DE JANEIRO DE ALMAPRETAJORNALISMO

Interpretação dos dados:



A decisão de conceder perdão integral por parte de Donald Trump aos policiais condenados pelo assassinato de Hylton Brown, um jovem negro de 20 anos, durante uma perseguição policial não autorizada, provocou ampla indignação e repercussão social. Tal ato presidencial, longe de caracterizar uma ação isolada, insere-se em um contexto mais amplo de racismo estrutural, no qual agentes públicos, ao invés de protegerem a sociedade, perpetuam a violência racial com respaldo institucional. A

postagem realizada no Instagram e a reportagem publicada no portal Alma Preta, assinada pelo jornalista Giovanna Ramos, fundamentam-se na investigação do The New York Times. As informações apresentadas são precisas, relevantes e verificáveis, detalhando o

crime cometido, a condenação dos policiais e o indulto concedido pelo presidente. Contudo, o motivo que levou à perseguição não é explicitado, podendo gerar lacunas na compreensão do ocorrido. O público-alvo da matéria engloba tanto a comunidade negra quanto o conjunto da sociedade civil; a denúncia evidencia abusos de poder e reforça a necessidade de responsabilização dos agentes estatais. A principal contribuição do texto reside em estimular reflexões acerca da coerência das decisões presidenciais, fomentando debates sobre impunidade racial e violações dos direitos humanos. Dessa forma, o episódio assume diferentes significados: para os familiares da vítima e para a comunidade negra, simboliza mais um capítulo de injustiça racial em que criminosos recebem proteção política às custas da dignidade das vítimas; para organizações dedicadas à defesa dos direitos humanos, reforça-se a urgência de revisar legislações que permitem o uso indiscriminado do perdão presidencial; enquanto para a sociedade em geral evidenciam-se as raízes do racismo estrutural presente no aparato estatal brasileiro e estadunidense — que assegura impunidade aos agentes responsáveis pela segurança pública.

A abordagem narrativa segue uma estrutura cronológica e analítica: inicia-se com a apresentação do caso e dos policiais envolvidos; prossegue abordando o contexto dos protestos contra violência policial iniciados em 2020; conclui com as declarações controversas do presidente Trump acerca do perdão concedido. O desenvolvimento aprofundado retrata o perfil dos agentes condenados, detalha o cenário de manifestações contra abusos policiais e contextualiza o racismo sistêmico nas instituições públicas. A linguagem empregada é clara e objetiva ao evidenciar como mecanismos de impunidade policial aliados ao abuso de poder presidencial fortalecem práticas institucionais racistas. Embora focalize os Estados Unidos, esse panorama permite estabelecer paralelos com o Brasil — onde execuções policiais nas periferias frequentemente permanecem sem punição efetiva. Termos recorrentes como racismo, impunidade, perdão, proteção institucional e violência endêmica reforçam a gravidade da situação e sublinham a necessidade imperativa de responsabilização por parte dos envolvidos. Além disso, expressões como “restaurar, corrigir e proteger” indicam um desejo coletivo por um jornalismo comprometido em reparar injustiças sociais diante das desigualdades existentes e preservar a dignidade daqueles sujeitos historicamente vulnerabilizados. Assim sendo, o episódio possibilita comparações com outros casos similares envolvendo mortes decorrentes da ação policial sobre jovens negros tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. A concessão do perdão presidencial representa um agravante à injustiça já existente ao conferir protecionismo institucional aos criminosos—impedindo sua

responsabilização legal eficaz. O jornalismo crítico desempenha papel fundamental na denúncia dessas violações ao garantir visibilidade contínua aos episódios de violência estatal promovendo reflexões acerca das mudanças estruturais necessárias no sistema judiciário nacional e internacional. Essa narrativa amplia o debate acerca da impunidade vinculada aos crimes raciais influenciando percepções públicas sobre o papel do Estado na manutenção ou combate à violência policial. As investigações conduzidas pelo Alma Preta juntamente com análises veiculadas pelo New York Times fortalecem discussões relacionadas ao abuso do poder estatal e à necessidade premente de reformas na segurança pública brasileira e estadunidense. Tais textos oferecem suporte técnico-teórico útil para ativistas sociais, juristas, estudiosos interessados no aprofundamento das discussões sobre institucionalização raciais, fragilidades nos mecanismos de responsabilização estatal, eles também contribuem para sensibilizar setores diversos quanto às consequências dessas práticas injustas.

Por fim, a decisão tomada por Donald Trump ao perdoar policiais condenados por homicídio envolvendo motivação racial evidencia uma face sistêmica da impunidade dentro do sistema judicial americano. O caso Hylton Brown simboliza uma luta constante contra toda forma de violência racial destacando-se pela urgência na crítica aos excessos do poder político-eclesiástico. O jornalismo contra-hegemônico atua nesse cenário como espaço vital para denunciar esses abusos guardando memória coletiva, sendo elemento indispensável na mobilização social. Assim, alinhando-se à pedagogia freireana ao promover uma leitura crítica da realidade internacional através da adaptação dessas narrativas ao contexto brasileiro. Desta forma, essa estratégia visa mostrar que, o racismo estrutural atravessa fronteiras contribuindo assim para ampliar ações contra desigualdades institucionais e dentre os princípios freireanos identificados destacam-se:

Consciência crítica: A análise apresentada evidencia a impunidade policial e o racismo institucionalizado, incitando o leitor à reflexão acerca das estruturas de poder que sustentam tais injustiças. Ao denunciar a clemência presidencial concedida por Trump, o texto convida a sociedade a questionar a legitimidade das instituições e seus compromissos com a justiça racial. Nesse sentido, essa perspectiva rompe com uma postura passiva de mera transmissão de informações, promovendo uma leitura ativa e transformadora, conforme defendido por Freire.

Cultura do silêncio: O jornalismo convencional frequentemente omite ou minimiza os delitos praticados contra indivíduos negros, contribuindo para sua invisibilização social. Em contrapartida, o Alma Preta desafia essa lógica ao dar voz à

comunidade negra, rompendo com o silêncio que historicamente os marginalizou. Ao destacar perfis policiais, aspectos dos protestos e as declarações problemáticas de Trump, o conteúdo desestabiliza narrativas hegemônicas e revela aquilo que usualmente permanece oculto.

Sujeitos oprimidos: A comunidade negra é colocada em posição central na narrativa, não apenas como objeto de análise, mas como sujeito ativo na esfera histórica e política. O texto reconhece a influência direta da impunidade sobre esse segmento populacional e valoriza suas experiências e formas de resistência.

3º - Mulher acusada de racismo em petshop é demitida de hospital em Salvador

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 3º colocação:

Questão analítica	Resposta aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	Precisa, relevante, clara, incompleta (faltam falas dos personagens), confiável, atual, objetiva, consistente, verificável, acessível.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Fato de injúria racial cometido por uma mulher contra funcionária de pet shop.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Injúria racial é crime e tem consequências legais.
O que a informação omite?	Não há relatos dos participantes envolvidos diretamente.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	Câmeras de segurança do estabelecimento.
Quem é o público-alvo da informação?	A sociedade em geral.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Pessoas pretas que vivenciam racismo cotidiano, ao verem que há responsabilização jurídica
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim, ao demonstrar que injúrias raciais são crimes puníveis, encoraja denúncias e consciência social.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Produzido por Verônica Sena, graduanda de jornalismo, para o site Alma Preta, com base em relatos institucionais e dados do estabelecimento.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Denunciar injúrias raciais e reforçar que há punições; também educa sobre a persistência do racismo estrutural no cotidiano.

Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Enfatiza o racismo cotidiano e o abuso simbólico de poder, como tentativa de superioridade social.
Qual é a estrutura do texto?	Início com data e sequência dos eventos, desenvolvimento com notas oficiais, conclusão com posicionamentos institucionais
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	A estrutura cronológica organiza os fatos e posicionamentos. Categorias: injúria racial, mentira institucional, racismo cotidiano.
Quais significados contextuais o texto sugere?	Racismo estrutural ainda presente no cotidiano brasileiro e a tentativa de intimidação social por falsas alegações de autoridade.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Mostra que pessoas pretas ainda são alvo de ofensas raciais e que essas situações, embora comuns, são tipificadas como crimes.
Quais realidades o texto alega representar? Como?	Realidade do racismo cotidiano, representada por meio de vídeo e notas de repúdio, mostrando que nem sempre há impunidade.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	A revelação de que muitos casos semelhantes não chegam à justiça por falta de provas ou denúncias.
De que modo a linguagem é utilizada?	Clara, acessível, com destaque para o repúdio institucional.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Estrutura jornalística tradicional: introdução, desenvolvimento e conclusão. Uso de notas e vídeos como evidências.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	No terceiro parágrafo: narração dos insultos e ameaças. Nos seguintes, aparecem as notas de demissão e desmentidos institucionais.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
--	---	---

Reafirma, racismo, etarismo, homofobia, bullying, repudiam, racismo, racismo acompanhará, garantindo.	Ação-reflexão, consciência crítica, sujeitos oprimidos.	
---	---	--

Interpretação dos dados:



O incidente de injúria racial efetuado por uma mulher contra uma funcionária de um pet shop em Salvador gerou significativa repercussão, resultando na demissão da autora do episódio de seu emprego em um hospital e no repúdio público por diversas entidades. A denúncia, registrada em vídeo e amplamente disseminada, revelou mais um caso de racismo explícito, evidenciando a persistência dessa problemática na sociedade brasileira. A publicação realizada no Instagram e a

reportagem publicada pelo site Alma Preta, assinada pela estudante de jornalismo Verônica Sena, apresentam informações claras, relevantes e confiáveis; contudo, são incompletas ao não incluir depoimentos diretos dos envolvidos. O artigo ressalta que injúria racial constitui crime e destaca a tentativa da agressora de utilizar uma identidade profissional falsa para intimidar a vítima. As imagens capturadas por câmeras de segurança do estabelecimento reforçam a veracidade dos fatos, funcionando como provas do delito e contribuindo para responsabilizar a agressora.

O público-alvo do texto compreende toda a sociedade, especialmente a população negra que frequentemente vivencia essas situações no cotidiano. A maior força da reportagem reside na demonstração de que atos racistas devem ser denunciados e punidos, fortalecendo a conscientização acerca dos direitos das vítimas e da necessidade

de combater a impunidade. Este episódio assume múltiplos significados: para a vítima, representa uma violência racial cotidiana que foi agora documentada e sancionada; para a acusada, evidencia as possíveis consequências jurídicas e sociais do racismo — como demissão e condenação pública; enquanto para o público geral, funciona como um alerta para ampliar as denúncias desses casos, assegurando que os infratores não permaneçam impunes. O texto não deixa de abordar informações essenciais à compreensão plena da gravidade do episódio. Seguindo uma estrutura cronológica, inicia-se pela descrição dos fatos exibidos em vídeo, prossegue com o posicionamento das entidades envolvidas e conclui com as repercussões institucionais e jurídicas enfrentadas pela agressora. O desenvolvimento reafirma o contexto histórico do racismo estrutural ao ilustrar como essas formas de violência se reiteram ao longo do tempo muitas vezes sem serem devidamente combatidas ou registradas. A linguagem empregada é clara, informativa e reflexiva, cumprindo sua função de denúncia social. As declarações das entidades — como a Associação dos Magistrados e o Conselho Regional de Enfermagem — reforçam publicamente a condenação do ato ilícito enquanto desmentem qualquer tentativa da agressora de usar uma identidade falsa para intimidar sua vítima. A recorrência dos termos racismo, repúdio, condenação e crime serve para sublinhar a gravidade do ocorrido bem como reforçar a urgência em responsabilizar os envolvidos. Este episódio possibilita comparações com outros casos similares ocorridos no Brasil, revelando padrões persistentes de violência verbal e intimidação motivadas por questões raciais. Ao longo dos anos, textos abordando o racismo cotidiano tendem ganhar destaque na mídia alternativa ou contra-hegemônica; contudo — na mídia tradicional — esses casos ainda são pouco noticiados ou tratados superficialmente. A abordagem adotada pelo Alma Preta diferencia-se ao não suavizar o impacto da agressão; ela valoriza a importância da responsabilização penal do agressor bem como promove maior conscientização pública acerca do crime de injúria racial. Tal reportagem exerce influência direta sobre percepções sociais quanto à urgência no combate ao racismo estrutural. Ao expor esse caso específico evidencia-se que situações semelhantes demandam denúncia efetiva aliada às consequências institucionais possíveis aos agressores.

O efeito desse debate reflete-se na sensibilização coletiva acerca das dinâmicas do racismo estrutural ao fortalecer os direitos das vítimas à justiça social. Além disso, essa narrativa é útil para militantes políticos, historiadores ou educadores interessados em aprofundar discussões sobre violência racial institucionalizada e impunidade sistêmica. Por fim, tanto pela demissão formal da mulher acusada quanto pelo repúdio manifestado

pelas entidades envolvidas — evidencia-se o impacto social derivado desta denúncia institucionalizada: Esse episódio demonstra que o racismo permanece presente nas ações cotidianas, porém também mostra que há respostas concretas capazes de promover justiça social nesse contexto. O jornalismo crítico desempenha papel fundamental ao revelar episódios discriminatórios relacionados à raça garantindo visibilidade à questão racial brasileira através da denúncia pública, promovendo debates necessários à transformação estrutural dessa realidade. Assim sendo, foram destacados princípios segundo Freire:

Ação-reflexão: O caso apresentado transcende sua simples descrição, sendo objeto de interpretação, análise e inserção no contexto social. A abordagem do delito de injúria racial, acompanhada de registros audiovisuais e posicionamentos institucionais, não apenas fornece informações, mas também fomenta uma reflexão crítica. Tal procedimento visa promover ações fundamentadas, como denúncias e mobilizações sociais. Ademais, o texto propõe uma transformação de consciência por meio da leitura da realidade social e da denúncia de injustiças — alinhando-se à perspectiva de Freire: agir após refletir e refletir a partir da ação.

Consciência crítica: A estrutura do conteúdo tem como objetivo estimular uma percepção crítica acerca do racismo cotidiano, suas repercussões e o papel da sociedade no seu enfrentamento. Ao salientar que diversas situações de injúria permanecem impunes devido à ausência de denúncias, o texto incentiva uma leitura social aprofundada, expondo contradições estruturais que sustentam o preconceito. Dessa forma, a análise e os relatos revelam mecanismos de poder — como a alegação falsa de ser juíza — utilizados para naturalizar abusos, processos esses que são desconstruídos na narrativa.

Sujeitos oprimidos: A ênfase nas pessoas negras que experienciam o racismo cotidianamente representa uma valorização dos sujeitos históricos da opressão — protagonistas das próprias histórias, não meramente vítimas. As manifestações de repúdio e o relato da funcionária enfrentando o abuso evidenciam que tais sujeitos possuem voz e agência própria, sobretudo quando apoiados por instituições conscientes desse cenário.

4.2 PERFIL MÍDIA INDÍGENA OFICIAL

O perfil @midiaindigenaoficial constitui-se como uma das principais plataformas de comunicação dedicadas a promover a visibilidade e resistência dos povos indígenas no Brasil. Criado com o objetivo de amplificar as vozes, reivindicações e lutas

dos povos originários, esse espaço funciona como um instrumento de denúncia, mobilização e disseminação de informações, abordando temas relacionados aos direitos indígenas, manifestações sociais, políticas públicas, cultura e preservação ambiental. Destaca-se por sua cobertura jornalística que adota uma perspectiva contrária à hegemonia, empregando legendas explicativas e resumos que contextualizam eventos e denúncias. Além disso, suas publicações incluem: notícias sobre decisões políticas que impactam as comunidades indígenas; denúncias de violações de direitos humanos, tais como invasões territoriais e exploração ilegal de recursos naturais; cobertura de manifestações e atos de resistência promovidos pelos povos indígenas; discursos políticos e negociações envolvendo lideranças indígenas e representantes parlamentares; ações culturais voltadas à valorização da arte, música e tradições ancestrais; postagens em formato colaborativo ou em parceria com outras iniciativas indígenas para ampliar sua visibilidade; materiais educativos que esclarecem temas como demarcação territorial, políticas ambientais e direitos indígenas; além de publicações em formato carrossel que facilitam o entendimento de assuntos complexos por meio de recursos visuais.

Embora o @midiaindigenaoficial não possua um site próprio, seu perfil direciona os seguidores para outros veículos de comunicação especializados na cobertura indígena, ampliando assim a divulgação das pautas originárias. Entre os perfis e portais frequentemente referenciados encontram-se “Mídia Índia”, considerado um dos maiores coletivos de comunicação indígena do país; “O Joio e o Trigo”, dedicado à investigação acerca da exploração territorial e das políticas ambientais; bem como lideranças indígenas renomadas como Célia Xakriabá e Sônia Guajajara, ativas na defesa dos direitos dos povos tradicionais. Ademais, o perfil desempenha papel fundamental na formação da consciência crítica acerca da realidade indígena contemporânea ao promover educação política aliada a ações mobilizadoras sociais. Sua abordagem dialoga com os princípios freireanos de comunicação ao estimular a participação ativa dos seguidores na luta por direitos iguais e justiça social. Ao articular informação precisa com denúncia efetiva e resistência organizada, essa plataforma consolida-se enquanto um espaço estratégico para o fortalecimento da identidade indígena frente às injustiças históricas. A seguir apresenta-se o quadro classificatório dos conteúdos utilizados para fundamentar as análises decorrentes deste estudo:

Quadro 6 - Ranking de engajamento dos conteúdos selecionados do perfil @Midiaindigenaoficial.

Ranking	Título da postagem	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	Média de engajamento
1º	Absurdo fui impedida de sentar na mesa do STF sobre o marco temporal	33.800	1.441	3.777	13.000
2º	E os Yanomami como estão e o que foi feito?	20.500	360	3.403	8.087
3º	Um dos maiores frigoríficos do Brasil lucra com gado ilegal...	16.100	681	3.400	6.727
4º	Pela primeira vez desmatamento na terra indígena Yanomami é reduzido a zero	14.700	162	1.825	5.562
5º	Hoje é dia nacional da Consciência indígena	9.490	217	2.874	4.180
6º	Mobilização em Belém: Vitória dos povos indígenas no Pará	8.103	327	2.092	3.507
7º	Ataque aos Avá Guarani	7.697	211	1.934	3.280
8º	Marco temporal um absurdo inaceitável	7.865	374	1.229	3.156
9º	Rosseli Soares: Quem é o secretário que ameaça a educação indígena no Pará	6.670	245	2.000	2.964
10º	Vitória das mulheres indígenas	6.791	117	1.004	2.912

1º - Absurdo fui impedida de sentar na mesa do STF sobre o marco temporal

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 1ª colocação:

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	Precisa, relevante, clara, incompleta (por não contextualizar a fala da participante na legenda), confiável, objetiva, consistente, verificável, acessível.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Deputada indígena foi impedida de sentar à mesa do STF durante discussão sobre o Marco Temporal (proposta que permite mineração em terras indígenas).
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Refere-se à deputada como representante legítima dos povos indígenas, excluída por estratégia política.
O que a informação omite?	Não omite os fatos, mas não contextualiza a ação da participante diante da denúncia.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	Todos com acesso às redes sociais e parlamentares.
Quem é o público-alvo da informação?	Povos indígenas e sociedade em geral preocupada com demarcações e direitos territoriais.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Povos indígenas, ao denunciar estratégias coloniais que ameaçam seus territórios e representação política.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim, ao denunciar ações políticas que favorecem interesses externos e excluem vozes legítimas, como arma estratégica colonial.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Em formato de vídeo reels, produzido pela deputada Célia Xakriabá em parceria com mídia indígena.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Denunciar práticas políticas coloniais e representar a luta ancestral pela preservação das terras indígenas.

Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Mostra que a exclusão da deputada é uma manobra política que ignora sua atuação ativa na Comissão do STF sobre o Marco Temporal.
Qual é a estrutura do texto?	Não há estrutura textual tradicional, pois se trata de um vídeo de denúncia espontânea.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	A estrutura oral e visual reforça a urgência e indignação; categorias: exclusão política, colonialismo, resistência indígena.
Quais significados contextuais o texto sugere?	A luta histórica dos povos indígenas pelas suas terras e a tentativa de silenciar suas vozes no processo legislativo.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Expõe uma decisão sem critérios que favorece representantes ausentes nos debates, ignorando quem realmente defende os territórios indígenas.
Quais realidades o texto alega representar? Como?	Realidade de exclusão política e ameaça à demarcação de terras indígenas, representada pela substituição estratégica da deputada.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	A ausência de contextualização na legenda pode dificultar o entendimento completo da denúncia.
De que modo a linguagem é utilizada?	Linguagem empoderada, marcada pela revolta e denúncia direta.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Não há regras formais; trata-se de uma fala ao vivo com foco na indignação e resistência.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	Durante todo o vídeo, com apresentação de fatos e questionamentos sobre o impedimento da deputada engajada na pauta.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
--	---	---

dizer, violentar, vota, colocar, usar, contrapor, violentando, dizer, votar, direcionando, dizendo, tentar liberar, levaram, fazendo, fazer, contrata, penso, pensa, sentar, acompanhado.	consciência crítica, ação reflexão, sujeitos oprimidos.	 POST COMPARTILHADO EM 17 DE FEVEREIRO DE CELIA.XAKRIABA
---	---	---

Interpretação dos dados:



Durante o debate acerca do Marco Temporal, a deputada Célia Xakriabá, uma das vozes mais ativas na defesa dos direitos e territórios indígenas, foi impedida de ocupar assento na mesa do Supremo Tribunal Federal (STF), tendo seu lugar substituído de maneira não transparente por uma parlamentar indígena que manifesta posição favorável à proposta. Tal manobra política evidencia uma tentativa deliberada de neutralizar o protagonismo indígena na defesa de suas próprias terras, utilizando estratégias coloniais de exclusão e manipulação para promover interesses econômicos ligados à mineração em áreas oficialmente demarcadas. A

denúncia foi veiculada por meio de um vídeo no formato *reels*, compartilhado pela deputada em parceria com a Mídia Indígena, apresentando um relato direto sobre os acontecimentos. O conteúdo apresenta-se como preciso, relevante, confiável e passível de verificação; contudo, permanece incompleto ao não fornecer detalhes aprofundados acerca da proposição do Marco Temporal na legenda.

A informação reporta-se à exclusão arbitrária de uma parlamentar atuante, ressaltando como decisões estratégicas no Congresso podem enfraquecer a luta pelos territórios indígenas. O público-alvo inclui parlamentares, ativistas e a população

indígena; entretanto, a repercussão da denúncia é mais intensa entre aqueles que acompanham debates referentes às demarcações territoriais e aos direitos indígenas. A denúncia exerce influência ao expor práticas políticas que favorecem interesses econômicos específicos e ao estimular a sociedade a questionar a transparência e legitimidade das deliberações governamentais no país. O material audiovisual segue uma sequência lógica na exposição dos fatos: inicia com o relato do impedimento da deputada na mesa do STF; contextualiza politicamente essa ação relacionando-a à discussão do Marco Temporal; e conclui com questionamentos críticos acerca de estratégias coloniais presentes no Congresso Nacional. Os verbos utilizados — dizer, violentar, votar, contrapor, liberar, direcionar, tentar, levaram, fazerem acontecer — reforçam as tentativas de manipulação política e evidenciam os impactos decorrentes da exclusão institucional. Assim sendo, o vídeo denuncia uma realidade histórica de silenciamento dos povos indígenas na política brasileira ao demonstrar como estratégias coloniais continuam operando nas tomadas de decisão parlamentar. A ausência da deputada Célia Xakriabá — figura ativa nos debates — em favor de uma representante que se manifesta favoravelmente à proposta sugere distorções no processo democrático em benefício de setores específicos. Dessa forma, o conteúdo reforça que a luta pela demarcação territorial indígena transcende os limites dos próprios territórios físicos para atuar também no Congresso Nacional e outros espaços de poder onde estratégias manipuladoras tentam suprimir a resistência indígena.

Por último, o impedimento da deputada Célia Xakriabá durante votação no STF revela as barreiras enfrentadas pelos povos indígenas para assegurar o reconhecimento das suas vozes na esfera política. Nesse sentido, o conteúdo desempenha papel fundamental dentro do jornalismo contra-hegemônico ao denunciar práticas excludentes na política institucional brasileira e ao evidenciar como marcas coloniais continuam influenciando as decisões legislativas nacionais. Trata-se de uma ação educativa fundamentada nos princípios freireanos — que vivamente incorporam o diálogo crítico e a conscientização política — transformando um episódio institucional de exclusão em um ato pedagógico capaz de incentivar reflexões críticas sociais. Assim como Paulo Freire propõe: ela transforma essa experiência negativa em uma convocação à sociedade para reflexão crítica participativa — promovendo ações transformadoras e ampliando a escuta aos sujeitos historicamente marginalizados pelo sistema colonialista vigente, articuladas aos seguintes princípios freireanos identificados:

Consciência crítica: Para Paulo Freire, essa noção refere-se à habilidade de identificar as contradições presentes nas dimensões social, política e histórica que configuram a realidade, bem como de intervir ativamente nelas. No vídeo elaborado por Célia Xakriabá, tal consciência manifesta-se na denúncia da exclusão política sofrida pela deputada durante o debate acerca do Marco Temporal no Supremo Tribunal Federal. A representante não apenas relata o impedimento de ocupar sua cadeira na mesa de discussão, mas interpreta esse ato como parte de uma estratégia colonial voltada a silenciar vozes indígenas autênticas. Ao perceber que foi substituída por uma parlamentar indígena favorável ao Marco Temporal — proposição que ameaça viabilizar a exploração mineral em terras originárias — ela demonstra uma leitura crítica das estruturas de poder que sustentam a marginalização dos povos indígenas originários. Essa denúncia transcende o episódio específico, ampliando o foco para um contexto histórico marcado por exclusões e manipulações políticas, convocando o público a reconhecer tais práticas e questioná-las.

Ação-reflexão: Freire sustenta que a transformação social efetiva resulta da articulação entre ação e reflexão. A denúncia apresentada por Célia Xakriabá exemplifica concretamente esse princípio. O vídeo não se configura unicamente como uma manifestação verbal, mas como uma ação política emergente de uma reflexão sobre os processos institucionais de exclusão. Ao tornar pública sua proibição de participação, a deputada atua politicamente e reflete sobre o significado dessa exclusão no âmbito da luta indígena. Ela revela que sua substituição não ocorreu por acaso, mas foi estrategicamente planejada; sua ausência visa enfraquecer a resistência indígena nos espaços decisórios. Essa reflexão é compartilhada com o público através de uma linguagem empoderadora e direta, rompendo com formalismos excessivos e apresentando-se como uma fala vigorosa e carregada de indignação. Assim sendo, o vídeo funciona como um instrumento pedagógico voltado à conscientização e mobilização social, alinhado ao ciclo freireano de ação-reflexão.

Sujeitos oprimidos: Um componente fundamental da pedagogia freireana é o reconhecimento dos sujeitos marginalizados enquanto protagonistas históricos de sua própria trajetória. No vídeo em questão, os povos indígenas deixam de ser vistos como vítimas passivas para assumirem papel ativo na resistência às adversidades enfrentadas. Célia Xakriabá – legítima representante desses sujeitos – denuncia manobras políticas que visam excluir aqueles realmente comprometidos com a defesa dos territórios sagrados. Dessa forma, ela reafirma o papel dos povos indígenas enquanto sujeitos

históricos engajados na preservação das suas terras e na legitimação da sua voz política. A denúncia não se restringe à exclusão pessoal dela mesma; ela representa também uma tentativa sistemática de silenciar toda uma coletividade milenarmente marcada pelos processos coloniais, pela exploração econômica e pelo apagamento cultural. Logo, o vídeo constitui-se numa expressão da luta desses sujeitos por reconhecimento, participação democrática e justiça social, inserindo-se na tradição freireana da educação enquanto prática libertadora.

2º - E os Yanomami como estão e o que foi feito?

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 2º colocação:

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	Precisa, relevante, clara, completa, confiável, atual, objetiva, consistente, verificável e acessível.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Dois anos de ações governamentais voltadas à proteção e reparação dos povos Yanomami.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Representa ações concretas de enfrentamento à precarização e abandono vividos pelos Yanomami.
O que a informação omite?	Não há omissão identificada.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	Toda a sociedade, com acesso aos dados disponíveis no portal do governo federal.
Quem é o público-alvo da informação?	Povos indígenas, especialmente os Yanomami, e a população brasileira que apoia a proteção dos territórios indígenas.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Povos Yanomami, indígenas em geral, e a sociedade que defende políticas públicas de reparação e proteção territorial.

A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim — evidencia o impacto positivo das ações governamentais e reforça a importância de sua continuidade.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Produzido em formato de vídeo, sem identificação de autoria.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Enaltecer ações governamentais que transformaram a realidade da comunidade Yanomami.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Mostra a transformação vivida pelos Yanomami após ações concretas, com dados que evidenciam avanços sociais e sanitários.
Qual é a estrutura do texto?	Indagação inicial sobre a situação dos Yanomami, introdução histórica, apresentação de dados, e relato da realidade anterior às ações.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	Categorias: abandono, reparação, transformação, crise humanitária. A estrutura evolui da denúncia à valorização das ações.
Quais significados contextuais o texto sugere?	O território Yanomami foi historicamente explorado e negligenciado; as ações recentes representam uma virada histórica.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Utiliza imagens e dados para mostrar o contraste entre o abandono anterior e os avanços obtidos com as ações governamentais.
Quais realidades o texto alega representar? Como?	Realidade de precariedade extrema vivida pelos Yanomami e os impactos positivos das ações de proteção e reparação.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	Não foram percebidos significados não intencionais.
De que modo a linguagem é utilizada?	Clara, objetiva, com foco na demonstração da realidade por meio de dados.

Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	A narrativa se baseia em dados e imagens que dialogam com a realidade exposta, valorizando a luta indígena e as ações governamentais.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	A partir dos 30 segundos de vídeo, ao mostrar o estado de precariedade vivido pelos Yanomami antes das ações.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
Abriga, abandono, garimpo, abusadas, declaração, entregue, abordagens, atuação, prisões, atingindo, garimpo, luta, seguir, removendo, protegendo, garantindo.	Ação reflexão, ação cultural, sujeitos oprimidos	 POST COMPARTILHADO EM 20 DE JANEIRO DE MÍDIAINDIGENAOFICIAL

Interpretação dos dados:



O território Yanomami, considerado o maior do mundo entre as áreas indígenas, foi palco de uma significativa crise humanitária e ambiental nas últimas décadas. A prática do garimpo ilegal, a contaminação dos rios, o abandono por parte do Estado, a violência contra mulheres e os índices elevados de desnutrição infantil configuraram um panorama preocupante antes da implementação de medidas governamentais específicas. Após um período de dois anos de ações concretas, observam-se sinais claros dos efeitos positivos

decorrentes das políticas de proteção e reparação na região. O vídeo anônimo destaca estatísticas relativas à distribuição de cestas básicas, às prisões relacionadas ao garimpo ilegal, aos prejuízos econômicos causados pelo garimpo e às transformações estruturais ocorridas na comunidade. Essa abordagem reforça a ideia de que intervenções governamentais podem promover mudanças significativas, evidenciando a importância da continuidade dessas políticas para assegurar a proteção dos povos indígenas e de seus territórios. A publicação apresenta uma análise precisa, relevante, clara, confiável e baseada em dados verificáveis sobre os avanços na terra Yanomami.

As informações enfocam as ações empenhadas na proteção e reparação dos povos indígenas, demonstrando como as iniciativas estatais podem alterar contextos marcados pela precariedade e pelo descaso. O público-alvo abrange toda a sociedade interessada em compreender as políticas ambientais e territoriais em curso, sendo que tais dados estão acessíveis no portal oficial do governo federal. A narrativa evidencia os impactos positivos das ações estatais, reafirmando a necessidade de políticas contínuas para evitar retomar ciclos de negligência e exploração. A estrutura da publicação é organizada e objetiva, iniciando com uma indagação introdutória – "Como estão os Yanomami e o que foi feito?" –, seguida por um contexto histórico esclarecendo a crise anterior e a luta pela proteção territorial; apresentando dados sobre as ações realizadas — prisões efetuadas, retirada de garimpeiros ilegais, distribuição de recursos públicos e investimentos feitos; culminando numa reflexão crítica acerca da importância da manutenção dessas medidas e seus efeitos duradouros. Verbos como abriga, abandono, garimpo, abusadas (possivelmente referindo-se às violações), declaração, entregue (referente à alocação de recursos), atuação (do Estado), prisões (de infratores), removendo (garimpeiros ilegais), protegendo (os direitos indígenas), garantindo reforçam o papel central das políticas públicas na reversão da crise social e ambiental vivenciada pelos povos originários. Assim, a narrativa evidencia uma transformação positiva na terra Yanomami resultante das ações governamentais que impactaram diretamente na melhoria da qualidade de vida indígena. Tal análise também reafirma a necessidade imperativa de continuar fiscalizando essas áreas para prevenir novos episódios de exploração predatória ou violência.

Ao evidenciar que anteriormente o território enfrentava um cenário marcado pelo abandono estatal, o conteúdo reforça que a resposta institucional foi essencial para conter o agravamento da crise e promover melhorias estruturais significativas junto às comunidades indígenas. Por fim: os dois anos de intervenção governamental demonstram

quão essenciais são políticas eficazes voltadas à proteção indígena, servindo como referência para futuras estratégias em outros territórios tradicionais. Nesse sentido, o conteúdo desempenha papel fundamental no jornalismo crítico ao destacar como a mobilização dos povos originários aliada às ações concretas do governo pode evitar novas crises humanitárias, estimulando sujeitos marginalizados a reconhecerem seus direitos fundamentais e participarem ativamente na preservação cultural e territorial, que podem ser fundamentadas nos princípios freireanos identificados:

Ação-reflexão: O material analisado exemplifica de maneira clara o princípio freireano da ação-reflexão, ao apresentar não apenas os dados acerca da crise humanitária enfrentada pelos Yanomami, mas também os impactos concretos das ações governamentais destinadas a mitigar tal cenário. A denúncia da degradação, caracterizada pelo garimpo ilegal, rios contaminados, abusos e desnutrição é acompanhada por uma reflexão sobre a relevância da intervenção estatal e da criação do Ministério dos Povos Indígenas. Essa união entre denúncia e transformação constitui a práxis freireana: uma ação que emanou de uma reflexão crítica sobre a realidade e que, ao mesmo tempo, promove sua modificação. O vídeo convida o público a compreender que a luta indígena não se limita ao âmbito histórico, sendo uma questão presente na atualidade; assim, a resposta política deve ser persistente e comprometida com a dignidade dos povos originários.

Ação cultural: A valorização da cultura indígena ocupa papel central no conteúdo apresentado. Ao evidenciar que os Yanomami vivem no maior território indígena do mundo, o vídeo reconhece a importância de sua existência, conhecimentos e modos de vida. A utilização de imagens autênticas da comunidade aliada aos dados relativos aos avanços decorrentes das ações governamentais reforça a ideia de que a cultura indígena representa não somente um legado, mas uma força viva capaz de resistir e promover transformações. Essa abordagem rompe com o apagamento histórico e fomenta uma ação cultural que legitima os povos indígenas como protagonistas de sua própria narrativa. Ao celebrar conquistas como a criação do Ministério dos Povos Indígenas, o conteúdo reafirma que políticas públicas direcionadas à proteção territorial também representam estratégias para preservar e fortalecer as culturas desses sujeitos historicamente marginalizados.

Sujeitos oprimidos: O vídeo posiciona os Yanomami no centro da narrativa enquanto sujeitos oprimidos que sofreram abandono, violência e negligência por parte do Estado. Ao apresentar dados concretos relativos à situação anterior às intervenções —

tais como mortes ocasionadas pelo garimpo ilegal, casos de desnutrição infantil e abusos — e contrastá-los com os resultados obtidos após as ações governamentais, o conteúdo reconhece tanto o sofrimento quanto a resistência desses povos. Mais do que meramente vítimas, os Yanomami são apresentados como sujeitos históricos cuja proteção efetiva evidencia a necessidade premente de políticas públicas que respeitem sua autonomia e assegurem seus direitos fundamentais. Essa perspectiva está alinhada à pedagogia freireana, na qual defende-se que os oprimidos devem ser ouvidos, valorizados e colocados na condição de protagonistas das transformações sociais.

3º- Um dos maiores frigoríficos do Brasil lucra com gado ilegal desmatamento e pressão sobre terras indígenas

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 3ª colocação:

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	Precisa, relevante, clara, confiável, atual, objetiva, consistente, verificável, acessível. Incompleta por não apresentar falas diretas nem fontes mencionadas no post.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Lucro obtido por meio de gado ilegal e desmatamento em terras indígenas, envolvendo a empresa Minerva Foods (segundo maior frigorífico do Brasil).
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Representa uma denúncia contra práticas empresariais que exploram ilegalmente territórios indígenas, afetando diretamente os povos originários e os consumidores.
O que a informação omite?	Não esclarece a origem das informações nem apresenta fontes diretas no conteúdo; a fonte primária é o portal “O Joio e o Trigo”, mas não está referenciada no post.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	Consumidores e povos indígenas; o conteúdo está disponível publicamente no Instagram, mas exige busca ativa para confirmação das fontes.

Quem é o público-alvo da informação?	Povos indígenas afetados pela exploração e consumidores que podem estar comprando produtos de empresas envolvidas em práticas ilegais.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Povos indígenas, ao terem suas denúncias amplificadas; consumidores, ao serem alertados sobre práticas empresariais prejudiciais.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim — desmascara uma grande marca e pode influenciar decisões de consumo, além de pressionar por responsabilização pública.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Em formato de nota na legenda do Instagram; não há identificação de autoria.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Denunciar a empresa por lucrar com fornecedores ilegais em terras indígenas; também conscientizar e mobilizar o público contra práticas empresariais predatórias.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Aponta para um sistema de exploração empresarial que se beneficia da impunidade e da fragilidade na proteção dos territórios indígenas.
Qual é a estrutura do texto?	Introdução com a denúncia, desenvolvimento explicando como ocorrem as ações ilegais, e conclusão com chamada à conscientização.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	Categorias: exploração, desmatamento, impunidade, consumo consciente. A estrutura evolui da denúncia à conscientização.
Quais significados contextuais o texto sugere?	A exploração de terras indígenas é uma prática histórica que continua sendo reproduzida por grandes empresas em busca de lucro.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Mostra que empresas como a Minerva <i>Foods</i> se beneficiam de esquemas ilícitos para crescer, enquanto os povos indígenas são prejudicados.
Quais realidades o texto alega representar? Como?	Realidade de exploração sistemática de territórios indígenas por grandes corporações, representada por denúncias e exemplos de práticas ilegais.

Quais informações e significados não intencionais você percebe?	A ausência de fontes diretas pode enfraquecer a credibilidade imediata da denúncia, exigindo busca ativa por parte do leitor.
De que modo a linguagem é utilizada?	Clara e envolvente, com tom de alerta e denúncia.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Regras de denúncia e conscientização; estrutura direta e mobilizadora.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	Desde o primeiro parágrafo, com a denúncia explícita sobre o lucro obtido por meio de práticas ilegais.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
Investigações, revelaram, desmatamento, desmatamento, demarcação, criação, permitindo, transparência, conscientização, lucrar, prejudicam, revelações, destacam, fiscalização, proteção.	Consciência crítica, sujeitos oprimidos.	 POST COMPARTILHADO EM 31 DE JANEIRO DE 2020 DE MÍDIA INDÍGENA OFICIAL

Interpretação dos dados:



A *Minerva Foods*, uma das principais indústrias de processamento de carne no Brasil, vem sendo acusada de obter lucros através do envolvimento em atividades ilegais relacionadas à criação de gado, ao desmatamento e à pressão sobre terras indígenas. A companhia, reconhecida por sua atuação no mercado de exportação de carne bovina, possui fornecedores que participam da destruição de áreas oficialmente demarcadas, colocando em risco tanto a preservação ambiental quanto os direitos dos povos

originários. Um post publicado na plataforma Instagram na forma de nota expõe tais práticas sem identificar explicitamente a fonte da informação, sugerindo que a investigação inicial pode ser consultada no portal O Joio e o Trigo. A denúncia ressalta um histórico contínuo de exploração territorial indígena, relacionando ações atuais às estratégias históricas de usurpação e apropriação fundiária que remontam à invasão portuguesa ocorrida em 1500.

A publicação apresenta-se como uma análise precisa, relevante, clara, confiável e acessível; contudo, permanece incompleta por não incluir declarações diretas ou fontes primárias explícitas. O conteúdo focaliza o lucro obtido através do comércio clandestino de gado e do desmatamento realizado por fornecedores vinculados à *Minerva Foods*, evidenciando os impactos negativos dessas ações sobre as terras indígenas e o meio ambiente. Destina-se principalmente a consumidores finais, povos indígenas e ativistas ambientais — públicos essenciais para conscientizar acerca das consequências sociais e ecológicas implicadas no consumo de carne derivada dessas práticas ilícitas. Ao revelar as conexões entre a multinacional e atividades predatórias na terra indígena, a denúncia atua como um mecanismo de pressão para que os consumidores reflitam sobre seus hábitos de consumo enquanto impulsiona ações voltadas à fiscalização rigorosa e à transparência empresarial. Nesse sentido, o formato do texto é direto e didático, estruturado em três partes principais: introdução (exposição da denúncia e envolvimento ilegal da corporação), desenvolvimento (detalhamento dos esquemas exploratórios utilizados) e conclusão (reflexão acerca dos impactos dessas condutas e da necessidade

de maior conscientização social). A narrativa reforça princípios éticos ao utilizar verbos como investigação, revelaram, desmatamento, demarcação, criação, permitindo, transparência, conscientização, lucrar e prejudicam — destacando assim a urgência na denúncia contra essas práticas ilícitas bem como a importância da fiscalização efetiva. Dessa maneira, o texto evidencia uma continuidade histórica de exploração onde grandes empresas continuam se apropriando das terras indígenas com fins lucrativos sem consideração pelos danos ambientais ou pelos direitos humanos envolvidos. A denúncia também questiona a impunidade das corporações transnacionais nesse contexto ao salientar fragilidade nos mecanismos regulatórios existentes que permitem esses atos ilegais prosperarem economicamente.

Por fim, ao sensibilizar o público consumidor acerca dos prejuízos gerados pelo desmatamento ilegal e pela exploração das comunidades originárias — muitas vezes invisibilizados — promove-se uma reflexão crítica sobre o papel do mercado na manutenção dessas práticas abusivas. No âmbito do jornalismo contra-hegemônico promovido pelo pensamento crítico freireano — cujos princípios orientadores incluem conscientização social ativa — essa iniciativa desempenha função fundamental ao expor as relações entre grandes grupos econômicos e a violação sistemática dos direitos indígenas. Sua abordagem incentiva sujeitos marginalizados a se posicionarem frente às injustiças ambientais enquanto fomenta educação ambiental voltada aos consumidores comuns. Assim, ao desvendar as estratégias econômicas que tornam tais práticas sustentáveis financeiramente para as empresas envolvidas na devastação ambiental brasileira — incluindo ações visando transparência plena, fiscalização rigorosa além do boicote às organizações responsáveis — esse texto reafirma a necessidade premente de combater essas violações socioambientais com instrumentos eficazes. Como defendem os princípios pedagógicos freireanos:

Consciência crítica: O texto tem como objetivo estimular nos leitores uma percepção analítica acerca do papel desempenhado pelas grandes corporações na exploração de terras indígenas. Ao expor práticas ilegais e revelar os mecanismos utilizados para disfarçá-las, a narrativa incentiva uma leitura do mundo que ultrapassa o consumo superficial, promovendo questionamentos sobre a origem dos produtos adquiridos bem como os impactos sociais e ambientais decorrentes dessas ações.

Sujeitos oprimidos: Os povos indígenas são destacados como os principais sujeitos de opressão, vítimas de um sistema que historicamente os explora. A denúncia evidencia como empresas, como a *Minerva Foods*, obtêm lucros através do

desmatamento e da violação de territórios demarcados, perpetuando assim a marginalização desses grupos. O conteúdo visa dar visibilidade à luta indígena e propõe uma mudança na postura dos consumidores, reconhecendo esses povos como protagonistas de uma resistência legítima.

4.3 PERFIL NÓS, MULHERES DA PERIFERIA

O perfil @nosmulheresdaperiferia constitui um espaço de jornalismo contra-hegemônico, elaborado e administrado por mulheres negras e periféricas, cuja finalidade é promover a visibilidade das narrativas que permanecem marginalizadas nos veículos tradicionais de comunicação. Tal iniciativa visa democratizar o debate público, oferecendo informações acessíveis e contextualizadas acerca de questões que afetam diretamente a vida das mulheres residentes na periferia. Destaca-se pela utilização de uma linguagem clara e didática, facilitando a compreensão de temas complexos pelo público periférico. As publicações são planejadas para informar, instruir e estimular o engajamento, promovendo reflexões acerca de desigualdade social, racismo, cultura e direitos femininos.

Os principais formatos de conteúdo incluem: postagens interativas que citam mulheres e estimulam a participação do público por meio de perguntas e questionamentos relacionados às experiências vividas; indicações culturais, abrangendo sugestões de filmes, livros e entretenimento com foco na representatividade negra e periférica; divulgação de perfis femininos pretos atuantes em áreas como finanças, cultura e política, ampliando o reconhecimento das suas trajetórias; reels e produções audiovisuais que abordam temas culturais e de entretenimento, trazendo histórias inspiradoras e debates relevantes; publicações com posicionamentos políticos ou citações de mulheres pretas que reforcem discursos de empoderamento, resistência e força; além de explanações sobre pautas discutidas na mídia tradicional para tornar temas políticos e sociais mais acessíveis àqueles que não possuem acesso a informações aprofundadas. Assim sendo, o perfil funciona como um portal direcionando os seguidores ao site oficial, onde conteúdos mais detalhados são apresentados em colunas jornalísticas, histórias especiais e dicas semanais. Cada publicação no Instagram apresenta um resumo contextualizado que encaminha os leitores para a leitura integral no portal.

Ademais, o @nosmulheresdaperiferia compromete-se com a promoção da representatividade feminina negra em premiações e espaços relevantes. Sua abordagem

dialogica fortalece a conscientização crítica do público ao incentivar reflexões sobre sua realidade social e estimular o engajamento na luta por direitos. Não se limita à mera transmissão informativa: configura-se também como um espaço de troca intercultural onde mulheres periféricas podem reconhecer suas experiências, compartilhar trajetórias e fortalecer suas vozes. Ao abordar temas frequentemente invisibilizados pela mídia convencional, o perfil consolida-se como uma ferramenta fundamental na construção de uma sociedade mais pluralista e antirracista. A seguir apresenta-se o quadro classificatório dos conteúdos utilizados para fundamentar as análises decorrentes deste estudo:

Quadro 7 - Ranking de engajamento dos conteúdos selecionados do perfil @Nosmulheresdaperiferia.

Ranking	Título da Postagem	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	Média de engajamento
1º	A história de Marli coragem	5.795	81	913	2.263
2º	E eu não sou uma criança?	4.582	22	267	1.623
3º	Hattie McDaniel: A primeira pessoa negra a ganhar um Oscar...	4.068	10	145	1.407
4º	Sexo sem camisinha: Mulheres relatam a insistência de parceiros	2.462	53	351	955
5º	As mulheres dedicam 9,6 horas a mais aos afazeres domésticos	1.525	7	314	615

6º	Trabalhadores que enfrentam o calor escaldante...	1.483	5	278	588
7º	45% das mulheres brasileiras têm diagnóstico de transtornos mentais	1.343	13	317	557
8º	A episiotomia e “ponto do marido” são mutilações genitais naturalizadas no Brasil	1.304	51	28	524
9º	Explicando os efeitos do racismo ambiental com música	1.204	10	313	509
10º	Vida digna é direito, não privilégio	1.281	7	117	468

1º- A história de Marli coragem

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 1º colocação

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	A informação é precisa, relevante, clara, confiável, não atual, objetiva, consistente, verificável e acessível.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Apoia-se na tragédia do assassinato de dois irmãos e do filho de Marli "Coragem" pela polícia, referindo-se à vida de Marli e sua busca por justiça.

O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Significa uma denúncia histórica contra os atos ilícitos da polícia e uma reflexão sobre a impunidade e a violência policial, especialmente no contexto da ditadura.
O que a informação omite?	Não omite; apresenta os fatos completos sobre os assassinatos e a luta de Marli por justiça.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	Polícia e registros de jornais da época, além de informações compartilhadas por sites como "Nós, Mulheres da Periferia", "Memórias da Ditadura" e "Com Causa".
Quem é o público-alvo da informação?	Pessoas que se identificam em ter perdido familiares para a polícia, com foco no período da ditadura, e interessados em justiça social e memória histórica.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Sim, ao questionar os assassinatos cometidos por policiais que deveriam proteger a sociedade, a informação reflete sobre o acontecimento histórico e promove conscientização.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Produzido em formato de post carrossel no Instagram, em parceria com os perfis PlanetaElla e Tradugindo, com informações de sites confiáveis e registros históricos.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Objetivo principal: denunciar atos ilícitos da polícia e apresentar a busca por justiça de Marli. Objetivos secundários: homenagear Marli e refletir sobre a impunidade histórica.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Representa a realidade vivida por muitas mulheres da periferia/favela que perdem familiares para a polícia, especialmente no contexto opressor da ditadura.
Qual é a estrutura do texto?	Estrutura apresentada em ordem cronológica, introduzindo quem era Marli, incluindo citação direta, desfecho dos fatos e homenagem final.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	A estrutura cronológica permite entender como Marli passou a ser chamada de "Coragem". Categorias como "violência policial", "ditadura" e "busca por justiça" são constantes.

Quais significados contextuais o texto sugere?	Sugere um contexto de ditadura e impunidade dos crimes cometidos por policiais contra civis, especialmente em realidades vulneráveis como periferias e favelas.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Constrói os fatos a partir da realidade vivida por Marli e sua busca incansável por justiça, destacando a violência policial e a impunidade histórica.
Quais realidades o texto alega representar? Como?	Representa a realidade de impunidades históricas marcadas no período da ditadura e que persistem até hoje em contextos vulneráveis como periferias e favelas.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	Não percebi informações ou significados não intencionais.
De que modo a linguagem é utilizada?	Utilizada de forma clara e envolvente, com foco em denunciar e homenagear, além de sensibilizar o público sobre a busca por justiça.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Regras cronológicas dos acontecimentos, que fazem o leitor sentir-se no cenário apresentado. Distinguem-se pela progressão dos fatos e pela homenagem final.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	Aparecem no segundo carrossel, após a introdução, até o último slide, com desfecho e homenagem.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
Tiragem, dormindo, espancaram, matar, ido, matou, penso, desistir, morrer.	Sujeitos oprimidos, ação-reflexão, cultura do silêncio, consciência crítica.	 POST COMPARTILHADO EM 9 DE JANEIRO DE TRADUAGINDO

Interpretação dos dados:



A trajetória de Marli Coragem representa um paradigma na luta por justiça diante da violência perpetrada pelas forças policiais. A tragédia que marcou sua existência o assassinato de seus dois irmãos e de seu filho por agentes do Estado converteu sua dor em uma expressão de resistência, elevando seu nome ao status de símbolo de coragem. A reportagem, veiculada em formato carrossel no Instagram em colaboração com os perfis Planeta Ella e Traduzindo, resgata essa narrativa a partir de informações oriundas dos sites Nós,

Mulheres da Periferia, Memórias da Ditadura e Com Causa. O conteúdo expõe as ações ilegais praticadas pela polícia militar durante o período ditatorial, evidenciando o padrão de impunidade que ainda perpetua a violência contra moradores das periferias e favelas. Marli tornou-se um exemplo emblemático da busca incessante por justiça, representando inúmeras mães e familiares que perderam seus entes queridos em decorrência de ações arbitrárias do Estado.

A matéria apresenta-se como uma análise precisa, relevante, clara, confiável e passível de verificação; embora os acontecimentos narrados não sejam recentes, fundamenta-se em documentos policiais e jornais da época para oferecer um registro histórico completo, sem omitir detalhes essenciais sobre os crimes cometidos. Essa narrativa provoca impacto especialmente em pessoas que se identificam com a dor derivada da perda familiar ocasionada pela violência estatal durante o regime autoritário. Ao questionar os assassinatos perpetrados por policiais encarregados de proteger a sociedade, o texto reflete sobre como esse padrão de violência permanece presente até os dias atuais. O público-alvo compreende seguidores dos perfis responsáveis pela divulgação da matéria, assim como indivíduos interessados na memória histórica, na justiça social e nos direitos humanos. A publicação contribui para ampliar o debate público acerca da impunidade policial e suas repercussões sociais. A estrutura do

conteúdo segue uma ordem cronológica dos acontecimentos para facilitar a compreensão do leitor acerca do percurso que elevou Marli Coragem ao status de símbolo de resistência: inicia com uma introdução apresentando quem foi Marli e a violência que atingiu sua família; segue com um desenvolvimento em que são citados trechos diretos referentes à sua busca por justiça e aos eventos marcantes dessa luta; conclui com o desfecho dos fatos e o impacto duradouro de sua trajetória na memória coletiva; finaliza com uma homenagem reconhecendo sua coragem e resiliência. O texto é elaborado de forma envolvente, buscando fazer com que os leitores sintam-se parte do cenário retratado — acompanhando a brutalidade dos episódios e a determinação da protagonista. Assim, evidencia-se um padrão histórico brasileiro caracterizado pela impunidade sistemática, relacionando o período ditatorial às persistentes violências policiais nas periferias urbanas.

A linguagem empregada é clara e contundente, mesclando denúncia com homenagem para reforçar o simbolismo inerente à trajetória de Marli Coragem. Verbos como espancaram, mataram, desistiram ou morreram acentuam a brutalidade dos fatos narrados e ressaltam a necessidade urgente por justiça. Ao apresentar essa realidade crua, o texto promove a empatia do leitor perante a dor vivida pela personagem central e incentiva reflexão acerca da continuidade dessa prática repressiva exercida pelo Estado ao longo da história brasileira. Por fim, desempenha papel fundamental no jornalismo contracultural ao recuperar memórias das vítimas da violência estatal e denunciar um padrão estrutural de impunidade policial enraizado na sociedade brasileira. Além disso, homenageia incansavelmente a resistência de Marli Coragem como marco na história das mulheres periféricas afetadas pela perda familiar provocada pelo aparato estatal. Dessa forma, adota uma abordagem dialógica entre ação reflexiva estimulando consciência crítica e questionamento cultural sobre o silêncio muitas vezes imposto diante dos crimes cometidos pelas forças armadas ou segurança pública. Como indicam princípios freireanos identificados:

Sujeitos oprimidos: Na pedagogia de Paulo Freire, os sujeitos oprimidos correspondem àqueles que vivem sob estruturas de dominação que negam sua dignidade, sua voz e sua capacidade de transformação. Freire não os concebe como vítimas passivas, mas como potenciais protagonistas de seu próprio processo de libertação. A opressão, muitas vezes naturalizada na sociedade, necessita ser revelada para que esses sujeitos possam se reconhecer enquanto agentes históricos. A trajetória de Marli "Coragem" ilustra esse princípio: ao perder seus filhos em decorrência da violência policial, ela

rompe com o papel de vítima silenciosa e transforma sua dor em força mobilizadora. Sua história evidencia como os sujeitos oprimidos, ao tomarem consciência de sua condição, podem se tornar símbolos de resistência e agentes de mudança social.

Ação-reflexão: Segundo Freire, não há prática educativa autêntica sem a realização de uma reflexão crítica acerca da ação empreendida. É por meio desse movimento dialético que os indivíduos compreendem sua realidade e adquirem condições para promovê-la transformações. A ação desvinculada da reflexão tende a gerar alienação; por outro lado, a reflexão sem a ação permanece infrutífera. No contexto da narrativa de Marli “Coragem”, a denúncia pública dos homicídios perpetrados por agentes do Estado constitui uma ação que estimula a reflexão coletiva. Ao compartilhar sua experiência em plataformas digitais como redes sociais e sites educativos exemplificados pelos perfis “PlanetaElla” e “Tradugindo” promove-se uma mobilização que transcende o relato pessoal e convida a sociedade a refletir criticamente acerca da violência institucional e da impunidade. Tal prática é emblemática do método freireano: ela educa, suscita engajamento social e fomenta mudanças.

Cultura do silêncio: De acordo com Paulo Freire, a cultura do silêncio representa um mecanismo através do qual as estruturas dominantes impedem os oprimidos de se expressarem livremente, nomearem suas realidades e denunciarem as injustiças sofridas. Essa cultura é sustentada por instituições que deslegitimam as vozes marginalizadas e naturalizam processos excludentes. Durante o regime militar no Brasil, essa dinâmica foi acentuada: crimes praticados por integrantes do Estado foram silenciados, enquanto vozes dissidentes sofreram perseguição sistemática. A narrativa de Marli “Coragem” desafia essa lógica ao tornar pública sua dor e luta; assim, ela rompe com essa cultura do silêncio ao reivindicar direitos à memória, à verdade e à justiça. Sua história compartilhada em formato de carrossel no Instagram funciona como um ato simbólico de resistência que restitui voz às mulheres periféricas historicamente silenciadas.

Consciência crítica: A consciência crítica refere-se à compreensão profunda das dinâmicas sociais, políticas e históricas presentes na realidade vivida pelo indivíduo. Para Freire, promover essa consciência é fundamental na educação, pois habilita o sujeito a entender as causas subjacentes à sua opressão e agir para superá-la. Tal consciência não surge espontaneamente; ela é construída mediante diálogo sincero, escuta atenta e problematização contínua da situação social. No caso de Marli “Coragem”, sua trajetória pessoal apresentada ao público com clareza narrativa ordenada cronologicamente e

envolvimento emocional serve como convite à reflexão sobre questões relacionadas à violência policial institucionalizada e às consequências da ditadura militar brasileira. Ao estabelecer conexão com quem acompanha suas histórias nas redes sociais, potencializa-se uma mobilização social capaz de impulsionar denúncias concretas e ações transformadoras — objetivos centrais na pedagogia popular freireana: formar sujeitos críticos capazes de atuar efetivamente na sociedade.

2º - E eu não sou uma criança? Como a naturalização da morte de crianças negras impacta a primeira infância

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 2ª colocação

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	A informação é precisa, relevante, clara, completa (uma das mais completas, rica em detalhes e fontes), confiável, atual, objetiva, consistente, verificável e acessível.
Sobre o que a informação trata?	Trata da naturalização da morte e da violência contra crianças pretas e periféricas.
O que a informação omite?	Não omite; apresenta os fatos de forma completa e detalhada.
Quem tem acesso aos fatos e fontes?	Todos que seguem os perfis do "Nós, Mulheres da Periferia" e do "Alma Preta Jornalismo" e buscam acessar a matéria.
Quão completa é a informação?	É completa, com fontes nomeadas e localizadas, permitindo que os dados sejam verificados de forma simples por meio de buscas na web.
Quem é o público-alvo da informação?	Crianças pretas e periféricas, seus pais e familiares, além de leitores interessados em justiça social e denúncia de violência.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	As crianças e seus familiares, ao denunciar e explicar esses casos, trazem uma crítica reflexiva à sociedade sobre a violência na primeira infância.

A informação pode gerar impacto? Como?	Sim, pode alertar a sociedade para a gravidade da violência na primeira infância, trazendo uma reflexão crítica-educativa sobre o tema.
Como o texto foi produzido? Por quem?	O texto foi escrito em formato de reportagem para os sites "Nós, Mulheres da Periferia" e "Alma Preta Jornalismo", por Karoline Miranda, editora do "Nós".
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Objetivo principal: denunciar, explicar, educar e informar sobre a realidade de violências vividas por crianças, sobretudo residentes de favelas e periferias.
Qual é o contexto apresentado pela informação?	O contexto de crianças pretas que, desde o útero, sofrem preconceito e discriminação, enfrentando uma realidade de extrema violência, onde são baleadas ou assassinadas em conflitos policiais.
Como a estrutura do texto organiza os fatos?	Estrutura introdutória, com desenvolvimento rico em detalhes informativos e educativos, explorando e esclarecendo a realidade dessas crianças, com citações diretas e conclusões reflexivas.
Como as citações diretas impactam o leitor?	As citações diretas das fontes despertam sensibilização ao colocar o leitor no lugar das crianças e familiares, de forma educativa, a partir da perspectiva de especialistas e testemunhas.
Como o texto constrói imagens da realidade?	Trazendo fatos de experiências vividas pelas crianças e seus familiares, com relatos que humanizam e contextualizam a violência sofrida.
Quais categorias aparecem na narrativa? Elas mudam ao longo do texto?	Racismo, violência, sobrevivência, problemas psicológicos e favelização. A narrativa inicia com a história de uma menina baleada, nos fazendo imaginar o cenário e os dados apresentados.
Quais dados são apresentados?	26 crianças baleadas e 4 mortas em 2024; entre 2021-2023, 9,328 crianças e adolescentes mortos de forma violenta; 64,3% negras; aumento de 49% na normalização da violência.
Quais experiências familiares são relatadas?	Mãe que não conseguiu atestado de óbito do filho nem para registrar o neto; irmão de menino assassinado com graves danos psicológicos (isolamento e depressão).

Quais outras realidades são exploradas?	Realidade de professores e alunos, interferências policiais, marginalização e sexualização das crianças, entre outras.
Quais informações ou significados não intencionais aparecem?	Não há informações ou significados não intencionais identificados.
Como a linguagem é utilizada?	De forma clara, explicativa, informativa e educativa, misturando explicação científica com relatos da realidade.
Em que momento os pontos reveladores aparecem?	Logo no primeiro parágrafo, com a narrativa da cena da menina "Pérola Ester" baleada, e ao longo do desenvolvimento do texto, de forma impactante.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
Racismo, mostrava, sofrem, assistidas, olhar, planejamento, observado, aprender, valorizar, falarmos, partirmos, avaliar, identificar, racismo, valorização, submetido, aparecer, atribuir, interação, confrontados, assassinados, jogaram, machucá-lo, assistido, acompanhado, resgatar, socialização, amparada, encorajada, trazê-lo, sair, resgate, esquecem, conversarmos, homenagear.	Círculo de cultura, comunicação dialógica, consciência crítica, coparticipação dos sujeitos, ato de pensar, educação emancipadora, sujeitos oprimidos.	 POST COMPARTILHADO EM 28 DE FEVEREIRO DE ALMAPRETAJORNALISMO

Interpretação dos dados:



A agressão dirigida às crianças negras e residentes em áreas periféricas no Brasil constitui um fenômeno enraizado no sistema, caracterizado por uma lógica de desvalorização da vida e de marginalização territorial. A reportagem, fruto de uma parceria entre os perfis Nós, Mulheres da Periferia e Alma Preta Jornalismo, expõe a realidade de crianças feridas por tiros ou assassinadas apenas na cidade do Rio de Janeiro, denunciando um padrão que evidencia o racismo estrutural presente desde o período gestacional

dessas crianças. Conforme os dados apresentados na matéria, em 2024, 26 menores foram atingidos por armas de fogo e quatro faleceram; além disso, entre 2021 e 2023, ocorreram 9.328 homicídios violentos envolvendo crianças e adolescentes, sendo que 64,3% das vítimas eram negras, demonstrando um aumento alarmante de 49% na normalização desses crimes. Tal violência não pode ser considerada fruto do acaso; ela é condicionada historicamente pela relação do Estado com os territórios periféricos e perpetuada por uma lógica racista que criminaliza a infância negra. Desde cedo, essas crianças estão expostas à insegurança e à violência extrema; muitas vezes, enfrentam a brutalidade policial antes mesmo de nascerem. O texto elaborado se caracteriza por precisão, clareza e detalhamento minucioso — elementos que garantem sua verificabilidade, confiabilidade e acessibilidade. Utiliza fontes nomeadas e localizadas para facilitar a conferência dos dados apresentados.

A reportagem focaliza a naturalização da violência contra crianças pretas e periferizadas ao apresentar depoimentos de mães, professores e psicólogos que investigam os efeitos psicológicos e sociais dessa violenta realidade na primeira infância. Seu propósito principal consiste em denunciar essa situação, oferecer explicações fundamentadas, promover educação crítica e informar acerca dos ciclos viciosos vivenciados por essas populações infantis — tudo isso buscando refletir criticamente sobre como a sociedade e o próprio Estado legitima tais práticas mediante a ausência de políticas públicas eficazes de proteção. Destinada aos seguidores do Nós e do Alma Preta

Jornalismo interessados em aprofundar conhecimentos sobre desigualdade racial e insegurança urbana, a matéria também alcança pais, familiares e moradores das comunidades periféricas diretamente afetados pelos relatos ali apresentados. As crianças junto às suas famílias constituem o grupo mais favorecido por essa denúncia: ao divulgar esses dados concretos, promove-se uma reflexão coletiva capaz de fortalecer ações reivindicatórias por segurança pública mais efetiva, direitos civis ampliados e maior proteção social. Ao inserir depoimentos reais acompanhados de estatísticas precisas, o texto influencia o debate público ao evidenciar a necessidade premente de implementação de políticas específicas voltadas à infância nas periferias bem como ao combate à violência policial nesses territórios selecionados. A autoria da reportagem é atribuída à jornalista Karoline Miranda, editora do Nós; sua construção segue um formato introdutório apoiado em informações educativas detalhadas acerca das raízes da violência contra as crianças negras.

A narrativa inicia-se com o relato da história de Pérola Ester — uma menina atingida por disparos — buscando envolver emocionalmente o leitor desde as primeiras linhas para promover identificação empática. Posteriormente, há uma articulação entre dados estatísticos recentes, estudos científicos relevantes e citações diretas de especialistas — elementos que combinam explicações técnicas com relatos cotidianos. Assim sendo, utiliza-se vozes profissionais (psicólogos), educadores (professores) e familiares para demonstrar como essa violência impacta profundamente as fases iniciais do desenvolvimento infantil negro — causando transtornos psicológicos como depressão ou isolamento social. O texto também aborda temas relacionados à interferência policial nos bairros vulneráveis — incluindo processos sociais como marginalização territorial — assim como questões complexas como sexualização precoce infantil preta; estes aspectos revelam como o racismo estrutural atua desde as primeiras etapas da infância periférica. Dessa forma, evidencia-se toda uma estrutura social voltada à desumanização dessa população infantil negra: suas mortes tornam-se banalizadas pela normalização cultural desse contexto violento. Sem suavizar seus impactos — pelo contrário —, reforça-se a urgência na adoção de políticas públicas capazes de enfrentar essa problemática com eficácia real. A linguagem empregada é clara — expositiva — e informativa — educativa — misturando dados científicos rigorosos com relatos reais para garantir compreensão ampla sem comprometer sua força argumentativa. Termos recorrentes no texto incluem conceitos ligados ao racismo estruturante (“racismo”), atos violentos (“sofrem”, “machucá-lo”, “assassinados”), além de expressões relacionadas à resistência (“resgate”,

“esquecem”, “conversarmos”), reforçando tanto a ação da violência quanto as formas alternativas de resistência social.

Por fim, frases como “desde o útero essas crianças já sofrem preconceito” reforçam a compreensão visceral: trata-se não apenas de incidentes isolados, mas sim do estabelecimento contínuo – ao longo do tempo histórico – de um padrão social destinado a perpetuar esse ciclo destrutivo contra as populações negras infantojuvenis. Assim, “a reportagem desempenha papel fundamental no jornalismo crítico-antissistêmico ao denunciar urgentemente esses níveis extremos da violência racializada contra crianças periféricas”. Sua abordagem dialoga abertamente com os interlocutores, e busca fomentar coparticipação coletiva na desconstrução dessa realidade através do debate sobre racismo estrutural, e desumanização infantil. No sentido pedagógico-e emancipador, a narrativa também estimula os leitores à reflexão crítica acerca dos impactos sociais desse problema, suscitando conscientização ampla, enquanto fomenta mobilizações políticas necessárias para erradicar práticas que naturalizam tamanha crueldade. Breve síntese desses princípios será apresentada adiante:

Círculo de cultura: Fundamental na pedagogia de Paulo Freire, refere-se a espaços dialógicos nos quais o conhecimento popular é valorizado e compartilhado. Nesse contexto, a reportagem atua como uma representação desse círculo: mães, familiares, educadores e psicólogos dialogam ao dividir suas experiências e sofrimentos, promovendo uma compreensão crítica da realidade social. Nesse processo, não há hierarquia entre os saberes; prevalece a escuta ativa, a troca de informações e a construção coletiva do entendimento.

Comunicação dialógica: caracteriza-se por não impor verdades definitivas ao leitor, mas por convidá-lo à reflexão acerca dos dados e depoimentos apresentados. A linguagem empregada é clara, acessível e respeitosa, favorecendo um diálogo genuíno entre os protagonistas da narrativa e o público leitor. Essa postura rompe com modelos autoritários de transmissão do conhecimento, estabelecendo uma relação horizontal entre quem escreve, quem lê e quem vivencia os acontecimentos.

Consciência crítica: Constitui outro pilar essencial na abordagem freireana. Ao denunciar a naturalização da violência dirigida às crianças negras e periféricas, o texto incentiva o leitor a perceber as estruturas racistas, excludentes e violentas que sustentam essa realidade social. Os dados apresentados como o número de crianças feridas ou mortas por tiros e os efeitos psicológicos sobre suas famílias transcendem simples estatísticas; tornam-se convites à indignação coletiva e à mobilização por transformação social.

Coparticipação dos sujeitos no ato de pensar: Destaca-se na narrativa ao reconhecer as crianças vítimas, seus familiares e profissionais envolvidos como agentes ativos na construção do relato. Seus testemunhos, experiências pessoais e análises são essenciais para compreender a complexidade da problemática abordada. Tal perspectiva rompe com qualquer lógica objetificante, colocando esses sujeitos oprimidos enquanto pensadores críticos e produtores de conhecimento.

Educação emancipadora: Consiste em informar e educar com vistas à emancipação individual e coletiva. Não se trata de uma leitura passiva ou meramente informativa; ela promove uma experiência formativa capaz de transformar as percepções do leitor acerca da infância nas periferias urbanas. Ao integrar explicações científicas com relatos reais vivenciados pelas comunidades afetadas, o texto contribui para formar sujeitos conscientes capazes de atuar criticamente sobre as realidades sociais.

Sujeitos oprimidos: abordados são as crianças negras e periféricas reconhecendo suas dores, resistências e humanidade. A narrativa sobre Pérola Ester, menina atingida por tiros juntamente com a apresentação dos impactos psicológicos experimentados por seus familiares, representa um rompimento com práticas invisibilizadas dessas populações. Dessa forma, não se trata apenas de relatar episódios isolados de violência; busca-se evidenciar essas ações como manifestações de um sistema estrutural que demanda transformação profunda.

3º- Hattie McDaniel: A primeira pessoa negra a ganhar um Oscar foi segregada ao participar da cerimônia

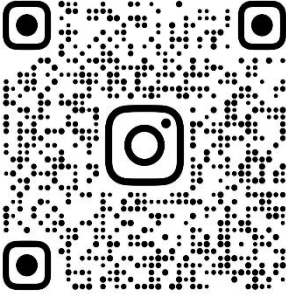
Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 3ª colocação

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	A informação é precisa, relevante, clara, completa, confiável, não atual, consistente, verificável e acessível.
Sobre o que a informação trata?	Trata do Oscar recebido por Hattie McDaniel, a primeira pessoa negra a ganhar o prêmio, em um contexto histórico racista.

O que a informação omite?	Não omite, mas não explicita a fonte.
Quem é o público-alvo da informação?	Público negro e cinematográfico.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	A sociedade no geral, ao mostrar as desigualdades históricas vivenciadas por pessoas negras.
Como a informação é apresentada?	Por meio de um texto com foco no perfil de Hattie McDaniel, que, em um contexto de Oscar, retrata a realidade de artistas negros em um cenário histórico racista e segregado.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Resgatar a história de racismo e preconceito vivido por pessoas negras e como, historicamente, foram impedidas de serem atores sociais importantes.
Qual é o contexto apresentado pela informação?	A partir da vida e realidade vivida pela personagem, em um contexto racista e marcado pela história de superação e resistência da atriz.
Como a estrutura do texto organiza os fatos?	Introdução ao contexto do Oscar e baixa representatividade negra em premiações do evento. Desenvolvimento e conclusão baseados na vida da personagem em ordem cronológica. Apresentado como um perfil/biografia.
Como o texto representa a personagem?	Representa, a partir da cronologia, pontos importantes da vida de McDaniel.
Qual é o contexto histórico apresentado?	Um contexto histórico racista, onde personagens cinematográficos eram estereotipados e, apesar da premiação histórica, ainda vivenciou-se a segregação até no evento.
Como a realidade é retratada?	Retratada a partir da vida de McDaniel, mostrando os desafios enfrentados e superados pela atriz.
Quais informações ou significados não intencionais aparecem?	Não foram percebidos significados ou informações não intencionais.

Como a linguagem é utilizada?	De forma clara e envolvente.
Como o texto aborda o racismo?	Mostrando pontos onde o racismo foi determinante e como McDaniel conseguiu superar muitos desses cenários.
Em que momento os pontos reveladores aparecem?	Na introdução, mostrando como até hoje pouquíssimas pessoas negras conseguiram o prêmio, e ao longo do texto, com os desafios enfrentados por McDaniel.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
Não a fala de participantes em cena, apenas o retrato da mulher que vivenciou um fato histórico.	Ação-reflexão, sujeitos oprimidos	 POST COMPARTILHADO EM 6 DE FEVEREIRO DE NOSMULHERESDAPERIFERIA

Interpretação de dados:



A trajetória de Hattie McDaniel constitui um marco na história cinematográfica, ao mesmo tempo em que evidencia as desigualdades raciais que permeavam (e ainda permeiam) Hollywood. Ao conquistar o Oscar de Melhor Atriz Coadjuvante em 1940 por sua atuação em “E o Vento Levou”, McDaniel tornou-se a primeira pessoa negra a receber tal premiação. Contudo, ironicamente, ela foi segregada durante a própria cerimônia. Apesar do reconhecimento da Academia,

essa vitória ocorreu em um contexto histórico profundamente marcado pelo racismo estrutural, no qual artistas negros eram confinados a papéis estereotipados e excluídos dos espaços de prestígio na indústria do cinema. Sua presença no evento foi condicionada por regras segregacionistas, impedindo-a de ocupar assentos com o elenco principal do filme. A publicação realizada no perfil Nós, Mulheres da Periferia realiza uma revisão dos principais momentos da carreira de McDaniel, destacando suas origens, os obstáculos enfrentados e o impacto duradouro de sua conquista.

A narrativa evidencia detalhes sobre a cerimônia do Oscar e os desdobramentos posteriores à premiação, revelando uma ambivalência entre reconhecimento e exclusão simultânea. Baseando-se em um perfil biográfico da atriz — elaborado com clareza, precisão e coerência — o relato apresenta informações verificáveis, embora não indique explicitamente suas fontes atuais, o que pode comprometer a rastreabilidade dos dados históricos. O texto revela as contradições presentes em um sistema que, embora reconhecesse o talento de McDaniel, impunha barreiras à sua ascensão e integração plena na indústria cinematográfica. Essa ambiguidade é essencial para compreender como o racismo operava na esfera do entretenimento. O público-alvo inclui pessoas negras e cinéfilos; contudo, também se destina à sociedade em geral por expor a segregação histórica enfrentada por artistas negros. Tal abordagem impacta diretamente na memória coletiva ao possibilitar uma análise crítica acerca do legado da exclusão racial em Hollywood. A reportagem adota uma estrutura biográfica dividida em três partes: introdução — apresentando o contexto da premiação e a baixa representatividade negra

no Oscar; desenvolvimento — narrando a trajetória de McDaniel, seus desafios e marcos profissionais; conclusão — refletindo sobre o impacto de sua vitória e as limitações impostas pelo racismo sistêmico na indústria cinematográfica. Embora não inclua depoimentos ou falas diretas dos participantes envolvidos, retrata detalhadamente a protagonista e seu papel dentro desse cenário histórico. A linguagem empregada é clara e cativante, aproximando o leitor das questões enfrentadas por McDaniel e das dificuldades vividas pelos artistas negros naquela época. A narrativa evidencia um quadro de segregação racial onde atores negros eram marginalizados e relegados a papéis estereotipados. A conquista de McDaniel no Oscar simbolizou uma vitória significativa; porém, também reforçou as limitações impostas pela estrutura racial vigente à época na carreira da artista. Ainda hoje se registra que poucos atores negros receberam essa distinção máxima; tal fato demonstra que os efeitos da exclusão histórica persistem na representatividade cinematográfica atual.

O texto promove uma ação-reflexão estimulando uma análise crítica acerca de como feitos históricos serviram como referências inspiradoras para novas gerações de artistas negros—mesmo diante das barreiras estruturais impostas pelo racismo institucionalizado. Dessa forma, cumpre papel fundamental dentro do jornalismo contra-hegemônico ao resgatar histórias de superação e resistência dessas figuras negras que romperam barreiras num cenário marcado pela segregação sistemática. Por fim, essa abordagem transcende a trajetória individual de McDaniel para ampliar o debate acerca do racismo estrutural na indústria cinematográfica mundialmente; evidencia como essa exclusão moldou positivamente ou negativamente as possibilidades de reconhecimento artístico para artistas negros até os dias atuais. Assim sendo, fortalece-se a memória histórica ao promover uma leitura crítica sobre os impactos do racismo nas produções culturais contemporâneas. Com os seguintes princípios freireanos identificados:

Ação-reflexão: Fundamental na pedagogia de Paulo Freire, o princípio da ação-reflexão sustenta que a transformação prática demanda não apenas a realização de ações, mas também uma profunda reflexão acerca dessas mesmas ações. No relato acerca de Hattie McDaniel, primeira mulher negra a receber um Oscar, tal princípio manifesta-se na maneira como o texto articula sua trajetória não somente como um registro histórico, mas como uma provocação ao pensamento crítico. Ao evidenciar os obstáculos enfrentados por McDaniel em um cenário permeado pelo racismo institucional — incluindo episódios ocorridos durante a própria cerimônia do Oscar — o texto convida o leitor a refletir sobre a persistência das desigualdades raciais no âmbito artístico e social.

A introdução, ao abordar a baixa representatividade negra nas premiações até os dias atuais, já realiza esse convite à reflexão. Assim, contar sua história deve ser entendido como uma ação acompanhada de uma análise que transcende o âmbito individual para alcançar o coletivo, promovendo uma conscientização acerca dos mecanismos de exclusão ainda atuantes. Trata-se de uma prática pedagógica voltada à transformação social, que integra memória, crítica e possibilidades de mudança.

Sujeitos oprimidos: Na pedagogia freireana, os sujeitos oprimidos são aqueles que foram historicamente silenciados, marginalizados e desumanizados pelas estruturas de poder. Hattie McDaniel simboliza esse sujeito: uma mulher negra que, mesmo conquistando um feito inédito — o primeiro Oscar destinado a uma pessoa negra — foi submetida à segregação e aos estereótipos raciais. A narrativa de sua trajetória não se limita ao reconhecimento de sua vitória; ela também evidencia o contexto opressivo em que ocorreu. Por meio da apresentação cronológica de sua vida e dos momentos em que o racismo influenciou suas condições sociais e profissionais, o texto devolve a McDaniel seu protagonismo. Mais do que uma atriz premiada, ela é retratada como uma figura resistente que enfrentou e superou barreiras impostas por um sistema racista. Essa abordagem rompe com a lógica da invisibilidade e reafirma a condição dos sujeitos oprimidos enquanto agentes históricos capazes de transformar suas realidades mesmo diante da exclusão sistemática.

5. RESULTADOS

Com base na observação e interpretação dos dados obtidos por meio das investigações acerca dos perfis @Almapretajornalismo, @Mídiaindigenaoficial e @Nosmulheresdaperiferia, totalizando 30 conteúdos, distribuídos igualmente entre os três perfis, este capítulo apresenta as principais descobertas da pesquisa. A análise foi fundamentada na Teoria Fundamentada Construtivista de Kathy Charmaz (2009), com ênfase na codificação focalizada, procedimento que possibilita identificar os códigos iniciais mais frequentes e relevantes, agrupando-os para uma compreensão mais aprofundada. Inicialmente, serão apresentados os princípios freireanos detectados em cada perfil, juntamente com a frequência de sua ocorrência, organizados em ordem alfabética. Posteriormente, abordar-se-ão os resultados referentes aos conceitos que apresentaram maior incidência, oferecendo uma leitura crítica sobre sua importância no contexto estudado. Na segunda etapa, será realizada uma análise do engajamento dos perfis, visando compreender como suas estratégias comunicacionais se relacionam com o jornalismo digital contra-hegemônico no Brasil. Por fim, serão sistematizados de maneira agregada os princípios freireanos identificados considerando o conjunto dos três perfis, permitindo uma análise comparativa geral tanto dos princípios quanto das estratégias de engajamento, destacando os aspectos mais relevantes encontrados na pesquisa. Começando pela análise do perfil do @Almapretajornalismo, apresenta-se a seguir o primeiro quadro de resultados:

Quadro 8 - Princípios freireanos e frequência de aparição no perfil @Almapretajornalismo.

Princípio freireano	Frequência
Consciência crítica	9
Sujeitos oprimidos	8
Ação-reflexão	6
Educação emancipadora	3
Cultura do silêncio	3
Ação cultural	2
Coparticipação no ato de pensar	1

O conceito predominante é a consciência crítica, o que evidencia o compromisso do perfil @Almapretajornalismo com uma análise aprofundada das desigualdades raciais e sociais no Brasil. As colocações mais frequentes indicam um foco direcionado aos sujeitos oprimidos e à ação-reflexão, sugerindo que o jornalismo promovido pela Alma Preta não se limita à simples exposição de injustiças, mas também busca estimular a transformação social, inserindo-se na categoria do jornalismo contra-hegemônico, ao desafiar narrativas convencionais e conferir protagonismo à população negra. A repetição de conceitos freireanos reforça as seguintes abordagens:

- Consciência crítica – O perfil promove uma prática jornalística que questiona as estruturas de poder e denuncia o racismo estrutural;
- Sujeitos oprimidos – A Alma Preta proporciona voz à população negra, possibilitando que suas histórias sejam contadas por quem as vive;
- Ação-reflexão – A proposta do jornalismo do perfil não se limita à transmissão de informações, mas também incentiva a mobilização social e a luta por direitos;
- Cultura do silêncio – O perfil combate a invisibilidade da população negra na mídia convencional, trazendo à tona temas frequentemente negligenciados;
- Educação emancipadora – Seu conteúdo tem como objetivo capacitar e conscientizar os leitores acerca das questões raciais e sociais.

Assim, o perfil @AlmaPretaJornalismo emerge como um instrumento fundamental na transformação do jornalismo digital brasileiro ao proporcionar uma visão crítica e alinhada com a justiça social. Originado de uma agência de notícias especializada em questões raciais no Brasil, o perfil incorpora princípios freireanos amplamente citados, tais como consciência crítica, reconhecimento dos sujeitos oprimidos e ação-reflexão, refletindo-se diretamente na abordagem jornalística adotada pelo coletivo. A partir de uma análise mais aprofundada dos resultados obtidos, verifica-se que a “consciência crítica” promovida pelo perfil fomenta um jornalismo que transcende a mera informação, questionando as estruturas de poder e denunciando a presença do racismo estrutural. As reportagens abordam desigualdades sociais e históricas, estimulando a reflexão acerca da condição da população negra no país. Nesse contexto, os “sujeitos oprimidos” assumem papel central como protagonistas de suas próprias histórias, possibilitando sua narrativa por quem realmente vivencia essas experiências. Como Figueiredo e Silva (2021), apontaram a vivência dos indivíduos oprimidos e marginalizados pelo sistema na revisão de suas políticas sociais e econômicas os conduziria a tornar-se sujeitos sociais empenhados em reformular a história sob uma ótica

libertadora, equitativa e inclusiva. Tal postura desafia a lógica do jornalismo convencional, que frequentemente relata comunidades marginalizadas sem promover sua participação direta. Além disso, ao incentivar “ação-reflexão” entre seus seguidores, o perfil não se limita à exposição de injustiças; ele também estimula mobilizações sociais. A concepção freireana de que reflexão deve conduzir à ação manifesta-se na produção de conteúdos que promovem engajamento por meio de debates, campanhas ou denúncias. Dessa forma, combate-se a “cultura do silêncio”, termo utilizado por Freire para descrever a invisibilização dos grupos marginalizados, ao trazer à tona temas negligenciados pela mídia tradicional e posicionar-se como espaço de resistência e visibilidade. Pelo uso da “educação emancipadora” como ferramenta transformadora, não apenas informativa, mas capacitadora, o perfil busca empoderar os leitores para compreenderem seus direitos e reivindicá-los. Assim sendo, reforça-se a compreensão de que o conhecimento constitui uma ferramenta vital para a libertação e autonomia da população negra. Em suma, o @AlmaPretaJornalismo destaca-se como um veículo imprescindível na reconfiguração do jornalismo digital no Brasil ao oferecer uma perspectiva crítica comprometida com a justiça social. Por fim, apresenta-se uma análise do engajamento nas redes sociais com os principais resultados obtidos:

Quadro 9 - Observação e resultados de engajamento – Instagram @almapretajornalismo.

Indicador	Valor	Observação
Total de Seguidores	724.800	Perfil com alcance expressivo e público consolidado.
Número de Publicações	15.282	Volume alto de conteúdo publicado até 11 de junho.
Média de Curtidas por Post	661	Indica boa recepção visual e relevância dos conteúdos.
Média de Comentários por Post	14	Participação moderada nos diálogos e interações.
Taxa de Engajamento	0,09%	Considerada baixa para o número de seguidores; pode indicar alcance passivo.

Os resultados evidenciam um alcance considerável, demonstrando que o perfil possui uma audiência consolidada e de relevância no debate acerca das questões raciais. Observa-se uma elevada produção de conteúdo, elemento fundamental para assegurar a visibilidade e fortalecer narrativas independentes. Por outro lado, a taxa de engajamento registrada é relativamente baixa para os padrões do Instagram, o que pode indicar que o perfil alcança um público amplo, porém com menor interação direta. A média de curtidas por publicação sugere que o conteúdo visual e informativo capta atenção, contudo pode não gerar um envolvimento mais profundo; além disso, a média de comentários por post aponta para uma interação moderada, possivelmente refletindo um público que consome e compartilha informações, mas participa menos nos debates nos comentários. Com isso, deve-se manter uma atenção vigilante ao cenário contemporâneo, no qual Soares (2011) destaca a predominância do apelo por informações instantâneas. Nesse contexto, refletir acerca dos sistemas linguísticos — que se articulam por meio de múltiplos códigos — bem como sobre os processos comunicativos originados pelas diversas formas de linguagem, torna-se não apenas uma necessidade, mas uma condição fundamental para garantir a participação ativa na vida social e na cidadania idealizada. Como afirma uma entidade responsável pelas políticas públicas de educação, os processos comunicativos possibilitados pela linguagem representam condições essenciais para essa participação. Assim sendo, ao analisar o impacto da abordagem atual do jornalismo e sua conexão com o perfil @almapretajornalismo no Instagram, percebe-se que a plataforma é utilizada como instrumento para romper com a invisibilidade da população negra na mídia tradicional, atuando como um veículo de resistência e transformação social. Apesar da taxa de engajamento relativamente baixa, seu alcance indica que há um impacto expressivo na disseminação de informações e na construção de uma narrativa contra-hegemônica.

Quadro 10 - Princípios freireanos e frequência de aparição no perfil @Midiaindigenaoficial.

Princípio freireano	Frequência
Ação-reflexão	8
Sujeitos oprimidos	7
Consciência crítica	5
Educação emancipadora	2

Ação cultural	2
Cultura do silêncio	1

A constante reincidência dos conceitos freireanos no perfil @Midiaindigena, no Instagram, evidencia um alinhamento substancial com a pedagogia crítica e o ativismo social. A predominância de expressões como "ação-reflexão", "sujeitos oprimidos" e "consciência crítica" indica que o perfil objetiva estabelecer um espaço voltado à conscientização e resistência, ressaltando a importância da reflexão e da ação como instrumentos para a transformação social. Com base em estudos sobre influenciadores indígenas na plataforma, observa-se uma tendência de utilização do Instagram para manifestações identitárias e ações ativistas. Nesse contexto, tais conceitos parecem ser utilizados pelo perfil para fortalecer a luta contra a marginalização dos povos indígenas, promovendo uma educação emancipatória mediante debates acerca de direitos, cultura e resistência. Ademais, as identidades indígenas urbanas presentes na rede social demonstram que muitos perfis indígenas frequentemente ressignificam suas identidades por meio de narrativas digitais, indicando um esforço na construção de uma identidade coletiva que desafia estereótipos e promove maior reconhecimento dos povos originários na sociedade contemporânea. Nesse sentido, como Freire (2013), avaliou não existe pensamento que não esteja relacionado, de forma direta ou indireta, à realidade; portanto, a linguagem utilizada para expressá-lo também reflete essas influências. Dessa forma, o conceito recorrente de “ação-reflexão” revela que o perfil busca não apenas disseminar informações, mas também incentivar a mobilização social e promover mudanças sociais efetivas. Além disso, a forte presença de termos como “consciência crítica” e “sujeitos oprimidos” reforça seu compromisso com a denúncia de injustiças e com a valorização das vozes indígenas. Assim sendo, o perfil @midiaindigenaoficial encontra-se inserido no âmbito do jornalismo contra-hegemônico ao desafiar narrativas tradicionais e ao conferir protagonismo aos povos indígenas. A repetição desses conceitos freireanos consolida a seguinte postura interpretativa:

- Ação-reflexão – A presença do perfil não apenas evidencia injustiças, mas também promove a mobilização social e a luta pelos direitos fundamentais.
- Sujeitos oprimidos – A Mídia Indígena atua como voz das comunidades indígenas, permitindo que suas narrativas sejam divulgadas por aqueles que as vivem.

- Consciência crítica – A abordagem jornalística do perfil desafia as estruturas de poder existentes e denuncia a invisibilidade enfrentada pelos povos indígenas.
- Educação emancipadora – O conteúdo veiculado busca capacitar e conscientizar o público acerca das questões indígenas e sociais.
- Ação cultural – O perfil valoriza e promove a cultura indígena como instrumento de resistência e afirmação identitária.
- Cultura do silêncio – O perfil combate a marginalização dos povos indígenas na mídia convencional, trazendo à tona temas muitas vezes negligenciados.

Dessa maneira, o perfil @midiaindigenaoficial destaca-se enquanto instrumento imprescindível na transformação do jornalismo digital brasileiro, ao oferecer uma perspectiva crítica e voltada à justiça social, além de exercer um jornalismo contra-hegemônico que confere protagonismo às vozes indígenas e desafia narrativas convencionais. Nesse cenário, a repetição dos princípios freireanos mais frequentemente citados reflete-se diretamente na abordagem jornalística adotada pelo coletivo. Em outras palavras, a “ação-reflexão” presente nas produções do perfil demonstra que sua atuação transcende a simples disseminação de informações, estimulando também a mobilização social. As reportagens abordam temas como demarcação de terras, direitos dos povos indígenas e preservação ambiental, promovendo reflexão e encorajando ações coletivas. Ademais, questiona as estruturas de poder através da concepção de “consciência crítica”, denunciando a invisibilidade dos povos indígenas na mídia convencional. O perfil realiza uma análise aprofundada das políticas públicas e das violências históricas sofridas por essas comunidades. Nesse contexto, os “sujeitos oprimidos” assumem papel central ao serem os próprios indígenas quem relatam suas experiências, possibilitando assim que suas histórias sejam contadas por aqueles que as vivenciam. Tal postura rompe com o paradigma da mídia tradicional, que frequentemente retrata os povos indígenas de forma estereotipada ou secundária. A “ação cultural” promovida pelo perfil fomenta a valorização da cultura indígena como forma de resistência; ela destaca tradições, línguas e conhecimentos ancestrais, reforçando a identidade e o protagonismo desses povos originários. Dessa forma, o conceito de “cultura do silêncio”, utilizado por Freire para caracterizar a marginalização dos grupos oprimidos, é combatido pelo perfil ao dar visibilidade a temas negligenciados pela grande mídia, posicionando-se como um espaço de resistência e visibilidade. Assim sendo, o @midiaindigenaoficial consolida-se como um veículo essencial na reconfiguração do jornalismo digital no Brasil ao promover uma

perspectiva crítica e comprometida com a justiça social. Por fim, apresenta-se uma análise do engajamento nas redes sociais juntamente com os principais resultados alcançados:

Quadro 11 - Observação e resultados de engajamento – Instagram @Midiaindigenaoficial.

Indicador	Valor	Observação
Total de Seguidores	276.100	Comunidade significativa e engajada.
Número de Publicações	11.256	Produção consistente de conteúdo até 11 de junho.
Média de Curtidas por Post	6.000	Alto nível de apreciação visual por parte dos seguidores.
Média de Comentários por Post	171	Forte participação nos diálogos e debates.
Taxa de Engajamento	2,22%	Excelente engajamento, acima da média para perfis com esse porte.

Os dados evidenciam que a quantidade de seguidores reflete um alcance significativo, indicando que o perfil possui uma audiência consolidada e comprometida com temas indígenas. A quantidade total de publicações demonstra regularidade na produção de conteúdo, aspecto fundamental para a elaboração de uma narrativa contrária à hegemonia dominante. Apesar da taxa de engajamento parecer modesta, no contexto do Instagram, ela é considerada aceitável para perfis de grande porte. Perfis institucionais tendem a apresentar menor interação direta em comparação às contas pessoais. A média de curtidas por postagem sugere que o conteúdo provoca interesse visual e emocional, envolvendo uma parcela relevante dos seguidores; já a média de comentários indica uma interação direta do público, elemento crucial para promover diálogos e reflexões, alinhando-se à comunicação dialógica proposta por Freire. Segundo Genro Filho (2012), há um panorama que evidencia um comprometimento político sólido dedicado aos indivíduos explorados e oprimidos. Essa dedicação se manifesta através de uma preocupação constante com as interrelações entre uma perspectiva crítica acerca da comunicação e da cultura, considerados instrumentos de dominação, além do envolvimento com práticas políticas de resistência e a busca por alternativas populares e

democráticas. Dessa forma, o perfil influencia a abordagem contemporânea do jornalismo e das redes sociais, evidenciando que o @midiaindigenaoficial demonstra que o jornalismo digital pode atuar como instrumento de resistência e transformação social, sobretudo no Instagram, onde o conteúdo visual e interativo facilita o diálogo. A estrutura das redes sociais possibilita uma comunicação mais participativa, fortalecendo o modelo freireano de jornalismo baseado na troca de experiências e na construção coletiva do conhecimento.

Quadro 12 - Princípios freireanos e frequência de aparição no perfil @Nosmulheresdaperiferia.

Princípio freireano	Frequência
Consciência crítica	8
Sujeitos oprimidos	7
Educação emancipadora	5
Ação-reflexão	5
Ação cultural	4
Dialogicidade	3
Comunicação dialógica	2
Cultura do silêncio	2
Círculo de cultura	2
Coparticipação no ato de pensar	2

O perfil @Nosmulheresdaperiferia, presente no Instagram, constitui-se como uma plataforma de jornalismo autônomo dedicada a destacar as perspectivas de mulheres residentes em contextos periféricos, abordando temas referentes à desigualdade social, racismo e direitos fundamentais. A ênfase constante nos princípios freireanos mais relevantes, tais como a consciência crítica, o reconhecimento dos sujeitos oprimidos e a **educação emancipadora**, influencia diretamente na elaboração de seus conteúdos. Conforme observam Citelli e Costa (2011), nesse cenário, evidenciar essa consciência evidencia que a atuação do campo da comunicação/educação pode servir como um meio de estruturar os indivíduos excluídos, marginalizados ou invisíveis; essa inserção possibilita uma comunicação eficaz voltada para a promoção da cidadania. Nesse âmbito,

surge uma nova abordagem para relatar eventos históricos e revitalizar o passado, com o objetivo de construir uma narrativa mais inclusiva — oferecendo voz e espaço para que todos possam manifestar seu grito ou sua canção. Com isso, os princípios observados indicam que o perfil busca estimular uma análise crítica da realidade social, incentivando a reflexão sobre as condições enfrentadas pelas mulheres nas periferias e combatendo injustiças sociais. A recorrente menção ao conceito de “sujeitos oprimidos” demonstra o compromisso do jornalismo realizado pelo Nós, Mulheres da Periferia ecoa a voz às populações marginalizadas, promovendo sua protagonização e potencializando sua capacidade de transformar suas próprias histórias. Por outro lado, a ideia de “educação emancipadora” reforça a compreensão de que o conhecimento e as informações representam instrumentos essenciais para alcançar liberdade e autonomia dessas comunidades. A repetição desses conceitos ao longo do conteúdo jornalístico evidencia um alinhamento contínuo com valores de conscientização social e luta por direitos. Essa postura encontra respaldo no jornalismo contra-hegemônico aliado aos princípios freireanos, com vistas a promover uma visão alternativa e emancipatória da sociedade.

- Consciência crítica – Demonstra que o perfil consegue promover reflexões acerca de desigualdade, gênero e território, temas fundamentais na abordagem freireana da comunicação.
- Sujeitos oprimidos – A presença significativa de narrativas periféricas evidencia que o perfil desempenha sua função de proporcionar voz às mulheres que, historicamente, foram marginalizadas pelos meios tradicionais de comunicação.
- Educação emancipatória – O perfil atua como ferramenta de conscientização e autonomia, disponibilizando informações acessíveis e capazes de mobilizar a audiência.
- Ação-reflexão – Evidencia-se que ações cotidianas estimulam reflexões críticas sobre a estrutura patriarcal hegemônica vigente, com o objetivo de enfrentá-la por meio do conhecimento.

Com isso, a "consciência crítica" no jornalismo de perfil está alinhada à concepção de reflexão consciente ao produzir reportagens que transcendem a mera transmissão de informações, estimulando a análise das desigualdades estruturais. Em oposição à abordagem neutra ou meramente expositiva, as matérias questionam narrativas predominantes e evidenciam como o contexto histórico e social influencia a vida das mulheres periféricas. Essa postura é evidente em publicações relativas ao racismo, à violência de gênero, ao acesso à saúde e à educação. Segundo Paulo Freire, os "Sujeitos

oprimidos" devem ser protagonistas de suas próprias histórias; o perfil realiza essa premissa ao proporcionar espaço para relatos em primeira pessoa. Ao contrário do jornalismo convencional, como observado por Oliveira (2017), em um cenário no qual as notícias passaram a ser tratadas como mercadorias, sujeitas a procedimentos ideológicos de filtragem e seleção antes de sua divulgação ao público, torna-se evidente uma distorção e uma corrupção dessa percepção, impulsionadas pela disseminação de mensagens consumistas através da propaganda que frequentemente aborda comunidades marginalizadas sem envolvimento direto. Desta forma, o projeto Nós, Mulheres da Periferia desafia esse paradigma ao criar um espaço para a voz dessas mulheres, fortalecendo narrativas autênticas e descentralizando a produção informacional. Assim, promove-se uma "Educação emancipadora" enquanto ferramenta de resistência por meio de conteúdos educativos que explicam direitos das mulheres, divulgam políticas públicas ou fomentam debates críticos. O objetivo não se limita a informar; busca capacitar as leitoras para agirem ativamente. Nesse sentido, o jornalismo transforma-se em instrumento de mobilização social ao auxiliar as mulheres na compreensão e reivindicação de seus direitos, gerando um ciclo de "Ação-reflexão" e comunicação dialógica, princípios defendidos por Freire segundo os quais a mudança resulta da combinação entre ação e reflexão aplicados pelo perfil ao incentivar uma participação ativa através de lives, rodas de conversa e interações nos comentários. Essas ações promovem diálogos genuínos e coletivos; a comunicação ocorre por meio de um processo dialógico onde o público também contribui na construção do discurso. Em suma, o perfil @Nosmulheresdaperiferia representa um jornalismo comprometido com a transformação social e a democratização da informação: não apenas relata fatos, mas também questiona, educa e empodera mulheres periféricas para que sejam protagonistas das suas próprias histórias. Por fim, apresenta-se uma análise do engajamento nas redes sociais com os principais resultados obtidos:

Quadro 13 - Observação e resultados de engajamento – Instagram @Nosmulheresdaperiferia.

Indicador	Valor	Observação
Total de Seguidores	7.700	Comunidade menor, porém com nicho bem definido.

Seguindo	1.600	Perfil ativo na rede, acompanhando outros criadores.
Número de Publicações	3.894	Produção consistente até 11 de junho.
Média de Curtidas por Post	1.200	Excelente recepção visual, especialmente para o tamanho do perfil.
Média de Comentários por Post	14	Participação estável nos conteúdos.
Taxa de Engajamento	1,17%	Engajamento sólido, acima da média para perfis com menos de 10K seguidores.

Os dados demonstram que, embora o número de seguidores seja relativamente reduzido em comparação a perfis de maior porte, isso pode indicar uma audiência segmentada e altamente engajada com as temáticas tratadas. A quantidade total de publicações revela uma constância na produção de conteúdo, elemento essencial para o desenvolvimento de uma narrativa autônoma e resistente. Apesar de a taxa de engajamento parecer modesta, ela está dentro do padrão observado em perfis institucionais, os quais geralmente apresentam menor interação direta em relação aos perfis pessoais. A média de curtidas por postagem sugere que o conteúdo visual e informativo do perfil provoca impacto e interesse entre seus seguidores; além disso, a média de comentários indica uma participação moderada, possivelmente refletindo um público que consome e compartilha informações mais do que promove debates nos comentários. Assim, essa dinâmica impacta a abordagem atual do jornalismo digital e sua conexão com o Instagram, considerando que o perfil @nosmulheresdaperiferia utiliza essa plataforma para desafiar a invisibilidade das mulheres periféricas na mídia tradicional, atuando como um veículo de resistência e fomentador da construção coletiva do discurso. A rede social possibilita uma comunicação mais acessível e interativa, promovendo conexões entre diferentes comunidades e ampliando o debate público acerca das desigualdades de gênero.

Quadro 14 - Frequência de princípios freireanos nos três perfis investigados.

Princípio freireano	Frequência total	Observações
Consciência crítica	22	Conceito mais recorrente; presente em todos os perfis com forte destaque.
Sujeitos oprimidos	22	Empatia e protagonismo das populações marginalizadas são centrais nos conteúdos.
Ação-reflexão	19	Fortemente presente nas narrativas que provocam pensamento e transformação.
Educação emancipadora	10	Aparece como proposta pedagógica nos conteúdos voltados à autonomia.
Ação cultural	8	Utilizada como estratégia de resistência e expressão identitária.
Cultura do silêncio	6	Denúncia de apagamentos históricos e institucionais.
Coparticipação no ato de pensar	3	Presente em conteúdos que valorizam o saber coletivo e a construção conjunta.
Dialogicidade	3	Destaca o diálogo como método educativo e político.
Comunicação dialógica	2	Relacionada à escuta ativa e troca horizontal com o público.
Círculo de cultura	2	Aparece em propostas de formação e debate comunitário.

A consciência crítica ocupa a posição de destaque, demonstrando o compromisso dos três perfis com uma análise aprofundada das desigualdades sociais, de acordo com Freire (1967), essa postura crítica transitiva remete à verdadeira essência da democracia, constituindo uma característica distintiva dos regimes democráticos autênticos. Esses regimes se configuram como formas de convivência marcadas por alta permeabilidade, questionamento constante, inquietação e diálogo contínuo. A significativa incidência de indivíduos oprimidos e a ênfase na ação-reflexão fortalecem a

intenção de promover um jornalismo que vá além da simples exposição das injustiças, estimulando a mobilização social e a transformação estrutural. A predominância desses conceitos fundamentados na teoria do educador evidencia o papel dos perfis enquanto veículos do jornalismo contra-hegemônico, dedicados à democratização da informação e ao protagonismo de grupos historicamente marginalizados.

A investigação dos perfis @Nósmulheresdaperiferia, @AlmaPretaJornalismo e @midiaindigenaoficial evidencia uma configuração evidente de jornalismo contra-hegemônico, fundamentado nos princípios freireanos. Tais perfis desafiam a narrativa predominante dos meios de comunicação tradicionais ao oferecer protagonismo a grupos que historicamente enfrentam marginalização e ao promover uma comunicação dialógica e reflexiva de acordo com Freire (2013), o que se busca é problematizar o próprio conhecimento em sua inquestionável interação com a realidade concreta onde ele se origina e sobre a qual exerce influência, com o objetivo de compreendê-la, explicá-la e promover sua transformação.. Nesse contexto, o estudo do jornalismo contra-hegemônico, alicerçado nos postulados de Freire, pode fomentar uma abordagem comunicacional mais participativa e inclusiva. Observa-se que esses perfis no Instagram desempenham papel crucial na democratização do acesso à informação, propondo novas formas de sociabilidade digital e narrativas mais representativas. Ademais, o aprofundamento desses conceitos possui potencial para reconfigurar o ensino do jornalismo, incentivando práticas dialógicas e críticas que valorizem a participação ativa das comunidades na produção jornalística. Assim sendo, a utilização das redes sociais, sobretudo do Instagram — plataforma em que esses perfis atuam — revela-se como ferramenta eficaz para o fortalecimento do jornalismo contra-hegemônico, possibilitando que perfis independentes ampliem seu alcance sem depender dos grandes veículos midiáticos. Os princípios freireanos se manifestam na maneira como esses perfis utilizam as plataformas digitais:

- Interação e diálogo: Transmissões ao vivo, enquetes e comentários estimulam uma comunicação dialógica, na qual o público participa de forma ativa na elaboração do discurso.
- Narrativas visuais e acessíveis: A utilização de imagens, vídeos e textos breves facilita a compreensão e amplia o alcance das mensagens transmitidas.
- Mobilização social: Campanhas e denúncias tornam-se mais impactantes na plataforma, promovendo o incentivo a ações concretas além do espaço digital.

Dessa forma, o jornalismo contra-hegemônico apresentado no Instagram configura uma nova estrutura de comunicação na qual a construção da informação ocorre de modo coletivo, não sendo meramente transmitida. Conforme esclarecido por Freire (2013), nesse entendimento, o indivíduo que pensa não consegue refletir de forma isolada; sua cognição está intrinsecamente ligada à colaboração conjunta de outros sujeitos no processo de pensamento sobre o objeto em questão. Não se trata de um "penso" individual, mas de um "pensamos" coletivo. Nesse contexto, é o "pensamos" que dá origem ao "penso", e não o inverso. Essa participação compartilhada dos sujeitos no ato de pensar ocorre por meio da comunicação. Essa perspectiva promove a conscientização e a luta por direitos, consolidando as mídias digitais como espaços de resistência e transformação social. A análise dos perfis revela que todos eles atuam dentro do paradigma do jornalismo contra-hegemônico, desafiando narrativas tradicionais e fomentando uma comunicação fundamentada na reflexão crítica, na ação consciente e na defesa dos sujeitos oprimidos. A presença desses conceitos no Instagram evidencia que as plataformas digitais tornaram-se ambientes essenciais para fortalecer vozes marginalizadas e ampliar o processo de democratização da informação. Nesse sentido, os desafios enfrentados por esses perfis incluem a manutenção do engajamento da audiência, a diversificação dos formatos de conteúdo e o fortalecimento das ações mobilizadoras. Integrar princípios freireanos aos estudos sobre jornalismo pode oferecer estratégias eficazes para tornar a comunicação mais participativa, abordando diretamente as questões atuais relacionadas às redes sociais. Para compreender melhor o funcionamento do engajamento desses perfis no Instagram, apresenta-se a seguir um quadro comparativo entre os perfis investigados.

Quadro 15 - Comparativo de engajamento – Perfis @almapretajornalismo, @midiaindigenaoficial e @nosmulheresdaperiferia no Instagram.

Indicador	@almapretajornalismo	@midiaindigenaoficial	@nosmulheresdaperiferia	Análise Comparativa
Seguidores	724.800	276.100	7.700	Alma Preta tem maior alcance; Nós Mulheres da Periferia é nichado e

				mais intimista.
Publicações	15.282	11.256	3.894	Todos têm produção consistente ; Alma Preta lidera em volume.
Média de Curtidas / Post	661	6.000	1.200	Mídia Indígena se destaca com curtidas muito acima da média.
Média de Comentários / Post	14	171	14	Mídia Indígena também lidera em participação ativa.
Taxa de Engajamento	0,09%	2,22%	1,17%	Mídia Indígena tem engajamento excepcional; Nós Mulheres também apresenta bom índice.

A partir dos dados apresentados, é possível identificar alguns aspectos para análise comparativa e reflexão: Observa-se que o perfil @Almapretajornalismo possui o maior número de seguidores, contudo, sua taxa de engajamento é consideravelmente inferior à dos demais perfis analisados. Tal fato sugere que, apesar do amplo alcance, a interação dos seguidores com as publicações não é proporcional. Essa situação levanta questionamentos acerca do impacto real: possuir um grande volume de seguidores sem

uma participação ativa equivale a um impacto efetivo? É possível que muitas pessoas sigam esse perfil por reconhecerem sua relevância ou autoridade, porém sem promoverem interações frequentes com o conteúdo. Por outro lado, o perfil @Midiaindigenaoficial apresenta uma base de seguidores menor do que a de Alma Preta, mas detém a maior taxa de engajamento entre os três perfis considerados. Isso indica que seus seguidores não apenas consomem o conteúdo, como também participam ativamente em debates e discussões. A elevada quantidade de comentários por postagem evidencia uma comunicação dialógica, um princípio fundamental na teoria freireana. Já o perfil @Nosmulheresdaperiferia possui uma audiência relativamente reduzida quando comparada às demais, contudo apresenta uma taxa de engajamento superior à de Alma Preta. Tal dado pode refletir uma estratégia comunicacional mais direcionada e específica, favorecendo uma conexão mais sólida entre o perfil e seu público-alvo. No entanto, a baixa quantidade de comentários sugere um potencial oportunidade para ampliar diálogos e fortalecer a troca de experiências entre os seguidores. Essas observações suscitam ainda outra indagação: para um perfil dedicado ao jornalismo contra-hegemônico, qual aspecto deve prevalecer – amplo alcance ou maior engajamento e participação ativa? Compreender essas dinâmicas evidencia como o Instagram transformou as formas tradicionais pelas quais o jornalismo contra-hegemônico atua atualmente. Diferentemente das mídias convencionais, esses perfis enfrentam o desafio de manter diálogos contínuos com seus seguidores e incentivar uma participação coletiva mais significativa. Assim sendo, essa reflexão aponta para diferentes direções no futuro do jornalismo digital e suas estratégias possíveis:

- Como criar conteúdos que não apenas informam, mas incentivam a mobilização social?
- O engajamento baixo em perfis grandes pode indicar que o público não interage, mas consome passivamente. Isso é um problema?
- Até que ponto um perfil precisa de grande alcance para ser relevante, ou é melhor ter menos seguidores e mais participação ativa?

A investigação acerca do jornalismo contra-hegemônico deve levar em consideração não apenas as métricas numéricas, mas também a dinâmica das interações promovidas. Afinal, possuir um grande número de seguidores, por exemplo, milhões em perfis como @Almapretajornalismo, não implica necessariamente em transformação social se esse público não demonstra engajamento efetivo. Embora tais perfis tenham uma capacidade expressiva de difusão de informações e atinjam audiências variadas, uma

baixa taxa de interação pode indicar que os seguidores consomem o conteúdo de forma passiva. Em contraste, contas como @Midiaindigenaoficial apresentam uma alta taxa de engajamento, revelando que seus seguidores participam ativamente das discussões e se conectam emocionalmente às pautas indígenas. Essa diferenciação sugere que, no âmbito do impacto social, o nível de participação ativa pode superar a simples quantidade de seguidores. Para perfis cujo objetivo é promover impacto profundo e transformação social, é fundamental priorizar o engajamento ativo — ou seja, estimular a participação e mobilização da audiência além do consumo passivo. Por outro lado, contas com foco na amplificação de debates e alcance a diversos públicos podem obter benefícios ao possuir um grande número de seguidores mesmo com menor envolvimento individual. Idealmente, uma combinação equilibrada entre ampla disseminação e elevado engajamento resulta no maior potencial para um jornalismo participativo e capaz de promover mudanças sociais significativas.

Quando um perfil promove a educação, mas sua audiência demonstra ausência de mobilização e interação, pode-se inferir que ele esteja adotando um modelo tradicional de comunicação monológica, no qual a informação é transmitida de forma unidirecional, sem promover troca ou diálogo. No caso do @Almapretajornalismo, seu amplo alcance desempenha papel crucial na desconstrução da cultura do silêncio ao divulgar narrativas anteriormente invisibilizadas. Contudo, a falta de participação ativa da audiência sugere a necessidade de revisões na estratégia comunicacional com vistas a estimular maior diálogo e reflexão. Uma baixa taxa de interação indica que o público consome o conteúdo de maneira passiva, representando um obstáculo para o jornalismo contra-hegemônico cuja missão é empoderar e mobilizar. Uma abordagem possível seria ampliar espaços destinados ao debate e à interação, como enquetes, perguntas abertas, vídeos pedagógicos e ações que incentivem o público a se posicionar e agir. Perfis menores, como @Nósmulheresdaperiferia, ilustram que o impacto não está necessariamente atrelado à quantidade de seguidores. Ainda que possuam uma base reduzida de seguidores, seu elevado nível de engajamento revela uma conexão sólida entre o público e o conteúdo produzido, indicando uma transformação significativa dentro do nicho em questão. Por outro lado, perfis como @Midiaindigenaoficial demonstram que um equilíbrio eficiente entre alcance e engajamento potencializa uma causa; ou seja, um número expressivo de seguidores aliado a níveis elevados de participação ativa reforça eficazmente as ações empreendidas. Dessa forma, perfis menores com alto engajamento podem exercer maior impacto social do que grandes contas com baixo nível de interação devido à natureza mais

participativa da comunicação. O objetivo ideal seria que os perfis com grande alcance também promovam estratégias para estimular o envolvimento efetivo do público, garantindo assim que sua influência vá além dos números absolutos e concretize-se em ações concretas e diálogos significativos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo contra-hegemônico praticado no ambiente do Instagram enfrenta obstáculos significativos, que vão desde a elaboração de narrativas críticas até a necessidade de fomentar o diálogo, estimular mobilização social e sustentar formas de engajamento capazes de ultrapassar o consumo passivo de conteúdo. A análise desenvolvida ao longo deste estudo demonstrou que os três perfis investigados — @Almapretajornalismo, @Midiaindigenaoficial e @Nosmulheresdaperiferia — operam sob uma perspectiva comunicacional alinhada aos princípios freireanos, sobretudo no que diz respeito à valorização dos sujeitos oprimidos, à promoção da consciência crítica, à articulação entre ação e reflexão e à busca por uma comunicação contextualizada e humanizadora. Todavia, também se evidenciaram tensões, limites e contradições que atravessam tais práticas, em grande medida decorrentes das especificidades do ambiente digital e das condições sociopolíticas que configuram o campo jornalístico contemporâneo.

A integração aprofundada dos princípios freireanos aos estudos jornalísticos pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias comunicacionais mais participativas e capazes de dialogar com os desafios impostos pelas redes sociais. Considerando o estágio atual das lutas por transformações sociais mais amplas, o conhecimento jornalístico produzido por essas experiências torna-se um instrumento relevante no enfrentamento de retrocessos e no fortalecimento de agendas emancipatórias. Assim, tais veículos podem atuar ativamente na mobilização social por valores inclusivos, na contestação de leituras equivocadas sustentadas pela noção de neutralidade e na denúncia de governos ou instituições que violam direitos sociais e ameaçam a já frágil liberdade democrática. Nesse sentido, uma práxis jornalística contra-hegemônica corresponde à produção de conhecimento fundada no irrepetível das experiências cotidianas, compreendidas em sua materialidade e em sua dimensão histórica em constante movimento.

Ao abordar amplamente os processos de libertação, Freire enfatiza que o primeiro estágio da transformação social consiste na reflexão crítica acerca da própria identidade e das circunstâncias políticas vivenciadas (Hooks, 2024, p. 61). Dessa forma, torna-se imperativo desenvolver teorias que permitam compreender tanto a natureza da conjuntura atual quanto os meios pelos quais a ação coletiva pode promover mudanças efetivas. Em movimentos feministas revolucionários e nas lutas de emancipação das

populações negras, reivindica-se continuamente a teoria como prática integral dentro de um horizonte holístico de ativismo libertador. Apenas criticar usos inadequados ou conservadores da teoria é insuficiente; é necessário promover um engajamento profundo com sua dimensão emancipatória (Hooks, 2024, p. 89). Nessa perspectiva, é fundamental convidar sujeitos à reflexão crítica e à prática transformadora, visto que essa teoria emerge do concreto, de esforços para compreender experiências cotidianas e intervir criticamente na própria realidade e na de outros. Quando o testemunho pessoal se torna território fértil para a produção de uma teoria libertadora, isso ocorre porque ele frequentemente constitui sua base fundamental, ao permitir que as questões do cotidiano impulsionem processos críticos de teorização que fortalecem e capacitam os sujeitos (Hooks, 2024, p. 90).

Sob uma perspectiva indígena, observa-se que persiste a expectativa social de uma imagem idealizada do indígena originário, considerado puro e autêntico, frequentemente tomado como o “verdadeiro” indígena. Essa representação estática não se constitui de modo espontâneo; ela é resultado de políticas públicas que reforçaram imaginários romantizados enquanto negligenciaram a heterogeneidade e as experiências contemporâneas dos povos indígenas. Estes, apesar de historicamente submetidos à escravidão, violência e processos de extermínio, mantêm vivas práticas culturais, linguagens e elementos simbólicos presentes em logradouros, bairros, sítios rurais e em inúmeros aspectos da vida brasileira (Gonzaga, 2023, p. 64; p. 69). A análise dos perfis demonstra, portanto, que as comunidades indígenas contemporâneas resistem por meio de estratégias diversas e criativas, desestabilizando representações fixas que buscam confiná-las ao passado.

Nesse sentido, a abordagem freireana sobre a comunicação com sujeitos marginalizados oferece subsídios para compreender a dimensão ética da “comunhão com os oprimidos” ou do “testemunho da libertação”. No decorrer da análise, tornou-se evidente que alguns procedimentos interpretativos assumiram uma dupla função: ao mesmo tempo, descreviam empiricamente o comportamento das publicações e de seus públicos e, simultaneamente, incorporavam uma orientação filosófica e hermenêutica necessária à interpretação dos sentidos produzidos pelos perfis. Essa dupla camada interpretativa, longe de representar um obstáculo, evidencia que o fenômeno estudado não se reduz às métricas algorítmicas, demandando uma leitura capaz de integrar o plano empírico e a dimensão reflexiva da comunicação, em conformidade com a abordagem hermenêutica de Schleiermacher (2003) e Ricœur (2011). Assim, a escolha metodológica

realizada permitiu tensionar não apenas os conteúdos analisados, mas o próprio fazer jornalístico e suas implicações éticas e sociais.

Um ponto central identificado ao longo da pesquisa refere-se à distinção conceitual entre diálogo e engajamento. Apesar de o Instagram disponibilizar ferramentas que sugerem interação e reciprocidade, o engajamento numérico não corresponde ao diálogo autêntico no sentido freireano. A interação algorítmica expressa em curtidas, comentários e compartilhamentos não equivale ao encontro dialógico, que demanda problematização, escuta ativa, construção coletiva de sentidos e abertura para a alteridade (Freire, 2013). Ainda assim, observou-se que determinados perfis, mesmo enfrentando as limitações da plataforma, conseguem instaurar práticas dialógicas que superam a performatividade superficial, gerando espaços de troca, mobilização e reconhecimento alinhados à dialogicidade freireana. Contudo, permanece a indagação central: até que ponto essa participação se converte em transformação social concreta?

A pesquisa também revelou que há limites evidentes entre participação democrática e jornalismo democrático. Embora os perfis analisados adotem práticas comprometidas com pluralidade, transparência e valorização de sujeitos historicamente marginalizados, isso não implica necessariamente a existência plena de um jornalismo democrático, uma vez que esses veículos continuam dependentes das dinâmicas econômicas e tecnológicas que estruturam as plataformas digitais. A presença de interesses privados, a hegemonia das grandes empresas de tecnologia e a lógica algorítmica restringem a autonomia editorial das mídias alternativas, ainda que estas ajam com intencionalidade transformadora. Assim, tais perfis manifestam traços de contra-hegemonia, mas permanecem imersos em um sistema que simultaneamente tensiona e limita suas práticas. Trata-se de uma contradição estrutural que dialoga com a concepção gramsciana de hegemonia e com a noção de intelecto orgânico, evidenciando que a produção de narrativas críticas está inevitavelmente condicionada pelas estruturas materiais.

A postura hermenêutica adotada nesta pesquisa permitiu compreender esse campo de tensionamentos. Em vez de privilegiar uma leitura meramente descritiva, buscou-se interpretar as práticas comunicacionais a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva, considerando o contexto social e político que molda a atuação desses perfis. Nesse enquadramento, a hermenêutica transcende a função de método e torna-se uma via para compreender como tais coletivos produzem sentidos, negociam posicionamentos e enfrentam limites impostos pelo ambiente midiático. Assim, reconhece-se que o

jornalismo digital contra-hegemônico transita entre potencialidades e limitações, situando-se entre a possibilidade de promover conscientização e os obstáculos que inviabilizam plenamente a transformação social.

As análises demonstraram ainda que os perfis atuam como importantes agentes sociocomunicacionais ao reforçarem identidades coletivas, denunciarem injustiças, contextualizarem acontecimentos e mobilizarem seus públicos em torno de pautas que confrontam estruturas de opressão. Entretanto, tais práticas não estão isentas de tensões derivadas da própria história do jornalismo, que opera entre demandas éticas, interesses de mercado, condições tecnológicas e disputas institucionais. Consequentemente, mesmo aproximando-se de uma perspectiva mais plural, crítica e orientada pela práxis, os perfis enfrentam limites que extrapolam seu esforço editorial.

Assim, reafirma-se que, mesmo diante de contradições, o potencial emancipador presente nas práticas comunicacionais inspiradas em Paulo Freire permanece significativo. O “pensar com” e não apenas “pensar sobre” a valorização dos sujeitos oprimidos, a construção coletiva de sentidos e a promoção da consciência crítica indicam que as redes sociais podem constituir espaços de resistência e reexistência. Contudo, a transformação social não ocorre automaticamente: depende da articulação entre práticas comunicacionais, participação ativa, condições políticas e disputas hegemônicas que extrapolam o universo digital. Dessa forma, reconhecer a importância de processos educativos que fortaleçam uma atuação crítica no contexto cibercultural implica refletir sobre novas abordagens de ensino-aprendizagem, comunicação e participação na contemporaneidade. Nesse sentido, torna-se fundamental sistematizar conhecimentos embasados na práxis e na reflexão crítica (Cerigatto, 2019, p. 9-10).

Isso ocorre porque a forma como os atores mobilizam saberes inscritos em suas manifestações simbólicas fundamenta convicções que orientam suas ações e discursos. Tais manifestações, dotadas de pretensões de validade, seja de verdade ou de justiça, e ações simbolicamente mediadas com pretensões de eficácia, são atribuídas a sujeitos capazes de linguagem e ação. Optar por analisar manifestações simbólicas de atores detentores de saberes compartilhados intersubjetivamente, seja em interações presenciais ou virtuais, implica adotar uma racionalidade comunicativa (Marinho, 2014, p. 85). Essa postura corresponde à capacidade coletiva de agir sem coerções e de estabelecer consensos por meio do discurso argumentativo, em contextos nos quais todos participam da construção e interpretação do mundo. Tal perspectiva amplia a compreensão acerca de contra o que se luta, quem são os adversários dessa luta e qual o propósito dela.

Dessa forma, este trabalho contribui para aprofundar o debate sobre o jornalismo contra-hegemônico e reafirma a importância de pesquisas futuras que investiguem, de modo ainda mais rigoroso, os limites e as possibilidades das práticas comunicacionais em ambientes digitais permeados por lógicas capitalistas e algoritmos que moldam não apenas o alcance das narrativas, mas também as formas de engajamento e participação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALVIS, J. A noção de diálogo no pensamento freireano: bases de uma pedagogia da comunicação a partir da descoberta do outro. In: ALVIS, J.; COBO, G.; ESCOBAR, R. **Pensamiento Educativo Comunicacional de Paulo Freire en el centenario de su nacimiento** 1921–2021. Ecuador: Ediciones Ciespal, 2023. p. 69–82. Disponível em: <<https://ediciones.ciespal.org/index.php/ediciones/catalog/view/45/48/383-1>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

BASSI, I.; JUNIOR, C.; PERUZZO, C. Diálogo em Paulo Freire nas interfaces com a comunicação popular e comunitária e a pesquisa participante. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 2, p. 33–48, jul.–dez. 2022.

CERIGATTO, Mariana Pícaro. Educação para a mídia como estratégia de aprendizagem ativa em ambiente digital. In: **Linguagem, cibercultura e educomunicação: gestão da informação e do conhecimento por meio de ambientes digitais**. São Paulo: Mentis Abertas, 2019. p. 11–30.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1994.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada**. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Penso, 2009.

CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (org.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

FIGUEIREDO, A.; SILVA, A. **Reflexões em torno dos círculos de cultura na perspectiva freiriana**: um espaço-tempo de comunicar-formar sujeitos sociais. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 2, p. 165–178, jul.–dez. 2021.

FOSSÁ, I.; PEREIRA, F. Pedagogias de Paulo Freire: educando para a cidadania com protagonismo na comunicação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 2, p. 29–42, jul.–dez. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. Recurso eletrônico. Disponível em: <https://mega.nz/file/OkkWACRJ#6p3sH4IUXp5un8yMbnUW0X6GY_VO9iOwA3IM4FzXmhA>. Acesso em: 7 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.
- GONZAGA, Álvaro. **Deocolonialismo indígena**. 3. ed. São Paulo: Matrioska Editora, 2023.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 5. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2024.
- LAGO, C.; GONÇALVES, G.; KAZAN, E. **Jornalismo na lógica descolonial: o caso do Nós, Mulheres da Periferia**. Anais. Goiânia: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002982384.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- LIMA, Venício Artur de. **Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- MARINHO, Andrea. O círculo de cultura no contexto das novas tecnologias de informação: uma ação comunicativa para as políticas públicas. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, Ano 18, n. 18, p. 77–88, jan.–dez. 2014.
- MEDITSCH, E. A formação do diarista e do educador diarista – um olhar à luz das ideias de Paulo Freire. In: ALVIS, J.; COBO, G.; ESCOBAR, R. **Pensamiento Educativo Comunicacional de Paulo Freire en el centenario de su nacimiento 1921–2021**. Ecuador: Ediciones Ciespal, 2023. p. 83–95. Disponível em: <<https://ediciones.ciespal.org/index.php/ediciones/catalog/view/45/48/383-1>>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- MEDITSCH, E. Filosofia de Paulo Freire e práticas cognitivas no jornalismo. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 15–30, ago. 2003.
- OLIVEIRA, D. **Jornalismo e emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire**. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2017.
- PAIVA, Raquel; SANTOS. **Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- PEIXOTO, Clarissa do Nascimento. **Hegemonia, jornalismo e conhecimento: possíveis leituras sobre práxis contra-hegemônica**. 2019. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- PORTELA, P. et al. **Raça, gênero e imprensa: quem escreve nos principais jornais do Brasil?** GEMAA, IESP-UERJ, 2023. p. 1–21. Disponível em: <<https://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2023/05/TD-Raca-e-Midia.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

RICOEUR, Paul. **Hermenêutica e ideologias**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

RUIZ, F. O humanismo de Paulo Freire no pós-pandemia 2019. In: ALVIS, J.; COBO, G.; ESCOBAR, R. **Pensamiento Educativo Comunicacional de Paulo Freire en el centenario de su nacimiento** 1921–2021. Ecuador: Ediciones Ciespal, 2023. p. 25–33. Disponível em: <<https://ediciones.ciespal.org/index.php/ediciones/catalog/view/45/48/383-1>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. **Hermenêutica**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

URBINA, F. A comunicação como abordagem e ação no contexto sociocultural a partir do pensamento de Paulo Freire. In: ALVIS, J.; COBO, G.; ESCOBAR, R. **Pensamiento Educativo Comunicacional de Paulo Freire en el centenario de su nacimiento** 1921–2021. Ecuador: Ediciones Ciespal, 2023. p. 97–103. Disponível em: <<https://ediciones.ciespal.org/index.php/ediciones/catalog/view/45/48/383-1>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

APÊNDICE

Este apêndice fornece uma análise hermenêutica das análises adicionais realizadas em três perfis do Instagram: Alma Preta Jornalismo, Mídia Indígena Oficial e Nós, Mulheres da Periferia. A pesquisa fundamentou-se na teoria construtivista de Charmaz (2009), a qual guiou a elaboração dos dados e a identificação de categorias emergentes decorrentes dos conteúdos publicados por cada perfil. A finalidade desta análise consiste em identificar e refletir acerca da presença de princípios freireanos—tais como o diálogo, a conscientização, a valorização do conhecimento popular e a construção coletiva do saber—implícitos nas práticas comunicacionais e narrativas digitais desses coletivos. Os perfis foram escolhidos por sua atuação crítica e engajada na promoção de vozes que historicamente enfrentam marginalização, além de exercerem papel relevante na criação de espaços de resistência e educação popular nas plataformas sociais. As interpretações aqui apresentadas complementam as conclusões discutidas no Capítulo 4 da dissertação, proporcionando uma leitura detalhada das estratégias discursivas, visuais e políticas que sustentam o trabalho desses coletivos no ambiente virtual.

- PERFIL ALMA PRETA JORNALISMO

4º- Juíza aumenta indenização contra médico condenado por chamar porteiro de “macaco” em Belém

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 4º colocação:

Quais são os parâmetros da informação?	Precisa, relevante, clara, incompleta (não há falas diretas dos envolvidos, apenas de seus advogados), confiável, atual, objetiva, consistente, verificável, acessível.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Caso de injúria racial entre médico (agressor) e porteiro (vítima), com reparação financeira ampliada.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Representa a possibilidade concreta de responsabilização legal em casos de injúria racial.
O que a informação omite?	Falas diretas dos envolvidos no acontecimento, sendo intermediadas por seus representantes legais.

Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	Processo jurídico e informações compartilhadas em grupos do WhatsApp do condomínio.
Quem é o público-alvo da informação?	Trabalhadores pretos que podem enfrentar injúrias raciais no ambiente de trabalho.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Pessoas negras, ao se reconhecerem na situação e verem exemplos de justiça sendo aplicada.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim, incentiva vítimas a denunciarem casos semelhantes, reforçando a importância do enfrentamento legal.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Em formato de notícia pelo repórter Fernando Assunção para o site Alma Preta.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Mostrar que a indenização foi ampliada por não ser suficiente para reparar os danos; também atua como denúncia simbólica do racismo estrutural.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Expõe o racismo estrutural ainda presente no cotidiano, evidenciado por injúrias comparativas desumanizantes e hierarquização racial.
Qual é a estrutura do texto?	Lide introdutório nos dois primeiros parágrafos, desenvolvimento cronológico do caso, citação de fontes jurídicas e falas dos advogados.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	Determina a gravidade do caso por meio da sequência de fatos e falas jurídicas. Categorias: injúria racial, indenização, opressão histórica.
Quais significados contextuais o texto sugere?	Persistência do racismo estrutural e desigualdade social entre profissionais brancos e trabalhadores negros.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Demonstra que trabalhadores negros seguem sendo desrespeitados por sua cor, mas que ações legais podem servir de reparação e exemplo.

Quais realidades o texto alega representar? Como?	Realidade de opressão cotidiana enfrentada por trabalhadores negros; representada por meio de exemplos, processos e decisões jurídicas.
Quais informações e significados não intencionais você percebe no texto?	Revela que ainda é raro que esses casos sejam punidos com reparações proporcionais, indicando a subnotificação e negligência do sistema.
De que modo a linguagem é utilizada?	Clara, direta e acessível, com foco nos fatos e consequências.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Jornalismo factual com estrutura de reportagem cronológica e uso de fontes jurídicas como sustentação.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem no texto?	No início, com a contextualização do caso, e a partir do terceiro parágrafo com o relato jurídico e posicionamento dos advogados.
Quem é afetado por essa informação?	Toda a sociedade, especialmente trabalhadores negros que se identificam com a situação e percebem formas possíveis de justiça.
Qual é a importância de compreender essa informação?	Permite reconhecer o racismo estrutural e encorajar respostas jurídicas e sociais aos casos de injúria racial.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
--	---	---

sofrimento, compensação, retratação, indenização, injúrias, condenação, julgamento, racismo.	consciência crítica, educação emancipadora, sujeitos oprimidos	
--	--	--

Interpretação dos dados:

A elevação do valor indenizatório estipulado pela juíza em decorrência de injúria racial praticada por um médico contra um porteiro em Belém representa um marco relevante na luta contra o racismo estrutural no Brasil. A decisão evidencia que ofensas com conteúdo racista não podem ser tratadas de forma leviana, devendo a reparação financeira refletir a gravidade do impacto sofrido pela vítima. A publicação realizada no Instagram e a reportagem veiculada pelo portal Alma Preta, assinada pelo jornalista Fernando Assunção, oferecem informações pertinentes, claras e passíveis de verificação, fundamentando-se no processo jurídico e nos registros do condomínio envolvido. Contudo, a ausência de declarações diretas dos sujeitos envolvidos na postagem compromete a completude da narrativa. A sentença reforça que injúria racial constitui crime, salientando que o porteiro foi equiparado a um macaco — insulto racial que historicamente desumaniza pessoas negras. O público-alvo dessa matéria inclui trabalhadores negros, sobretudo aqueles empregados em funções frequentemente subestimadas socialmente, como porteiros e funcionários de serviços gerais.

O caso assume múltiplos significados: para a vítima, representa o reconhecimento judicial do sofrimento causado; para o agressor, demonstra que manifestações racistas podem acarretar sanções legais e financeiras; para a sociedade como um todo, serve de exemplo da importância de denunciar práticas discriminatórias, estimulando vítimas a não se calarem diante da violência racial. Assim sendo, o maior beneficiário dessa decisão é especialmente a população negra, uma vez que o aumento na indenização reforça a compreensão de que injúrias raciais possuem consequências concretas e não podem ser ignoradas. A narrativa segue uma estrutura cronológica

iniciando pela descrição dos fatos e pela decisão judicial, passando pelo contexto do racismo estrutural e histórico, culminando na análise das implicações sociais decorrentes do ocorrido. A linguagem empregada caracteriza-se por sua clareza e objetividade ao destacar os efeitos do crime racial e a relevância da punição enquanto mecanismo de reparação social e conscientização coletiva. O texto também estabelece conexões entre as práticas racistas no ambiente laboral e as persistentes disparidades sociais que naturalizam a opressão enfrentada por trabalhadores negros. Além disso, evidencia-se a rotina de desrespeito diária sofrida por esses indivíduos — muitas vezes silenciados por receio de retaliações ou por sentimento de impunidade. Ao mencionar a decisão judicial da juíza, o texto reforça o debate acerca da responsabilização jurídica e da reparação histórica pelos atos racistas. Repetições frequentes dos termos sofrimento, indenização, injúrias e racismo intensificam a dimensão da gravidade do episódio e ressaltam a necessidade premente de combate à violência racial. Ademais, tal decisão abre espaço para que outros casos semelhantes sejam considerados com maior rigor pelo sistema judiciário. O episódio possibilita comparações com outras decisões judiciais relacionadas à injúria racial; muitos desses casos anteriores receberam punições brandas ou insuficientes. Dessa forma, o aumento na indenização representa avanço significativo na resposta do Judiciário frente às condutas racistas. Nessa perspectiva, o jornalismo crítico desempenha papel fundamental ao expor situações de racismo estrutural, contribuindo para evitar negligências institucionais ao garantir visibilidade aos casos semelhantes, além de promover debates acerca das desigualdades raciais e dos direitos conquistados pela população negra. Assim sendo, essa decisão judicial exerce influência direta na percepção pública quanto à seriedade com que deve ser tratada a injúria racial. O reajuste no valor indenizatório simboliza não apenas uma conquista jurídica progressiva, mas também um estímulo para que outras vítimas sintam-se encorajadas a denunciar injustiças similares em busca da justiça plena.

Além disso, especialmente voltado ao público formado por militantes sociais, historiadores e educadores, esse relato serve como ferramenta pedagógica para aprofundar discussões sobre racismo institucionalizado e responsabilidade estatal na reparação das injustiças históricas sofridas pelas populações negras. Por fim, a partir do caso específico envolvendo o porteiro agredido em Belém, a ampliação da indenização evidencia claramente a necessidade de punições mais severas frente aos crimes motivados por preconceitos raciais. Ressalta-se que o racismo constitui violência real capaz de gerar danos profundos às vidas humanas. Nesse sentido, o jornalismo comprometido com

perspectivas contrárias à hegemonia desempenha papel imprescindível ao desmistificar narrativas pró-impunidade: tornando esses episódios visíveis para ampliar o debate social acerca da normalização do ódio racial. A decisão estabelecida cria precedente importante para futuras condenações judiciais nesse Campo, consolidando avanços na busca por justiça social e equidade racial. Ao tratar essa temática através de uma linguagem acessível, porém fundamentada juridicamente como faz reportagem publicada pelo portal Alma Preta, é possível cumprir uma função educativa essencial: estimular os leitores especialmente trabalhadores negros a internalizar princípios freireanos identificados abaixo:

Consciência crítica: A análise apresentada incentiva a compreensão do racismo estrutural enquanto problemática de natureza social e histórica. Ao contextualizar a injúria racial como uma prática recorrente dirigida a trabalhadores negros, o relato denuncia tanto formas veladas quanto explícitas de opressão, fomentando uma reflexão aprofundada acerca das relações de poder, dos privilégios raciais e da desigualdade social. Essa consciência crítica promove ações concretas, tais como denúncia, resistência e reivindicação por reparações.

Educação emancipadora: Quando veiculada pelo Alma Preta com linguagem acessível e clara, essa narrativa torna-se um instrumento pedagógico eficaz, possibilitando que indivíduos negros se reconheçam enquanto sujeitos de direitos. Tal abordagem educativa evita uma estrutura hierárquica: ela parte da experiência vivida pelos oprimidos e valoriza seu conhecimento. A reportagem apresenta o caso como exemplo público de justiça possível—um processo de aprendizagem coletiva que promove libertação e fortalecimento.

Sujeitos oprimidos: Os porteiros e trabalhadores negros, frequentemente alvo de injúrias raciais, são identificados como sujeitos cuja opressão tem raízes não apenas na cor da pele, mas também nas estruturas sociais que hierarquizam vidas humanas. A narrativa os posiciona não como vítimas passivas, mas enquanto sujeitos ativos na luta por transformação — resistindo e reivindicando respeito, reparação e reconhecimento. A ampliação do valor indenizatório simboliza uma afirmação da dignidade que as estruturas opressoras tentaram negar.

5º - Revolta dos malês: 190 anos do maior levante urbano contra a escravidão do Brasil

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 5ª colocação:

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	Precisa, relevante, clara, confiável, não atual (revive um marco), objetiva, consistente, verificável, acessível.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Massacre ao povo negro muçulmano durante o maior levante urbano contra a escravização no Brasil, há 190 anos.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Representa um marco histórico de luta pela liberdade e resistência negra.
O que a informação omite?	Não houve omissão de informações identificadas.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	Documentos históricos.
Quem é o público-alvo da informação?	População preta/negra.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Pessoas negras, que resgatem o episódio como símbolo de resistência e memória não apagada.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim, ao lembrar a tragédia, fortalece a consciência histórica do povo preto na busca por reparações e valorização das lutas.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Produzido por Verônica Serpa, graduanda em jornalismo, para o site Alma Preta.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Relembrar a Revolta dos Malês, destacando sua importância histórica; também educar, valorizar e denunciar o apagamento dessa memória.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Resgata a história de resistência de negros muçulmanos, desmontando a ideia de passividade dos escravizados.

Qual é a estrutura do texto?	Narrativa explicativa dos fatos e seus significados, com destaque para os agentes históricos.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	Introdução contextualiza o termo “Malê” e a rebelião; desenvolvimento traz agentes da revolta e desfecho trágico. Categorias: resistência, apagamento, memória histórica.
Quais significados contextuais o texto sugere?	Reforça que a rebelião foi um ato político de luta contra a opressão e que seu apagamento histórico reforça estigmas de passividade.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Mostra que negros muçulmanos se articularam pela liberdade, enfrentando repressão brutal; seu apagamento revela o racismo na memória oficial.
Quais realidades o texto alega representar? Como?	Realidade histórica de resistência negra no Brasil escravocrata; representada por meio de nomes, fatos e simbolismo.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	Não foram identificadas informações ou significados não intencionais.
De que modo a linguagem é utilizada?	Clara, explicativa e narrativa, com foco na recuperação de fatos históricos para o presente.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Uso de narrativa histórica e fontes documentais; constrói subjetividade coletiva negra e crítica à opressão.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem no texto?	Logo no primeiro parágrafo, com a explicação do termo “Malê” — revelando o protagonismo dos negros muçulmanos letrados.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
--	---	---

Insurreições, escravizadas, mobilizadas, revolta, arrecadaram, redignaram, delatados, denúncia, controlava, massacrados, insurreição, levados, condenação, açoites, degradado, condenação, torturados, resgatada, reforçam, apagamento, escravizados, apagamento, participarem, massacre, impedir, condicionar.	Consciência crítica, cultura do silêncio, sujeitos oprimidos	 POST COMPARTILHADO EM 24 DE JANEIRO DE ALMAPRETAJORNALISMO
---	--	--

Interpretação dos dados:

A Revolta dos Malês, ocorrida em 25 de janeiro de 1835, representa um dos mais significativos movimentos urbanos contra a escravidão no Brasil, liderado por mais de seiscentos africanos muçulmanos escravizados. Este episódio, frequentemente negligenciado nas narrativas históricas convencionais, constitui um marco na luta pela liberdade e na resistência da população negra. A retomada dessa trajetória histórica, após quase dois séculos, evidencia a relevância de preservar a memória daqueles que resistiram à opressão e enfrentaram repressões severas. A publicação no Instagram e a reportagem do portal Alma Preta, elaborada pela estudante de jornalismo Verônica Serpa, apresentam uma síntese cronológica do evento, abordando o massacre dos revoltosos e suas repercussões ao longo da história. As informações são precisas, relevantes e fundamentadas em documentos históricos verificáveis; contudo, não refletem dados atualizados devido à sua origem em acontecimentos do século XIX. O texto destaca nomes essenciais envolvidos na revolta, como Luisa Mahin — cuja atuação foi crucial na articulação do movimento — e seu filho Luiz Gama, jornalista e abolicionista que perpetuou o legado da resistência negra. O público-alvo desta narrativa inclui tanto a população negra quanto historiadores e pesquisadores interessados em compreender esse episódio enquanto símbolo da luta por liberdade. O principal beneficiário é o povo preto, pois o resgate da Revolta dos Malês desafia o apagamento sistemático das insurreições negras na historiografia brasileira, fortalecendo a consciência crítica sobre a escravidão e suas consequências sociais ainda atuais. A rememoração da revolta provoca impacto social ao evidenciar que a resistência negra foi ativa e articulada — contrariando estereótipos de passividade — sendo reforçada pelo massacre perpetrado por policiais e

civis armados contra os insurgentes, demonstrando a brutalidade da repressão dirigida aos negros que buscavam autonomia. Essa memória coletiva contribui para o debate sobre reparações históricas ao relembrar as sequelas deixadas pela escravidão na sociedade contemporânea.

A estrutura narrativa adotada inicia-se com uma desmistificação do termo "malê", referente aos africanos muçulmanos alfabetizados em árabe, fortalecendo assim o entendimento do contexto histórico-cultural do episódio. A introdução apresenta os protagonistas envolvidos; o desenvolvimento detalha os eventos ocorridos durante a insurreição e subsequente massacre; enquanto a conclusão ressalta a importância de manter viva essa lembrança para evitar seu silenciamento deliberado. A linguagem empregada é clara, explicativa e narrativa, garantindo compreensão ampla ao situar os fatos no presente sem perder sua contextualização histórica. O relato evidencia uma realidade marcada pela proibição imposta aos negros de lutarem por sua liberdade explícita — percebendo-se como consequência direta do apagamento das revoltas negras na narrativa oficial brasileira — influenciando profundamente as subjetividades negras sob o peso da opressão estrutural. A repetição de termos como insurreição, massacre, apagamento e resistência reforça a denúncia acerca da violência sofrida pelos insurgentes: açoites severos, condenações injustas e torturas brutais ilustram tamanha repressão. Assim sendo, o resgate histórico da Revolta dos Malês permite confrontar diferentes interpretações acerca do fenômeno escravista na historiografia nacional. Demonstrando que houve organização política e mobilização consciente pela liberdade entre os negros escravizados — refutando ideias equivocadas de passividade ou ausência de resistência nesse segmento social — esse episódio revela também a cultura do silêncio promovida pelo silenciamento dessas rebeliões no campo acadêmico dominante. Desta forma, a reportagem produzida pelo portal Alma Preta integra-se num contexto jornalístico contra-hegemônico ao promover uma abordagem que assegura que episódios como este não sejam esquecidos ou minimizados. Ao explicar o significado cultural do termo "malê", realiza-se um importante ato de resgate identitário; tal estratégia possui efeito profundo ao fomentar debates acerca de memória coletiva, identidade racial e resistência negra moderna. Como consequência desse processo de recuperação histórica que beneficia militantes negros, estudiosos e toda sociedade, é possível fortalecer ações pedagógicas voltadas à valorização dessas trajetórias.

Por fim, ainda após quase duzentos anos, o reconhecimento da Revolta dos Malês reafirma a importância fundamental da preservação da memória afro-brasileira

aliada às lutas contínuas por justiça social; embora tenha sido brutalmente reprimida naquela ocasião específica pelo uso violento das forças policiais contra seus participantes, a história desses insurgentes permanece viva nos discursos atuais como símbolo potente de resistência civil perante formas estruturais de opressão colonialista-eurocêntrica. Com isso, ao recuperar narrativas silenciadas, o jornalismo contra-hegemônico cumpre papel essencial na manutenção dessa memória coletiva: garantindo que eventos históricos como a Revolta dos Malês transcendam seu passado distante para inspirar ações presentes voltadas à reparação histórica e ampliação do protagonismo negro na sociedade brasileira. Esta abordagem dialoga diretamente com princípios freireanos e o envolvimento com as realidades sociais marginalizadas: promovendo educação libertadora baseada no reconhecimento das injustiças passadas para transformar as estruturas sociais atuais com identificadas nos seguintes princípios:

Consciência crítica: manifesta-se na proposta do texto ao recuperar um episódio histórico de resistência negra que, ao longo do tempo, foi silenciado. Ao expor os fatos, os protagonistas e o contexto da revolta, a matéria convida o leitor, especialmente o público negro a refletir acerca do apagamento histórico e da relevância de reconhecer que a luta pela liberdade sempre esteve presente. Essa postura rompe com a concepção de passividade atribuída aos escravizados e incentiva uma leitura mais analítica da história oficial.

Cultura do silêncio: é evidenciada pelo próprio motivo que fundamenta a publicação: a Revolta dos Malês representa um marco pouco lembrado, cujo esquecimento reforça estereótipos de submissão. O texto combate essa prática ao dar visibilidade a figuras como Luísa Mahin e Luiz Gama, demonstrando que existiram articulações, estratégias e resistências atuantes. Ao nomear os protagonistas e narrar os eventos, a reportagem rompe com o silêncio imposto pela historiografia predominante.

Sujeitos oprimidos: são centralizados na narrativa. Os negros muçulmanos responsáveis pela revolta são reconhecidos como agentes históricos ativos, não como vítimas passivas. A valorização de sua organização, alfabetização em árabe e capacidade de mobilização evidencia que esses sujeitos enfrentaram resistência contínua — resistência essa que merece ser recordada, celebrada e transmitida às novas gerações.

6º - Estado deve retirar dos espaços públicos homenagens a figuras racistas, diz DPU

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 6º colocação:

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	Precisa, relevante, completa, atual, confiável, objetiva, consistente, verificável, acessível.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Retirada de homenagens a personalidades racistas em espaços públicos, referindo-se à população negra.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Representa uma ação de respeito e reparação histórica à população negra.
O que a informação omite?	Não há omissão identificada.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	Todos os públicos, com foco na população preta.
Quem é o público-alvo da informação?	Toda a sociedade, pois evidencia os danos causados pelo racismo e reforça a importância da memória histórica para a evolução social.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Pessoas negras, ao verem reconhecida a necessidade de reparação histórica e o repúdio a homenagens racistas.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim, ao promover a retirada de homenagens como forma de reparação e denúncia de legados violentos.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Para o site Alma Preta, pela graduanda em jornalismo Verônica Serpa.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Demonstrar que homenagens a pessoas racistas devem ser repudiadas; promover reparação histórica e crítica institucional.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Mostra que o Estado atual não deve compactuar com heranças violentas; reforça o papel da memória como instrumento de justiça.

Qual é a estrutura do texto?	Introdução com nota de recomendação, desenvolvimento com contexto histórico e ação de reparação, conclusão com citação em primeira pessoa.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	Estrutura explicativa e narrativa; categorias: racismo histórico, reparação, memória, repúdio.
Quais significados contextuais o texto sugere?	Contexto de racismo histórico e a necessidade de revisão crítica das homenagens públicas.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Aponta que o Estado não deve perpetuar homenagens a racistas, e que a memória deve servir à justiça social.
Quais realidades o texto alega representar? Como?	Realidade de apagamento histórico e manutenção de homenagens racistas; representada por meio do caso do psiquiatra Raimundo Rodrigues.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	Não foram percebidos significados não intencionais.
De que modo a linguagem é utilizada?	Clara e educativa.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Estrutura jornalística com foco informativo-educativo, motivada por ação institucional.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	A partir do terceiro parágrafo, ao mencionar a homenagem ao psiquiatra que associava problemas mentais e criminalidade à população negra.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
--	---	---

Revelar, escravidão, consequências, medida, julgamento, custou, incentivou, patrocinou, homenagens, compactuar, retirada.	Ação reflexão; ação cultural; consciência crítica; educação emancipadora; sujeito oprimido	
---	--	--

Interpretação dos dados:

A deliberação do Estado de remover homenagens a figuras associadas ao racismo, em consonância com a recomendação da Defensoria Pública da União (DPU), constitui um avanço significativo no debate acerca da reparação histórica e da preservação da memória social. Tal medida objetiva corrigir distorções do passado que perpetuam a veneração de indivíduos cujas ações contribuíram para a violência racial e para a exclusão de segmentos populacionais negros. A publicação no Instagram e a reportagem do Alma Preta, assinada pela estudante de jornalismo Verônica Serpa, apresentam informações precisas, pertinentes e verificáveis, fundamentadas na nota de recomendação emitida pela DPU. O conteúdo destaca que a manutenção dessas homenagens reforça uma convivência do Estado com um passado marcado pela opressão racial, negligenciando os efeitos nocivos decorrentes da escravidão e da segregação racial. A reportagem evidencia um contexto histórico repleto de racismo, citando o exemplo do psiquiatra Raimundo Rodrigues, cuja defesa de ideias racistas resultou na denominação de uma das unidades de saúde mais antigas do Maranhão em sua homenagem. Esse caso específico ilustra como nomes vinculados à escravidão e à repressão racial permanecem presentes em espaços públicos, naturalizando narrativas violentas e sustentando estereótipos acerca da população negra.

A principal beneficiária dessa retirada é a comunidade negra, que percebe o reconhecimento estatal de que tais figuras não devem receber mérito, mas sim serem repudiadas — reafirmando assim a importância da reparação histórica. Contudo, toda a sociedade colhe avanços desse debate; pois, ao promover uma descolonização da memória pública, contribui para o progresso social e para o combate ao racismo estrutural.

Assim sendo, as ações promovidas pela DPU assumem múltiplos significados: para o Estado, representam um passo imprescindível na revisão de sua narrativa histórica e na redefinição dos símbolos que compõem a memória coletiva nacional; para ativistas e acadêmicos, reforçam a necessidade de reavaliar homenagens públicas visando afastar figuras que propagaram o racismo como referências históricas; por fim, para a população negra, representa um reconhecimento explícito da violência racial vivida por seus integrantes. Além de evidenciar a necessidade premente de remoção dessas homenagens, o texto também garante transparência ao divulgar informações essenciais sobre os impactos do racismo no Brasil. Sua estrutura segue uma linha introdutória explicativa e conclusiva: inicia apresentando a nota técnica recomendatória; prossegue contextualizando historicamente as homenagens públicas relacionadas ao racismo; encerra com uma citação em primeira pessoa que reforça o caráter pedagógico desta discussão. A linguagem empregada é clara e instrutiva, cumprindo uma função educativa voltada à conscientização social. O texto demonstra como persistir com homenagens às figuras racistas reforça o apagamento histórico e sustenta o poder simbólico da exclusão, práticas essas que precisam ser combatidas para promover uma sociedade mais equitativa. Nesse sentido, tanto eliminar essas honrarias quanto promover reparações históricas constituem temas centrais nos debates sobre racismo estrutural e memória pública.

Ao comparar essa abordagem com outras perspectivas sobre o mesmo tema — especialmente pelo aprofundamento trazido ao incluir Raimundo Rodrigues como exemplo — observa-se uma análise mais detalhada acerca dos efeitos sociais dessas homenagens sobre percepções relativas à população negra. Diferenciando-se dos discursos hegemônicos por não minimizarem as questões levantadas, essa reportagem aborda abertamente o papel das homenagens na manutenção do racismo sistêmico e da violência histórica. A iniciativa da DPU insere-se num movimento global voltado à descolonização dos espaços públicos, esforço este voltado à reparação das injustiças passadas bem como à transformação das representações sociais vinculadas ao passado. Consequentemente, essa recomendação exerce influência direta na percepção pública acerca da urgência em promover justiça histórica: ao retirar nomes ligados ao racismo dessas instituições públicas, rompendo assim com práticas coniventes, ela sinaliza uma postura firme contra manifestações simbólicas do preconceito institucionalizado. O impacto desse debate apresenta caráter educativo e reflexivo: estimula análises críticas acerca daqueles sujeitos dignos ou não de homenagem e quais símbolos devem ser preservados na memória coletiva. Este material oferece suporte especialmente aos

militantes, ativistas, pesquisadores históricos e educadores interessados em expandir diálogos sobre identidade nacional. Por fim, a retirada dessas homenagens representa avanço concreto no processo de reparação histórica; ela demonstra que nossa memória coletiva não pode legitimar celebridades do autoritarismo racial ou suas ações opressivas. Nesse contexto, depressa surge papel central liderado pelo jornalismo crítico, possibilitando ampliar debates acerca do racismo estrutural, e perpetuando uma perspectiva crítica alinhada aos seguintes princípios freireanos identificados:

Ação-reflexão: A iniciativa de remover homenagens está intrinsecamente vinculada à análise historiográfica acerca das identidades dos indivíduos recordados na esfera pública. Tal procedimento transcende o mero simbolismo, assumindo uma dimensão crítica e transformadora, uma vez que decorre de um processo reflexivo coletivo que reconhece a persistência do racismo enquanto estrutura social vigente.

Ação cultural: A denúncia relacionada à homenagem ao psiquiatra Raimundo Rodrigues constitui uma intervenção cultural que desafia a normalização da violência simbólica. Essa ação visa ressignificar os espaços públicos ao promover o protagonismo negro, permitindo assim que a cultura de resistência afro-brasileira seja evidenciada e ouvida.

Consciência crítica: O debate exposto no texto tem por objetivo estimular a reflexão crítica da sociedade acerca das memórias exaltadas. A partir do resgate histórico da escravidão e do racismo científico, busca-se fomentar uma leitura analítica da realidade, responsabilizando o Estado na construção de simbolismos relacionados à memória coletiva.

Educação emancipadora: Ao oferecer uma narrativa clara, pedagógica e acessível, o texto assume um papel educativo. Sua função não se limita à transmissão de informações, mas também à emancipação, encorajando pessoas negras a reconhecerem-se como sujeitos históricos legítimos e ativos na luta por justiça e preservação da memória.

Sujeitos oprimidos: Ao centralizar a população negra como foco da ação, o texto evidencia que atua não apenas sobre os oprimidos, mas em sintonia com eles. Reconhece o sujeito negro como protagonista de sua própria história, dotado de capacidade para questionar estruturas opressoras e promovê-las mudanças.

7º- Erika Hilton propõe política nacional de saúde mental para pessoas trans e travestis

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 7ª colocação

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	Precisa, relevante, clara, completa, confiável, atual, objetiva, consistente, verificável, acessível.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Proposta política nacional voltada à saúde mental de pessoas trans, divulgada pela deputada Erika Hilton.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Representa uma valorização da vida humana de um grupo marginalizado, com foco na reparação e inclusão.
O que a informação omite?	Não há omissão de fatos identificada.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	Através das redes sociais da própria deputada.
Quem é o público-alvo da informação?	Pessoas trans e travestis.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Pessoas trans, pois a proposta busca garantir atendimento especializado e respeito à saúde mental.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim, ao ampliar a visibilidade da pauta e fortalecer sua legitimidade política por meio da representação direta.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Em formato jornalístico, publicado pelo site Alma Preta, escrito por Verônica Serpa, graduanda em jornalismo.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Dar visibilidade à proposta e à luta pela saúde mental de pessoas trans; também educar, mobilizar e provocar diálogo sobre políticas públicas.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Denúncia da marginalização histórica das pessoas trans e valorização da proposta enquanto ato político de resistência.

Qual é a estrutura do texto?	Introdução cronológica com lide informativo, desenvolvimento da proposta parlamentar, conclusão com citação direta da deputada.	
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	A estrutura evidencia os aspectos da proposta e a vivência das pessoas trans; categorias: marginalização, saúde mental, política pública, representação.	
Quais significados contextuais o texto sugere?	A negligência do Estado diante da saúde mental trans, marcada por exclusão, discriminação e falta de políticas adequadas.	
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Aponta para a vivência de pessoas trans em contextos de subemprego, violência, prostituição e drogadição, indicando urgência por suporte emocional e institucional.	
Quais realidades o texto alega representar? Como?	A realidade da falta de assistência à saúde mental de pessoas trans, evidenciada por falas da própria deputada e pela ausência de estrutura nos serviços públicos.	
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	Dificuldade de aceitação familiar e institucional para pessoas trans, refletindo a urgência por políticas específicas.	
De que modo a linguagem é utilizada?	Clara, direta e comprometida com a acessibilidade e o caráter educativo da proposta.	
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Jornalismo informativo com foco em política e direito à saúde, integrando narrativa social e política com discurso de lugar de fala.	
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	No terceiro parágrafo, ao abordar os constrangimentos sofridos por pessoas trans, desde o respeito ao nome social até a exclusão nos atendimentos de saúde mental.	
Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)

Vista, falamos, falando, marginalização, prostituição, drogacídio.	Ação reflexão, sujeitos oprimidos, consciência crítica.	
--	---	--

Interpretação dos dados:

A proposição de uma Política Nacional de Saúde Mental voltada às Pessoas Trans e Travestis, apresentada pela deputada Erika Hilton, revela uma problemática estrutural relacionada ao acesso a serviços de saúde específicos para esse segmento populacional. O projeto visa assegurar atendimento especializado no Sistema Único de Saúde (SUS), contemplando a criação de ambulatórios dedicados e a capacitação dos profissionais da área, com o intuito de tornar o sistema mais eficiente no acolhimento de indivíduos em processo de transição de gênero e na luta contra a transfobia. A publicação realizada no Instagram e a reportagem do portal Alma Preta, escrita por Verônica Serpa, apresentam informações esclarecedoras, pertinentes e confiáveis, fundamentadas na proposta legislativa divulgada nas redes sociais da deputada. O texto evidencia a marginalização social enfrentada pelos indivíduos trans, salientando que a ausência de suporte adequado impacta diretamente sua saúde mental. A matéria não omite dados essenciais acerca do contexto de violência e negligência vivenciado por essa população, trazendo depoimentos e registros documentados que reforçam a necessidade premente de implementação de políticas públicas específicas para esse grupo. Os principais beneficiários dessas informações são as próprias pessoas trans e travestis, que encontram na visibilidade proporcionada uma oportunidade para fortalecimento político e social. A reportagem assume múltiplos significados: para as pessoas trans e travestis, representa um avanço importante na luta por acesso à saúde mental especializada; para ativistas e militantes, constitui um instrumento mobilizador e pressionador por mudanças legislativas; para os profissionais da saúde, funciona como um alerta acerca da necessidade de formação adequada visando ao atendimento humanizado.

Estruturado em ordem cronológica, o texto inicia com a apresentação da proposta legislativa, seguido por um lead informativo e um desenvolvimento que detalha os obstáculos enfrentados pelas pessoas trans no sistema sanitário. A conclusão apresenta uma citação direta da deputada retirada do seu perfil na rede X (antigo Twitter), oferecendo uma perspectiva baseada no lugar de fala que reforça a legitimidade da iniciativa. O objetivo central consiste em dar visibilidade à urgência da formulação de políticas públicas específicas para as pessoas trans, evidenciando que o grupo enfrenta processos como criminalização social, marginalização, desemprego elevado, prostituição e uso indevido de drogas — efeitos diretos da falta de amparo estatal eficaz. Dessa forma, o conteúdo revela uma realidade marcada por negligência e exclusão institucionalizada, demonstrando que os cuidados com a saúde mental dessa comunidade ainda são considerados secundários. Ao longo do texto são expostos problemas recorrentes tais como: impossibilidade do reconhecimento do nome social nos atendimentos médicos; insuficiente preparo dos profissionais sanitários no trato com demandas específicas; constrangimentos durante procedimentos clínicos agravados pela ausência do apoio familiar. Além disso, constrói-se uma narrativa crítica sobre essa conjuntura ao utilizar linguagem direta e informativa que reforça a necessidade premente da implementação das propostas apresentadas. A repetição frequente dos termos marginalização, prostituição e drogadição intensifica o impacto emocional da narrativa ao evidenciar o desamparo estatal frente às vidas das pessoas trans. O artigo também possibilita comparações com outras iniciativas legislativas adotadas ao longo dos anos relacionadas à temática. As discussões acerca da saúde mental das populações trans evoluíram lentamente; entretanto, continuam enfrentando barreiras institucionais e culturais que dificultam sua efetivação. Assim sendo, a abordagem contra-hegemônica promovida pelo portal Alma Preta se distingue das narrativas tradicionais ao abordar questões estruturais frequentemente ignoradas pela mídia convencional. Ao cotejar textos antigos sobre o tema percebe-se que o reconhecimento do direito à saúde mental enquanto direito fundamental para pessoas trans é uma conquista recente em construção — influenciando diretamente na luta por direitos civis ao exercer pressão sobre os poderes públicos e estimular debates acerca da urgência na implementação dessa política pública.

Dessa maneira, o conteúdo beneficia diretamente as próprias pessoas trans ao fornecer-lhes instrumentos tanto para denúncia quanto para reivindicação; também serve aos pesquisadores e profissionais empenhados em compreender as interseccionalidades entre saúde mental, identidade de gênero e ações governamentais. Por fim, o jornalismo

contra-hegemônico desempenha papel indispensável na denúncia das omissões estruturais ao promover narrativas invisibilizadas há tempos pelo *mainstream* midiático. A proposta apresentada por Erika Hilton não só reafirma essa demanda urgente como também evidencia a necessidade imperiosa de políticas eficazes capazes garantir aos sujeitos trans acesso digno ao acolhimento adequado promovendo tratamentos condizentes aos princípios freireanos aqui identificados:

Ação-reflexão: A proposição da deputada vai além de denunciar a marginalização social das pessoas trans; ela incorpora ações concretas, como a implementação de políticas públicas voltadas à saúde mental, aliando-se a uma reflexão crítica acerca do histórico de exclusão vivenciado por esses indivíduos.

Sujeitos oprimidos: As pessoas trans e travestis são reconhecidas enquanto sujeitos ativos na luta por seus direitos, não meramente como objetos das intervenções políticas. A iniciativa se fundamenta na própria fala da deputada, que é uma mulher trans, ressaltando o protagonismo e o empoderamento desses grupos marginalizados.

Consciência crítica: A proposta promove um debate acerca da negligência estrutural no atendimento à saúde mental de pessoas trans, incitando tanto a sociedade quanto as instituições a reconhecerem a necessidade premente de políticas específicas. Além disso, o texto jornalístico desempenha uma função educativa ao transmitir informações com clareza e profundidade.

8º- Atrizes de peça em homenagem a Martinho da Vila denunciam racismo no rio

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 8ª colocação:

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	Precisa, relevante, clara, incompleta (por não conter falas diretas das atrizes), confiável, atual, objetiva, verificável, acessível.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Ato de discriminação racial vivido por atrizes negras hospedadas em condomínio.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Representa violência racial e discriminação pela cor da pele, associada a estigmas como fumar cigarro.

O que a informação omite?	Não omite as atrizes, mas não apresenta suas falas diretas.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	As próprias atrizes filmaram o ocorrido e divulgaram nas redes sociais.
Quem é o público-alvo da informação?	A população negra, pois evidencia que o racismo persiste independentemente da profissão ou contexto.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Pessoas negras, ao reconhecerem situações semelhantes e se fortalecerem para denunciar e combater o racismo cotidiano.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim, ao denunciar o ato, promove conscientização e incentiva a não naturalização da discriminação.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Em formato de notícia para o Instagram e site do Alma Preta, escrito pela jornalista Verônica Serpa.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Denunciar a prática de discriminação racial vivida por atrizes que iriam homenagear Martinho da Vila; também provocar reflexão sobre o racismo estrutural.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Mostra que o racismo territorial ainda define quem pode ocupar determinados espaços, reforçando estigmas e exclusões.
Qual é a estrutura do texto?	Introdução explicativa sobre as atrizes e o contexto da peça, desenvolvimento com o vídeo e registro policial, fala do diretor, e conclusão com reflexão sobre o racismo atual.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	Categorias: racismo territorial, discriminação cotidiana, denúncia pública. A estrutura narrativa reforça o impacto da agressão e a ironia da homenagem.
Quais significados contextuais o texto sugere?	Racismo estrutural que associa pessoas negras a espaços marginalizados, impedindo sua ascensão social e circulação em ambientes elitizados.

Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Mostra que pessoas brancas ainda se sentem superiores e associam a presença de pessoas negras à degradação do ambiente.
Quais realidades o texto alega representar? Como?	Realidade de exclusão racial e territorial, representada por falas dos moradores e o vídeo que expõe o preconceito.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	A ironia de que as atrizes estavam ali para homenagear um artista negro, mas foram discriminadas por sua cor.
De que modo a linguagem é utilizada?	Clara, narrativa e reflexiva.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Estrutura jornalística com foco em denúncia e reflexão, com uso de vídeo como evidência e fala institucional como contraponto.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	No terceiro parágrafo, ao mencionar que os moradores afirmaram que a presença das atrizes “transformava o ambiente em favela”.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
Abordadas, formar. utilização, questionar, avançado, aceitar, providência, tomadas, convocamos, refletir, toleramos, violência, entender, partimos, respostas.	Sujeitos oprimidos, consciência crítica, ação-reflexão	 POST COMPARTILHADO EM 29 DE JANEIRO DE ALMAPRETAJORNALISMO

Interpretação dos dados:

A denúncia apresentada por atrizes de uma peça em homenagem a Martinho da Vila revela mais um episódio do racismo estrutural que permeia o cotidiano brasileiro. As artistas, hospedadas em um condomínio na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, sofreram ataques discriminatórios por parte de um morador que afirmou que a presença delas teria “transformado o prédio em uma favela”. O incidente, capturado em vídeo e divulgado nas redes sociais, gerou repúdio e destacou a urgência de promover discussões acerca do racismo racial e territorial. A publicação no Instagram e a reportagem publicada no portal Alma Preta, sob responsabilidade da jornalista Verônica Serpa, apresentam informações objetivas, relevantes e passíveis de verificação, fundamentadas na denúncia pública das próprias atrizes. Contudo, a ausência de depoimentos diretos das vítimas na postagem inicial limita a completude do conteúdo. Este episódio evidencia uma violência racial que demonstra como a cor da pele continua sendo um fator de exclusão social, independentemente da ocupação ou posição social dos indivíduos. A prova audiovisual fornecida pela denúncia reforça a credibilidade dos fatos e amplia sua repercussão pública. Assim, o acontecimento assume múltiplos significados para os diferentes atores envolvidos: para as atrizes, representa uma manifestação de violência que simboliza sua luta cotidiana contra o racismo; para a população negra como um todo, reafirma que avanços não eliminam completamente as formas de discriminação; e para o público geral, funciona como um alerta acerca da importância de denunciar e combater todas as manifestações racistas. Essa divulgação pública possibilitou à sociedade acompanhar o caso e se mobilizar contra esse tipo de preconceito

A estrutura adotada segue o formato jornalístico caracterizado pela introdução das atrizes e da peça dedicada a Martinho da Vila. O desenvolvimento detalha o episódio de discriminação no condomínio ao apresentar o relato das vítimas, registros policiais pertinentes e posicionamentos do diretor da peça – que manifesta postura ativa contra o racismo. Na conclusão, há uma reflexão sobre a persistência do racismo na sociedade contemporânea. O propósito primordial visa denunciar atos de violência racial ao evidenciar que territórios habitados por pessoas negras ainda são vistos sob uma perspectiva discriminatória. A reportagem demonstra como o preconceito racial está intimamente ligado à exclusão territorial ao reforçar estereótipos associados às favelas e à pobreza enquanto espaços socialmente considerados valiosos são percebidos com desconforto diante da presença negra ali frequentando. Assim, revela-se uma realidade onde indivíduos brancos se sentem superiores não apenas pela cor da pele, mas também pelo espaço social que ocupam; espaços esses onde negros ainda enfrentam rejeição

fundada na exclusão baseada na cor ou origem social. O vídeo divulgado ilustra como essa lógica excludente legitima práticas violentas e perpetua a segregação racial. A linguagem empregada é clara, narrativa e reflexiva estratégias que cumprem a função de denunciar enquanto estimulam reflexão crítica. Termos como violência, racismo, território e discriminação são utilizados intencionalmente para enfatizar a gravidade do caso exposto. Com isso, a análise do episódio permite estabelecer comparações com outros episódios similares relacionados ao racismo territorial em que negros são excluídos ao ingressar em espaços tradicionalmente reservados para brancos. A estrutura narrativa evidencia padrões recorrentes de discriminação ao longo do tempo — indicando que mesmo diante das transformações sociais essas atitudes permanecem profundamente enraizadas. Ao cotejar relatos anteriores sobre racismo territorial verifica-se sua continuidade junto à pouca cobertura midiática especializada nesse tema — destacando assim o papel fundamental do jornalismo contra-hegemônico na amplificação das vozes das vítimas. Dessa forma, essa denúncia amplia o debate acerca do racismo estrutural ao estimular reflexões críticas e ações mobilizadoras contra tais práticas discriminatórias.

O relato serve particularmente às populações negras ao oferecer testemunhos palpáveis acerca de suas experiências cotidianas. Além disso, fortalece discussões relacionadas ao racismo institucional, à exclusão territorial e à marginalização dessas comunidades em espaços considerados privilegiados, fomentando ações voltadas à denúncia efetiva desses episódios. Por fim, fica evidenciado que o racismo permanece operando de forma sistêmica no Brasil: os negros continuam sendo percebidos como “corpos estranhos” nos ambientes onde ingressam frequentemente questionados ou rejeitados. Desta forma, o jornalismo contra-hegemônico desempenha papel imprescindível ao expor essa violência estrutural permitindo debates abertos rumo à desconstrução dessas práticas discriminatórias — impulsionando avanços no enfrentamento desse tipo de preconceito através da visibilidade dada às denúncias públicas feitas pelas próprias vítimas nas mídias tradicionais e alternativas adotadas pelos movimentos sociais. Reconhecendo esse cenário é possível afirmar que continuar combatendo o racismo territorial é fundamental para promover justiça social plena neste contexto brasileiro contemporâneo. No qual, os princípios freireanos identificados para construção dessa narrativa foram:

Sujeitos oprimidos: As mulheres negras atuam como protagonistas na denúncia, evidenciando a persistência de exclusão, preconceito e agressões simbólicas decorrentes de sua cor e presença em ambientes elitizados. O fato de serem percebidas

como "invasoras" evidencia o olhar opressor da sociedade dominante direcionado aos corpos negros.

Consciência crítica: Ao documentar e tornar públicas as ocorrências, as atrizes demonstram uma postura de crítica consciente ao não aceitarem de forma passiva a discriminação, reconhecendo que estão diante de um sistema que marginaliza suas vidas. A narrativa jornalística reforça essa postura ao divulgar os fatos e estimular o debate social.

Ação-reflexão: A documentação e a divulgação dos eventos constituem uma ação concreta no combate ao racismo. Ao refletirem sobre o contexto histórico e territorial da opressão e ao se posicionarem em espaços públicos, as atrizes e o veículo jornalístico promovem uma prática pedagógica transformadora, que denuncia a desigualdade racial e promove educação sobre sua persistência.

9º-Perseguição à população negra na ditadura foi destaque na Comissão da verdade “Rubens Paiva” em São Paulo

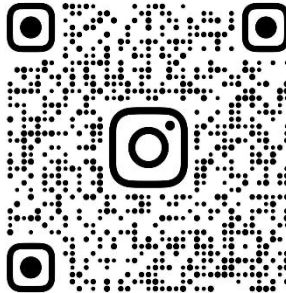
Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 9º colocação:

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	Precisa, clara, relevante, completa, confiável, atual, objetiva, consistente, verificável, acessível — uma das mais completas.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Situações identificadas pela Comissão da Verdade Rubens Paiva, referindo-se à perseguição a pessoas negras durante a ditadura militar.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Refere-se às pessoas negras torturadas, mortas e desaparecidas — vítimas invisibilizadas de uma luta apagada da história oficial.
O que a informação omite?	Não houve omissão.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	Fatos registrados pela Comissão da Verdade e disponibilizados ao final do texto por link com os nomes dos desaparecidos.

Quem é o público-alvo da informação?	Pessoas negras e pobres, diretamente afetadas pela repressão histórica e que ainda enfrentam resquícios desse apagamento.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Estes públicos, pois o conteúdo repara a história e evidencia que os problemas da ditadura ainda repercutem na vida da população negra.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim — ressignifica a história e revela verdades ocultadas, oferecendo uma leitura crítica de um lado da ditadura que foi apagado.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Em formato de reportagem publicada no site Alma Preta, escrita pelo jornalista Giovanne Ramos.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Relembrar e reparar o apagamento da luta negra na ditadura; também educa, emociona e denuncia práticas racistas e autoritárias.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Aponta o racismo institucional militar da época e o tratamento sistemático dado a pessoas negras como delinquentes e ameaças sociais.
Qual é a estrutura do texto?	Introdução baseada no filme “Ainda Estou Aqui”, vincula ao contexto da Comissão da Verdade, desenvolve com histórias de militantes negros perseguidos e conclui com link do relatório oficial.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	Estrutura narrativa que articula cinema, documento e história racial; categorias: apagamento, violência institucional, repressão, memória negra.
Quais significados contextuais o texto sugere?	Violência histórica da ditadura militar contra a população negra — tratada como inimiga do Estado por sua militância e origem periférica.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Expõe que a repressão militar foi ainda mais cruel com negros pobres militantes — muitos desapareceram sem registro oficial.

Quais realidades o texto alega representar? Como?	Realidade da repressão racial na ditadura, representada pelas histórias de Abílio Clemente Filho, Alceri Maria, Helenira Nazareth, Ieda Santos e Santos Dias.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	Não foram identificadas informações não intencionais.
De que modo a linguagem é utilizada?	Narrativa, informativa, educativa e argumentativa.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Utiliza estrutura jornalística com abordagem crítica e pedagógica, articulando documento oficial e memória histórica.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	Na exposição dos nomes, datas e modos de repressão vividos por militantes negros — evidenciando que até seus registros foram apagados.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
Revisitou, perseguição, sofreu, dedica, perseguição, criada, encerrou, debate, resistência, limitou, enfrentaram, tortura, assassinatos, lutar, atingidos, repressão, assumia, reprimida, reforçando, justificando, desapareceram, registrados, compreender, violações, sequestrado, encontrada, encontrava, revelada, indicam, desapareceu, engajar, luta, envolver busca, organizar, assassinada, ocultada, esclarecimento, resistência, atuação, perseguida, envolvida, desaparecimento, interrompida, capturada, resistência, desaparecida, desaparecida, resistência, atuação, deixou, presa, torturada, negou, surgiram, torturada, negou, surgiram, torturada, relatos, recebeu, organizaram, morto, manifestação, tentava, impedir, agressão.	Consciência crítica, cultura do silêncio, sujeitos oprimidos	 POST COMPARTILHADO EM 6 DE JANEIRO DE ALMAPRETAJORNALISMO

Interpretação dos dados:

A ditadura militar brasileira (1964-1985) deixou marcas profundas na sociedade, especialmente para a população negra, que enfrentou formas específicas de repressão, tortura e apagamento histórico. A atuação do jornalismo contra-hegemônico tem desempenhado papel fundamental na recuperação dessas narrativas invisibilizadas, evidenciando como o racismo institucionalizado direcionou a violência estatal contra corpos negros em um contexto de perseguição política. A reportagem disponibilizada no portal Alma Preta e o post publicado no Instagram abordam de maneira clara e abrangente a sistemática perseguição à população negra durante o regime militar, apresentando registros provenientes da Comissão da Verdade Rubens Paiva. Essas informações fundamentam-se em relatos documentados de vítimas que sofreram torturas e desaparecimentos forçados. Tal resgate reforça o compromisso com a preservação da memória e a busca pela verdade, combatendo o esquecimento histórico. A objetividade e coerência do conteúdo são potencializadas por sua ligação com fontes verificáveis, tais como documentos oficiais e depoimentos testemunhais. A estrutura adotada na publicação no Instagram introduz a relevância do tema, conduzindo o leitor ao exame completo da reportagem e assegurando acessibilidade ao material apresentado. Os registros revelam que a violência estatal não se restringiu à classe média branca — narrativa frequentemente sustentada na história oficial — mas atingiu jovens negros periféricos, rotulados como delinquentes e muitas vezes eliminados sem deixar rastros ou evidências.

O público-alvo desse conteúdo compreende pesquisadores, ativistas, historiadores e toda a sociedade civil que pode reconhecer a profundidade do impacto dessa violência racial na política brasileira. As comunidades negras beneficiam-se diretamente dessa ação informativa ao terem suas histórias recuperadas e reconhecidas, contribuindo para um processo de reparação histórica. Além disso, as denúncias aqui expostas fortalecem iniciativas voltadas à memória e à justiça social, influenciando debates públicos e formulações de políticas públicas relacionadas à reparação. A narrativa é apresentada sob formato de reportagem investigativa elaborada por Giovanne Ramos, destacando um contexto histórico de repressão racial intensificado durante o período da ditadura militar. A introdução faz referência ao filme “Ainda estou aqui”, vencedor do Oscar em 2025, criando uma conexão entre cultura e história para ampliar o impacto da mensagem transmitida. No desenvolvimento do texto são narradas as histórias de cinco vítimas negras desaparecidas: Abílio Clemente Filho, Alceri Maria Gomes da Silva, Helenira Resende de Souza Nazareth, Ieda Santos Delgado e Santos Dias; suas trajetórias

são essenciais para ilustrar o padrão racial presente na repressão militar — onde militantes negros foram severamente perseguidos e seus nomes apagados dos registros oficiais. Desta forma, a linguagem utilizada mantém um caráter informativo, educativo e argumentativo, possibilitando uma conexão com diferentes audiências. Termos impactantes como perseguição, resistência e tortura reforçam a natureza combativa do jornalismo contra-hegemônico e reafirmam a necessidade de denúncia das violações ocorridas. Os dados coletados indicam padrões recorrentes que demonstram a continuidade dessa violência: "Perseguição" aparece duas vezes indicando ações sistemáticas contra os negros; "Resistência" é mencionada três vezes refletindo as lutas exercidas; "Tortura" ocorre duas vezes reafirmando seu caráter brutal. O uso reiterado desses conceitos marca fortemente a denúncia veiculada pela reportagem ao enfatizar os efeitos duradouros dessas violações até os dias atuais. Ademais, evidencia-se como as práticas repressivas assumiram formas específicas contra jovens negros periféricos — legitimando ações violentas cujo reflexo permanece presente na conjuntura contemporânea. O texto ressignifica aspectos históricos ocultados por décadas; ao contrastar abordagens anteriores sobre o regime militar percebe-se que protagonismos dos negros foram frequentemente omitidos nas memórias oficiais – enquanto as vítimas brancas receberam maior destaque coletivo.

Essa produção jornalística promove novas perspectivas ao permitir às populações negras reivindicar sua história de resistência; esse tipo de comunicação influencia positivamente políticas públicas de reparação social bem como movimentos sociais engajados na luta por justiça. Sua abordagem contrária à hegemonia tradicional é fundamental para recuperar narrativas silenciadas e desconstruir versões seletivas acerca da repressão durante a ditadura militar. Por fim, a reportagem junto ao post no Instagram reforça o compromisso com veracidade dos fatos ao evidenciar que as violências raciais praticadas nesse período não podem ser ignoradas. O resgate memorialista dessas vítimas transcende uma mera reconstrução histórica: reafirma também o valor do jornalismo independente na resistência contra o apagamento das vozes marginalizadas. Ainda que essas vozes tenham sido silenciadas temporariamente pelo regime autoritário — sua força persiste através da memória coletiva resistida pelo movimento social contemporâneo — cabe ao campo comunicacional assegurar que esses relatos jamais sejam esquecidos novamente ou negligenciados diante das futuras gerações. Em função desse panorama foram identificados princípios freireanos relevantes:

Consciência crítica: A reportagem revisita a narrativa histórica ao expor as violências enfrentadas pela população negra durante o período da ditadura. Evidencia os estereótipos racistas intensificados pelo regime, identificando os mecanismos históricos que ainda representam obstáculos para essa comunidade — estimulando, assim, uma leitura reflexiva tanto do passado quanto do presente.

Cultura do silêncio: De forma histórica, as vozes das pessoas negras foram sistematicamente omitidas dos registros oficiais e da memória institucional. O texto rompe com esse silêncio ao recuperar histórias negligenciadas e promover o reconhecimento da luta e do sofrimento dos indivíduos negros que foram perseguidos e tiveram seus desaparecimentos silenciados.

Sujeitos oprimidos: Os protagonistas apresentados na matéria — negros, populações marginalizadas e militantes — representam os sujeitos oprimidos conforme a concepção de Freire. A reportagem focaliza esses indivíduos não apenas como estatísticas, mas como seres humanos cujas trajetórias e aspirações foram devastadas pela repressão. Essa abordagem busca reconhecer e restituir sua dignidade histórica.

10º - Independência do Haiti completa 221 anos: revolta contra escravidão e colonialismo ousou ‘construir outro futuro’

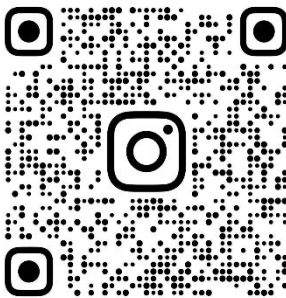
Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 10º colocação:

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	Precisa, relevante para a sociedade haitiana e brasileira, completa, consistente, atual.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Contexto histórico da independência do Haiti, com reflexos na formação social e racial do Brasil.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Representa a luta contra o racismo, defesa da igualdade e liberdade racial, e resistência ao colonialismo.
O que a informação omite?	Não há oposição ou omissão identificada.

Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	Todos que acessam o site Alma Preta; entrevista com pesquisador Marcos Queiroz, fonte com autoridade no tema.
Quem é o público-alvo da informação?	População haitiana e brasileira preta; sociedade em geral interessada em compreender os reflexos históricos e atuais da revolução haitiana.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Todos que buscam justiça racial e compreensão histórica; especialmente os que enfrentam o racismo estrutural.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim, ao mostrar como a luta haitiana por liberdade inspira movimentos antirracistas no Brasil e promove reflexão crítica sobre o presente.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Produzido por Solor Neto para o site Alma Preta, com base em entrevista com o pesquisador Marcos Queiroz, autor de livros sobre o tema.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Discutir os impactos da revolução haitiana na história brasileira e latino-americana; também provocar reflexão crítica sobre o racismo atual.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Reconhece a revolta haitiana como marco de resistência negra e como influência direta na formação social brasileira; denuncia o medo branco e o preço da liberdade.
Qual é a estrutura do texto?	Introdução histórica, apresentação da fonte de autoridade, desenvolvimento com narrativa explicativa e citações diretas, conclusão com pensamento crítico.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	Categorias: revolta, racismo, colonialismo, liberdade, resistência. A estrutura constrói uma argumentação que conecta passado e presente.
Quais significados contextuais o texto sugere?	A luta haitiana ecoa nas lutas brasileiras por justiça racial; revela como o passado colonial ainda molda as desigualdades atuais.

Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Relaciona a história haitiana com a brasileira, mostrando semelhanças nas experiências da população preta e nos movimentos de resistência.
Quais realidades o texto alega representar? Como?	Realidade de opressão histórica e resistência negra; representada por meio da revolta haitiana e seus reflexos nos movimentos antirracistas brasileiros.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	Não foram percebidos significados não intencionais.
De que modo a linguagem é utilizada?	Clara e direta, com foco em construir argumentação crítica e acessível.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Estrutura jornalística com base em entrevista e análise histórica; narrativa reflexiva e educativa.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	No segundo parágrafo, com a reflexão sobre a “era das abolições”, o “medo branco” e o “preço” da revolta nos dias atuais.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
Vemos, conspiração, marcar, governou, liberta, pensando, tentar respeitar, forjada, tenta, buscasse, construir, denunciado, desestabilizar, credibilidade, vive, acabado, contestar, punido, tentou construir, bloquear, desumanização, resposta, sabotados.	Ação cultural, ação reflexão, consciência crítica, coparticipação no ato de pensar, educação emancipadora, sujeito oprimido.	 POST COMPARTILHADO EM 1 DE JANEIRO DE ALMAPRETAJORNALISMO

Interpretação dos dados:

A independência do Haiti, conquistada em 1804, constitui um dos acontecimentos mais emblemáticos da história global, sendo o primeiro país a abolir a escravidão através de uma revolta protagonizada por indivíduos negros escravizados. O impacto da Revolução Haitiana reverbera até os dias atuais, influenciando tanto as lutas anticoloniais quanto as pautas relacionadas à justiça racial. No Brasil, nação que compartilha uma trajetória marcada pela escravidão, os efeitos dessa vitória são perceptíveis na resistência do povo negro e nos movimentos antirracistas. A postagem no Instagram e o artigo do portal Alma Preta, elaborado pelo jornalista Solor Neto, fundamentam-se em documentação histórica e na análise do pesquisador Marcos Queiroz, especialista na temática. As informações apresentadas possuem rigor acadêmico, relevância social e podem ser verificadas por meio de fontes confiáveis, conferindo credibilidade ao conteúdo. O texto examina a influência da Revolução Haitiana na formação do Brasil, traçando paralelos históricos entre ambos os países e suas populações majoritariamente negras. O público-alvo inclui haitianos, brasileiros negros e a sociedade civil em geral, promovendo um entendimento aprofundado acerca de como a luta contra o racismo e a busca pela liberdade moldaram diferentes territórios ao longo dos séculos. A narrativa evidencia que o maior impacto da revolta reside na coragem do Haiti em construir um futuro livre de escravidão e colonialismo, servindo de inspiração para movimentos contemporâneos por justiça racial. Dessa forma, a Revolução Haitiana assume múltiplos significados: para o Haiti, simboliza a vitória da resistência negra contra sistemas opressivos; para os movimentos antirracistas no Brasil, reforça que a luta pela liberdade permanece atual; para pesquisadores e ativistas, demonstra que processos como a abolição no Brasil foram influenciados por insurreições similares no Haiti — provocando temor nas elites escravocratas.

A estrutura do texto adota uma abordagem analítica e explicativa: inicia-se com uma introdução histórica do Haiti, segue com uma contextualização da Revolução e sua repercussão na América Latina e no Caribe, culminando com citações diretas do pesquisador Marcos Queiroz que aprofundam as conexões entre Haiti e Brasil. A linguagem empregada é clara e objetiva, facilitando ao leitor compreender as implicações políticas e sociais decorrentes dessa revolta histórica. Destaca-se ainda o papel econômico negativo sofrido pelo Haiti ao longo dos séculos após sua independência, consequência direta de sua ousadia em se libertar, além das relações estabelecidas com o Brasil através das continuadas manifestações de violência contra populações negras, ações de resistência social e esforços por construir uma sociedade mais justa. A repetição de termos

como construir, denunciar, contestar, credibilidade e sabotagem reforça a importância simbólica da revolta haitiana como fonte perene de resistência. O episódio também permite estabelecer comparações com outros levantes negros históricos no Brasil, como a Revolta dos Malês demonstrando que insurgências organizadas por escravizados eram mais frequentes do que geralmente admitido nas narrativas tradicionais. O impacto global da revolução refletiu-se na geopolítica internacional vigente na época, provocando reações das potências coloniais.

Ao abordar essa temática sob uma perspectiva contra-hegemônica, o jornalismo desempenha papel crucial ao assegurar que a Revolução Haitiana seja reconhecida não apenas como evento isolado, mas como um marco fundamental na luta pela liberdade de toda diáspora africana. Essa narrativa fortalece debates sobre reparações históricas e justiça racial — influenciando percepções públicas acerca das raízes sociais das desigualdades contemporâneas derivadas do colonialismo. Nesse contexto, os beneficiários primários são os povos negros: eles encontram nesta abordagem uma ferramenta para compreenderem suas próprias histórias enquanto reivindicam continuidade nos esforços por igualdade. Por fim, a celebração dos 221 anos da Independência haitiana reafirma seu papel como símbolo universal da resistência negra frente à opressão colonial, mostrando que a luta por liberdade sempre envolveu estratégias organizadas de insurgência pelos marginalizados. Assim sendo, o jornalismo contra-hegemônico atua criticamente ao revisitar essa narrativa sob uma ótica reflexiva, garantindo que o legado da Revolução Haitiana seja preservado não apenas como memória histórica mas como força motriz rumo à construção de um mundo mais justo, refletindo na conscientização crítica; no reconhecimento das vozes historicamente silenciadas; na valorização do protagonismo popular; bem como na transformação social através do conhecimento emancipador como nos princípios freireanos identificados:

Ação cultural: A presente reportagem constitui uma prática de ação cultural ao recuperar a memória da Revolução Haitiana e estabelecer conexões com a luta do povo negro no Brasil. Ao valorizar a trajetória de resistência dos escravizados haitianos, o texto desafia os processos de apagamento histórico, promovendo uma cultura que reconhece os saberes e experiências das comunidades negras como elementos legítimos e catalisadores de transformação social.

Ação-reflexão: O conteúdo transcende a mera apresentação de fatos históricos ao propor uma reflexão crítica acerca de como esses eventos reverberam na conjuntura contemporânea. A entrevista conduzida com o pesquisador Marcos Queiroz possibilita

uma compreensão da continuidade entre passado e presente, estimulando uma leitura engajada da realidade e fomentando a possibilidade de intervenção política fundamentada nessa compreensão.

Consciência crítica: Ao abordar temas como o “medo branco” e o “preço da liberdade”, o texto suscita uma análise crítica acerca dos mecanismos de dominação racial ainda vigentes. A reportagem convida especialmente o público negro a estabelecer vínculos entre colonialismo, racismo estrutural e desigualdades atuais, contribuindo para uma leitura histórica que propicie mudanças sociais.

Coparticipação no ato de pensar: Por meio de entrevistas com especialistas e uma linguagem acessível, a reportagem posiciona o leitor como participante ativo na construção do conhecimento. Ela não impõe verdades dogmáticas; ao contrário, compartilha saberes e interpretações que incentivam questionamentos, reflexões críticas e a elaboração de entendimentos próprios sobre as repercussões da Revolução Haitiana.

Educação emancipadora: O texto desempenha um papel educativo ao oferecer informações aprofundadas e claras acerca de um episódio histórico frequentemente negligenciado. Ao relacionar essa narrativa à realidade brasileira, promove uma formação libertadora que reconhece os sujeitos negros como protagonistas históricos e fornece ferramentas para impulsionar mudanças sociais relevantes.

Sujeitos oprimidos: A reportagem coloca em evidência tanto a população haitiana quanto os sujeitos negros brasileiros enquanto atores históricos e políticos. Ao destacar suas lutas por liberdade e justiça, ela rompe com práticas de invisibilização, afirmando que esses sujeitos não são meramente vítimas, mas agentes capazes de transformar sistemas opressivos nos quais enfrentaram — e continuam enfrentando — desafios estruturais.

- PERFIL MÍDIA INDÍGENA OFICIAL

4º- Pela primeira vez desmatamento na terra indígena Yanomami é reduzido a zero: uma vitória histórica contra o garimpo ilegal

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 4ª colocação:

Questão Analítica	Resposta Aplicada
-------------------	-------------------

Quais são os parâmetros da informação?	Precisa, relevante, clara, completa, confiável, atual, objetiva, consistente, verificável, acessível.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Fato histórico do desmatamento na Terra Yanomami ter chegado a zero.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Representa uma conquista na luta pela preservação das terras indígenas.
O que a informação omite?	Não há omissões identificadas.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	Público geral, com dados disponíveis no site do governo.
Quem é o público-alvo da informação?	Povos indígenas, especialmente os Yanomami.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Todos que defendem a proteção ambiental e dos territórios indígenas.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim — serve como exemplo positivo e incentivo para novas ações de preservação.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Publicado como legenda de post em rede social, sem identificação de autoria.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Demonstrar uma vitória dos povos indígenas e das ações de preservação ambiental.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Apresenta o feito como histórico, considerando o histórico de exploração das terras indígenas desde a colonização portuguesa.
Qual é a estrutura do texto?	Introdução com resumo, desenvolvimento com dados sobre melhorias, conclusão com reflexão crítica.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	Categorias: preservação, conquista, reparação histórica. A estrutura evolui da apresentação do dado à valorização da conquista.

Quais significados contextuais o texto sugere?	A exploração indígena é uma prática histórica; o marco de desmatamento zero representa uma ruptura com esse padrão.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Compara dados atuais com anos anteriores, evidenciando melhorias concretas na vida dos povos Yanomami.
Quais realidades o texto alega representar? Como?	Realidade de exploração e precariedade enfrentada pelos povos indígenas, transformada por ações governamentais.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	Não foram percebidos significados não intencionais.
De que modo a linguagem é utilizada?	Clara, objetiva, com destaque para dados práticos e resultados.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Regras de denúncia e valorização; estrutura voltada à conscientização e celebração da conquista.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	A partir do segundo parágrafo, com dados que evidenciam a transformação vivida pelos Yanomami.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados (conforme apresentado quadro 3) - no	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
--	---	---

Registrou, desmatamento, desmatamento, alcançando, ameaças, invasão, operações, infração, apreensão, destruição, combater, preservar, garantir, preservação.	Ação reflexão, consciência crítica, educação emancipadora	
--	--	--

Interpretação dos dados:

Pela primeira vez na história, o desmatamento na terra indígena Yanomami foi reduzido a zero, marcando uma conquista fundamental no combate ao garimpo ilegal e à degradação ambiental. Essa realização evidencia o efeito positivo das políticas de fiscalização e das operações específicas destinadas a coibir a exploração clandestina, contribuindo para uma maior proteção tanto às comunidades indígenas quanto à biodiversidade local. De acordo com informações oficiais divulgadas pelo governo, essa diminuição resultou de ações coordenadas de apreensão e expulsão de invasores, além do fortalecimento das medidas voltadas à preservação territorial. Tal avanço não só reforça a luta dos povos indígenas pela defesa de suas terras como também serve como exemplo para futuras iniciativas ambientais em diferentes regiões.

A veracidade e relevância do conteúdo são asseguradas pelos dados oficiais disponíveis no portal governamental, conferindo credibilidade às informações apresentadas. A notícia refere-se ao progresso na preservação das áreas indígenas, destacando a resistência dos Yanomami e as ações institucionais voltadas à fiscalização ambiental. O público-alvo inclui os povos indígenas, ativistas ambientais e toda a sociedade civil, pois os benefícios dessa conquista ultrapassam os limites dos Yanomami, atingindo aqueles que defendem a proteção do meio ambiente. Dessa forma, tal notícia influencia diretamente o debate acerca de políticas de conservação, ilustrando ações que podem ser replicadas para combater práticas exploratórias. A estrutura da publicação é direta e informativa, assegurando que os dados evidenciem claramente o impacto dessa vitória: inicia-se com uma introdução que apresenta o marco histórico e sua importância; prossegue com um desenvolvimento contendo dados comparativos sobre o desmatamento

em anos anteriores; finaliza com uma reflexão crítica sobre a necessidade de manter essas conquistas mediante o fortalecimento contínuo da fiscalização ambiental. Verbos como registrou, desmatamento, alcançando, ameaças, invasão, operações, infração, apreensão, destruição, combater, preservar e garantir reforçam a efetividade da ação governamental aliada à resistência indígena na proteção do território. Dessa maneira, o texto constrói uma narrativa de triunfo histórico ao demonstrar que alcançar o desmatamento zero na terra Yanomami não constitui um feito isolado; pelo contrário — representa um exemplo concreto do potencial das medidas ambientais eficazes quando há fiscalização rigorosa e investimento em preservação. Além disso — ao abordar as raízes históricas da exploração das terras indígenas desde a colonização portuguesa — fica claro que esse avanço demonstra que a resistência indígena aliada às políticas públicas pode frear processos destrutivos estruturais.

Ao enfatizar essa vitória significativa, o texto reforça que combater o garimpo ilegal deve ser prioridade constante para proteger tanto o meio ambiente quanto a soberania dos povos originários. Assim sendo, o desmatamento zero na terra Yanomami simboliza um avanço relevante na luta pela conservação ambiental, provando que ações estatais combinadas com resistência indígena podem promover mudanças concretas. Este conteúdo desempenha papel essencial no jornalismo crítico ao destacar esse feito singular e ao educar acerca da relevância da fiscalização contínua para evitar retrocessos nas ações de proteção ambiental. Dessa forma, adota-se uma abordagem orientada por ação-reflexão e educação emancipadora, que incentiva uma consciência crítica acerca da preservação territorial indígena e seus impactos globais, alinhando-se aos princípios freireanas identificados:

Ação-reflexão: A erradicação do desmatamento na Terra Yanomami constitui um exemplo evidente de como a intervenção, quando acompanhada por uma análise crítica, pode promover transformações sociais significativas. Tal iniciativa transcende o âmbito ambiental, configurando-se como uma resposta concreta às lutas históricas dos povos indígenas pela preservação de seus territórios. A intervenção governamental, aliada à mobilização social e à resistência dos Yanomami, resultou em um efeito mensurável, a ausência de desmatamento, cujo reconhecimento público reforça a consciência coletiva acerca da importância da proteção ambiental. Essa interação entre ação e reflexão é fundamental para que a sociedade compreenda que a preservação ambiental não representa um evento isolado, mas integra um processo contínuo de transformação social e política.

Consciência crítica: Ao divulgar informações que comprovam a manutenção integral da integridade territorial Yanomami, o conteúdo incentiva o público a desenvolver uma postura crítica acerca da história de exploração dos povos indígenas no Brasil. Desde o período das expedições portuguesas, os territórios nativos foram invadidos e degradados de forma sistemática em nome do lucro econômico. Reconhecer o marco do desmatamento zero como um avanço histórico implica também reconhecer que tal condição deveria ser padrão e não uma exceção pontual. Nesse contexto, a consciência crítica manifesta-se na capacidade de questionar os modelos de desenvolvimento que marginalizam os povos originários e valorizar políticas voltadas à justiça ambiental e social. Trata-se de um convite à reflexão sobre quem realmente são os guardiões das florestas e de que modo suas práticas sustentáveis podem servir como inspiração para alternativas futuras.

Educação emancipadora: A divulgação pública dos dados referentes à conservação da Terra Yanomami representa um progresso na democratização do acesso à informação. Quando o conhecimento se apresenta acessível, transparente e verificável, torna-se instrumento de emancipação intelectual. A estrutura do texto — iniciando com uma introdução, seguida pelo desenvolvimento fundamentado em dados concretos e finalizando com uma conclusão reflexiva — educa o leitor não apenas acerca do fato propriamente dito, mas também sobre seu contexto histórico-político envolvente. Essa abordagem promove autonomia cognitiva ao possibilitar que qualquer indivíduo compreenda, questione e compartilhe as informações apresentadas. Dessa forma, a educação emancipadora extrapola as fronteiras tradicionais da sala de aula, manifestando-se na esfera pública por meio das redes sociais e debates públicos; fortalece sujeitos conscientes capazes de atuar na defesa dos direitos indígenas e na preservação ambiental.

5º- Hoje é dia nacional da Consciência indígena

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 5º colocação:

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	Precisa, relevante, clara (com foco na vivência indígena), completa, confiável, atual, objetiva, consistente, verificável, acessível.

Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Refere-se ao Dia da Consciência Indígena, destacando o povo e a cultura indígena.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Um marco histórico a ser comemorado e lembrado como ato de resistência.
O que a informação omite?	Não há omissões identificadas.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	São fatos registrados na consciência histórica e cultural dos povos indígenas.
Quem é o público-alvo da informação?	Sociedade brasileira em geral, como alerta para problemas nacionais e globais.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Todos que compreendem que a consciência indígena mantém o planeta vivo, cultivando a natureza como direito coletivo e não como mercadoria.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim — reafirma a consciência indígena como símbolo de luta e resistência cultural pela preservação do planeta.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Texto/vídeo narrado por Célia Xakriabá, deputada federal, em parceria com Mídia Indígena.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Reafirmar a história de luta e resistência pela sobrevivência indígena por meio da data comemorativa.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Aponta o contexto histórico de resistência desde a invasão portuguesa em 1500.
Qual é a estrutura do texto?	Vídeo com narração e imagens que dialogam com o discurso: protestos, lutas políticas e união dos povos.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	Categorias: exploração, resistência, preservação. A estrutura evolui da memória histórica à reflexão crítica sobre o presente.

Quais significados contextuais o texto sugere?	A exploração das terras e da natureza indígena desde a colonização, com consequências atuais como desastres ambientais e aquecimento global.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Mostra que a luta indígena é contínua, desde o período colonial até hoje, em defesa da sobrevivência e dos territórios.
Quais realidades o texto alega representar? Como?	Realidade de resistência e luta constante, com terras roubadas e povos escravizados, evidenciada por imagens e narração.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	Não foram percebidos significados não intencionais.
De que modo a linguagem é utilizada?	Argumentativa e educativa, com tom de denúncia e valorização cultural.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Regras de conscientização e resistência; estrutura narrativa que conecta passado e presente.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	Em todo o vídeo, com destaque para os dados históricos e imagens de luta.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
reafirmar, resistimos, resistiu, reconhecer, retomar, resistência.	Ação reflexão, consciência crítica, educação emancipadora.	 POST COMPARTILHADO EM 20 DE JANEIRO DE CELIA.XAKRIABA

Interpretação dos dados:

O Dia Nacional da Consciência Indígena transcende sua condição de simples data comemorativa, constituindo-se como um símbolo de séculos de resistência e luta dos povos originários, reafirmando suas trajetórias na defesa de seus territórios, culturas e modos de vida. Desde a chegada dos portugueses ao Brasil em 1500, os indígenas têm enfrentado exploração e apagamento histórico, tendo sua existência constantemente ameaçada pela apropriação territorial e pela destruição ambiental. O vídeo em formato *reel*, narrado pela deputada federal Célia Xakriabá e divulgado pela Mídia Indígena, celebra essa consciência ao reafirmar a luta contínua pela sobrevivência indígena. Por meio de imagens que dialogam com o texto, a produção audiovisual evidencia protestos, mobilizações políticas e a união dos povos indígenas, conectando a resistência do passado às batalhas atuais. A publicação apresenta-se como uma mensagem precisa, relevante, clara, confiável, atualizada e passível de verificação, funcionando como um alerta para a preservação da cultura indígena e para a valorização de sua resistência. O conteúdo aborda o povo e as manifestações culturais indígenas ao destacar o papel fundamental da consciência indígena na manutenção do equilíbrio do planeta, promovendo a visão de que a natureza deve ser reconhecida como direito coletivo — não como recurso explorável para fins lucrativos. A audiência principal dessa comunicação é a sociedade brasileira genuinamente interessada em refletir sobre os problemas enfrentados pelos povos indígenas, fortalecendo assim a luta por valorização cultural e defesa territorial.

Ao reafirmar essa consciência coletiva, o material contribui para fortalecer a identidade dos povos originários enquanto desafia sua invisibilização social e os processos de apropriação indevida de seus territórios. Produzido na forma de vídeo com narração realizada por Célia Xakriabá e acompanhado por imagens impactantes que remetem à história indígena, o conteúdo adota uma estrutura pedagógica e argumentativa. Essa estrutura combina elementos históricos à reflexão crítica: inicia apresentando o significado da data — explicando sua importância; contextualiza historicamente as terras indígenas desde os tempos do colonialismo português até as consequências contemporâneas; evidencia manifestações resistências — protestos e mobilizações por direitos; além de refletir sobre os impactos ambientais decorrentes da destruição territorial indígena no âmbito global. Dessa maneira, o texto denuncia como avanços do agronegócio, atividades mineradoras e exploração predatória das terras indígenas refletem diretamente nas crises ambientais atuais. Assim sendo—fortalecendo uma conexão entre proteção territorial e sustentabilidade planetária—destaca-se que os povos

originários lutam não apenas por sua sobrevivência individual ou coletiva, mas também pela preservação da biodiversidade e do equilíbrio ecológico mundial.

Por fim, reforça-se que as terras indígenas representam mais do que espaços territoriais: são centros de cultura, espiritualidade e formas diversas de vida coletiva. Sua defesa configura-se como uma causa abrangente que requer atuação conjunta social. Os verbos utilizados — reafirmar, resistimos(a), reconhecemos(a), retomamos, enfatizam o protagonismo contínuo das populações indígenas na manutenção dessa luta histórica. Assim sendo, o Dia Nacional da Consciência Indígena deve ser entendido não só como uma lembrança passageira, mas como um momento político para reforçar direitos originários. Nesse sentido e sob uma perspectiva jornalística contrária à narrativa hegemônica o material desempenha papel fundamental na promoção de uma educação libertadora voltada à emancipação social; fomentando reflexão crítica acerca da preservação cultural-econômico-territorial indígena. Ao integrar narrativa histórica com imagens emblemáticas de resistência social, e reforçar que defender os direitos indígenas constitui um compromisso indispensável tanto para sociedade quanto para o futuro sustentável do planeta, desta forma, a publicação assume caráter formador capaz estimular ações transformadoras em prol da justiça social ambiental. Com destaque aos princípios freireanos identificados:

Ação–reflexão: A narração de Célia Xakriabá acerca do Dia da Consciência Indígena exemplifica de maneira concreta o princípio freireano da ação-reflexão. Ao exibir imagens de manifestações, movimentos políticos e a união dos povos indígenas, o vídeo não se limita a celebrar uma data simbólica, mas propicia um momento para refletir sobre seu significado: uma narrativa de resistência persistente ao longo do tempo. Nesse contexto, a ação se manifesta na mobilização indígena, na ocupação de espaços políticos e na preservação ambiental; enquanto a reflexão advém da análise crítica dessa trajetória histórica, desde a invasão portuguesa até as consequências ambientais contemporâneas. A combinação entre prática e pensamento é fundamental para transformar a consciência em movimento ativo e este em mudança social efetiva.

Consciência crítica: A intenção do vídeo consiste em provocar uma reflexão crítica acerca do papel desempenhado pelos povos indígenas na sustentabilidade do planeta. Ao afirmar que a consciência indígena sustenta o equilíbrio global ao considerar a natureza como direito coletivo, o conteúdo desafia a lógica colonial que historicamente privatizou e explorou os territórios originários. A narração evidencia que essa exploração persiste nos dias atuais, contribuindo para catástrofes ambientais e agravamento das

mudanças climáticas. Ao estabelecer uma conexão entre passado e presente, o material incentiva o público a compreender que a luta indígena transcende questões de sobrevivência individual ou coletiva, representando uma busca por um modelo de sociedade mais justo, sustentável e pluralista. Essa postura crítica é essencial para romper com o conformismo e promover uma atitude ativa frente às injustiças sociais.

Educação emancipadora: o vídeo também constitui uma prática educativa voltada à emancipação social, por oferecer conhecimentos históricos, políticos e ambientais de forma acessível, envolvente e relevante. A linguagem argumentativa aliada às imagens coerentes com a narração possibilita que o público compreenda as complexidades da luta indígena e sua importância universal. Ao retratar os povos indígenas como guardiões da terra e da vida, o conteúdo não apenas informa, mas contribui para formar consciências — fomentando autonomia intelectual e sensibilização social. Essa abordagem rompe com os métodos tradicionais de ensino bancário ao promover uma pedagogia libertadora que valoriza os saberes ancestrais como elementos essenciais na construção de um futuro mais justo e equilibrado.

6º - Mobilização em Belém: Vitória dos povos indígenas no Pará

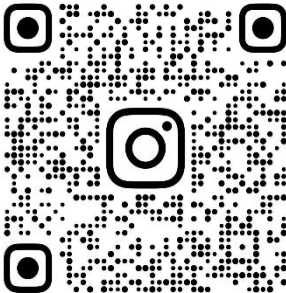
Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 6ª colocação:

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	Precisa, relevante, clara (incompleta: apenas breve nota sobre a conquista), confiável, atual, objetiva, consistente, verificável e acessível.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Refere-se à assinatura do termo de compromisso pelo governador Helder Barbalho para revogar a Lei 10.820, direcionado aos representantes dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores da educação.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Representa uma vitória política após 23 dias de ocupação e forte mobilização em busca de justiça contra uma lei que ameaçava os territórios indígenas no Estado do Pará.
O que a informação omite?	Não há omissão explícita, mas a nota é breve e não aprofunda o histórico da lei nem os detalhes do termo assinado.

Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	O público em geral, por se tratar de uma decisão oficial do governo estadual e publicada em rede social.
Quem é o público-alvo da informação?	Os povos que tinham seus territórios ameaçados, além da sociedade civil interessada na pauta indígena e ambiental.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Os povos indígenas e demais grupos envolvidos na mobilização, ao verem reconhecida sua luta e conquista.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim — mostra que a mobilização dos povos indígenas é capaz de gerar resultados concretos, incentivando futuras ações de resistência.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Por meio de uma nota breve publicada no perfil do Mídia Indígena, sem identificação de autoria.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Noticiar a vitória sobre a lei que ameaçava os territórios indígenas e reafirmar a importância da mobilização popular.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Apresenta o fato como parte de um contexto em que as terras indígenas são constantemente ameaçadas e os povos precisam lutar pelo que lhes é de direito.
Qual é a estrutura do texto?	Estrutura básica de lide jornalística: o quê, quem, quando, onde, como e por quê.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	A estrutura determina uma abordagem informativa e direta. Categorias como mobilização, resistência e conquista aparecem como centrais.
Quais significados contextuais o texto sugere?	Sugere que a luta indígena é contínua e que conquistas como essa são fruto de resistência histórica.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Mostra que os povos indígenas vivem sob constante ameaça legislativa e que a mobilização é necessária para garantir seus direitos.

Quais realidades o texto alega representar? Como?	Representa a realidade de enfrentamento político e social dos povos indígenas contra leis que ameaçam seus territórios.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	A brevidade da nota pode sugerir que a conquista é pontual, sem aprofundar o processo de luta que a antecedeu.
De que modo a linguagem é utilizada?	Direta, informativa e afirmativa, com tom de celebração pela vitória.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Regras da comunicação jornalística em formato de nota: objetividade, concisão e foco no fato.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	Na linha fina, que contextualiza os 23 dias de ocupação e mobilização dos povos em prol da revogação.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
Mobilização, ocupação, assinou, revogação, criação, discutir, paralisação, mobilização, revogada.	Ação reflexão, sujeitos oprimidos.	 POST COMPARTILHADO EM 5 DE FEVEREIRO DE MÍDIA INDÍGENA OFICIAL

Interpretação dos dados:

Após um período de 23 dias de ocupação e mobilização intensa, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores do setor educacional conquistaram uma vitória de grande alcance histórico. O governador Helder Barbalho formalizou o compromisso de revogar a Lei nº 10.820/25, a qual representava uma ameaça aos

territórios indígenas e provocava alterações profundas na estrutura do sistema educacional dessas comunidades. Tal decisão constitui um avanço significativo na defesa dos direitos dos povos originários, demonstrando que a resistência coletiva possui potencial para efetivar mudanças concretas. A nota divulgada pela Mídia Indígena, em formato conciso, destaca esse feito como um marco na proteção territorial e educacional dos povos tradicionais.

A comunicação apresenta-se precisa, relevante, confiável, atualizada e objetiva, embora seja parcialmente incompleta por limitar-se a uma breve síntese acerca da conquista. As informações centraram-se na revogação de uma legislação que colocava em risco os territórios indígenas e alterava a carreira dos professores indígenas, impactando diretamente o modelo pedagógico comunitário. Ainda que não explicitado na nota, as principais mudanças envolviam a extinção do Sistema de Ensino Manter (SOME) e do Sistema de Ensino Médio Indígena (SOMEI), sistemas essenciais ao ensino presencial nas aldeias. Embora o público-alvo principal sejam os povos indígenas e quilombolas, a decisão possui repercussões mais amplas à sociedade em geral ao evidenciar como a mobilização coletiva pode influenciar políticas públicas. Ao reafirmar a importância da resistência social e das ações ocupacionais, o relato reforça que as lutas dos povos originários não apenas visam à preservação de seus direitos específicos, mas também pressionam o Estado a reconhecer sua autonomia. A narrativa segue uma estrutura jornalística básica orientada pela lide: responde às perguntas essenciais — o quê? assinatura do termo para revogação da lei; quem? governador Helder Barbalho e representantes das comunidades tradicionais; quando? após 23 dias de mobilização; onde? Belém/Pará; como? mediante ocupações e pressão popular; por quê? porque a legislação ameaçava territórios indígenas e modificava o ensino presencial nas comunidades. Adicionalmente, o texto inclui uma linha fina cuja função é contextualizar sobre o processo de ocupação e mobilização popular dos povos envolvidos—indicando o tempo necessário para consolidar tal decisão através da luta contínua. Assim sendo, evidencia-se nesta publicação toda uma trajetória histórica de resistência indígena pela manutenção de seus territórios — ressaltando que, embora tenham obtido essa vitória específica, as ameaças permanecem presentes no cenário político estadual e nacional.

Ao destacar essa força mobilizadora coletiva, o texto constrói uma imagem forte de resistência organizada, reforçando que a pressão social é imprescindível para evitar retrocessos políticos. Os verbos utilizados (mobilizar-se, ocupar-se, assinará/assinou/revogou/revogada) reforçam essa ação conjunta com impacto político

direto na defesa dos direitos tradicionais: demonstrando como ações coletivas podem transformar leis que representam ameaças aos direitos fundamentais. Por fim, a revogação da Lei nº 10.820/25 evidencia que a mobilização indígena e quilombola desempenha papel decisivo na garantia dos direitos territoriais e sociais desses grupos vulneráveis. Assim sendo, este conteúdo assume importante função no jornalismo contra-hegemônico ao evidenciar como estratégias de ocupação política podem servir às populações originárias na luta por reconhecimento e proteção jurídica, promovendo uma lógica dialógica entre ação-reflexão estimulando sujeitos marginalizados à reivindicação constante de seus direitos enquanto fortalecem suas formas de resistência contra medidas arbitrárias ou regressivas, seguindo os princípios freireanos associados à conscientização política e social. Como identificados:

Sujeitos oprimidos: A revogação da Lei 10.820 no Estado do Pará transcende uma simples vitória jurídica, configurando-se como uma afirmação concreta da existência e resistência daqueles sujeitos historicamente marginalizados. Indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas e profissionais da educação representam os protagonistas desse triunfo. Durante séculos, esses grupos foram silenciados, excluídos e marginalizados das decisões que impactam diretamente seus territórios e suas formas de vida. A tentativa de implementar uma legislação que ameaçava suas terras reflete a persistência de uma estrutura colonial e autoritária que nega o direito à autodeterminação dessas populações. Contudo, ao ocuparem por 23 dias o espaço público e político, esses sujeitos desafiaram a lógica da submissão, assumindo-se como agentes ativos na construção de sua história, rejeitando o papel de vítimas passivas. Tal mobilização constitui uma manifestação viva do conceito proposto por Paulo Freire acerca dos sujeitos oprimidos que se levantam: aqueles que reconhecem sua condição e se organizam para promover a transformação. Nesse contexto, a opressão não funcionou como um fator de imobilização; pelo contrário, serviu de catalisador para ações coletivas e emancipadoras.

Ação-reflexão: A mobilização responsável pela revogação da Lei 10.820 exemplifica claramente a práxis freireana — a combinação entre ação e reflexão. Trata-se não apenas de ocupar fisicamente um espaço, mas também de compreender criticamente o cenário político, jurídico e social que sustentava a ameaça aos territórios em questão. Os povos envolvidos analisaram os impactos decorrentes da lei, discutiram estratégias, estabeleceram alianças e decidiram agir com consciência crítica fortalecida pelo diálogo coletivo. Essa ação não foi impulsiva; tratou-se de um movimento fundamentado em uma compreensão aprofundada da realidade social por meio do

exercício dialético entre pensar e fazer, refletir e transformar. Paulo Freire nos demonstra que a verdadeira mudança social só é possível quando os sujeitos pensam sobre sua condição enquanto atuam para alterá-la. Nesse processo dialético — pensar e agir simultaneamente — nasce a educação enquanto prática libertadora. Assim sendo, a revogação da lei representa mais do que um feito político; revela um processo pedagógico profundo no qual os sujeitos aprenderam com sua luta coletiva, ensinaram uns aos outros e demonstraram ao Estado que não aceitarão imposições sem consulta prévia, respeito ou justiça adequados.

7º - Ataque aos Avá Guarani

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 7ª colocação

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	A informação é imprecisa, mas relevante, clara, objetiva, atual, consistente, acessível e verificável (por meio de vídeo de indígena ferido); incompleta por ausência de falas.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Apoia-se nos ataques com armas de fogo à aldeia Yvy Okaju; refere-se ao povo Avá Guarani como vítima direta.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Para os indígenas, representa denúncia e apelo por segurança; para o público, alerta sobre violência territorial; para o Estado, pressão por resposta imediata.
O que a informação omite?	Omite falas dos participantes, identificação dos agressores e aprofundamento sobre o papel do agronegócio.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	A mídia indígena (presumivelmente), que divulga vídeos e relatos; o público tem acesso ao conteúdo publicado, mas não às fontes primárias completas.
Quem é o público-alvo da informação?	O povo indígena, a sociedade civil e as autoridades responsáveis pela segurança nacional e pública.

Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	As vítimas do ataque, ao terem sua situação denunciada; também a sociedade, ao tomar conhecimento da violência e poder se mobilizar.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim, ao denunciar os ataques, pode gerar engajamento e pressionar por ações da segurança nacional.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Produzido em formato de denúncia com chamada, legenda e vídeo; sem identificação explícita, mas presume-se autoria da equipe de comunicação da mídia indígena.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Objetivo principal: denunciar os ataques ao povo Avá Guarani. Possíveis objetivos secundários: mobilizar apoio, pressionar autoridades, gerar visibilidade.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Representa os ataques como realidade concreta e urgente; embute significados de violência, exploração territorial e negligência estatal.
Qual é a estrutura do texto?	Estrutura de nota pública de denúncia, com título, legenda e vídeo; sem aprofundamento ou identificação da autoria.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	A estrutura direta e breve prioriza denúncia e apelo; categorias como “violência”, “território” e “segurança” aparecem; não há variação ao longo do texto.
Quais significados contextuais o texto sugere?	Sugere contexto de exploração das terras indígenas, violência sistemática e ausência de proteção estatal mesmo com presença da Força Nacional.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Constrói uma imagem de urgência, sofrimento e resistência; reforça a vulnerabilidade dos povos indígenas diante de interesses externos.
Quais realidades o texto alega representar? Como?	Representa a realidade de violência e exploração territorial sofrida pelo povo Avá Guarani, por meio de imagens e narrativa de denúncia.

Quais informações e significados não intencionais você percebe?	A ausência de autoria pode sugerir anonimato por segurança; a falta de detalhes pode indicar limitação de acesso ou urgência na publicação.
De que modo a linguagem é utilizada?	Utilizada de forma clara, direta e com tom de denúncia; reforça o caráter urgente e apelativo da mensagem.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Regras da comunicação de denúncia: foco na vítima, urgência, apelo por ação; distinguem-se pela escolha de imagens e ausência de aprofundamento analítico.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	Aparecem no início com a chamada e vídeo; reforçados no final com o apelo por ações imediatas, mesmo diante da presença da Força Nacional.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
ataque, ataques, alerta, demarcação.	Cultura do silêncio, sujeitos oprimidos	

Interpretação dos dados:

A comunicação destaca que, desde 29 de dezembro, os Avá Guarani da aldeia Yvy Okaju vêm sofrendo ataques, caracterizados por uma crescente onda de violência armada, incêndios criminosos e atos de terrorismo que colocam suas vidas em risco. Quatro indivíduos já foram feridos, inclusive uma criança, demonstrando a gravidade da situação e a urgência na atuação das autoridades competentes. O post divulgado sob formato de denúncia revela os ataques ao território indígena e atribui responsabilidade ao setor do agronegócio, solicitando providências imediatas para assegurar a proteção e

integridade da comunidade. A legenda reforça o apelo por mobilização social e pressão pública contra as instituições responsáveis. A denúncia apresenta-se clara, atual, objetiva, relevante e passível de verificação, fundamentada em imagens e vídeos que evidenciam um indígena ferido pelos atos agressivos.

A narrativa centra-se na violência dirigida aos povos Avá Guarani, alertando para o desrespeito às terras indígenas e à exploração de seus territórios. Contudo, a ausência de depoimentos dos envolvidos limita a compreensão aprofundada sobre os agressores. O público-alvo inclui comunidades indígenas, organizações defensoras dos direitos humanos e órgãos de segurança pública, que possuem potencial para agir no sentido de conter a escalada da violência e evitar novos incidentes contra essa população. Essa denúncia exerce influência ao promover engajamento social e gerar pressão institucional para garantir proteção e justiça aos povos originários. O material foi publicado sem identificação específica e estruturado como uma nota de denúncia com esquema direto e impactante: inicialmente com uma chamada de alerta, expondo os ataques e suas consequências; posteriormente com uma contextualização, esclarecendo o que vem ocorrendo durante esse período; seguido por evidências visuais apresentando imagens e vídeos dos indígenas feridos; por fim, um pedido urgente por respostas das autoridades juntamente com medidas concretas de proteção. Desta forma, a linguagem adotada é incisiva e clara ao enfatizar a gravidade do problema, ressaltando o risco constante enfrentado pelos indígenas.

Assim sendo, a narrativa evidencia como esses ataques representam estratégias terroristas destinadas a enfraquecer a resistência dos povos originais e facilitar a ocupação ilícita de seus territórios. Além disso, expõe também as insuficiências das ações preventivas mesmo com a presença da Força Nacional na região. Verbos como atacar, atacando, ataques, alerta ou demarcação reforçam o caráter violento sofrido pelos povos indígenas e ressaltam a necessidade premente por mobilização emergencial. Por último, o conteúdo assume papel fundamental no jornalismo alternativo ao denunciar violações territoriais contra os Avá Guarani e demandar ações concretas para sua proteção efetiva. Sua abordagem procura ampliar sua visibilidade no cenário social para impulsionar mobilizações coletivas reafirmando que exploração econômica e violência contra os povos originários não devem ser normalizadas, defendendo um compromisso coletivo pela segurança territorial podendo ser baseada nos seguintes princípios freireanos:

Cultura do silêncio: À revelação acerca dos ataques à aldeia Yvy Okaju evidencia, de forma contundente, a continuidade da cultura do silêncio imposta aos povos

indígenas. A ausência de depoimentos dos envolvidos no conteúdo, conforme indicado na análise metodológica, não constitui apenas uma lacuna informativa, mas sim um reflexo histórico da exclusão dessas vozes dos espaços públicos e midiáticos. Segundo Paulo Freire, a cultura do silêncio não é uma condição natural, mas fruto de processos sistemáticos de opressão nos quais os grupos dominantes negam aos oprimidos o direito à expressão, à escuta e à construção de suas próprias narrativas. Ainda que a denúncia seja clara e relevante, ela reproduz esse silêncio ao não incluir relatos diretos dos indígenas, relegando-os ao papel de objetos informativos e não de sujeitos ativos na fala. A ausência de identificação dos agressores e a abordagem superficial do contexto do agronegócio também contribuem para esse silenciamento estrutural, que oculta os mecanismos de violência e exploração por trás das agressões.

Sujeitos oprimidos: Apesar das limitações inerentes ao conteúdo apresentado, a denúncia reafirma a importância central dos sujeitos oprimidos na luta pelo reconhecimento e pela justiça. O povo Avá Guarani, mesmo frente à violência armada e à negligência estatal, emerge como protagonista da resistência. A própria existência da denúncia, acompanhada por imagens de indígenas feridos e apelos por ações imediatas, constitui um gesto de rompimento com a lógica da invisibilidade. Freire sustenta que os oprimidos, ao tomarem consciência de sua condição, iniciam um processo coletivo e transformador de libertação. Nesse sentido, a denúncia funciona como instrumento de visibilidade e mobilização social, permitindo que os indígenas deixem de ser meramente vítimas para assumirem posições enquanto sujeitos políticos ativos. A crescente pressão por segurança nacional, o engajamento social e a exposição da exploração territorial refletem essa tomada de consciência; contudo, muitas vezes mediada por uma linguagem que ainda não lhes confere plena voz. Assim sendo, a denúncia representa um avanço importante na elaboração de uma pedagogia da resistência na qual os sujeitos oprimidos passam a afirmar-se como autores capazes de moldar sua própria história.

8º- Marco temporal um absurdo inaceitável

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 8ª colocação

Questão Analítica	Resposta Aplicada
-------------------	-------------------

Quais são os parâmetros da informação?	A informação é precisa, relevante, clara, completa, confiável, atual, objetiva, consistente, verificável e acessível.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Apoia-se na indicação de Silvia Waiãpi para a comissão de conciliação do Marco Temporal sem critérios transparentes; refere-se aos povos indígenas afetados pela decisão.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Para os povos indígenas, representa injustiça e desvalorização de sua luta; para o público, alerta sobre manobras políticas; para o Estado, pressão por explicação e justiça.
O que a informação omite?	Não omite; apresenta os fatos com clareza e evidências, como a ausência de participação de Silvia Waiãpi nas reuniões parlamentares sobre o tema.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	O público geral, por meio do carrossel informativo; os povos indígenas têm acesso ao conteúdo, mas não aos critérios de escolha da comissão.
Quem é o público-alvo da informação?	Povos indígenas, sociedade civil e autoridades responsáveis pela decisão e transparência no processo de escolha.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Os povos indígenas, ao terem sua luta e indignação expostas; também a sociedade, ao tomar conhecimento da injustiça e poder exigir explicações e critérios transparentes.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim, ao denunciar a indicação injusta, pode gerar mobilização e pressão por critérios claros e respeito aos direitos indígenas.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Produzido em formato de carrossel com texto informativo, explicativo e questionador; sem identificação explícita da autoria.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Objetivo principal: denunciar a indicação injusta e exigir critérios transparentes. Possíveis objetivos secundários: mobilizar apoio e pressionar autoridades.

Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Representa a indicação como injusta e arbitrária; embute significados de manobra política e desvalorização da participação ativa dos povos indígenas.
Qual é a estrutura do texto?	Estrutura de resumo explicativo e questionador, com posts em carrossel que contextualizam e questionam a decisão.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	A estrutura direta e educativa prioriza denúncia e apelo por justiça; categorias como “transparência”, “direitos indígenas” e “manobra política” aparecem; não há variação.
Quais significados contextuais o texto sugere?	Sugere contexto de manobras políticas que favorecem interesses ruralistas e desvalorizam a luta indígena por demarcação e preservação ambiental.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Constrói uma imagem de injustiça e manipulação política; reforça a urgência de transparência e respeito aos direitos indígenas.
Quais realidades o texto alega representar? Como?	Representa a realidade de desvalorização da participação ativa dos povos indígenas e agravamento da luta por demarcações, por meio de fatos e evidências.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	Não percebi informações ou significados não intencionais.
De que modo a linguagem é utilizada?	Utilizada de forma clara e educativa em todos os posts do carrossel; reforça o caráter explicativo e questionador da mensagem.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Regras da comunicação de denúncia: foco na injustiça, apelo por transparência e mobilização; distinguem-se pela escolha de evidências e tom educativo.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	Aparecem ao longo do carrossel, com cada post contextualizando e questionando a decisão; reforçados no final com apelo à democracia e respeito aos direitos indígenas.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
Participou, escolhida, substituir, ignorado, dedicação, compareceu, deixados, escolha, desvalorizar, participação, decisão, demarcação, coloca.	Ação reflexão, sujeito oprimido, consciência crítica	 POST COMPARTILHADO EM 17 DE FEVEREIRO DE 2021 DE MÍDIA INDÍGENA OFICIAL

Interpretação dos dados:

A nomeação de Silvia Waiãpi como representante titular na Comissão de Conciliação do Marco Temporal suscita questionamentos acerca da transparência, representatividade e interesses políticos envolvidos. A decisão desconsiderou atores participativos, como Célia Xakriabá, que esteve presente em 75% das reuniões relacionadas ao tema, enquanto a indicada não participou de nenhuma dessas sessões. O conteúdo veiculado em formato de carrossel fornece um resumo crítico e explicativo, abordando a ausência de critérios claros para a seleção e denunciando a nomeação como uma estratégia política alinhada aos interesses do ruralismo. Ademais, o texto solicita esclarecimentos sobre os processos decisórios, reforçando a necessidade de um debate equitativo e democrático sobre uma temática que impacta diretamente os povos indígenas. A publicação apresenta-se precisa, relevante, clara, completa, confiável, atualizada e passível de verificação, garantindo que os leitores tenham acesso às informações essenciais relativas ao assunto. O foco central recai sobre as decisões políticas que influenciam diretamente os povos indígenas, especialmente no contexto da demarcação territorial e da preservação ambiental.

Ao evidenciar o histórico de exploração e a ausência de representatividade efetiva, o texto reforça a urgência por maior transparência nos procedimentos que envolvem os direitos indígenas. O público-alvo primariamente composto pelos próprios

povos indígenas e defensores da causa é incentivado a compreenderem os impactos dessas decisões e a reivindicarem participação justa nos debates públicos. A denúncia exercida pelo material contribui para pressionar as autoridades na busca por justiça, solicitando critérios transparentes para indicações em espaços políticos. O conteúdo foi divulgado sem identificação específica, estruturado sob forma de nota explicativa e questionadora que segue uma sequência lógica facilitadora da compreensão: inicialmente apresenta a nomeação realizada sem critérios explícitos; posteriormente questiona sobre representação e participação nos processos decisórios; critica a desvalorização dos atores indígenas atuantes; denuncia favorecimento aos grupos ligados ao ruralismo; por fim, apela pela defesa dos princípios democráticos e pelos direitos dos povos originários. A linguagem empregada caracteriza-se por ser clara e educativa, promovendo entendimento acerca do impacto dessa decisão coletiva. O texto destaca um contexto marcado por manobras políticas que ignoram o papel dos povos indígenas nas decisões relativas às suas terras. Tal prática fragiliza a representatividade indígena e perpetua ciclos de exploração social e ambiental. Nesse sentido, a ausência de critérios transparentes na indicação evidencia um padrão histórico de desvalorização da participação indígena no cenário político nacional, dificultando ainda mais as ações voltadas à garantia dos seus direitos territoriais. Ao longo da publicação são utilizados verbos como participou, escolhida, substituído(a), ignorado(a), dedicado(a), compareceu(a), desvalorizaram-se certos atores diante do processo decisório; além disso, expressões como decisão ou demarcação ressaltam as irregularidades presentes nesse procedimento, elementos conotados à injustiça do sistema vigente que demanda mobilização social.

Por fim, o conteúdo desempenha papel fundamental na produção jornalística contra-hegemônica ao denunciar deficiências na transparência durante o processo seletivo de representantes indígenas em instâncias decisórias relevantes às suas comunidades. Adota uma abordagem baseada na ação-reflexão crítica consciente, estimulando os sujeitos marginalizados à tomada de posição frente às arbitrariedades que comprometem seus direitos fundamentais. Ressalta-se ainda que exigir transparência legítima não só uma reivindicação dos povos originários, mas também uma condição essencial para fortalecer os princípios democráticos perante decisões influenciadas por interesses ruralistas ou outras forças externas às demandas históricas das comunidades tradicionais brasileiras. Com identificados nos seguintes princípios freireanos:

Ação-reflexão: Na pedagogia de Paulo Freire, a ação-reflexão constitui-se como um processo dialético no qual o indivíduo não se limita a intervir sobre o mundo, mas

também realiza uma reflexão crítica acerca de sua própria intervenção. No contexto da indicação de Silvia Waiãpi à comissão de conciliação do Marco Temporal, esse princípio manifesta-se na elaboração de conteúdo informativo apresentado em formato de carrossel. A denúncia acerca da ausência de critérios transparentes e da falta de participação da indicada nas reuniões parlamentares transcende uma simples comunicação; ela funciona também como um estímulo à reflexão coletiva. O conteúdo não se restringe à transmissão de informações, mas provoca questionamentos, instiga debates e demanda posicionamento. Ao evidenciar injustiças e estratégias políticas, o material incentiva o público a refletir sobre os mecanismos de poder que influenciam as decisões públicas e reforça a importância do engajamento na defesa dos direitos indígenas. Assim, essa prática educativa representa uma manifestação concreta do princípio freireano de ação-reflexão.

Sujeitos oprimidos: Freire destaca que os sujeitos que historicamente encontram-se marginalizados — os oprimidos — devem assumir papel protagonista em seu processo libertador. No caso em questão envolvendo a comissão do Marco Temporal, os povos indígenas representam esses sujeitos submetidos à opressão, excluídos das decisões que impactam seus territórios, culturas e modos de vida. A seleção de uma representante que não participou das discussões internas e possui vínculos com interesses ruralistas reforça a lógica institucional opressora. Ao denunciar tal escolha e ao valorizar lideranças indígenas atuantes e comprometidas, como Célia Xakriabá, o conteúdo do carrossel devolve voz aos oprimidos. Ele não fala por eles, mas dialoga com eles — reconhecendo sua luta legítima, sua legitimidade e seu direito inalienável de ocupar espaços políticos decisórios. Essa postura rompe com representações impostas externamente e reafirma o protagonismo dos povos indígenas enquanto sujeitos históricos e políticos.

Consciência crítica: Para Freire, a consciência crítica corresponde à capacidade de identificar as contradições presentes na realidade social e agir para promovê-la transformação. Trata-se do contraponto à alienação. No caso analisado, o conteúdo informativo visa justamente estimular essa consciência no público leitor ou espectador. Ao revelar que Silvia Waiãpi nunca participou das reuniões relacionadas ao tema em questão e ao expor suas ligações com a bancada ruralista e ex-presidente Bolsonaro, o material desmascara interesses políticos subjacentes à indicação feita. Ele vai além da denúncia pontual ao oferecer um contexto histórico acerca da exploração dos povos indígenas e das tentativas direcionadas ao enfraquecimento de sua luta por demarcação

territorial e preservação ambiental. Essa abordagem pedagógica transforma o receptor passivo em sujeito ativo capaz de compreender os mecanismos de dominação presentes na sociedade atual e cobrar por justiça, transparência e respeito às demandas desses povos. Nesse sentido, a consciência crítica é cultivada como uma ferramenta fundamental para resistência social e transformação política.

9º- Rossieli Soares: Quem é o secretário que ameaça a educação indígena no Pará

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 9ª colocação

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	A informação é precisa, relevante, clara, completa (dentro de um contexto de posts sobre ação com protestos e ocupações), confiável, atual, objetiva, consistente, verificável e acessível.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Apoia-se em situações de imprudência no sistema político educativo, referentes ao atual secretário de Educação do Pará, Roseli Soares, e seus atos ilícitos denunciados publicamente.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Para a população indígena do Pará, representa desrespeito à educação e cultura; para o público geral, alerta sobre improbidade administrativa; para o Estado, pressão por mudanças e justiça.
O que a informação omite?	Não omite; apresenta os fatos públicos já anteriormente denunciados em meios de comunicação e o fato atual amplamente discutido nas câmaras parlamentares.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	O público geral, especialmente a população indígena do Pará, por meio do carrossel informativo que denuncia os atos ilícitos do secretário.
Quem é o público-alvo da informação?	População indígena do Pará e sociedade civil interessada em justiça e transparência no sistema educacional.

Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Os povos indígenas do Pará, ao terem sua luta e indignação expostas; também a sociedade, ao tomar conhecimento da negligência e poder exigir mudanças e respeito.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim, ao nomear o ator responsável pelos atos ilícitos, influência nas lutas contra o representante durante manifestações, gerando pressão para que a proposta seja resolvida.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Produzido em formato de carrossel informativo, com cada post ilustrando o perfil de Roseli Soares em ordem cronológica com seus feitos e atos ilícitos; sem identificação explícita da autoria.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Objetivo principal: denunciar o secretário como malfeitor em seus cargos de responsabilidade educacional. Possíveis objetivos secundários: mobilizar apoio e pressionar autoridades.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Representa o secretário como responsável por atos ilícitos e desrespeito à educação indígena; embute significados de negligência e abuso de poder.
Qual é a estrutura do texto?	Estrutura de carrossel informativo, com cada post apontando uma denúncia específica em ordem cronológica, culminando no ato atual contra a educação indígena.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	A estrutura direta e argumentativa prioriza denúncia e apelo por justiça; categorias como “improbidade administrativa”, “descaso educacional” e “abuso de poder” aparecem; não há variação.
Quais significados contextuais o texto sugere?	Sugere contexto de escândalos políticos educacionais cometidos em diferentes anos e cargos pelo mesmo ator, culminando no ato atual contra a educação indígena.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Constrói uma imagem de vulnerabilidade à educação indígena e negligência institucional; reforça a urgência de respeito à pluralidade cultural e direitos históricos.

Quais realidades o texto alega representar? Como?	Representa a realidade de desrespeito à educação indígena e vulnerabilidade das comunidades, por meio de denúncia e evidências dos atos ilícitos do secretário.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	Não percebi informações ou significados não intencionais.
De que modo a linguagem é utilizada?	Utilizada de forma clara e argumentativa em todos os posts do carrossel; reforça o caráter educativo e provocador da mensagem.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Regras da comunicação de denúncia: foco na improbidade administrativa, descaso educacional e apelo por justiça; distinguem-se pela escolha de evidências e tom argumentativo.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	Aparecem ao longo do carrossel, com cada post contextualizando e denunciando atos ilícitos do secretário; reforçados no final com apelo à pluralidade cultural e respeito aos direitos indígenas.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
escândalos, corrupção, processado, implementar, criticado, ignorar, impondo, desrespeita, denunciado, abuso, usar, fortalecer, assumiu, propõe, acabar, sugerindo, ocupam, mudanças, proposta, respeitando, conquistados.	Ação reflexão, consciência crítica, sujeitos oprimidos	 POST COMPARTILHADO EM 23 DE JANEIRO DE MÍDIA INDÍGENA OFICIAL

Interpretação dos dados:

A iniciativa do secretário Rossieli Soares de implementar aulas virtuais nas comunidades indígenas do Pará, desconsiderando a insuficiência de infraestrutura e a luta

por uma educação diferenciada, configura um retrocesso na garantia dos direitos dos povos originários à educação presencial, adequada às suas culturas. O conteúdo divulgado em formato de carrossel denuncia tal decisão e expõe o histórico de atuação do referido secretário, indicando como suas políticas fragilizam o sistema educacional, especialmente para comunidades em situação de vulnerabilidade. A denúncia evidencia manobras político-institucionais que desprezam as particularidades indígenas e favorecem interesses que não promovem uma educação justa e acessível.

O material apresenta-se preciso, relevante, claro, confiável, objetivo e verificável, integrando-se a um contexto mais amplo de protestos e ocupações manifestados em outras publicações. Tal denúncia refere-se a ações irresponsáveis no âmbito do sistema político-educacional, abordando uma problemática já discutida na mídia e nos parlamentos, a qual pode afetar diretamente os povos indígenas do Pará e demais comunidades marginalizadas. Embora seu público principal seja constituído pelos próprios povos indígenas do Pará, ela se estende àqueles que defendem uma educação plural e inclusiva, estimulando mobilizações sociais contra decisões arbitrárias. As informações desempenham papel influente ao identificar o responsável pelo ato alegado, potencializando movimentos de resistência e manifestações contra a medida adotada, criando assim uma pressão política para sua reconsideração. O post foi disponibilizado sem identificação específica, estruturado cronologicamente para traçar o perfil do secretário Rossieli Soares e seus atos controversos em cargos anteriores. A organização do carrossel segue uma lógica denunciativa: inicia com a apresentação da decisão sem critérios transparentes; contextualiza as medidas propostas bem como seus efeitos nocivos; retrata o histórico do secretário em posições passadas; denuncia negligência na garantia de uma educação indígena adequada; por fim, conclama à mobilização social contra tais ações. Assim sendo, a linguagem empregada é clara e argumentativa, ressaltando improbidade administrativa, irregularidades em processos licitatórios, abusos de poder e imposições desrespeitosas à realidade educacional indígena. A narrativa revela um ciclo histórico de exploração e negligência frente à educação indígena, reforçando como decisões políticas comprometem a diversidade cultural e o direito à educação presencial. Nesse contexto, a tentativa de implementação do ensino remoto desconsidera obstáculos como a ausência de acesso à internet, diferenças linguísticas específicas e a relevância da vivência comunitária no processo pedagógico dos povos originários.

O carrossel também associa as ações de Rossieli Soares ao seu percurso político anterior ao mostrar conexões com grupos que promovem medidas excludentes enquanto

ignoram as realidades locais. Os verbos utilizados — escândalos, corrupção, processado, ignorar, impondo, violar, respeitar, denunciado, corrupção, mudar, promover, respeitando, reforçam o caráter denunciante da abordagem e destacam a urgência do debate público acerca da temática apresentada. Por fim, a denúncia contra Rossieli Soares desempenha papel fundamental no jornalismo crítico contracultural ao informar sobre tentativas de desmontar os avanços na educação indígena além de promover reflexão crítica acerca das decisões políticas que negligenciam direitos essenciais. Sua abordagem promove uma lógica ação-reflexão que incentiva indivíduos marginalizados ou sob opressão a se mobilizarem contra políticas arbitrárias, fomentando defesa por uma educação inclusiva, respeitosa às especificidades culturais indígena e questionadora acerca das práticas adotadas. O texto destaca ainda que impor o ensino remoto nas aldeias não somente ignora as condições concretas dessas populações como também constitui ataque à autonomia cultural conquistada por meio das lutas históricas desses povos. A partir dessa análise identificam-se os seguintes princípios freireanos:

Ação-reflexão: A iniciativa de denunciar por meio de um carrossel informativo está alinhada ao princípio freireano de ação-reflexão. Cada publicação não se limita à apresentação factual, mas serve como convite à análise crítica e ao posicionamento diante das injustiças perpetradas pelo secretário de Educação do Pará, Roseli Soares. A estratégia de comunicar os atos ilícitos e o descaso com a educação indígena é acompanhada por uma reflexão acerca dos efeitos dessas ações na vida das comunidades afetadas. Ao retratar cronologicamente as ações do secretário, o carrossel constrói uma narrativa que facilita ao público a compreensão dos padrões de negligência e abuso, promovendo uma prática educativa que integra fazer e pensar. Essa combinação entre denúncia e reflexão constitui uma forma de educar para a mudança social, onde a comunicação assume um caráter tanto político quanto pedagógico.

Consciência crítica: A denúncia visa estimular no público uma consciência crítica voltada especialmente às populações indígenas e aos aliados na luta por uma educação equitativa. Utilizando uma linguagem clara, objetiva e fundamentada em argumentos sólidos, os posts do carrossel tornam acessíveis a compreensão acerca das práticas de improbidade administrativa, abuso de poder e desrespeito às culturas originárias. Paulo Freire defendia que a educação deve conduzir os indivíduos à percepção das contradições existentes no mundo, incentivando-os a assumir postura diante delas. Assim sendo, a denúncia transcende o simples relato dos fatos; ela provoca reflexão crítica sobre os responsáveis pelas políticas excludentes e sobre os interesses que

sustentam a imposição do ensino remoto em aldeias desprovidas de infraestrutura adequada. Nesse contexto, a consciência crítica é mobilizada como ferramenta de resistência, capacitando os sujeitos sociais a compreenderem sua realidade e organizarem-se para promover mudanças.

Sujeitos oprimidos: Os povos indígenas do Pará constituem os sujeitos oprimidos destacados na denúncia. A proposta de substituir aulas presenciais por ensino remoto nas aldeias sem considerar suas condições precárias de infraestrutura, sua diversidade linguística e suas tradições culturais representa uma forma institucionalizada de opressão. Paulo Freire sempre afirmou que os oprimidos devem ser protagonistas da própria libertação; desta forma, essa denúncia dá visibilidade às vozes e às lutas desses povos. Ao resistir às mudanças impostas pela SEDUC em Belém e reafirmar seu direito à educação contextualizada, específica e diferenciada, essas comunidades demonstram seu protagonismo na defesa dessas conquistas. O carrossel informativo ao identificar claramente o ator opressor e expor seu histórico ilícito fortalece as ações dessas populações marginalizadas, transformando-se em instrumento de empoderamento social. Trata-se de uma prática que reconhece a diversidade cultural presente nos povos originários e celebra as conquistas advindas das lutas históricas pela dignidade humana.

10º-Vitória das mulheres indígenas

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 10ª colocação

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	A informação é precisa, relevante, clara, completa, confiável, atual, objetiva, consistente, verificável e acessível.
Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?	Apoia-se na aprovação da PL sobre procedimentos de acompanhamento especializado em casos de violência contra mulheres indígenas, referindo-se diretamente às mulheres indígenas.
O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?	Representa uma vitória histórica que visa a proteção e a vida das mulheres indígenas, além de ser um marco na luta por direitos específicos e acolhimento culturalmente adequado.

O que a informação omite?	Não omite; apresenta os fatos completos sobre a aprovação da PL e seus benefícios especializados.
Quem tem acesso aos fatos, registros ou fontes de informação?	Todos que buscam a informação oficial pelos meios de comunicação, como o site da Câmara dos Deputados e do Senado.
Quem é o público-alvo da informação?	Mulheres indígenas e sociedade civil interessada em direitos humanos e justiça social.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	As mulheres indígenas, que agora saberão que serão mais acolhidas e protegidas ao denunciar violências de acordo com suas realidades culturais e sociais.
A informação exerce influência sobre as ações? Como?	Sim, ao informar sobre a PL, influencia na conscientização das mulheres indígenas sobre seus direitos e pode inspirar a criação de outras leis traduzidas para línguas indígenas.
Como o texto foi produzido? Por quem?	Produzido em formato de nota, sem identificação explícita da autoria, com estrutura simplificada e pontos destacados sobre a vitória da PL.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Objetivo principal: comemorar e informar o que a PL propõe. Objetivos secundários: destacar o contexto histórico e enaltecer os nomes envolvidos na articulação do projeto.
Como o texto representa o que o(s) autor(es) admitiu(iram) existir? Que significados estão embutidos?	Representa a PL como uma conquista histórica e embute significados de acolhimento, proteção e respeito às diferenças culturais das mulheres indígenas.
Qual é a estrutura do texto?	Estrutura simplificada, com introdução e pontos destacados sobre a vitória da PL, enaltecendo a conquista e os nomes envolvidos na articulação.
Como a estrutura determina o que é dito? Quais categorias aparecem? Elas mudam ao longo do tempo?	A estrutura prioriza clareza e objetividade, destacando categorias como “violência contra mulheres indígenas”, “acolhimento especializado” e “respeito cultural”. Não há variação.

Quais significados contextuais o texto sugere?	Sugere um contexto de violência feminina indígena, onde desafios específicos são enfrentados, incluindo exposição à violência política pela defesa de seus territórios.
Como o conteúdo constrói imagens da realidade?	Constrói uma imagem de luta e resistência das mulheres indígenas, destacando a importância de acolhimento especializado e respeito às diferenças culturais.
Quais realidades o texto alega representar? Como?	Representa a realidade de violência vivida por mulheres indígenas e a necessidade de atendimento especializado, desde delegacias até orientações processuais.
Quais informações e significados não intencionais você percebe?	Não percebi informações ou significados não intencionais.
De que modo a linguagem é utilizada?	Utilizada de forma clara e informativa, com foco em comemorar e destacar as principais informações acerca da PL.
Quais regras determinam a construção do texto? Como se distinguem na narrativa?	Regras da comunicação de celebração e informação: foco na vitória histórica, benefícios da PL e respeito às diferenças culturais; distinguem-se pela escolha de evidências e tom comemorativo.
Em que momento e de que forma os pontos reveladores aparecem?	Aparecem ao longo da nota, com introdução e pontos destacados sobre a vitória da PL, culminando no fato histórico de ser a primeira lei traduzida para uma linguagem indígena.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
--	---	---

acaba, aprovado, propõe, implementação, acompanhamento, atendimento, orientações, pedido, construído, relatoria, leitura, ressaltar, traduzido, enfrentam, desafios, expostas, violência, atuação.	Ação cultural, ação reflexão, sujeito suprimidos.	
--	---	--

Interpretação dos dados:

A matéria informa que a Proposta de Lei nº 4381/23 foi aprovada, instituindo procedimentos especializados destinados ao combate à violência dirigida às mulheres indígenas nas delegacias e organismos de acolhimento. Trata-se de uma conquista sem precedentes, cujo objetivo é assegurar um atendimento humanizado e culturalmente sensível, promovendo maior proteção e acolhimento às mulheres em questão. A iniciativa, articulada pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), constitui um progresso relevante na luta contra a violência que há décadas afeta as mulheres indígenas de maneira desproporcional, seja por causa do racismo estrutural, da marginalização social ou das disputas territoriais. Apresentada de forma precisa, clara, confiável e atualizada, a informação pode ser acessada por meio de fontes oficiais como os sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O conteúdo reforça a necessidade premente de políticas públicas específicas voltadas às mulheres indígenas, representando uma vitória que não apenas protege suas vidas, mas também valoriza suas culturas. Pela primeira vez na história legislativa brasileira, um projeto foi transcrito em uma língua indígena, o que potencialmente estimula futuras legislações que respeitem a diversidade linguística dos povos originários. O público principal dessa iniciativa são as próprias mulheres indígenas; contudo, seu impacto transcende esse grupo ao beneficiar defensores dos direitos humanos, pesquisadores e toda a sociedade ao evidenciar as desigualdades enfrentadas por essas comunidades no acesso à justiça. A informação exerce influência direta ao possibilitar que as mulheres indígenas compreendam seus direitos e tenham maior segurança para denunciar episódios de violência; além disso, promove pressão sobre as autoridades para

garantir a implementação efetiva da lei. O texto foi divulgado na forma de uma nota informativa breve, sem identificação específica do autor ou organização responsável, apresentando estrutura simplificada: introdução destacando a aprovação da PL e seu impacto histórico; pontos principais explicando o projeto e seus objetivos; contexto histórico abordando a violência contra mulheres indígenas e os obstáculos no atendimento humanizado; conclusão refletindo sobre a importância da PL para fortalecer as comunidades indígenas. A linguagem empregada revela-se clara e informativa, buscando garantir compreensão ampla do tema. Há também destaque aos nomes envolvidos na articulação política da proposta para reforçar sua legitimidade e reconhecer os esforços desenvolvidos pela ANMIGA na mobilização social. Assim sendo, evidencia-se o longo histórico de violência contra mulheres indígenas — muitas vezes marcado pela ineficácia no acesso à proteção devido a barreiras culturais e estruturais — ressaltando-se que essa legislação representa um avanço fundamental ao estabelecer que todo atendimento inicial nas delegacias contemple suporte especializado considerando as especificidades linguísticas e culturais dessas mulheres.

Por meio dessa abordagem inovadora, vislumbra-se um novo cenário na luta pelos direitos dos povos originários brasileiros impulsionando futuras normativas capazes de reconhecer essa diversidade cultural e ampliar sua proteção frente às violações sistemáticas sofridas por essas populações. Os verbos utilizados ao longo do texto como acaba, aprovado, propõe, implementação, acompanhamento etc. Reforçam o caráter urgente dessa conquista. Em síntese: A aprovação do PL 4381/23 configura uma mudança estrutural na maneira como o sistema judiciário atende às necessidades das mulheres indígenas ao proporcionar acompanhamento especializado adequado às suas realidades culturais. Tal avanço não só garante proteção efetiva como também valoriza as manifestações culturais desses povos dentro do aparato jurídico nacional, constituindo-se como marco importante na luta contra a violência de gênero. A narrativa segue uma lógica que enfatiza que os direitos indígenas são essenciais para promover justiça social e equidade social, alinhados aos seguintes princípios freireanos:

Ação cultural: A aprovação do projeto de lei que estabelece procedimentos especializados para o atendimento às mulheres indígenas vítimas de violência constitui uma manifestação concreta da ação cultural na perspectiva freireana. Tal ação transcende a mera elaboração de norma jurídica, configurando-se como um movimento de valorização da cultura indígena e de reconhecimento das particularidades vividas por essas mulheres. A tradução da legislação para uma linguagem indígena rompe com a

hegemonia da linguagem institucional, promovendo o acesso à informação enquanto prática emancipadora. Trata-se de uma iniciativa originada na realidade concreta dessas mulheres, marcada por violências históricas e estruturais, com o objetivo de transformar essa condição mediante a escuta, o respeito à diversidade cultural e a elaboração de políticas públicas alinhadas aos saberes e modos de vida desses povos. Nesse sentido, a articulação da ANMIGA e demais lideranças indígenas configura-se como uma ação cultural de resistência, na qual sujeitos anteriormente silenciados passam a assumir espaços de decisão e protagonismo.

Ação-reflexão: A pedagogia freireana ensina que não há transformação efetiva sem o exercício integrado de ação e reflexão. A aprovação do projeto de lei, aliada à sua divulgação clara, acessível e celebrativa, fomenta uma reflexão crítica acerca dos direitos das mulheres indígenas e dos mecanismos necessários para sua proteção. Ao apresentar informações objetivas e contextualizadas, o texto não se limita à transmissão de dados; provoca também um despertar consciente sobre a negligência histórica enfrentada por esse grupo e reforça a urgência na implementação de políticas públicas específicas. Ainda nesse processo reflexivo, destaca-se o papel das instituições — como delegacias, serviços de saúde e sistema judiciário — muitas vezes inadequadas devido ao despreparo cultural para acolher essas mulheres. O projeto propõe um novo olhar desde o atendimento inicial até as orientações processuais, convidando a sociedade a repensar suas práticas institucionais. Dessa forma, a divulgação da PL assume caráter formador: constitui instrumento tanto de conscientização quanto de mobilização social, permitindo que os sujeitos compreendam sua realidade social e atuem na sua transformação.

Sujeitos oprimidos: As mulheres indígenas representam os sujeitos suprimidos cuja marginalização estrutural foi amplamente criticada por Paulo Freire em seu método pedagógico libertador. A lei aprovada não apenas reconhece essas mulheres como vítimas específicas de violência, mas também as reconhece como protagonistas ativas em sua própria luta. Ao garantir atendimento especializado e possibilitar a tradução legislativa para as línguas indígenas, o Estado dá um passo significativo na devolução da palavra àqueles que foram silenciados historicamente. Essa medida rompe com uma lógica universalista que desconsidera diferenças étnicas e culturais ao afirmar que os direitos humanos devem ser acessíveis sem distinção; pelo contrário, reforça que esses direitos devem respeitar as singularidades dos povos. A comunicação clara, completa e confiável acerca do conteúdo do projeto contribui para que essas mulheres possam reivindicar seus direitos efetivamente: compreender os mecanismos disponíveis para proteção e sentir-se

encorajadas a denunciar violências é um ato político-político simbólico capaz de reconhecer esses sujeitos como atores históricos capazes de falar, agir e transformar suas próprias realidades.

- PERFIL NÓS, MULHERES DA PERIFERIA

4º- **Sexo sem camisinha: Mulheres relatam a insistência de parceiros**

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 4º colocação

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	A informação é precisa, relevante, clara, completa, confiável, atual, objetiva, consistente, verificável (apesar de serem relatos anônimos, o tema é íntimo e sensível), e acessível.
Sobre o que a informação trata?	Trata da insistência de homens para fazer sexo sem camisinha, conforme relatos das mulheres entrevistadas.
O que a informação omite?	Não omite.
Quem é o público-alvo da informação?	Seguidores do Nós e Repórter.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Mulheres no geral, ao se sentirem representadas pelos relatos, o que pode refletir positivamente em suas vidas.
A informação pode gerar impacto? Como?	Sim, ao mostrar às mulheres que dizer “não” é um direito, e que não devem se sentir culpadas por isso. Pode influenciar positivamente outras mulheres que se sentem pressionadas a ceder.
Como a informação é apresentada?	Em formato de carrossel, onde cada quadro apresenta um relato derivado de entrevistas realizadas pela jornalista Amanda Stabile.

Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Relatar a insistência que as mulheres sofrem de homens para fazer sexo sem camisinha. Outros objetivos incluem debater o tema com as mulheres, evitar que situações como essas aconteçam, e afirmar o direito de negar.
Como a estrutura do texto organiza os fatos?	Estruturado em citações diretas, com relatos individuais que exemplificam uma situação comum na vida das mulheres.
Como o texto representa as mulheres entrevistadas?	Representa, a partir dos relatos individuais, um contexto machista onde homens se sentem pertencentes/donos dos corpos das mulheres, rejeitam a proteção e insistem no ato.
Qual é o contexto histórico ou social apresentado?	Um contexto machista, onde o “não” das mulheres não é suficiente, caracterizado por desrespeito e até crime, como nas situações de <i>stealth</i> .
Como a realidade é retratada?	A partir dos relatos individuais, que mostram situações distintas, mas que culminam na insistência dos homens para sexo sem camisinha.
Quais informações ou significados não intencionais aparecem?	Esta realidade em conjunto representa, através dos relatos, a denúncia de abusos de homens contra mulheres em práticas sexuais.
Como a linguagem é utilizada?	Por meio de citações diretas claras.
Como o texto aborda a insistência masculina?	Relata que a insistência prosseguiu mesmo com o “não” das mulheres.
Em que momento os pontos reveladores aparecem?	Em todo o carrossel e na legenda, mostrando a configuração de um crime — como aconteceu em um dos relatos.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
--	---	---

Transava, falava, pedir, colocar, reclamava, comprava, ficava, transar, terminava, comentei, comecei, exigir, mostrar, acabei, cedendo, mostrou, mostrou, procurou, viajei, transando, perguntou, perdi, falou, tratar, tratei.	Ação cultural, círculo de cultura, comunicação dialógica, consciência crítica.	
---	--	--

Interpretação dos dados:

A prática de *stealththing*, definida como a retirada do preservativo sem o consentimento da parceira durante a relação sexual, tem sido amplamente denunciada por mulheres em diversas plataformas digitais, evidenciando um problema estrutural profundamente enraizado em um contexto patriarcal. A publicação apresentada em formato de carrossel traz relatos anônimos de mulheres que enfrentaram pressões para manter relações sexuais desprotegidas, expondo a vulnerabilidade feminina frente à recusa masculina em assegurar medidas de proteção durante o ato sexual. A abordagem jornalística adotada neste caso caracteriza-se por uma perspectiva contra-hegemônica ao transformar uma temática frequentemente invisibilizada em uma narrativa pública acessível e dialógica. Além dos depoimentos, a legenda da postagem reforça o entendimento do termo *stealththing* e destaca dados alarmantes: aproximadamente um milhão de pessoas contraem infecções sexualmente transmissíveis no Brasil, ressaltando os perigos associados à prática.

O conteúdo também incorpora uma dimensão dialógica ao direcionar perguntas às seguidoras acerca de suas próprias experiências, promovendo um espaço para troca coletiva. Essa estratégia possibilita que as mulheres se identifiquem com os relatos apresentados e fomentem uma reflexão sobre suas vivências pessoais. Fundamentada em dados reais e depoimentos autênticos, a postagem apresenta-se como uma produção precisa, relevante, clara, confiável e acessível. Ainda que os relatos sejam anônimos devido à natureza íntima do tema, sua elaboração demanda sensibilidade ética na abordagem. Os fatos narrados referem-se às experiências das mulheres entrevistadas, as quais relataram pressões e tentativas de convencimento por parte dos parceiros para

realizar atos sexuais sem proteção. Essa construção revela um padrão comportamental no qual homens insistem na prática desprotegida, desrespeitando a autonomia das mulheres e seu direito de dizer não. Assim, a publicação desempenha papel fundamental no debate público ao estimular discussões acerca da saúde sexual, do consentimento e da autonomia feminina. A ausência de omissões na narrativa fortalece sua credibilidade e evidencia que tais condutas podem configurar crime. O público-alvo principal consiste especialmente em mulheres que acompanham páginas jornalísticas voltadas para questões femininas ou periféricas, buscando alcançar aquelas que já vivenciaram situações semelhantes. Dessa forma, o conteúdo pretende contribuir para o reconhecimento de que não estão isoladas dessas experiências e reforça a necessidade do combate ao *stealthing*. Ademais, promove uma percepção fortalecida sobre seus direitos legais – sobretudo o direito inalienável de recusar relações sexuais sem proteção –, encorajando-as a fortalecer suas vozes diante de circunstâncias similares.

A autora responsável pela produção é a jornalista Amanda Stabile, cuja atuação compreendeu entrevistas e organização dos depoimentos em formato de carrossel com quadros distintos dedicados aos relatos individuais. Tal estrutura favorece uma compreensão progressiva do fenômeno ao ilustrar padrões recorrentes na insistência masculina. O texto apoia-se em citações diretas contendo verbos como falava, pediu, mostrou e tratou; essa repetição reforça a narrativa da persistência hostil dos homens e evidencia o desrespeito à autonomia feminina. Este modelo comunicacional dialoga com conceitos freireanos relacionados ao círculo cultural: além de informar, busca engajar o público promovendo trocas reflexivas. Dessa maneira, transforma-se num espaço coletivo onde as mulheres compartilham experiências e constroem consciência crítica acerca do *stealthing* enquanto manifestação estrutural do machismo presente nas relações sexuais heteronormativas. A narrativa evidencia um contexto patriarcal onde o “não” feminino raramente impede as ações insistentes dos parceiros masculinos práticas que variam desde estratégias verbais até manipulações emocionais revelando um padrão sistêmico introduzido na sociedade. Ao reunir múltiplos relatos numa única postagem, reforça-se que essas ocorrências não são episódios isolados; representam manifestações contínuas da desigualdade de gênero nas dinâmicas sexuais. Além disso, trata-se de uma violência potencialmente grave à saúde física e emocional das mulheres: sexo sem preservativo aumenta riscos de transmissão de doenças infectocontagiosas bem como gravidez não planejada.

A linguagem empregada caracteriza-se por ser objetiva e narrativa direta; sem recorrer a eufemismos ou minimizações, garantindo clareza nos relatos com verbos ligados às ações denunciadas (falava, pediu). Essa repetição contribui para consolidar a percepção da frequência dessa prática ilícita e violenta. Por fim, ao cumprir uma função essencial no jornalismo contra-hegemônico esta publicação dá visibilidade a temática muitas vezes considerada tabu: expõe experiências femininas permitindo maior reconhecimento social das vítimas, fortalecendo sua autonomia jurídica e pessoal frente à possibilidade criminalização dessas condutas abusivas. Com aspecto dialógico inerente à comunicação freireana-criticamente participativa, a postagem incentiva as leitoras à interação contínua na discussão pública transformando testemunhos pessoais em processo formativo coletivo capaz de modificar percepções sociais sobre consentimento “sem dúvida”. Assim sendo, evidencia-se os seguintes princípios freireanos:

Ação cultural: De acordo com Paulo Freire, a ação cultural constitui uma prática pedagógica que parte da realidade concreta das pessoas para promover processos de conscientização e transformação social. No contexto dos relatos apresentados no carrossel, essa ação se manifesta ao tornar visível uma violência cotidiana enfrentada por muitas mulheres: a persistente insistência masculina para relações sexuais desprotegidas. Ao reunir depoimentos autênticos, embora anônimos, o conteúdo rompe o silêncio e converte experiências individuais em uma denúncia coletiva. Essa exposição ultrapassa o caráter meramente informativo — ela assume um papel educativo e libertador. Ao afirmar que dizer “não” é um direito inalienável e que não há motivo para sentir culpa por isso, o carrossel funciona como uma ação cultural que devolve às mulheres o controle sobre seus corpos e suas narrativas, desafiando as estruturas patriarcais que naturalizam práticas de desrespeito.

Círculo de cultura: O carrossel pode ainda ser interpretado enquanto um círculo de cultura digital. Freire conceptualizou os círculos de cultura como espaços horizontais de aprendizagem, onde o saber oriundo da experiência é valorizado e compartilhado. Nesse sentido, os relatos atuam como palavras geradoras capazes de provocar reflexão, identificação e diálogo entre as mulheres. Ao se reconhecerem nas histórias compartilhadas, muitas leitoras podem identificar situações semelhantes às vivenciadas em suas próprias vidas, fortalecendo o sentimento de pertencimento e validação. Este espaço não se limita à escuta passiva; constitui-se numa troca ativa onde cada mulher pode sentir-se parte de uma comunidade que aprende juntas, denuncia injustiças e resiste

às opressões. A circulação desses relatos amplia-se à medida que são compartilhados, fomentando a consciência coletiva.

Comunicação dialógica: A abordagem comunicativa do carrossel fundamenta-se na comunicação dialógica proposta por Freire. Ele defendia que o diálogo constitui a essência da educação libertadora ao possibilitar que os sujeitos se reconheçam como protagonistas do processo de conhecimento. Ao utilizar linguagem clara, acessível e direta na apresentação dos relatos, o conteúdo não impõe verdades absolutas, mas convida ao diálogo aberto. Afirma explicitamente que a insistência masculina diante do “não” configura uma forma de violência em certos casos caracterizada como crime e reforça a necessidade do respeito à autonomia das mulheres. Essa postura respeitosa encoraja o posicionamento ativo das mulheres diante dessas práticas abusivas e promove o reconhecimento dos direitos sexuais femininos. A comunicação dialógica rompe com modelos autoritários tradicionais, criando condições para que as mulheres expressem suas vivências livremente, compartilhem experiências e fortalecimento mútuo.

Consciência crítica: O principal objetivo do conteúdo está na promoção da consciência crítica entre as mulheres participantes. Segundo Freire, essa consciência se desenvolve quando os indivíduos compreendem as estruturas sociais opressoras às quais estão submetidos e passam a agir para transformá-las efetivamente. Ao evidenciar que a insistência masculina por sexo sem camisinha não constitui um comportamento normal ou aceitável, mas sim uma violação dos direitos sexuais femininos, o carrossel contribui para desnaturalizar condutas abusivas e fomentar reflexões críticas. Tal consciência emerge quando as mulheres percebem sua inserção numa rede solidária: entendem seus limites devem ser respeitados; sentem-se apoiadas para denunciar essas práticas; percebem-se como agentes capazes de transformar realidades adversas. Esse despertar crítico representa um passo fundamental rumo à mudança social profunda pois empodera as mulheres a romper ciclos violentos e influencia positivamente outras pessoas em situação semelhante.

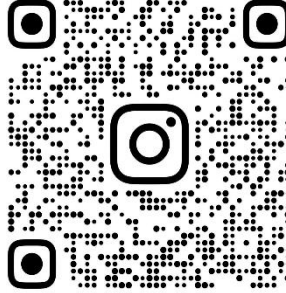
5º - As mulheres dedicam 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 5ª colocação

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	A informação é precisa, relevante, clara, completa, confiável, atual, objetiva, consistente, verificável e acessível.
Sobre o que a informação trata?	Trata da Política Nacional de Cuidados (PNC) e da proposta de enfrentar a estrutura desigual do trabalho de cuidados e afazeres domésticos, com foco nas mulheres.
O que a informação omite?	Não omite.
Quem é o público-alvo da informação?	Seguidores que buscam informações sobre a PNC e o levantamento do IBGE 2022.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Mulheres, especialmente mulheres pretas e pobres, pois o conteúdo educa e faz refletir sobre a estrutura nacional imposta, além de esclarecer e informar sobre a PNC.
A informação pode gerar impacto? Como?	Sim, ao buscar o enfrentamento da desigualdade de gênero, sobretudo nos afazeres domésticos, e ao promover conscientização sobre os direitos das mulheres.
Como a informação é apresentada?	Em formato de texto/reportagem, com chamada no Instagram para a matéria completa no site, produzido pela jornalista Beatriz de Oliveira.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Informar, educar e refletir sobre as desigualdades de gênero nos serviços domésticos e de cuidados. Outros objetivos incluem promover conscientização e mobilização social.
Como a estrutura do texto organiza os fatos?	Estruturado de forma introdutória (apresentando a PNC e dados do IBGE), seguido de desenvolvimento (falas de especialistas como Marilane Teixeira e Thamires Ribeiro) e conclusão.
Como o texto representa as mulheres?	Representa as mulheres, especialmente as pretas e pobres, como as mais afetadas pela desigualdade de gênero nos serviços domésticos e de cuidados, destacando sua sobrecarga.

Qual é o contexto histórico ou social apresentado?	Um contexto social onde mulheres negras e pobres trabalham muito mais em serviços domésticos e de cuidados, reflexo histórico da escravidão e da imposição de papéis de gênero.
Como a realidade é retratada?	A partir de dados do IBGE e falas de especialistas, que mostram a discrepância de horas trabalhadas por mulheres nesses serviços e a precarização de suas condições de trabalho.
Quais informações ou significados não intencionais aparecem?	O contexto de exploração e desigualdade social e de gênero, que evidencia a necessidade de políticas públicas como a PNC para reverter essas desigualdades.
Como a linguagem é utilizada?	De forma clara, explicativa, informativa e educativa, baseada em documentos, dados e fontes confiáveis e de autoridade.
Como o texto aborda a desigualdade de gênero?	A partir do primeiro subtema, que evidencia a sobrecarga de trabalho realizado por mulheres (principalmente negras e pobres), e do dado de 9,6 horas a mais de trabalho semanal.
Em que momento os pontos reveladores aparecem?	No início, com a introdução da PNC e os dados do IBGE, e no desenvolvimento, com as falas das especialistas que explicam o impacto da PNC e a desigualdade enfrentada pelas mulheres.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
Garantia, cuidar, ajudar, limpeza, preparo, receber, cuidado, cuidar, autocuidado, modificar, cuidado, cuidado, remunerado, cuidado, implementação, cuidados, contribui, dinamização, contribuições, tentativa, reorganizar, cuidado, atender, reconhecer, reduzir, cuidados, distribuí-los, atendimento, cuidados, cuida, cuidar, cuida, atentar, atender, empregadas, monitoramento.	Ação cultural, ação-reflexão, consciência crítica, educação emancipadora, sujeitos oprimidos.	 POST COMPARTILHADO EM 20 DE JANEIRO DE NÓS MULHERES DA PERIFERIA

Interpretação dos dados:

A Política Nacional de Cuidados (PNC) emerge como uma iniciativa voltada a combater as desigualdades estruturais que afetam predominantemente as mulheres, especialmente aquelas negras e em situação de pobreza, no âmbito dos serviços domésticos e de cuidados. Dados do IBGE de 2022 indicam que, em média, as mulheres dedicam 9,6 horas semanais adicionais a essas tarefas em comparação aos homens, consolidando um padrão histórico de sobrecarga feminina que não é reconhecido como trabalho formal. A reportagem, elaborada por Beatriz de Oliveira e divulgada via Instagram com convite para a leitura integral no site, enfatiza a necessidade urgente de debater esse tema ao apresentar dados estatísticos, fontes confiáveis e análises críticas acerca do impacto da PNC. Participam da discussão a economista Marilane Teixeira, assessora do Ministério das Mulheres, bem como Thamires Ribeiro, doutora em Serviço Social, que abordam o papel das políticas públicas na mitigação dessas disparidades.

A origem da desigualdade na distribuição das tarefas domésticas e de cuidado está enraizada na história de escravização e marginalização das mulheres negras e pobres, que atualmente constituem a maior parcela das trabalhadoras em condições precárias nos setores de limpeza, alimentação e assistência a terceiros. A PNC aprovada em 2024 visa corrigir tais desigualdades ao reconhecer o cuidado como um direito fundamental e ao implementar ações voltadas à redistribuição justa dessas responsabilidades. Os dados do IBGE demonstram que os serviços domésticos continuam sendo majoritariamente realizados por mulheres, influenciando negativamente seu acesso ao mercado formal de trabalho e sua autonomia econômica. A disparidade na carga horária dedicada às tarefas domésticas reforça uma cultura neutralizadora da exploração feminina, perpetuando um sistema estrutural que limita as possibilidades de ascensão social para aquelas inseridas em contextos vulneráveis. A elaboração deste material baseou-se em documentos oficiais, estatísticas atualizadas e entrevistas com especialistas renomados para assegurar uma abordagem informativa, clara e educativa. O conteúdo está organizado em três seções principais: introdução — apresentando a PNC e os dados do IBGE com foco na discrepância entre gêneros; desenvolvimento — aprofundamento com especialistas que discutem a importância da política pública e os obstáculos à sua implementação; conclusão — reflexão sobre o impacto potencial da PNC e as ações necessárias para promover avanços na igualdade de gênero e raça. A utilização de citações diretas fortalece os argumentos apresentados conferindo credibilidade às informações transmitidas. No

primeiro segmento da matéria destaca-se o excesso de carga feminina nas tarefas domésticas; já no segundo são expostos números alarmantes relativos à diferença horária entre homens e mulheres nesse âmbito. O texto evidencia um cenário social marcado pela desvalorização do trabalho feminino realizado dentro dos lares ou no cuidado alheio. Nesse sentido, a PNC representa uma etapa crucial na luta pelo reconhecimento dessas atividades como trabalho digno e essencial à sociedade. Assim sendo, propõe-se uma redistribuição mais equitativa das responsabilidades aliada à garantia dos direitos humanos fundamentais rompendo com modelos tradicionais que impõem sobrecarga às mulheres sem uma compensação justa.

A linguagem empregada permanece clara e argumentativa ao reforçar a urgência por mudanças estruturais capazes de diminuir essa desigualdade. Verbos como cuidar, garantir, atender, reorganizar ou contribuir aparecem reiteradamente para ilustrar as ações necessárias para transformar esse cenário. Por fim, o conteúdo desempenha papel fundamental enquanto manifestação do jornalismo contra-hegemônico ao questionar padrões sociais historicamente impostos às mulheres; promove reflexão crítica acerca da redistribuição do trabalho relacionado aos cuidados; conecta dados estatísticos às experiências vividas por milhares delas; fortalecendo possíveis mobilizações pelo fortalecimento da igualdade de gênero e raça na divisão do trabalho doméstico e assistencial. Que podem ser reforçados pelos princípios freireanos identificados:

Ação cultural: A matéria jornalística constitui uma manifestação de ação cultural ao expor uma realidade frequentemente ignorada: a realização predominantemente feminina, negra e de baixa renda, dos trabalhos de cuidado e tarefas domésticas. Ao romper o silêncio social, ela fomenta uma cultura crítica.

Ação-reflexão: O conteúdo não se limita à transmissão de informações, mas também propicia um convite à reflexão sobre os dados do IBGE e as declarações das especialistas. Sua estrutura, composta por introdução, desenvolvimento e conclusão, estimula o leitor a contemplar as questões relacionadas às desigualdades sociais e a considerar ações capazes de promover mudanças.

Consciência crítica: Ao apresentar estatísticas como as 9,6 horas adicionais dedicadas ao trabalho doméstico por parte das mulheres e ao contextualizar historicamente essa carga excessiva, o texto fomenta uma consciência crítica acerca do papel imposto às mulheres na sociedade, bem como da necessidade premente de implementação de políticas públicas eficazes.

Educação emancipadora: A reportagem desempenha uma função educativa voltada à emancipação ao esclarecer os direitos previstos na Política Nacional de Cuidados (PNC) e demonstrar seu potencial como instrumento para a reversão das desigualdades. Trata-se de uma prática pedagógica que busca empoderar sujeitos marginalizados mediante conhecimento e conscientização.

Sujeitos oprimidos: As mulheres negras e pobres são reconhecidas enquanto sujeitos históricos e sociais ativos, não meramente vítimas passivas. A reportagem valoriza suas vozes e aponta para o envolvimento de especialistas na formulação de políticas públicas, enriquecendo assim sua trajetória ao incorporar suas experiências e saberes.

6º-Trabalhadores que enfrentam o calor escaldante e chuva intensa para garantir o sustento também são vítimas da crise climática

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 6ª colocação

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	A informação é precisa, relevante, clara, incompleta (mas com direcionamento para aprofundamento no site), confiável, atual, objetiva, consistente, verificável e acessível.
Sobre o que a informação trata?	Trata de trabalhadores que enfrentam os efeitos da crise climática para garantir o sustento da família, e da desmistificação do conceito de “racismo ambiental”.
O que a informação omite?	Não omite, mas direciona para uma série especial no site para aprofundamento.
Quem é o público-alvo da informação?	Pessoas interessadas em se aprofundar no tema, especialmente seguidores do perfil que acessam a série de reportagens com fontes e referências confiáveis.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Pessoas em vulnerabilidade social que vivenciam o racismo ambiental, como comunidades negras, indígenas e imigrantes.

A informação pode gerar impacto? Como?	Sim, ao educar e desmentir o conceito de racismo ambiental, promovendo consciência crítica sobre como a crise climática afeta desproporcionalmente populações marginalizadas.
Como a informação é apresentada?	Em formato de legenda informativa/educativa no Instagram, sem identificação pessoal, com linguagem acessível e direcionamento para conteúdo mais completo no site.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Desmistificar o racismo ambiental e evidenciar por que a crise climática afeta pessoas em vulnerabilidade social de forma desproporcional. Também incentiva o aprofundamento e a reflexão crítica.
Como a estrutura do texto organiza os fatos?	Introdução desmistificadora (rompendo com o imaginário de ursos polares e geleiras), desenvolvimento com estudos e exemplos concretos, e conclusão que convida o leitor à autorreflexão e reconhecimento da realidade.
Como o texto representa os sujeitos sociais?	Representa pessoas em vulnerabilidade como protagonistas da vivência do racismo ambiental, evidenciando sua luta diária contra os efeitos da crise climática e a negligência estrutural.
Qual é o contexto histórico ou social apresentado?	Um contexto de racismo ambiental, onde o ambiente em que pessoas marginalizadas vivem é negligenciado, refletindo desigualdades históricas e sociais presentes nas periferias brasileiras.
Como a realidade é retratada?	Através de exemplos concretos: calor extremo no transporte público, alagamentos em casas precárias, falta de saneamento básico, coleta de lixo inadequada e acesso restrito à água potável.
Quais informações ou significados não intencionais aparecem?	A percepção de que muitas pessoas vivem essa realidade sem saber que estão inseridas em um contexto de racismo ambiental, revelando a necessidade de desmistificação e educação crítica.
Como a linguagem é utilizada?	De forma clara, informativa e educativa, com foco na conscientização e na acessibilidade do conteúdo.
Como o texto aborda a desigualdade ambiental?	Em todos os parágrafos, desmistificando o cenário das crises climáticas e evidenciando como elas afetam desproporcionalmente pessoas em vulnerabilidade social.

Em que momento os pontos reveladores aparecem?	A partir do segundo parágrafo até o final, com dados, exemplos e explicações que revelam o racismo ambiental como uma realidade concreta e cotidiana.
---	---

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
Fala, levar, pensar, afeta, demonstrando, descrever, afetados, coleta, racismo, enfrenta, voltar.	Consciência crítica, coparticipação dos sujeitos no ato de pensar, educação emancipadora, sujeitos oprimidos.	 POST COMPARTILHADO EM 13 DE FEVEREIRO DE NOSMULHERESDAPERIFERIA

Interpretação dos dados:

O texto analisa a crise climática e suas implicações para os trabalhadores das áreas periféricas, destacando que populações negras e socialmente vulneráveis são afetadas de maneira desproporcional. Nesse contexto, é introduzido o conceito de racismo ambiental com o intuito de desconstruir percepções convencionais acerca das mudanças climáticas e reforçar sua relação intrínseca às desigualdades estruturais. As informações apresentadas baseiam-se em estudos e análises que evidenciam os impactos ambientais nas periferias, apontando que esses trabalhadores enfrentam condições extremas de calor e chuvas intensas na luta por seu sustento. O post sugere que aqueles interessados em aprofundar seus conhecimentos podem consultar uma série de reportagens sobre racismo ambiental disponíveis no perfil do site. Assim, para comunidades negras, indígenas e migrantes, essa informação representa uma forma de reconhecimento diante da vulnerabilidade gerada pela crise climática, legitimando suas experiências. Para o público geral, a postagem propõe uma reflexão crítica ao desafiar a visão tradicional de que as mudanças climáticas afetam todas as pessoas de modo idêntico.

Embora não deixe de apresentar dados essenciais, o conteúdo poderia explorar com maior profundidade políticas públicas e soluções possíveis para mitigar os efeitos do

racismo ambiental. O público-alvo principal consiste em indivíduos em situação de vulnerabilidade social que vivenciam cotidianamente os efeitos dessa questão. Dessa forma, a postagem promove uma consciência crítica ao estimular o reconhecimento das desigualdades na estrutura urbana. Ao direcionar os leitores para uma série de matérias sobre racismo ambiental, ela cumpre um papel educativo e mobilizador ao conectar informação à ação concreta. Ademais, o texto reflete um contexto social no qual grupos marginalizados têm suas necessidades negligenciadas pelo Estado, evidenciando como tal negligência impacta também nas questões ambientais. A introdução desconstrói a ideia de que a crise climática se restringe às narrativas sobre ursos polares ou geleiras derretendo-se, trazendo essa discussão para um espaço urbano mais próximo da realidade cotidiana. Organizado progressivamente, o texto conduz o leitor por três etapas: Introdução – desmistificando percepções tradicionais acerca da crise climática; Desenvolvimento – explicando por que populações vulneráveis suportam maior carga dos efeitos ambientais mediante estudos e exemplos concretos; Conclusão – convidando à autorreflexão e à busca por informações adicionais. Nesse processo, a adoção do termo "racismo ambiental" sinaliza um avanço na abordagem do tema climático ao estabelecer conexões entre questões ambientais e desigualdades sociais. Além disso, constrói-se uma imagem realista do impacto da crise na rotina diária das pessoas, relacionando-o diretamente às estruturas de desigualdade social.

Indivíduos expostos ao calor intenso durante deslocamentos no transporte público ou aos alagamentos causados pelas chuvas em suas residências exemplificam concretamente essa realidade do racismo ambiental — demonstrando que tal problema não é distante ou abstrato, mas presente na vida diária das periferias brasileiras. A linguagem empregada é clara, pedagógica e acessível, facilitando a compreensão do conceito mesmo por públicos diversos. A estrutura textual promove uma conexão emocional com o tema ao incentivar reflexões críticas e debates responsáveis. Seguindo um formato educativo progressivo, no qual, cada parágrafo contribui para desmistificar gradualmente o conceito observa-se uma forte ligação entre teoria e experiência concreta: esse fenômeno não constitui apenas uma abstração acadêmica, mas uma vivência cotidiana dos afetados. Os pontos mais reveladores emergem já no segundo parágrafo ao estabelecer claramente a relação entre vulnerabilidade social e os efeitos da crise climática; comparado aos textos tradicionais sobre mudanças ambientais globais, este destaca-se por situar o problema no contexto urbano periférico afastando-o das discussões meramente teóricas ou distantes, assim contribuindo para legitimar as experiências dessas

populações e ampliando o debate público sobre racismo ambiental. Por fim, a análise do post publicado pelo perfil @Nósmulheresdapерифeria exemplifica um jornalismo contra-hegemônico ao oferecer uma perspectiva crítica acerca da crise climática aliada às desigualdades sociais evidentes nas periferias urbanas brasileiras. Busca desconstruir concepções distantes ou simbólicas sob essa temática enquanto conecta tais questões às experiências reais vividas por sujeitos periféricos através do uso intencional de verbos como "fala", "levar", "pensar", "afeta" e "enfrenta". Tal narrativa promove conscientização crítica ao convidar o público à reflexão ativa sobre sua própria relação social com esses fenômenos, fortalecendo conceitos voltados à educação libertadora ao reforçar que essa problemática é concreta, estruturalmente enraizada na vida cotidiana dessas populações marginalizadas. Como nos princípios freireanos identificados:

Consciência crítica: A mensagem promove a reflexão crítica ao desconstruir a ideia de "racismo ambiental", rompendo com uma visão superficial e distante acerca da crise climática — muitas vezes ilustrada por símbolos como ursos polares e geleiras derretidas. Ao destacar que os efeitos dessa crise são vivenciados de modo intenso por comunidades marginalizadas, o texto convida o leitor a reconhecer seu próprio papel nesse contexto. A apresentação de dados, exemplos concretos e orientações para aprofundamento no site reforçam o processo de conscientização sobre as estruturas sociais que sustentam as desigualdades ambientais.

Coparticipação dos sujeitos no ato de pensar: A abordagem comunicativa vai além do mero repasse de informações, estimulando o leitor a refletir, pesquisar e atuar na construção do conhecimento. Ao incentivar a consulta da série especial disponível no site, o conteúdo reconhece o leitor como sujeito pensante, capaz de dialogar com os dados apresentados e com as experiências relatadas. Essa coparticipação é fundamental para que o saber seja construído coletivamente, em diálogo com a realidade vivida por muitos indivíduos.

Educação emancipadora: A mensagem configura-se como uma prática educativa voltada à emancipação, ao fornecer instrumentos que possibilitam aos sujeitos compreenderem as causas e consequências do racismo ambiental. Ao esclarecer que a crise climática impacta desproporcionalmente populações vulneráveis — devido à falta de saneamento básico, coleta adequada de lixo, acesso à água potável e exposição a riscos ambientais — o texto promove uma leitura crítica da realidade. Essa abordagem educativa visa não apenas transmitir informações, mas também libertar os indivíduos da ignorância imposta pelas estruturas de poder que invisibilizam essas desigualdades.

Sujeitos oprimidos: O conteúdo reconhece as pessoas marginalizadas como protagonistas das narrativas apresentadas. Ao dar visibilidade às experiências de trabalhadores enfrentando temperaturas extremas nos meios de transporte público, alagamentos em suas residências e negligências ambientais cotidianas, a legenda rompe com a lógica da invisibilidade dessas realidades. Em vez de tratar esses indivíduos como vítimas passivas, o texto os posiciona como agentes históricos cujas vivências revelam a necessidade urgente de políticas públicas e ações transformadoras. Essa perspectiva é profundamente alinhada ao pensamento freireano, pois valoriza o saber popular e a experiência concreta como fundamentos para promover mudanças sociais.

7º - 45% das mulheres brasileiras têm um diagnóstico de ansiedade, depressão ou outros tipos de transtornos mentais

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 7º colocação

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	A informação é precisa, relevante, clara, completa, atual, confiável, objetiva, consistente, verificável e acessível.
Sobre o que a informação trata?	Trata do debate reflexivo sobre saúde mental, referindo-se principalmente às mulheres, com foco na conscientização do Janeiro Branco e sua aplicação na vida das mulheres.
O que a informação omite?	Não omite.
Quem é o público-alvo da informação?	Mulheres, sobretudo pretas e periféricas, que podem se identificar com o tema e buscar entender mais sobre saúde mental.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Mulheres que vivenciam situações de sobrecarga, discriminação e violência, pois o conteúdo auxilia no entendimento sobre saúde mental em um contexto de raça, gênero e classe social.

A informação pode gerar impacto? Como?	Sim, ao educar e promover reflexão crítica sobre saúde mental, incentivando ações coletivas e enfrentamento às desigualdades estruturais que afetam mulheres negras e periféricas.
Como a informação é apresentada?	Em formato de entrevista ping-pong para o site, realizada pela jornalista Beatriz de Oliveira, com linguagem clara, explicativa e educativa.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Debater o tema de forma reflexiva para mulheres que passam por situações de sobrecarga e discriminação sozinhas. Também busca educar e esclarecer os leitores sobre o tema, gerando identificação e conscientização.
Como a estrutura do texto organiza os fatos?	Estruturado em perguntas e respostas (ping-pong), evidenciando questões esclarecedoras de forma lúdica e direta, com exemplos concretos e reflexões críticas.
Como o texto representa os sujeitos sociais?	Representa mulheres negras e periféricas como protagonistas da luta pela saúde mental, destacando suas vivências e desafios em um contexto de discriminação de gênero, raça e classe social.
Qual é o contexto histórico ou social apresentado?	Um contexto de importância da saúde mental para mulheres negras e periféricas, onde questões como racismo estrutural, violência de gênero e sobrecarga de trabalho afetam diretamente sua saúde mental.
Como a realidade é retratada?	Através de dados e situações concretas, como o impacto da sobrecarga doméstica, cuidado compulsório com a família, violência de gênero e desigualdades sociais que potencializam os transtornos mentais em mulheres.
Quais informações ou significados não intencionais aparecem?	A percepção de que muitas mulheres enfrentam essas situações sem saber que estão inseridas em um contexto de desigualdade estrutural que afeta sua saúde mental.
Como a linguagem é utilizada?	De forma clara, explicativa e educativa, com foco na conscientização e acessibilidade do conteúdo.
Como o texto aborda a saúde mental?	Aborda a saúde mental como um tema que vai além de ações individuais, destacando a necessidade de ações coletivas e enfrentamento às desigualdades estruturais que afetam mulheres negras e periféricas.

Em que momento os pontos reveladores aparecem?	A partir da terceira pergunta, onde o título da postagem no Instagram é definido, até o final, com reflexões críticas e esclarecimentos sobre o impacto das desigualdades na saúde mental das mulheres.
---	---

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
Conscientização, promoção, escolhido, pensar, preconceitos, trabalhar, falar, identificar, sofrimento, ajuda, reflexão, pensar, cuidar, beber, perder, sofrimento, articular, pensar, pensar, pensar, justificar, violência, quebrar, direcionado, falar, oferecer, romper, discurso, atravessam, chegam, praticar, cuidar, fazer, buscando, convoquem, entender, abraça.	Consciência crítica, ação reflexão, sujeitos oprimidos	 POST COMPARTILHADO EM 12 DE JANEIRO DE NOS MULHERES DA PERIFERIA

Interpretação dos dados:

A publicação no Instagram investiga a conexão entre saúde mental e desigualdade social, com destaque para o janeiro branco 2025. As informações fornecidas são precisas, pertinentes e apresentadas de forma clara, incluindo dados estatísticos que demonstram a elevada prevalência de transtornos mentais entre mulheres brasileiras (45%) e relacionando esse fenômeno às discriminações estruturais. A postagem apoia-se em citações de Natália Silva, fundadora do grupo Reinserir Psicologia, conferindo-lhe autoridade no tema. O conteúdo enfatiza que o adoecimento psicológico das mulheres negras e periféricas está intimamente ligado às desigualdades sociais, como racismo e sobrecarga do trabalho doméstico. Para essas mulheres, tal informação atua como uma ferramenta de conscientização acerca do fato de que seu sofrimento psíquico não é apenas individual, mas resultante de fatores estruturais. Profissionais da saúde mental podem interpretar essa abordagem como um alerta para a necessidade de práticas clínicas que adotem uma perspectiva interseccional.

A produção foi realizada pelo perfil @Nósmulheresdaperiferia, com entrevista conduzida pela jornalista Beatriz de Oliveira. O formato adotado na plataforma Instagram é o carrossel, possibilitando uma apresentação dinâmica e segmentada das informações. Assim, o objetivo principal da publicação é informar e estimular a reflexão coletiva acerca da relação entre saúde mental e desigualdade social. Além do aspecto educativo, a mensagem funciona como uma ferramenta potencial de mobilização social ao fomentar discussões relacionadas às políticas públicas e aos direitos civis. Destaca-se também que o adoecimento mental dessas mulheres não deve ser interpretado isoladamente, mas sim compreendido enquanto consequência de opressões sistêmicas — uma abordagem que reforça uma leitura interseccional e contrária à hegemonia dominante. A estrutura do post combina dados estatísticos, depoimentos de especialistas e reflexões críticas para construir um discurso informativo e pedagógico. A linguagem utilizada é clara e explicativa, permitindo maior acessibilidade ao público-alvo. O verbo "pensar" aparece cinco vezes ao longo do texto, reforçando a ação cognitiva incentivada pelo conteúdo — ou seja, promove-se uma desconstrução dos preconceitos existentes ao estimular as mulheres a refletirem sobre sua própria realidade social, fortalecendo sua autonomia e compreensão sobre suas condições. Verbos como "falar" e "cuidar" aparecem duas vezes cada; tais termos evidenciam tanto o estímulo ao pensamento crítico quanto à necessidade de ações concretas: falar está relacionado à quebra do silêncio acerca das questões de saúde mental e desigualdade social, promovendo diálogos abertos; cuidar refere-se ao autocuidado e à solidariedade coletiva, um chamado à ação conjunta contra os efeitos dessas desigualdades na saúde psíquica. Adicionalmente, verbos como "romper", "debater", "trabalhar" e "quebrar" indicam um desejo por transformação social — superação das estruturas opressivas existentes. A audiência principal composta por mulheres negras e periféricas pode se identificar com o conteúdo buscando compreender melhor sua condição emocional; simultaneamente, profissionais da área da saúde mental são convidados a refletir sobre abordagens mais inclusivas e críticas durante seus atendimentos. Dessa forma, essa publicação não apenas promove educação, mas também busca mobilizar suas leitoras a acessar o conteúdo completo para aprofundar debates pertinentes, fomentando assim um pensamento crítico capaz de impulsionar mudanças comportamentais ou facilitar acesso a serviços especializados. Contudo, ela não entra em detalhes acerca do papel das políticas públicas na garantia do acesso gratuito ao tratamento psicológico nem discute fatores institucionais como violência obstétrica ou racismo institucional na contribuição para o quadro de sofrimento dessas mulheres.

Por fim, comparando este material com publicações anteriores relativas à saúde mental percebe-se uma evolução na abordagem: há maior ênfase na articulação entre condições emocionais adversas e as desigualdades sociais presentes na vida dessas mulheres. Enquanto outras postagens priorizavam cuidados individuais, já nesta há um viés mais coletivo-estrutural alinhado à perspectiva freireana. A linguagem empregada é direta e acessível; utiliza uma abordagem educativa voltada à desmistificação do sofrimento psíquico das mulheres periféricas. As citações especializadas reforçam a credibilidade da mensagem enquanto o formato em carrossel favorece a absorção visual dos conteúdos apresentados, este recurso também estimula maior engajamento dos usuários devido à atração gerada pelos elementos gráficos bem-organizados. Assim sendo, o uso dessa estratégia nas redes sociais reflete uma adaptação do jornalismo contra-hegemônico às plataformas digitais ampliando a disseminação acessível da informação pública através desses meios. Em suma, cabe destacar que a iniciativa do perfil @Nósmulheresdaperiferia relacionada à saúde mental no janeiro branco 2025 mantém-se dentro de uma linha informativa-reflexiva sustentada nos princípios freireanos aqui identificados:

Consciência crítica: De acordo com Paulo Freire, a consciência crítica consiste na capacidade de perceber as estruturas sociais que influenciam e moldam a existência dos indivíduos. No âmbito da entrevista acerca de saúde mental, tal princípio se manifesta ao evidenciar que o sofrimento psicológico das mulheres — sobretudo aquelas negras e habitantes de periferias — não decorre de uma suposta fragilidade individual, mas sim de um sistema opressor que sobrecarrega, silencia e violenta. Ao apresentar dados como o fato de 45% dessas mulheres enfrentarem algum transtorno mental, correlacionando-os à carga excessiva no âmbito doméstico, ao cuidado compulsório com a família, à violência baseada em gênero e ao racismo estrutural, o texto fomenta uma leitura crítica da realidade social. A linguagem acessível e clara possibilita que essas mulheres se reconheçam enquanto sujeitos históricos marcados por opressões, ao invés de responsabilizarem-se por suas dores. Dessa forma, o conteúdo não apenas transmite informações, mas também convida à conscientização acerca dos fatores sociais que contribuem para sua enfermidade — além de estimular a reflexão sobre possíveis ações coletivas para enfrentá-los.

Ação-reflexão: Segundo Freire, não há verdadeira ação sem reflexão e vice-versa. A entrevista apresentada na forma de diálogo questionamento-resposta constitui

uma ferramenta dialógica capaz de promover essa relação dinâmica. Ao trazer relatos concretos experienciados por mulheres negras e periféricas e ao oferecer respostas da psicóloga capazes de gerar identificação, o texto estimula uma reflexão crítica sobre aspectos do cotidiano dessas pessoas. Contudo, essa reflexão transcende a mera contemplação: ela se realiza em ação quando propõe que os cuidados relacionados à saúde mental sejam abordados não apenas numa perspectiva individualista, mas também coletiva. A partir da terceira questão abordada, há uma ampliação do debate para as redes sociais por meio de uma postagem no Instagram que leva a discussão aos espaços onde essas mulheres estão inseridas. Essa conexão entre pensar e agir é fundamental para promover transformações na realidade social — aquilo que o princípio ação-reflexão busca alcançar.

Sujeitos oprimidos: Para Paulo Freire, os sujeitos oprimidos representam agentes ativos na conquista de sua libertação. Nesse sentido, a abordagem das questões revela esse princípio ao colocar as mulheres negras e periféricas no centro do debate acerca da saúde mental. Elas deixam de ser meramente receptoras passivas das informações para serem reconhecidas enquanto sujeitos históricos capazes de viver resistência às múltiplas formas de opressão presentes em suas vidas. A entrevista não trata delas como objetos; ela dialoga com elas diretamente. Ao explorar temas como machismo institucionalizado nas organizações sociais, sobrecarga no trabalho operacional, violência de gênero e racismo estrutural, o texto denuncia as estruturas responsáveis pelo adoecimento psíquico dessas mulheres e convoca ações resistências. Mais do que fornece informações fragmentadas, ele valida suas experiências vividas e oferece ferramentas para compreender-se melhor, nomeando-as e transformando sua realidade social. Esse reconhecimento é essencial para garantir um processo educativo emancipador, além de reforçar a compreensão da saúde mental como direito humano fundamental e não privilégio exclusivo.

8º - A episiotomia e “ponto do marido” são mutilações genitais naturalizadas no Brasil

Observando os dados:

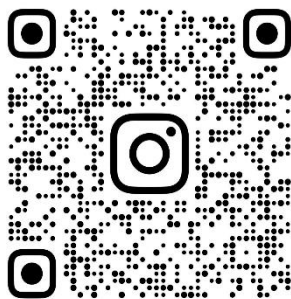
Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 8º colocação

Questão Analítica	Resposta Aplicada

Quais são os parâmetros da informação?	A informação é precisa, relevante, clara, completa, confiável, atual, objetiva, consistente, verificável e acessível.
Sobre o que a informação trata?	Trata das mutilações nos genitais femininos no Brasil que geralmente ocorrem durante o processo e pós-parto normal, referindo-se às mulheres e às situações em que seus direitos são feridos, sobretudo o direito sobre o próprio corpo.
O que a informação omite?	Não omite.
Quem é o público-alvo da informação?	Mulheres, especialmente aquelas que não têm conhecimento sobre os procedimentos que ocorrem na realização do parto, onde as informações não são abertas ou divulgadas.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Mulheres que buscam esclarecimento e informações sobre seus direitos e sobre os procedimentos realizados durante o parto, para que possam compreender e reivindicar sua autonomia sobre o próprio corpo.
A informação pode gerar impacto? Como?	Sim, ao influenciar o debate e o diálogo sobre o tema, promovendo o conhecimento dos direitos das mulheres e incentivando a reflexão sobre a cultura patriarcal que controla seus corpos.
Como a informação é apresentada?	Em forma de reportagem para o site do Nós, feita pela jornalista Amanda Stabile, com linguagem clara, narrativa, argumentativa, informativa e educativa.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Conscientizar as mulheres sobre esses tipos de procedimentos e refletir sobre a cultura de controle sobre os corpos femininos a partir de uma ordem patriarcal.
Como a estrutura do texto organiza os fatos?	Introduz o tema, desenvolve com explicações fundamentadas na OMS, estudos científicos e citações diretas de fontes de autoridade, concluindo com sugestões de fontes sobre o tema.
Como o texto representa os sujeitos sociais?	Representa as mulheres como protagonistas da luta por seus direitos, destacando suas vivências e desafios em um contexto de desvalorização e controle patriarcal sobre seus corpos.

Qual é o contexto histórico ou social apresentado?	Um contexto histórico de uma cultura patriarcal onde a assistência no parto é marcada pela objetificação do corpo feminino e pela negligência da sua autonomia e bem-estar.
Como a realidade é retratada?	Através de relatos de mulheres, comprovações científicas, estudos e histórico situacional que criticam os métodos de mutilações dos corpos femininos sem necessidade, podendo provocar problemas posteriores.
Quais informações ou significados não intencionais aparecem?	A percepção de que muitas mulheres passam por essas situações sem saber que estão inseridas em um contexto de violência e negligência estrutural, reforçando a necessidade de conscientização e educação crítica.
Como a linguagem é utilizada?	De forma clara, narrativa, argumentativa, informativa e educativa, com apresentação de dados científicos, argumentos de autoridade e exemplos concretos das vítimas.
Como o texto aborda a violência feminina?	Aborda a violência feminina como uma prática rotineira no Brasil, evidenciando dados como os 53.5% dos casos de episiotomia em partos normais, enquanto a OMS recomenda que a porcentagem seja inferior a 10%.
Em que momento os pontos reveladores aparecem?	A partir do segundo parágrafo, onde é apresentada a comparação percentual dos casos de episiotomia e o indicado pela OMS, até o final, com relatos de vítimas e comprovações científicas que validam as informações.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
--	---	---

Práticas, reforçando, mutilações, silenciado, submetidas, lidando, denunciar, falou, morrer, nascer, ensinados, transmitidos, questionamento, reformular, implementar, garantir, orientação, levar, debate, violências, exigir.	Ação cultural, ação-reflexão, consciência crítica, cultura do silêncio, educação emancipadora, sujeitos oprimidos.	 POST COMPARTILHADO EM 26 DE FEVEREIRO DE NOSMULHERESDAPERIFERIA
---	--	---

Interpretação dos dados:

A episiotomia e o denominado "ponto do marido" constituem mutilações genitais naturalizadas no Brasil, frequentemente praticadas no contexto do parto vaginal. Tais procedimentos refletem uma cultura de controle sobre os corpos femininos, enraizada na lógica patriarcal que desvaloriza a autonomia das mulheres e negligência seu bem-estar. A informação fornecida é precisa, pertinente, clara, abrangente, confiável, atualizada, objetiva, consistente, verificável e acessível. O objetivo central consiste em esclarecer acerca de práticas obstétricas que podem ser interpretadas como formas de violência contra as mulheres. A análise fundamenta-se em dados científicos, estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS), relatos de vítimas e opiniões de especialistas. Os fatos referem-se às mulheres submetidas a mutilações genitais durante o parto, muitas vezes sem consentimento informado. Para as mulheres impactadas, essa informação funciona como um alerta acerca de seus direitos e das violências obstétricas; para os profissionais de saúde, constitui um convite à reflexão sobre suas práticas médicas; para a sociedade em geral, fomenta o debate sobre a naturalização dessas violações.

O texto evita omissões e compromete-se com a transparência ao abordar dados científicos e depoimentos diretos de vítimas. Os leitores interessados em obter informações detalhadas podem consultar o artigo disponível no site do Nós, conforme indicado na legenda da postagem. O conteúdo tem enfoque especialmente voltado às mulheres, sobretudo aquelas que desconhecem os procedimentos obstétricos realizados durante o parto. Dessa forma, mulheres desinformadas acerca da episiotomia e do ponto do marido beneficiam-se desta reportagem ao compreender as violações que podem ocorrer nesse momento e ao passarem a reivindicar respeito à sua autonomia. O texto

busca promover o debate público ao permitir que mais mulheres conheçam seus direitos e possam adotar medidas protetivas frente às práticas obstétricas prejudiciais. A produção jornalística foi realizada por Amanda Stabile, jornalista do portal Nós, com o propósito de conscientizar as mulheres acerca dos procedimentos obstétricos coercitivos. Além de educar e informar, visa também impulsionar ações políticas, influenciar protocolos médicos e fortalecer redes de apoio às vítimas de violência obstétrica. A reportagem evidencia como a assistência ao parto no Brasil ainda está inserida numa cultura patriarcal que objetifica o corpo feminino e silencia sua autonomia: inicia apresentando o tema com explicações científicas e estatísticas relevantes antes de concluir com sugestões fornecidas pela especialista entrevistada. Tal estrutura fortalece uma narrativa crítica acerca da violência obstétrica. Utiliza dados estatísticos para demonstrar a gravidade dessa problemática: enquanto 53,5% dos partos normais são submetidos à episiotomia — prática recomendada pela OMS para menos de 10% —, evidencia-se também que essa violência estrutural reflete uma sociedade que negligencia tanto a saúde quanto os direitos das mulheres. A linguagem empregada é clara, narrativa, argumentativa, informativa e educativa; sua credibilidade é reforçada pela combinação entre relatos empíricos das vítimas, estudos científicos rigorosos e argumentos fundamentados por autoridades na área.

Por fim, essa abordagem pode ser comparada a outras análises relacionadas à violência contra as mulheres ao ilustrar como a lógica patriarcal persiste na sociedade sob diferentes aspectos. Nesse contexto profissionalmente enriquecedor para o público feminino — principal beneficiário —, o texto serve como ferramenta para denúncia social: possibilita reflexão crítica e reivindicações por direitos legítimos. Os verbos utilizados — denunciar, exigir, reformular, orientar, garantir e debater — indicam um apelo efetivo à ação coletiva ou individual. A estratégia analítica consiste em desmistificar a episiotomia e o ponto do marido através da apresentação minuciosa dos dados concretos aliada à vivência real das vítimas; esse método permite identificar claramente uma violência sistemática estruturada na rotina do parto brasileiro ao evidenciar padrões históricos de submissão e silenciamento impostos às mulheres. Dentre os princípios freireanos implicitamente presentes nessa abordagem estão:

Ação cultural: A matéria jornalística atua como uma intervenção cultural ao romper com a invisibilidade das mutilações sexuais femininas ocorridas durante o parto normal no Brasil. Ao denunciar práticas como a episiotomia realizada sem consentimento, ela converte o conhecimento em uma ferramenta de emancipação. Nesse

cenário, a cultura deixa de ser meramente tradição para assumir uma dimensão de espaço de disputa e transformação social. A reportagem evidencia como o corpo feminino tem sido historicamente submetido a um controle sustentado por uma lógica patriarcal, promovendo assim uma leitura crítica e libertadora da realidade.

Ação-reflexão: O conteúdo não se limita à transmissão de informações; ele estimula o pensamento crítico. Por meio da apresentação de dados científicos, depoimentos de vítimas e declarações profissionais do setor de saúde, a reportagem convida as mulheres a refletirem sobre suas experiências pessoais e a questionarem procedimentos que lhes foram impostos sem justificativa adequada. Essa reflexão é fundamental para fomentar ações conscientes. A episiotomia é mostrada como prática rotineira e muitas vezes violenta, frequentemente realizada sem anestesia ou consentimento, ressaltando a necessidade premente de transformar essa situação através de ações reflexivas.

Consciência crítica: A conscientização crítica ocorre quando as mulheres reconhecem que aquilo que lhes foi apresentado como “normal” constitui uma forma de violência. A reportagem revela que 53,5% dos partos normais no país incluem episiotomias, enquanto a Organização Mundial da Saúde recomenda taxas inferiores a 10%. Compreendendo essa discrepância e analisando relatos de mulheres silenciadas e violentadas, o texto provoca uma ruptura com o senso comum. As leitoras passam a entender que possuem direito à informação, ao consentimento informado e ao respeito — direitos estes que podem reivindicar ativamente.

Cultura do silêncio: De maneira contundente, a reportagem denuncia a cultura do silêncio prevalente na sociedade. Muitas mulheres desconhecem os procedimentos realizados em seus corpos durante o parto; elas nem foram informadas nem consultadas previamente. Esse silêncio é imposto como norma social, mascarando práticas violentas sob alegações de cuidado médico legítimo. Ao dar voz às vítimas e nomear tais ações como mutilações corporais, o texto transforma o silêncio em discurso ativo. Essa fala representa resistência contra esse silêncio forçado; por exemplo, um comentário de um médico sugerindo que o marido deveria “agradecer” a episiotomia exemplifica objetificação feminina e perpetuação dessa cultura silenciada.

Educação emancipadora: A reportagem funciona enquanto instrumento educativo libertador ao promover autonomia além do simples fornecimento de informações. Ao esclarecer sobre procedimentos médicos invasivos, direitos das mulheres e apresentar dados científicos críticos dessas práticas, ela empodera suas

leitoras. Mulheres sensibilizadas por esse conteúdo podem reconhecer-se como sujeitos detentores de direitos fundamentais, entender as violações sofridas e buscar estratégias para proteção individual e transformação social. Assim sendo, essa educação atua enquanto ato libertador — alinhada aos princípios defendidos por Freire — uma educação capaz tanto de libertar quanto de promover mudanças sociais.

Sujeitos oprimidos: As mulheres retratadas na matéria representam indivíduos submetidos à opressão decorrente da estrutura médica patriarcal que desrespeita seus corpos e decisões próprias. Contudo, ao ouvirem suas vozes ter seus relatos publicados, elas deixam de ser meramente vítimas passivas para assumirem protagonismo na denúncia e na promoção da mudança social. A reportagem reconhece essa opressão estrutural, mas também busca combatê-la ativamente. Por meio dos depoimentos coletados, das evidências científicas apresentadas e do contexto histórico marcado por mais de cinco décadas de críticas às mutilações femininas institucionais, ela constrói uma narrativa não apenas informativa, mas transformadora da realidade social vigente.

9º - Explicando os efeitos do racismo ambiental com música

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 9º colocação

Questão Analítica	Resposta Aplicada
Quais são os parâmetros da informação?	A informação é precisa, relevante, clara, completa, confiável, atual, objetiva, consistente, verificável e acessível.
Sobre o que a informação trata?	Trata dos efeitos do racismo ambiental, evidenciando o perigo de morte por ondas intensas de calor, especialmente para a população periférica, sobretudo negra, que vive em áreas vulneráveis e negligenciadas.
O que a informação omite?	Não omite.
Quem é o público-alvo da informação?	População periférica, sobretudo pessoas negras, que estão em maior risco devido às ondas de calor intenso e ao racismo ambiental que perpetua desigualdades sociais e demográficas.

Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente negras, que podem se conscientizar sobre os riscos das ondas de calor e buscar formas de proteção e reivindicação de políticas públicas mais inclusivas.
A informação pode gerar impacto? Como?	Sim, ao evidenciar estatisticamente que pessoas negras e periféricas estão correndo risco de morte devido ao calor em áreas que sofrem racismo ambiental, promovendo conscientização e debate sobre o tema.
Como a informação é apresentada?	Em formato carrossel com informações científicas, sem identificação, aludindo com música às evidências científicas que apontam que o “calor está de matar”.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Informar sobre os efeitos do racismo ambiental e as ondas de calor intenso, validando a questão com dados científicos e promovendo um diálogo com os seguidores sobre como estão enfrentando essa realidade.
Como a estrutura do texto organiza os fatos?	Apresenta dados científicos, como os estudos da Fiocruz, UFRJ e Universidade de Lisboa, que revelam que a mortalidade por calor é maior em pessoas negras e periféricas, além de contextualizar o histórico escravista.
Como o texto representa os sujeitos sociais?	Representa pessoas negras e periféricas como protagonistas de uma luta contra o racismo ambiental, destacando suas vivências e desafios em um contexto de desigualdade social e demográfica.
Qual é o contexto histórico ou social apresentado?	Um contexto histórico de desigualdade social e demográfica, onde pessoas negras ainda morrem por serem pretas, vivendo em realidades periféricas devido ao legado escravista do Brasil.
Como a realidade é retratada?	Através de dados científicos que apontam que as taxas de mortalidade por calor aumentam significativamente na população negra e vulnerável, evidenciando o racismo ambiental e suas consequências.
Quais informações ou significados não intencionais aparecem?	A percepção de que o racismo ambiental perpetua desigualdades históricas e que a negligência em áreas periféricas é uma forma de violência estrutural que coloca vidas em risco.

Como a linguagem é utilizada?	De forma informativa e acessível, com dados científicos e estratégias comunicacionais, como o uso de música para aludir às evidências científicas e engajar o público.
Como o texto aborda o racismo ambiental?	Aborda o racismo ambiental como uma prática estrutural que negligencia áreas periféricas, expondo pessoas negras e vulneráveis a riscos maiores de morte por ondas de calor intenso.
Em que momento os pontos reveladores aparecem?	No primeiro quadro do carrossel informativo, que revela que 48 mil brasileiros morreram devido às ondas de calor intenso, seguido por dados que mostram que a mortalidade é maior em pessoas pretas ou pardas.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
Morreram, publicado, revelou, aumentam, revela.	Consciência crítica, dialogicidade, sujeitos oprimidos, educação emancipadora.	 POST COMPARTILHADO EM 17 DE FEVEREIRO DE NOSMULHERESDAPERIFERIA

Interpretação dos dados:

O racismo ambiental constitui um fenômeno que impacta de maneira direta populações vulneráveis, refletindo desigualdades históricas e estruturais presentes na sociedade. No contexto brasileiro, episódios de calor extremo evidenciam essa disparidade ao afetar com maior intensidade indivíduos negros e comunidades periféricas, frequentemente residentes em áreas carecidas de infraestrutura adequada para suportar altas temperaturas. Segundo informações divulgadas pela CNN Brasil, diversas regiões do país têm registrado temperaturas superiores a 40 °C, como São Paulo (38 °C) e Rio de Janeiro (42 °C). Em face desse panorama, a prefeitura do Rio de Janeiro precisou emitir alertas de “calor extremo”, trazendo a questão à pauta do debate público. A elevação das

temperaturas apresenta riscos de mortalidade principalmente para aqueles que habitam zonas de risco, tais como bairros periféricos e comunidades sem acesso a medidas eficazes de proteção contra o calor. Essa realidade tem raízes no passado escravista do Brasil, cujo legado ainda se manifesta na distribuição desigual dos espaços urbanos. A maior parte da população negra reside em áreas menos arborizadas, com insuficiência na ventilação natural, infraestrutura urbana precária e acesso limitado a serviços de saúde preventiva. Tal conjuntura potencializa os efeitos das temperaturas extremas, tornando esses grupos mais suscetíveis a doenças relacionadas ao calor e fatalidades.

A estratégia comunicacional adotada na postagem em formato carrossel busca estabelecer uma conexão entre dados científicos e uma linguagem acessível ao público geral. Através da frase “o calor tá de matar”, presente na cultura popular e reforçada por estatísticas relevantes, o conteúdo visa informar e sensibilizar os leitores acerca da gravidade da questão. Ao relacionar esse trecho musical à problemática social e ambiental contemporânea, a publicação facilita a compreensão do tema e amplia seu alcance social. Essa abordagem atua como uma ponte entre o conhecimento acadêmico e as vivências cotidianas daqueles que enfrentam diretamente os efeitos do racismo ambiental. As informações apresentadas são precisas, transparentes, verificáveis e acessíveis ao público, fundamentadas em estudos científicos realizados pela Fiocruz (UFRJ) e pela Universidade de Lisboa. Tais estudos indicam que cidades como Belém, Recife, Brasília e São Paulo apresentam maiores taxas de mortalidade por calor entre pessoas negras e pardas. Ao divulgar que aproximadamente 48 mil brasileiros perderam suas vidas devido às ondas de calor intenso, o texto reforça a urgência de ações políticas e comunitárias para combater as desigualdades climáticas. O público prioritário dessa comunicação compreende especialmente populações periféricas — notadamente negras — residentes em espaços urbanos desprivilegiados que experimentam os impactos diretos das mudanças climáticas sem suporte estrutural adequado. Ao evidenciar como o racismo ambiental coloca vidas em risco, o conteúdo funciona também como um instrumento pedagógico emancipador; promove o reconhecimento dos direitos dessas comunidades afetadas enquanto estimula reflexões críticas necessárias ao debate público. O benefício imediato dessa orientação informativa é voltado às próprias populações vulneráveis: elas passam a dispor de dados científicos concretos que corroboram sua experiência realística e justificam demandas por políticas públicas inclusivas. Além disso, ao incentivar diálogos nos canais digitais tal abordagem propicia troca de experiências entre seguidores sobre estratégias coletivas para enfrentar o problema.

Assim sendo, a estrutura textual adota um fluxo informativo-educativo: inicialmente apresenta dados provenientes da ciência; posteriormente contextualiza historicamente o racismo ambiental no Brasil. Por fim, promove uma interlocução com os leitores acerca das suas próprias vivências frente às ondas extremas de calor, evidenciando uma condição estruturalmente desigual, no qual tanto fatores históricos quanto disparidades socioespaciais continuam prejudicando segmentos específicos da população negra. A temática comunicada combina linguagem clara, argumentos fundamentados em estatísticas atuais, relatos sociais bem como referências culturais para conferir credibilidade ao conteúdo. Ao longo do desenvolvimento textual destacam-se verbos como *morreram*, *revelaram*, *aumentam*, e denúncias que reforçam uma postura crítica própria do jornalismo digital contravém hegemonia dominante instigando reflexões profundas acerca do racismo ambiental associando-o à necessidade urgente por políticas públicas eficazes. Essa produção contribui assim para uma comunicação dissidente, trazendo à luz um tema muitas vezes invisibilizado pelo discurso hegemônico, mediante abordagem dialógica, em que a conexão estabelecida entre ciência, cultura e experiência social favorece um entendimento ampliado desses impactos ambientais relacionados às desigualdades raciais no Brasil. Com isso, foram identificados os seguintes princípios freireanos:

Consciência crítica: A iniciativa informacional acerca dos impactos do racismo ambiental e das ondas de calor intenso emerge da necessidade premente de estimular a formação de uma consciência crítica na sociedade. Ao divulgar que mais de 48 mil brasileiros faleceram em decorrência do calor excessivo, sendo os negros e pardos os grupos mais atingidos, o conteúdo transcende a simples apresentação de dados, constituindo uma denúncia contra uma estrutura social que mantém e reforça desigualdades. Pesquisas conduzidas por instituições como Fiocruz, UFRJ e Universidade de Lisboa evidenciam que cidades como Belém, Recife, Brasília e São Paulo apresentam taxas de mortalidade significativamente superior entre populações negras e periféricas. Essa leitura da realidade, conforme proposta por Paulo Freire, antecede a leitura da palavra: é uma compreensão do mundo enquanto espaço de conflito, onde o calor letal não ocorre por acaso, mas como consequência de negligências históricas e políticas.

Dialogicidade: A maneira pela qual o conteúdo é apresentado na forma de um carrossel informativo contendo dados científicos e referências musicais alusivas à expressão “o calor está de matar”, promove uma comunicação dialógica. Ao convidar os

seguidores a compartilharem suas estratégias para lidar com as ondas de calor, o material rompe com a lógica da transmissão unidirecional da informação. Ele ouve, provoca reflexão e dialoga. A utilização da música, como expressão popular, aproxima o conhecimento científico das experiências cotidianas, construindo pontes entre diferentes saberes. Essa prática dialógica torna-se fundamental para que o processo educativo seja emancipatório, possibilitando aos sujeitos reconhecerem-se como agentes ativos na construção do saber.

Sujeitos oprimidos: O enfoque na população negra e periférica reconhece esses sujeitos como protagonistas de sua própria história. Ao evidenciar que tais comunidades residem em áreas negligenciadas e desprovidas de infraestrutura adequada para enfrentar temperaturas extremas, o conteúdo denuncia o racismo ambiental enquanto violência estrutural. A dura realidade de que pessoas pretas continuam a sucumbir por motivos raciais — herdados do legado escravocrata que as empurra para territórios vulneráveis — é apresentada com rigorosa sensibilidade. Segundo Freire, os oprimidos não devem ser considerados objetos passivos da história; ao contrário, são sujeitos capazes de influenciar sua transformação. Assim sendo, essa mensagem convoca-os à conscientização coletiva e à ação transformadora.

Educação emancipadora: Mais do que mera transmissão de informações, a proposta pedagógica busca promover a emancipação social. Ao fundamentar-se em dados científicos validados, oferecer um contexto histórico pertinente à desigualdade racial no Brasil e estimular diálogos com os seguidores, transforma-se o dado em instrumento político-educativo voltado à luta por justiça social. Não se trata apenas de denúncia; há também caminhos possíveis para a mudança efetiva. Nesse sentido, a educação aqui exercida não é neutra: assume caráter político-crítico e comprometido com a vida humana. Reconhecendo os sujeitos enquanto agentes capazes de compreender suas realidades e agir sobre elas, a partir do princípio freireano o conteúdo reafirma seu papel libertador ao invés de domesticar ou opor obstáculos ao desenvolvimento crítico dos indivíduos

10º-Vida digna é direito, não privilégio

Observando os dados:

Questionário referente ao “Quadro 1” aplicado ao conteúdo da 10º colocação

Questão Analítica	Resposta Aplicada
-------------------	-------------------

Quais são os parâmetros da informação?	A informação é precisa, relevante, clara, completa, confiável, atual, objetiva e consistente. Não há verificação, pois trata-se de um relato pessoal em primeira pessoa.
Sobre o que a informação trata?	Trata da reflexão da jornalista Beatriz de Oliveira, do “Nós”, sobre direitos e privilégios, abordando como pessoas negras, especialmente mulheres, percebem o acesso a direitos fundamentais como um privilégio.
O que a informação omite?	Não omite.
Quem é o público-alvo da informação?	Todos os seguidores que buscam o perfil.
Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação?	Todos os seguidores.
Quem são os sujeitos sociais representados?	Pessoas pretas no geral, com foco em mulheres.
Quem é convocado a agir ou refletir?	Pessoas pretas, para entender um sentimento compartilhado a partir da reflexão da jornalista.
A informação pode gerar impacto? Como?	Sim, a partir da reflexão crítica, busca o desenvolvimento da consciência sobre desigualdades raciais e sociais, com base nas experiências vividas pela jornalista.
Como a informação é apresentada?	Em formato de carrossel, com um relato em primeira pessoa, trazendo reflexões sobre a vida da jornalista Beatriz de Oliveira.
Qual é o objetivo ostensivo do texto? Há outros objetivos possíveis?	Trazer uma reflexão sobre vivências e questionamentos acerca dos direitos das pessoas pretas e como esses direitos, quando conquistados, são percebidos como “privilégios”.
Como a estrutura do texto organiza os fatos?	Apresenta um contexto onde o acesso a direitos fundamentais, garantidos por lei, é sentido como privilégio por pessoas negras, refletindo um histórico de racismo e falta de oportunidades.

Como o texto representa os sujeitos sociais?	Representa pessoas negras, especialmente mulheres, como protagonistas de uma luta por direitos, destacando suas vivências e desafios em um contexto de desigualdade racial e social.
Qual é o contexto histórico ou social apresentado?	Um contexto de desigualdade racial, onde o acesso a direitos fundamentais por pessoas negras é percebido como privilégio, devido ao histórico de racismo e exclusão social.
Como a realidade é retratada?	Através de um relato em primeira pessoa, que descreve a vivência de uma mulher negra com acesso a uma vida digna, mas que percebe o sentimento de privilégio ao conquistar direitos que deveriam ser universais.
Quais informações ou significados não intencionais aparecem?	A sensibilização a partir da identificação com outras pessoas que passam por situações parecidas.
Como a linguagem é utilizada?	De forma reflexiva e acessível, com um tom pessoal e íntimo, que convida à identificação e à reflexão crítica sobre desigualdades raciais e sociais.
Como o texto aborda a desigualdade racial?	Aborda a desigualdade racial como um reflexo histórico de racismo e falta de oportunidades, evidenciado pelo sentimento de “privilégio” ao conquistar direitos que deveriam ser garantidos a todos.
Em que momento os pontos reveladores aparecem?	A partir das conquistas e sentimentos vivenciados por Beatriz, que percebeu-se privilegiada por ter acesso a direitos comuns, mas que para pessoas negras sempre vêm à base de muita luta e sofrimento.

Foco - (conforme apresentado no quadro 2)	Princípios freireanos identificados - (conforme apresentado no quadro 3)	Acesse - (código QR que dá acesso ao conteúdo analisado)
--	---	---

Travado, luta, conquistar, carregava, explorar, passei, desmascarar, romantizar, atingir, esforçou, atribuir, racismo, acreditar	Ação cultural, consciência crítica, dialogicidade	
--	---	--

Interpretação dos dados:

A percepção de privilégio ao obter direitos básicos reflete a estrutura racista que permeia a sociedade brasileira. O post apresentado em formato de carrossel, publicado no perfil do Nós, Mulheres da Periferia, com uma reflexão da jornalista Beatriz de Oliveira, levanta uma questão fundamental: por que pessoas negras sentem que uma vida digna é um privilégio, quando na verdade deveria ser um direito assegurado? A publicação tem como base a experiência pessoal da autora, que compartilha sua trajetória como mulher negra que conseguiu acessar direitos essenciais, mas que, carregando consigo a consciência coletiva das injustiças históricas, reconheceu-se como privilegiada. Este relato, ao mesmo tempo íntimo e político, revela um cenário onde aquilo que deveria ser garantido a todos se torna uma conquista para poucos evidenciando as desigualdades raciais e sociais presentes no Brasil.

Na legenda do post, essa problemática é resumida ao propor uma abordagem dialógica: questiona diretamente às seguidoras se já se sentiram privilegiadas por não terem uma narrativa exclusivamente marcada pelo sofrimento. Essa provocação promove identificação e abre espaço para um diálogo coletivo acerca de experiências compartilhadas. O conteúdo consiste em um relato pessoal que busca ser preciso, relevante, claro e acessível — ainda que subjetivo e não verificável, pois trata da vivência individual de Beatriz de Oliveira. Sua reflexão expõe a contradição de um sistema que transforma direitos em privilégios para as pessoas negras. A informação presente no texto evita omissões importantes e promove um debate crítico e educativo. Embora o público principal seja composto por mulheres negras, o post consegue alcançar todos os seguidores do perfil, ampliando a discussão acerca do racismo estrutural e das

oportunidades desiguais. Ao estimular a identificação com outras pessoas em situações semelhantes, o conteúdo favorece o desenvolvimento da consciência crítica dos leitores, incentivando-os a questionar aquilo que naturalizaram como privilégio — algo que deveria ser direito adquirido universalmente.

A composição do post em formato carrossel utiliza depoimentos em primeira pessoa para humanizar a reflexão e promover conexão emocional com os seguidores. Assim sendo, sua estrutura segue uma organização lógica: inicialmente apresenta-se uma introdução à temática do privilégio versus direito; posteriormente desenvolve-se relatando as barreiras enfrentadas pela jornalista na sua trajetória de acesso aos direitos básicos; por fim, conclui-se com uma reflexão crítica sobre como essa experiência dialoga com a realidade de outras mulheres negras e reforça a necessidade de transformar as estruturas sociais atuais — as quais fazem da dignidade uma exceção para as pessoas pretas. No decorrer do texto são utilizados verbos como travar resistência, lutar por direitos, conquistar avanços, explorar limitações sociais, desmascarar injustiças ou romantizar conquistas, termos estes que reforçam o processo ativo de compreensão da autora acerca de sua vivência. Essas escolhas linguísticas contribuem para fortalecer uma postura crítica dos leitores ao convidá-los à reflexão sobre suas próprias experiências frente à desigualdade racial e às formas pelas quais ela molda o acesso aos direitos.

Por fim, a narrativa evidencia o contexto persistente de desigualdade racial no qual mulheres negras mesmo após alcançarem certos direitos sentem ter rompido barreiras pontuais; percebem esses momentos mais como marcos pessoais do que como exercício automático de seus direitos civis fundamentais. A linguagem empregada é clara, explicativa e reflexiva promovendo um diálogo sincero entre autora e seguidores. Esse método dialógico revela-se crucial para engajar o público através da sensibilização coletiva acerca das questões enfrentadas pelas mulheres negras na luta por cidadania plena. A cada quadro do carrossel, a jornalista compartilha suas percepções sobre suas próprias realizações apresentando-as sob uma perspectiva crítica: essas conquistas não deveriam ser encaradas como privilégios particulares, mas sim reconhecidas como direitos básicos ainda inacessíveis universalmente. Dessa forma, o post desempenha papel relevante dentro do jornalismo contra-hegemônico ao provocar reflexões profundas sobre identidade racial e acesso aos direitos fundamentais. Além disso, ao incentivar essa análise coletiva, o relato fortalece processos educativos voltados à construção de maior consciência social acerca das discriminações estruturais. Assim, contribui para criar um espaço onde mulheres negras podem reconhecer suas experiências, refletir criticamente

sobre elas e ressignificá-las dentro de um sistema social marcado por desigualdade. No qual foram identificados os seguintes princípios freireanos:

Ação cultural: A reflexão individual da jornalista Beatriz de Oliveira, apresentada na forma de um carrossel, constitui uma ação cultural alinhada à perspectiva freireana ao transformar uma experiência pessoal em um ato de cunho político e educativo. Ao compartilhar o sentimento de “privilégio” decorrente do acesso a direitos essenciais — tais como educação, moradia e segurança — Beatriz evidencia como o racismo estrutural distorce a compreensão do que deveria ser universal. Essa iniciativa rompe com a naturalização das desigualdades raciais e convida o público, especialmente indivíduos negros, a reconhecer que o acesso a tais direitos não deve ser uma exceção, mas sim uma regra. A publicação, inserida em um espaço coletivo como o perfil do “Nós”, converte a experiência individual em ponto de partida para uma reflexão coletiva, fomentando uma cultura crítica e resistência simbólica.

Consciência crítica: A narrativa em primeira pessoa atua como um estímulo à consciência crítica ao demonstrar que o sentimento de privilégio por ter acesso a direitos é, na verdade, consequência da exclusão histórica vivenciada por pessoas negras. Ao reconhecer que sua trajetória foi marcada por oportunidades às quais muitas pessoas pretas não tiveram acesso, Beatriz não se limita à gratidão; ela questiona o sistema que torna o básico inacessível para tantos. Essa tomada de consciência compartilhada permite que outros seguidores negros se identifiquem e reflitam sobre suas próprias experiências. Freire sustenta que a consciência crítica emerge da leitura da realidade; exatamente isso promove o carrossel: uma leitura sensível e politizada acerca da desigualdade racial no Brasil.

Dialogicidade: A opção por apresentar o conteúdo através do formato de carrossel, utilizando linguagem acessível e tom pessoal, favorece a dialogicidade ao convidar os seguidores a refletirem junto com a autora. O relato não impõe verdades absolutas; ao contrário, compartilha dúvidas, emoções e descobertas, criando espaço para que outras pessoas possam se reconhecer na narrativa. Essa postura aberta ao diálogo é fundamental para garantir um processo educativo horizontal conforme proposto por Freire. Ao abordar temas como racismo, acesso aos direitos e desigualdade social, o conteúdo não se apresenta como resposta definitiva; trata-se de uma provocação que estimula escuta ativa, troca de experiências e construção coletiva de sentido.